



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – DOUTORADO**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AO
CAPITAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA**

Rosângela Palhano Ramalho
Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

João Pessoa – PB
2024

ROSÂNGELA PALHANO RAMALHO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AO
CAPITAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA**

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Linha de pesquisa: Cidade e Campo: Espaço e Trabalho

João Pessoa – PB
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R165e Ramalho, Rosângela Palhano.

A economia solidária como estratégia de resistência
ao capital : considerações sobre as experiências da
agricultura familiar na Paraíba / Rosângela Palhano
Ramalho. - João Pessoa, 2024.

245 f. : il.

Orientação: Ivan Targino Moreira.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Agricultura familiar. 2. Economia solidária -
Resistência. 3. Territórios camponeses. I. Moreira,
Ivan Targino. II. Título.

UFPB/BC

CDU 338.43(043)



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE TESE DE
DOUTORADO DA ALUNA ROSÂNGELA PALHANO
RAMALHO, CANDIDATO AO TÍTULO DE DOUTOR
EM GEOGRAFIA, NA ÁREA DE TERRITÓRIO,
TRABALHO E AMBIENTE.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 14:30 (quatorze e trinta) horas, pela **Plataforma Google Meet**, em caráter de solenidade pública, reuniram-se os membros da comissão designada para avaliar **Rosângela Palhano Ramalho**, candidata ao grau de doutora em Geografia, na área de **Território, Trabalho e Ambiente**. Foram componentes da banca examinadora os professores **Ivan Targino Moreira** (orientador) – Doutor em Economia; **Emília de Rodat Fernandes Moreira** (examinadora interna) – Doutora em Geografia; **Maria Franco Garcia** (examinadora interna) – Doutora em Geografia; **Rejane Gomes Carvalho** (examinadora externa) – Doutora em Ciências Sociais e **Vanderson Gonçalves Carneiro** (examinador externo) – Doutor em Ciência Política; sendo todos os integrantes do corpo docente da UFPB. Dando início aos trabalhos, o Presidente da banca, Prof. **Ivan Targino Moreira**, após declarar os objetivos da reunião, apresentou a candidata a avaliar **Rosângela Palhano Ramalho**, a quem concedeu a palavra para que defendesse, oral e sucintamente, sobre o tema apresentado, intitulado: “**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AO CAPITAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA**”. Após discorrer sobre o referido tema, a candidata foi arguida pelos examinadores, na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão em caráter secreto, a proceder à avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito **Aprovada**. Face à aprovação, declarou o Presidente achar-se a avaliada legalmente habilitada a receber o Grau de doutora em Geografia, cabendo à Universidade Federal da Paraíba, providências, como de direito, à expedição do Diploma a que o mesmo fez jus. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que segue assinada e aprovada pela Comissão Examinadora.


Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Orientador


Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira
Examinadora interna


Profa. Dra. Maria Franco Garcia
Examinadora interna


Profa. Dra. Rejane Gomes Carvalho
Examinadora externa


Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro
Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Ivan Targino Moreira, pelo suporte, zelo e confiança depositados na condução desta orientação.

À UFPB, por me oportunizar mais esta conquista.

Ao PPGG, seu corpo funcional e todos os docentes.

Aos professores integrantes da banca examinadora, Dra. Rejane Gomes Carvalho, Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira, Dra. Maria Franco Garcia e Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro, pelas relevantes discussões e contribuições.

Ao professor emérito da UFPB Dr. Nelson Rosas Ribeiro, pelo estímulo constante e por contribuir no meu processo de formação através da pesquisa e da prática extensionista.

À colega de curso, Alcimária, que em tão pouco tempo de convivência, em muito me presenteou. Obrigada pelo cuidado, encorajamento, apoio e pelas importantes dicas, sugestões e indicações.

À colega de curso, Sharlene, pela sororidade... Por ter me acompanhado e me ajudado a executar a pesquisa de campo. Enfim, te agradeço por me escutar, quando gritei, e por me ajudar, quando precisei...

Aos demais colegas da turma de Doutorado 2020.1, com os quais tive um único contato presencial no dia 09 de março de 2020. Daí por diante a pandemia do coronavírus nos afastou... Pelas telas frias e distantes, passamos a compartilhar não só o conhecimento, mas nossas inseguranças, angústias e adoecimentos...

Ao Coral Universitário Gazzi de Sá da UFPB, por me proporcionar conforto e alegria através do canto coral.

À minha família, por me incentivar e, ao mesmo tempo, compreender os necessários momentos de ausência.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A economia solidária corresponde ao conjunto de iniciativas de produção, comercialização, consumo, crédito e de serviços, que funciona embasado nos princípios da cooperação, autogestão e solidariedade. O alcance dos objetivos econômicos é buscado através do fortalecimento dos laços pessoais, da melhoria das condições de vida de quem trabalha e do cuidado com o meio ambiente. No atual sistema de produção, as relações de trabalho são moldadas para garantir a aquisição do lucro, logo, o modo de produção capitalista determina a formação dos territórios. Nessa perspectiva, pode-se conceber a formação e a transformação socioespacial fundamentadas na constituição de redes solidárias de produção e distribuição. No Brasil, a partir da década de 1980, registra-se um avanço significativo da economia solidária. Sua disseminação resultou na criação de uma estrutura institucional pública que consolidou as pautas do movimento de economia solidária no país, direcionando políticas públicas e dando a atividade, visibilidade e relevância. A Secretaria Nacional de Economia Solidária diagnosticou a economia solidária no Brasil realizando dois mapeamentos. Pôde-se verificar que os empreendimentos econômicos solidários estão em quase metade dos municípios brasileiros, envolvem mais de 1,4 milhão de trabalhadores e que a maioria das iniciativas se encontra na Região Nordeste e atua em áreas rurais. Na Paraíba, as iniciativas solidárias são, predominantemente, da agricultura familiar, setor vital para a produção agrícola nacional, para a segurança alimentar do país e para a formação dos territórios camponeses. Neste sentido, este trabalho buscou compreender como as práticas solidárias adotadas pelo segmento da agricultura familiar paraibana têm transformado os territórios locais e contribuído para a estratégia de resistência à acumulação capitalista. Para alcançar este objetivo, foi realizado minucioso levantamento bibliográfico, documental e uma pesquisa de campo composta por entrevistas semiestruturadas com gestores públicos que executam as políticas públicas de economia solidária na Paraíba e com agricultores familiares. Os resultados mostram que a economia solidária permanece como um conceito em construção, com consensos e divergências em nível teórico e prático. Em relação às políticas públicas para a economia solidária, houve entre os anos de 2016 a 2022, um retrocesso causado pelo desmonte do aparato público nacional de apoio às práticas solidárias, que passou a ser restabelecido em 2023. Na Paraíba, os instrumentos de ação foram mantidos e a secretaria responsável pela pauta da economia solidária ampliou o número de equipamentos públicos de apoio. Para a agricultura familiar, permanece a execução do Programa de Aquisição de Alimentos na forma de Compras com Doação Simultânea, além das compras emergenciais e institucionais e apoio às feiras agroecológicas. Concluiu-se também que, tanto a economia solidária quanto a agricultura familiar adotam estratégias de resistência, e a busca pela emancipação a partir do trabalho e da produção agroecológica são exemplos práticos de contestação à forma capitalista de reprodução da sobrevivência. Por fim, nas falas dos sujeitos da pesquisa percebe-se que os mesmos reconhecem não só a relevância da atividade que executam, mas também o lugar social que ocupam, elementos que denotam a luta e a resistência presentes no processo de reprodução camponesa.

Palavras-chave: Economia solidária. Agricultura familiar. Território. Resistência.

ABSTRACT

The solidarity economy is a set of production, commercialization, consumption, credit and service initiatives that operate on the principles of cooperation, self-management and solidarity. Economic goals are achieved by strengthening personal ties, improving the living conditions of those who work and caring for the environment. In the current system of production, labor relations are shaped to guarantee the acquisition of profit, so the capitalist mode of production determines the formation of territories. From this perspective, one can conceive of socio-spatial formation and transformation based on the constitution of solidarity networks of production and distribution. In Brazil, since the 1980s, there has been a significant advance in the solidarity economy. Its dissemination resulted in the creation of a public institutional structure that consolidated the agendas of the solidarity economy movement in the country, directing public policies and giving the activity visibility and relevance. The National Secretariat for Solidarity Economy diagnosed the solidarity economy in Brazil by carrying out two mappings. It was found that solidarity-based economic ventures are found in almost half of Brazil's municipalities, involve more than 1.4 million workers and that the majority of initiatives are in the Northeast and operate in rural areas. In Paraíba, the solidarity initiatives are predominantly from family farming, a vital sector for national agricultural production, for the country's food security and for the formation of peasant territories. In this sense, this work sought to understand how the solidarity practices adopted by the Paraíba family farming sector have transformed local territories and contributed to the strategy of resistance to capitalist accumulation. In order to achieve this objective, a thorough bibliographical and documentary survey was carried out, as well as field research consisting of semi-structured interviews with public managers who implement public policies on the solidarity economy in Paraíba and with family farmers. The results show that the solidarity economy remains a concept under construction, with consensus and divergence at both the theoretical and practical levels. With regard to public policies for the solidarity economy, there was a setback between 2016 and 2022, caused by the dismantling of the national public apparatus to support solidarity practices, which was re-established in 2023. In Paraíba, the instruments of action were maintained and the secretariat responsible for the solidarity economy expanded the number of public support facilities. For family farming, the Food Acquisition Program will continue to be implemented in the form of Simultaneous Donation Purchases, as well as emergency and institutional purchases and support for agro-ecological fairs. It was also concluded that both the solidarity economy and family farming adopt strategies of resistance, and the search for emancipation through work and agro-ecological production are practical examples of contesting the capitalist way of reproducing survival. The search for emancipation through work and agroecological production are practical examples of contesting the capitalist way of reproducing survival. Finally, in the speeches of the research subjects, it can be seen that they recognize not only the relevance of the activity they carry out, but also the social place they occupy, elements that denote the struggle and resistance present in the process of peasant reproduction.

Keywords: Solidarity economy. Family Farming. Territory. Resistance.

RESUMEN

La economía solidaria es un conjunto de iniciativas de producción, comercialización, consumo, crédito y servicios que funcionan según los principios de cooperación, autogestión y solidaridad. Los objetivos económicos se logran por el fortalecimiento de los lazos personales, mejorando las condiciones de vida de quienes trabajan y cuidando el medio ambiente. En el actual sistema de producción, las relaciones laborales se configuran para garantizar la obtención de beneficios, por lo que el modo de producción capitalista determina la formación de territorios. Desde esta perspectiva, se puede concebir la formación y la transformación socioespacial a partir de la constitución de redes solidarias de producción y distribución. En Brasil, desde los años 80, se ha producido un avance significativo de la economía solidaria. Su difusión resultó en la creación de una estructura institucional pública que consolidó las agendas del movimiento de economía solidaria en el país, orientando las políticas públicas y dando visibilidad y relevancia a la actividad. La Secretaría Nacional de Economía Solidaria realizó un diagnóstico de la economía solidaria en Brasil mediante la realización de dos mapeos. Se constató que los emprendimientos económicos solidarios se encuentran en casi la mitad de los municipios brasileños, implican a más de 1,4 millones de trabajadores y que la mayoría de las iniciativas se encuentran en el Nordeste y operan en zonas rurales. En Paraíba, las iniciativas de solidaridad proceden predominantemente de la agricultura familiar, un sector vital para la producción agrícola nacional, para la seguridad alimentaria del país y para la formación de territorios campesinos. En este sentido, este trabajo buscó comprender cómo las prácticas solidarias adoptadas por el sector de la agricultura familiar en Paraíba han transformado los territorios locales y contribuido a la estrategia de resistencia a la acumulación capitalista. Para alcanzar este objetivo, se llevó a cabo un minucioso estudio bibliográfico y documental, así como una investigación de campo consistente en entrevistas semiestructuradas con gestores públicos que implementan políticas públicas de economía solidaria en Paraíba y con agricultores familiares. Los resultados muestran que la economía solidaria sigue siendo un concepto en construcción, con consensos y divergencias tanto a nivel teórico como práctico. En cuanto a las políticas públicas para la economía solidaria, hubo un retroceso entre 2016 y 2022, causado por el desmantelamiento del aparato público nacional de apoyo a las prácticas solidarias, que se restableció en 2023. En Paraíba, se mantuvieron los instrumentos de actuación y la secretaria responsable de la economía solidaria amplió el número de servicios públicos de apoyo. Para la agricultura familiar, permanece la ejecución del Programa de Adquisición de Alimentos en forma de Compras con Donación Simultánea, así como compras de emergencia e institucionales y apoyo a ferias agroecológicas. También se llegó a la conclusión de que tanto la economía solidaria como la agricultura familiar adoptan estrategias de resistencia, y la búsqueda de la emancipación a través del trabajo y la producción agroecológica son ejemplos prácticos de impugnación del modo capitalista de reproducir la supervivencia. Finalmente, en los discursos de los sujetos de investigación, podemos ver que reconocen no sólo la relevancia de la actividad que realizan, sino también el lugar social que ocupan, elementos que denotan la lucha y resistencia presentes en el proceso de reproducción campesina.

Palabras clave: Economía solidaria. Agricultura familiar. Territorio. Resistencia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores selecionados dos Mapeamentos da Economia Solidária (2005 – 2007 / 2009 – 2013).....	78
Tabela 2 - Distribuição nacional e regional dos EESs e de seus sócios e evolução das sócias, em % – Mapeamento da Economia Solidária (2009-2013).....	79
Tabela 3 – Valor (em R\$) e execução orçamentária (em %) da SENAES da gestão Lula: 2004-2011...	98
Tabela 4 – Valor (em R\$) e execução orçamentária (em %) da SENAES: PPA 2012-2015.....	99
Tabela 5 – Valor (em R\$) e execução orçamentária (em %) da SENAES: PPA 2016-2019.....	101
Tabela 6 – Indicadores selecionados da agricultura familiar nos dois últimos Censos Agropecuários (Em % do total).....	127
Tabela 7 – Tabela 7: Distribuição dos estabelecimentos entre produção animal e vegetal (Em %)......	143
Tabela 8 – Área de atuação dos ESSs na Paraíba.....	148
Tabela 9 – Formas de organização dos ESSs na Paraíba.....	149
Tabela 10 – Distribuição dos EESs por atividade(s) executada(s).....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Territorialização dos EESs de agricultura familiar na Paraíba.....	30
Gráfico 2 – Percentual dos sócios dos EESs por gênero – 1º Mapeamento (2005-2007).....	79
Gráfico 3 – Percentual dos sócios dos EESs por gênero - 2º Mapeamento (2009-2013).....	79
Gráfico 4 – Estabelecimentos da agricultura familiar por grupos de área na Paraíba.....	141
Gráfico 5 – Distribuição do valor da produção familiar paraibana.....	142
Gráfico 6 – Participação do valor da produção vegetal familiar no valor total da produção vegetal paraibana.....	142
Gráfico 7 – Área de atuação dos ESSs na Paraíba.....	148
Gráfico 8 – Distribuição dos EESs por atividade.....	148
Gráfico 9 – Formas de organização dos ESSs na Paraíba.....	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição Municipal da Região Geográfica Intermediária de João Pessoa.....	32
Quadro 2 – Economia capitalista <i>versus</i> economia solidária.....	42
Quadro 3 – SEAFDS – Ações e programas em execução e seus respectivos objetivos.....	145
Quadro 4 – Equipamentos públicos de apoio à Economia Solidária na Paraíba.....	158
Quadro 5 – Cobertura territorial dos equipamentos públicos de economia solidária da Paraíba.....	160
Quadro 6 – Associações, cooperativas e grupos da agricultura familiar atendidos pelas políticas da SESAES.....	162
Quadro 7 – Feiras agroecológicas da Paraíba – Instituições responsáveis e abrangência.....	169
Quadro 8 – Período de atuação e respectivos gestores da SESAES.....	174
Quadro 9 – Denominação, locais, dias e horários das feiras agroecológicas sob a coordenação do EcoParaíba em João Pessoa – PB.....	183
Quadro 10 – Feiras agroecológicas de João Pessoa – PB.....	192

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões Geográficas Intermediárias da Paraíba.....	31
Figura 2 – A economia solidária em uma economia mista.....	57
Figura 3 – Distribuição dos EESs por regiões do Brasil: comparativo entre os resultados dos Mapeamentos 2005-2007 / 2009-2013.....	78
Figura 4 – Estruturação da Economia Solidária no Brasil.....	93
Figura 5 – Principais segmentos da economia solidária no Brasil.....	115
Figura 6 – Políticas, programas e aparato legal destinados à agricultura familiar no Brasil.....	125
Figura 7 – Cooperação não capitalista.....	132
Figura 8 – Áreas de atuação da SEDH – PB.....	153
Figura 9 – Espacialização dos equipamentos públicos de economia solidária na Paraíba.....	159
Figura 10 – Fachada identificativa da SESAES.....	173
Figura 11 – Prédio da SESAES.....	173
Figura 12 – Casa da Economia Solidária de Sumé – Unidade I.....	177
Figura 13 – Casa da Economia Solidária de Sumé – Unidade II (Eco Arte Cariri).....	177
Figura 14 – Folder de divulgação do EcoParaíba.....	181
Figura 15 – Painel de identificação do EcoParaíba.....	181
Figura 16 – Fachada do EcoParaíba.....	181
Figura 17 – Estrutura frontal do EcoParaíba.....	181
Figura 18 – Placa inaugurativa do EcoParaíba.....	182
Figura 19 – Artesã responsável pelas vendas.....	182
Figura 20 – Edifício Evolution Business Center – Sede provisória da SEAFDS.....	185
Figura 21 – Logotipo da II FENAFES.....	188
Figura 22 – II FENAFES – Secretário da SEAFDS.....	188
Figura 23 – II FENAFES – Imagem panorâmica.....	188
Figura 24 – Exposição para comercialização.....	188
Figura 25 – Imagem panorâmica da Feira do Centro Administrativo Estadual.....	193
Figura 26 – Estrutura física de apoio para a Feira do Centro Administrativo Estadual.....	193
Figura 27 – Produtos agrícolas comercializados na Feira do Centro Administrativo Estadual.....	193
Figura 28 – Produtos beneficiados à venda na Feira do Centro Administrativo Estadual.....	193
Figura 29 – Divulgação da Feira dos Aromas – Fundação Casa de José Américo.....	197
Figura 30 – Feira dos Aromas – Fundação Casa de José Américo.....	197

Figura 31 – Estrutura da Feira dos Aromas.....	197
Figura 32 – Produtos à venda na Feira dos Aromas.....	197
Figura 33 – Frutas comercializadas na Feira dos Aromas.....	198
Figura 34 – Plantas medicinais e ornamentais da Feira dos Aromas.....	198
Figura 35 – Imagem panorâmica da Feira da EcoVárzea.....	202
Figura 36 – Comercialização na Feira da EcoVárzea.....	202
Figura 37 – Produtos à venda na Feira da EcoVárzea.....	202
Figura 38 – Flores e plantas à venda na Feira da EcoVárzea.....	202
Figura 39 – Fachada do Cecaf.....	205
Figura 40 – Estrutura física do Cecaf.....	205
Figura 41 – Hortaliças do Cecaf.....	206
Figura 42 – Comercialização no Cecaf.....	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

Conaes – Conferência Nacional de Economia Solidária

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT

EES – Empreendimento Econômico Solidário

EcoParaíba – Centro Público Estadual de Economia Solidária

EcoVárzea – Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana

Fenafes – Feira Nordestina da Agricultura Familiar e da Economia Solidária

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

IEO – Índice de Execução Orçamentária

Incubes – Incubadora de Empreendimentos Solidários

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MP – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAA / CDS – Programa de Aquisição de Alimentos – Compra com Doação Simultânea

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAIES – Projeto Ações Integradas em Economia Solidária

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNES – Plenária de Economia Solidária

PPA – Plano Plurianual

PQA – Paradigma da Questão Agrária

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronat – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDH – Secretaria de Desenvolvimento Humano

SEAFDS – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESAES – Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

Unicopas – União das Organizações Cooperativistas Solidárias

Unicafes – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

VBP – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Economia solidária e dinâmica territorial.....	17
1.2 Vertentes investigativas.....	19
1.3 Os desafios, superados e impostos, à economia solidária no Brasil.....	21
1.4 Semente plantada é semente colhida: na Paraíba, economia solidária é agricultura familiar.....	23
1.5 Objetivos da pesquisa.....	25
1.6 Metodologia.....	26
1.6.1 Método (s).....	26
1.6.2 Execução da pesquisa.....	28
1.6.3 Definição da espacialização para a pesquisa de campo.....	30
1.7 Estruturação da pesquisa.....	33
2. O AVESSE DA ECONOMIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FOCO.....	35
2.1 O que é a economia solidária? E os empreendimentos econômicos solidários?.....	35
2.2 A origem da economia solidária.....	47
2.2.1 A Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale e a Cooperativa de Mondragón como gêneses da economia solidária.....	52
2.2.2 A economia solidária contemporânea.....	55
2.3 A economia solidária como estratégia de resistência.....	58
2.4 A economia solidária: uma nova estratégia de desenvolvimento.....	66
3. PANORAMA DAS INICIATIVAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL.....	75
3.1 Diagnosticando a Economia Solidária: os Mapeamentos Nacionais.....	75
3.2 O Movimento Social Nacional da Economia Solidária e a institucionalização da política nacional de economia solidária.....	86
3.3 Os desafios recentes da economia solidária: a pandemia do Coronavírus e o desgoverno da extrema-direita no Brasil.....	100
3.4 Das trevas à luz: a economia solidária ressurge na pauta do desenvolvimento nacional....	109
4. AGRICULTURA FAMILIAR E A PRÁTICA SOLIDÁRIA.....	115
4.1 Da história à importância econômica e social: a agricultura familiar em perspectiva.....	117
4.2 Segurança alimentar e absorção da mão de obra: a relevância da agricultura familiar em dados.....	126
4.3 Agricultura familiar e economia solidária: aproximações, conexões e correlações.....	130
5. A AGRICULTURA FAMILIAR COMO SEGMENTO HEGEMÔNICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA.....	140
5.1 Registros da agricultura familiar paraibana.....	140
5.2 Memórias das práticas solidárias na Paraíba.....	147
5.3 Políticas públicas de economia solidária e respectivas estruturas de apoio.....	151
5.3.1 Concepção e avanços da política estadual de economia solidária.....	151

5.3.2	Os equipamentos públicos de economia solidária na Paraíba.....	156
5.4	Políticas públicas de economia solidária voltadas para a agricultura familiar na Paraíba	161
5.4.1	O PAA/CDS.....	163
5.4.2	Compras Institucionais e Emergenciais.....	166
5.4.3	As feiras agroecológicas.....	167
6.	PERCEPÇÕES, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: DIALOGANDO COM GESTORES E AGRICULTORES.....	172
6.1	Apoiar a prática solidária: com a palavra, os gestores!.....	172
6.1.1	A importância da atuação da SESAES para a economia solidária paraibana.....	172
6.1.2	A gestão compartilhada da Casa da Economia Solidária de Sumé.....	177
6.1.3	O EcoParaíba como principal disseminador da prática solidária na Paraíba: relatos da gestão...	179
6.1.4	A gestão da SEAFDS e sua interlocução com a economia solidária.....	185
6.2	Vivenciar a prática solidária: com a palavra, os agricultores!.....	190
6.2.1	Feira agroecológica do Centro Administrativo Estadual da Paraíba.....	192
6.2.2	Sabores, cheiros, cores e sons: percepções absorvidas na Feira dos Aromas.....	196
6.2.3	A Feira agroecológica da EcoVárzea: exemplo de solidez.....	201
6.2.4	Registros da Feira do Cefaf.....	205
6.3	Contemplar para enfim refletir: considerações sobre as vivências solidárias.....	208
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
	REFERÊNCIAS.....	218
	APÊNDICES	
	Apêndice A: Roteiro de entrevista – Termo de consentimento livre e esclarecido para conhecimento dos participantes da entrevista semiestruturada.....	236
	Apêndice B: Roteiro de entrevista – Trabalhadores da agricultura familiar.....	237
	Apêndice C: Roteiro de entrevista – Gestor público (SESAES – PB).....	238
	Apêndice D: Roteiro de entrevista – Gestor público (Casas de Economia Solidária).....	239
	Apêndice E: Roteiro de entrevista – Gestor público (SEAFDS – PB).....	240
	Apêndice F: Encaminhamentos da pesquisa de campo.....	241
	Apêndice G: Imagens da Feira do Restaurante Popular de Mangabeira.....	243
	ANEXOS	
	Anexo A: <i>Print</i> da página inicial do sítio eletrônico: https://agriculturafamiliarpb.dieese.org.br/	245
	Anexo B: <i>Print</i> da página da SESAES. Sítio eletrônico: https://agriculturafamiliarpb.dieese.org.br/	246
	Anexo C: <i>Print</i> do sítio eletrônico https://feirasorganicas.org.br/	247

1. INTRODUÇÃO

1.1 Economia solidária e dinâmica territorial

Compreende-se por Economia Solidária o conjunto de iniciativas de produção, comercialização, consumo e crédito, pautado em princípios cooperativos, autogestionários e solidários. Os empreendimentos econômicos solidários (EESs), exercem a cooperação à medida em que as tomadas de decisão consideram os interesses e objetivos comuns dos participantes. As soluções coletivas necessitam da autogestão, uma vez que a propriedade é totalmente, ou em parte, coletiva e a definição do processo de trabalho, de direção das atividades e a coordenação das ações necessita ser realizada em conjunto. A solidariedade embasa a distribuição dos resultados alcançados e busca-se alcançar outra forma de reprodução da vida em que o objetivo seja o bem viver e a proteção do meio em que se vive.

As relações de trabalho assalariada, típicas do capitalismo e mediadas através da compra e venda da força de trabalho são negadas pelas iniciativas solidárias, portanto, reconhecer a prática solidária significa assentir a existência de um sujeito social com características próprias e aspirações particulares, que busca emancipação a partir do trabalho associado e autogestionário.

Ao passo que o sistema econômico-social capitalista predomina sobre quaisquer outras formas de organização da atividade econômica, torna-se importante apreender como as iniciativas econômicas solidárias, inserem-se socialmente, transformando os territórios e a construindo novos espaços com características próprias ao romper relações de produção, de comercialização, de crédito e de consumo há tempos estabelecidas.

A Ciência Geográfica a partir de suas categorias analíticas permite-nos apreender que no âmbito da representação estática de uma determinada paisagem, está o desenrolar das ações humanas. Nessa perspectiva, como as relações de trabalho capitalistas são moldadas para garantir a obtenção do lucro, o território como expressão geográfica da divisão de trabalho estabelecida, acaba por reproduzir os resultados advindos destas configurações.

A pesquisa deste tema ainda é bastante incipiente¹ e, embora estudos recentes tenham verificado um crescimento considerável da produção teórica nos últimos anos, esta temática é mais frequentemente abordada pelas áreas da Sociologia, Ciências Sociais, Administração e Gestão Pública. Por se tratar de um objeto de pesquisa recente e referente a uma prática não hegemônica, a economia solidária é tratada pela maioria das áreas de conhecimento e correntes teóricas com certo descrédito, o que concorre para a invisibilização das práticas e da importância dos seus sujeitos sociais².

De acordo com Alves et al. (2016), que fizeram um levantamento bibliométrico dos artigos científicos publicados sobre Economia Solidária entre 2001 e 2013, só a partir de 2008 este objeto passou a ser tratado com maior frequência em periódicos nacionais. Tal observação reforça a necessidade da construção de um aporte teórico e prático para discussão deste tema. Porém, é importante reconhecer que a economia solidária galgou seu lugar compondo uma área acadêmica específica e interdisciplinar a partir da mobilização de militantes, acadêmicos e instituições que somam esforços em promover o acesso da temática por meio de eventos, encontros, fóruns, debates e publicações de maneira geral. Gaiger (2012a), registrou, entre 2006 e 2010, um aumento de 80,8% no número de teses e dissertações produzidas com temas relacionados à economia solidária e aumento de 32% no número de grupos de pesquisa entre os anos de 2011 e 2015.

Levantamento feito por Severino et al. (2015) identificou o andamento das pesquisas acadêmicas na Geografia. Nos 57 Programas de Pós-Graduação em Geografia cadastrados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apenas 26 produções entre teses e dissertações trataram este tema entre os anos de 2005 e 2014. Destes, apenas dois trabalhos foram produzidos no Nordeste, registrados nos Programas de Pós-Graduação do Ceará e Pernambuco. No entanto, o autor observa: “[...] existe um número significativo de experiências de Economia Solidária nas regiões Norte e Nordeste, que necessitariam de maior estudo pelos PPG de suas localidades” (Severino et al., 2015, p. 168)³.

¹ Em 2005, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES), instituição destinada a reunir pesquisadores dedicados à investigação das seguintes temáticas: autogestão, cooperativismo, finanças solidárias e desenvolvimento territorial. Seu objetivo principal estava centrado em contribuir para o conhecimento e reconhecimento deste conteúdo de pesquisa, a partir da divulgação de trabalhos publicados nos mais variados meios com temáticas vinculadas à economia solidária.

² Além disso, Gaiger (2014) chama a atenção para o fato de que a bibliometria da economia solidária de modo geral é bastante centralizada em conjuntos de casos registrados em espaços restritos, o que dificulta a proliferação de estudos mais completos que contribuam com as teses gerais da temática e sua evolução como objeto de pesquisa.

³ PPG – Programas de Pós-Graduação.

Quando tratada pela Geografia, a Economia Solidária dispõe de abordagens bastante diversificadas sempre inseridas no âmbito da Geografia Humana. As questões de pesquisa da área buscam responder estão direcionadas a entender a formação de novos territórios ou a transformação do espaço existente a partir do desenvolvimento das relações sociais solidárias no âmbito da produção e das trocas.

Essa perspectiva territorial⁴ dada às experiências solidárias deriva do reconhecimento do Estado da existência de novas dinâmicas espaciais que passaram a influenciar o desenvolvimento local. Tal constatação resultou na inserção desta visão na elaboração de políticas públicas, substituindo a perspectiva do planejamento regional a partir das políticas setoriais. O Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais Sustentáveis e o Programa Territórios da Cidadania são exemplos desta nova abordagem dada às políticas públicas voltadas para a realidade rural⁵.

Na intenção de contribuir para a construção do conhecimento geográfico nesta temática e compreender os aspectos inerentes a uma realidade local, este trabalho propõe investigar a dinâmica de construção e transformação territorial a partir da observação das experiências solidárias.

1.2 Vertentes investigativas

A economia solidária é normalmente referida como experiência dos empobrecidos ou dos trabalhadores em situação de desemprego. De fato, a economia solidária contribui para a geração de emprego e renda, garantindo a sobrevivência de parte da classe trabalhadora, mas a prática não é de tal ordem resumida. Vimos a possibilidade de análise através da perspectiva geográfica e várias outras frentes de investigação podem ser levantadas. A gênese e as relações de causa e efeito derivadas da atividade solidária, podem ser listadas como alternativas de pesquisa da temática evidenciando sua contemporaneidade.

Dourado (2016) faz uma proposta bastante interessante de levantamento das pesquisas em economia solidária, considerando a ideologia dos pesquisadores e suas

⁴ Em 2002, o governo federal cria na estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Essas duas instâncias passaram a tratar as ações públicas para o desenvolvimento no campo.

⁵ Foi na I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), em 2006, que se discutiu o tema “Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”. Desse modo, os aspectos territoriais passaram a ser discutidos no âmbito da economia solidária (Silva e Carvalho Filho, 2018).

contribuições teóricas. Utilizando o conceito de representação, o autor agrupa os autores em duas categorias: a dos “especialistas engajados”⁶ e a dos “acadêmicos”⁷. Os “especialistas engajados” além de pesquisarem e produzirem materiais sobre a temática ainda são ferrenhos defensores desta prática econômica. Já os “acadêmicos” têm seus estudos delineados a partir da observação das vivências destas experiências.

Por outro lado, também é possível agrupar os autores que investigam esta temática, relacionando suas abordagens a partir dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos por eles. Feita desta forma, esta compilação pode alcançar pelo menos cinco perspectivas analíticas.

A primeira delas diz respeito à origem da economia solidária, sua possível ligação com a luta histórica dos trabalhadores e o crescimento recente no Brasil a partir dos anos 1980 (Germer, 2006; Gaiger, 2009; Laville, 2009; Namorado, 2007; Pontes, 2007; Silva, 2018).

A segunda abordagem discute a participação (e necessidade) do Estado no fortalecimento e fomento destas iniciativas baseadas na formulação de políticas públicas específicas para o fortalecimento do setor (Singer, 2009; Schiochet, 2009).

A evolução e criação e institucionalização das políticas públicas para a Economia Solidária no Brasil possibilitam outra vertente de pesquisa (Laville, 2006; Praxedes, 2009; Schiochet, 2009; Singer, 2009; Silva, 2018; Mélo, 2021).

A quarta opção corresponde à formação do movimento social de economia solidária no Brasil que gerou como consequência, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão que estimulou a defesa e organização das demandas e pautas da Economia Solidária no Brasil (Silva, 2018; 2020).

Por último, pode-se discutir a economia solidária como modo de produção totalmente distinto, alternativo ao capitalismo ou como movimento de resistência (Singer, 1999; 2002a; 2002b; Xavier, 2009; Wright, 2019), bem como da sua capacidade (ou não) em superá-lo como sistema dominante (Gaiger, 2007; 2011; Godoy, 2019; Santana, 2018; Wellen, 2008, 2009; Wright, 2019).

⁶ Paul Singer, Luis Inácio Germany Gaiger, Jean-Louis Laville e Genauto Carvalho de França Filho.

⁷ A escolha metodológica do autor foi selecionar trabalhos de cunho antropológico e sociológico. Os “acadêmicos” e os trabalhos observados foram os seguintes: MONDADORE, Ana Paula Carletto. **Identidade, valores e governança das cooperativas**. V encontro Latino-Americanos de Cooperativismo. São Paulo: 2008; GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Reciprocidade, dádiva e economia solidária**. In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007, Porto Alegre. Desafios Antropológicos, 2007; BARRETO, Raquel de O.; PAULA, Ana Paula Paes de. **Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista**. Cadernos Ebape, BR, v.7, n.2, artigo 2, Rio de Janeiro, 2009.

Diante das várias possibilidades de pesquisa e a partir do instrumental teórico disponível, o presente trabalho pretende contribuir para a construção do conhecimento desta temática, adotando a vertente investigativa que considera a economia solidária como uma estratégia de resistência ao capitalismo na busca pela emancipação social. Resistência essa que se manifesta no cotidiano dos EESs por meio da organização coletiva e cooperativa, da autogestão e do uso de práticas que preservem o meio ambiente e que também se apresenta por meio da luta política, quando se busca o direito de exercer uma outra forma de reproduzir a vida.

1.3 Os desafios superados e impostos à economia solidária no Brasil

No Brasil, a partir da década de 1980, acontece um grande avanço da economia solidária como reação à crise econômica em curso à época. E, desde a década de 1990 até os anos 2000, houve um crescimento acentuado dos empreendimentos solidários e das discussões sobre o tema, fato que contribuiu para a criação em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁸ como estrutura representativa e formuladora de políticas públicas para o setor no Brasil. Este, sem dúvida, foi um passo importante dado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego que teve sua ação expandida para além da proteção e regramento das relações de trabalho assalariado, reconhecendo a existência e a importância das relações de trabalho não capitalistas.

A atuação da SENAES avançou para além do incentivo e apoio às iniciativas solidárias. Em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a secretaria realizou dois mapeamentos do setor: o primeiro, no período 2005-2007 e o segundo, no período 2009-2013.

O levantamento mais recente identificou 19.708 empreendimentos solidários no Brasil, distribuídos entre 2.713 municípios, envolvendo 1.423.631 trabalhadores. Do total de empreendimentos, a maioria (65,1%) foi fundada durante os anos 2000 e outra parcela significativa (27,3%) surgiu durante a década de 1990. A maioria das iniciativas, 54,8%, encontram-se em áreas rurais, enquanto 34,8% se encontram em áreas urbanas e 10,4% em ambas. Do ponto de vista regional, percebe-se que a maioria das iniciativas mapeadas

⁸ Vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria tinha como finalidade coordenar e viabilizar políticas de apoio aos produtores rurais e aos trabalhadores em geral que comercializam e/ou produzem solidariamente. Em associação à Secretaria, foram criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária a partir da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003; instituída pelo Decreto nº 4.764 de 24 de junho de 2003.

no Brasil (40,8%), encontra-se na Região Nordeste e nesta, o meio rural destaca-se, concentrando 72% dos empreendimentos (Silva e Carneiro, 2016).

Tendo uma representação nacional e lugar nas políticas públicas, os participantes e entidades representativas da economia solidária vivenciaram intensa aproximação que os consolidou enquanto movimento social. A articulação promovida pelas políticas públicas da SENAES e das Secretarias dos Estados da Federação, sem dúvida, foi essencial para o reconhecimento e fortalecimento da economia solidária.

Mas, assim que se consolidou o golpe parlamentar de 2016, materializado sob o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, a equipe inteira da SENAES liderada pelo secretário Paul Singer⁹ pôs os cargos à disposição. Ao assumir a presidência da República em 31 de agosto de 2016, Michel Temer nomeou um escrivão aposentado da Polícia Civil do Paraná para gerir a SENAES¹⁰. A Secretaria foi extinta no início de 2019 a partir da Medida Provisória 870/2019 de 01 de janeiro e do Decreto Nº 9.674, de 02 de janeiro de 2019. A economia solidária passou então a integrar a estrutura básica do Ministério da Economia a partir da criação do CNES¹¹.

Neste período, fica evidente o retrocesso ocorrido em todas as políticas de fomento e apoio estabelecidas pela SENAES que se tornaram secundárias para o governo federal brasileiro a partir de 2016. As ações foram inexistentes na gestão de Jair Bolsonaro (2019- 2022) que nunca fez questão de esconder o seu desprezo por todas as ações de iniciativa popular. Tal repulsa manifestada em relação às pautas da economia solidária naqueles últimos sete anos, finalizados em 2022, consolida a visão de que no Brasil não existe políticas públicas de Estado, mas sim de governos (e pior, de ideologias políticas) que acabam por descontinuar ações de intervenção que deveriam ser permanentes.

⁹ Considerado o pai da Economia Solidária no Brasil, sua gestão na SENAES perpassou os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2011) e se estendeu até 2016 na presidência de Dilma Rousseff. Singer faleceu em 2018.

¹⁰ O novo secretário assumiu publicamente não conhecer o tema e a pasta que chegou a ter R\$ 129,9 milhões de orçamento em 2014 tornou-se uma subsecretaria e administrou em 2018, um orçamento de apenas R\$ 15 milhões (AGUIAR, Tiago. Escrivão aposentado comanda legado de Paul Singer no governo federal. 20/04/2018. **Jornal O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/escrivao-aposentado-comanda-legado-de-paul-singer-no-governo-federal-22613934>. Acesso em: 15/01/2019).

¹¹ O Ministério do Trabalho e do Emprego foi extinto e agregado ao Ministério da Economia, portanto, as informações vinculadas à Economia Solidária no Brasil deveriam ser encontradas ali. Mas a única referência à economia solidária vigente na estrutura do Ministério da Economia é o Conselho Nacional de Economia Solidária que aparece como órgão colegiado. Ao buscar informações sobre o seu funcionamento, encontrava-se à época a seguinte mensagem: “Desculpe, mas esta página não existe...” Toda a estrutura organizacional e os instrumentos da política pública da economia solidária foram extintos permanecendo ativos em alguns Estados da Federação como estruturas para atender as demandas locais.

Apesar das intempéries ocorridas no âmbito da administração federal que impôs novos desafios à economia solidária, a institucionalização da mesma via SENAES, lançou as bases para que os governos estaduais formalizassem suas próprias instituições e ações de estímulo e proteção às iniciativas solidárias. E no Estado da Paraíba a implementação do aparato público de apoio à economia solidária se iniciou a partir do ano de 2014.

1.4 Semente plantada é semente colhida: na Paraíba, economia solidária é agricultura familiar

No Estado da Paraíba, o aparato institucional público passou a ser consolidado com a implantação da Casa de Economia Solidária de Pombal em 2014. Em 2015, por meio da Medida Provisória nº 230 sancionada em 02 de janeiro, a administração estadual criou a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES). A atual SESAES que também já foi intitulada de Secretaria Executiva de Economia Solidária (SESOL) tem como objetivo:

[...] fomentar a Política Pública de Economia Solidária no Estado da Paraíba, assegurando à população o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade bem como, garantir as diretrizes da cooperação, da democracia, da autogestão, do desenvolvimento sustentável, da solidariedade, do comércio justo e do consumo solidário no estado da Paraíba (Secretaria Executiva de Economia Solidária, 2019).

O universo da economia solidária paraibana de acordo com os dados fornecidos pelo Mapeamento 2013-2016 é de 416 EESs. Estas iniciativas estão predominantemente localizadas na área rural que contempla 64% do total. Além disso, 70% de todos os EESs, ou seja, 293 pertencem a agricultura familiar (Plano Estadual de Economia Solidária, 2017). Não é por acaso a predominância do segmento da agricultura familiar na economia solidária paraibana. Os princípios que norteiam a reprodução camponesa são praticamente os mesmos que embasam a economia solidária. A gestão coletiva e compartilhada, por exemplo, bem como a cooperação são práticas cotidianas e comuns às relações sociais vivenciadas nas duas atividades.

A agricultura familiar tornou-se, nos últimos 20 anos, uma categoria-chave para entender as políticas públicas destinadas ao fortalecimento do campesinato na atualidade. A origem da designação data dos anos 1990, quando, após as lutas travadas pelos

camponeses no Sul, Norte e Nordeste por terra, políticas públicas e contra a violência no campo, o Estado passa a atender parte das demandas desses camponeses. E, à medida em que aumenta o número de assentamentos de reforma agrária, passaram a ser estabelecidas políticas de apoio e fomento à agricultura familiar como a disponibilização de crédito, de assistência técnica e de estímulos à comercialização (Panta, 2020).

Em termos da política pública setorial, o Estado Brasileiro criou em 1995/1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Bianchini, 2015; Abramovay e Veiga, 1999), programa esse voltado a “modernizar” a propriedade familiar e implementado na lógica da Revolução Verde. Na esteira dos avanços das ações públicas direcionadas ao meio rural, em 2006, a Lei nº 11.326, de 24 de julho passou a definir a agricultura familiar nos seguintes termos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006, p. 1).

Logo, a agricultura familiar tem lugar na implementação das políticas públicas nacionais sendo um setor vital para a economia e para a reprodução territorial camponesa. Os dados do último Censo Agropecuário indicam que a maior parte do abastecimento alimentar do Brasil (mais de 70%) e do emprego gerado no campo (84,3% do pessoal ocupado) vem da agricultura familiar (Mitidiero Junior et al., 2017). Situação similar é encontrada no Nordeste e na Paraíba (Aquino et al., 2020; Targino e Moreira, 2020).

O Governo do Estado da Paraíba tem vinculada à sua estrutura administrativa, a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) com o objetivo de criar, implementar e acompanhar as políticas públicas estaduais para o setor. A produção agroecológica estimulada pela SEAFDS e recepcionada como prática produtiva por parte dos agricultores familiares tem produzido transformações territoriais importantes (Oliveira, 2021). E é também por esta via que a agricultura familiar se vincula aos princípios solidários.

Desta forma, as experiências solidárias e os efeitos de sua propagação nos territórios em que elas estão inseridas fortalecem os espaços de resistência à acumulação

capitalista. O levantamento e a observação dessas iniciativas podem contribuir para a elaboração de estratégias de desenvolvimento nos âmbitos regional e local, amparadas nas boas práticas produtivas e promovendo a integração territorial de locais que desenvolvem as mesmas experiências.

Desta forma, esta tese intenciona entender como as práticas solidárias adotadas pelo segmento da agricultura familiar paraibana têm transformado os territórios locais e contribuído para a estratégia de resistência à acumulação capitalista.

Apresentados os elementos referentes à pesquisa que se deseja realizar, a questão central de investigação de tese proposta é a seguinte: Como as práticas solidárias adotadas pelo segmento da agricultura familiar paraibana têm transformado os territórios locais e contribuído para a estratégia de resistência à acumulação capitalista?

1.5 Objetivos da pesquisa

Define-se como objetivo geral: compreender como as práticas solidárias adotadas pelo segmento da agricultura familiar paraibana têm transformado os territórios locais e contribuído para a estratégia de resistência à acumulação capitalista.

Vinculados a este objetivo, pretende-se atingir como objetivos específicos:

- a) Resgatar o histórico de (res)surgimento da economia solidária no Brasil e na Paraíba;
- b) Apresentar os resultados dos Mapeamentos Nacionais da Economia Solidária destacando as características dos EESs no Brasil e na Paraíba;
- c) Descrever a aproximação entre economia solidária, a agricultura familiar e agroecologia;
- d) Apresentar os desafios e as soluções adotadas pela economia solidária no enfrentamento à pandemia do coronavírus;
- e) Levantar as políticas públicas destinadas à economia solidária paraibana e, em especial, aos EESs da agricultura familiar na Paraíba, a partir dos diálogos com a SESAES e SEAFDS, verificando se há integração entre as ações das secretarias;
- f) Caracterizar o processo de comercialização da agricultura familiar a partir das feiras agroecológicas;

- g) Dialogar com os camponeses que praticam a agricultura familiar, levantando sua percepção acerca da experiência associativa e do trabalho que desenvolvem.

1.6 Metodologia

1.6.1 Método (s)

A construção do conhecimento tem como ponto de partida, a compreensão de uma realidade a começar pela escolha de um objeto de pesquisa. E é na existência que acontece o primeiro contato com o objeto a investigar. Diante das evidências, o cérebro humano registra a fotografia do real e formata o conhecimento abstrato que pode ser produzido a partir dele. De acordo com Sautu (2005), as teorias e procedimentos que auxiliam na orientação do pensamento, são denominados de método. A depender do método escolhido, a construção do conhecimento pode ser feita de diferentes formas.

Cabe ao sujeito da pesquisa, enquanto ser pensante, viabilizar seu curso compreendendo seu objeto através de instrumentos e métodos de conhecimento. Valcárcel (2000) ressalta que a construção do objeto de estudo geográfico não deve envolver apenas uma parcela da realidade, pois esta condução limitaria o acesso e a conexão com outras disciplinas. Este cuidado resguarda a Geografia como campo do conhecimento e da ação.

Portanto, é a partir do conhecimento acumulado sobre espaço e território presentes na teoria geográfica e sobre economia solidária em diversas áreas da ciência, que este trabalho pretende contribuir na construção do entendimento sobre como as práticas solidárias adotadas pela agricultura familiar transformam territórios, garantem a reprodução camponesa e contribuem para a resistência à acumulação capitalista.

O estudo permitirá compreender uma realidade objetiva e em mudança. Neste sentido, o método de análise corresponde ao Materialismo Histórico Dialético através do uso das categorias da lógica concreta, apresentadas em Lefebvre (1991). A lógica dialética considera o real como “[...] móvel, múltiplo, diverso, contraditório.” (Lefebvre, 1991, p. 170).

A formação econômico-social capitalista predomina sobre todos os outros tipos de organização da atividade econômica na atualidade, tornando-se importante perceber

como as iniciativas econômicas solidárias reconfiguram a base de reprodução das condições de sobrevivência e formatam seus espaços de atuação.

Este objeto de pesquisa também pode ser inserido no que Santos (1996) denomina de totalidade. Esta concepção possibilita perceber o espaço a partir das partes integrantes do todo e o todo presente nas partes. Na análise do objeto supracitado, compreender a prática solidária fora da produção capitalista que é a grande responsável pela formação e transformação dos territórios atualmente, potencializaria o paradigma da simplificação, como se esta pudesse ser entendida apenas como parte, ou como exceção à regra que predomina na organização da sociedade. Mas, a totalidade compreende o conjunto de todas as relações observáveis na natureza e sociedade interconectadas. Embora o funcionamento das iniciativas solidárias fuja às regras da economia capitalista, elas devem ser observadas a partir das conexões com o mercado produtor e consumidor capitalista, ou seja, no todo em que está constituída. Que fatores os afastam? Que fatores os aproximam?

Desta forma, a compreensão de um fenômeno em totalidade, não impede que recortes, mundiais, regionais, locais, setoriais sejam feitos e isenta o pesquisador das amarras do determinismo. O recorte neste caso, figura como uma apreensão da realidade em movimento (Santos, 1996). Nesse sentido, entender os efeitos da prática solidária reproduzidos numa atividade específica, a agricultura familiar, permite observar de forma particular as experiências deste segmento, fragmentando a realidade, mas mantendo-a ligada à dinâmica do todo como sugere Santos (1996).

Para a construção do conhecimento em Economia Solidária, Gaiger (2014) elenca que as abordagens desta temática podem ser realizadas a partir de três recortes. O recorte normativo, quando se analisa o tema abordando-o como projeto de transformação social. O recorte endógeno que debate o tema a partir da avaliação do êxito das iniciativas em economia solidária e por último, a abordagem analítica que prioriza o conhecimento empírico da realidade visando sua inserção na construção teórica.

Além do mais, como recomenda Gaiger (2014), neste estudo é possível construir uma abordagem de recorte normativo e analítico que contribuirá para a compreensão de uma prática específica, transformadora de territórios, observada do passado para o presente. Esta investigação poderá ser compilada ao conhecimento da Geografia, Economia, Sociologia e outras ciências que se interconectam em busca de explicação para esta realidade social.

Por fim, é evidente que no processo de construção do conhecimento, haverá sempre questões sem respostas o que demonstra a incompletude do pensamento. Como o fenômeno a ser investigado é uma realidade objetiva e em transformação, as incertezas que acompanham o desenvolvimento universal configuram como um desafio inerente à prática da pesquisa.

1.6.2 Execução da pesquisa

Para a realização desta pesquisa realizou-se, em primeiro lugar, o necessário levantamento bibliográfico que permitiu descrever o objeto de pesquisa, a partir da análise documental, levantando as perspectivas históricas e as principais concepções teóricas associadas. Em segundo lugar, os dados relativos à representatividade da economia solidária em contexto nacional foram levantados em instituições que fornecem publicações sobre o tema. Entre elas: a Secretaria de Trabalho do Governo Federal (através do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015-2019); o Atlas Digital da Secretaria Nacional de Economia Solidária; as publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que tratam do Primeiro (2005-2007) e do Segundo (2009-2013) Mapeamentos da Economia Solidária no Brasil; a Cáritas Brasileira da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica, etc.

Os dados sobre a economia solidária e agricultura familiar na Paraíba foram organizados com base em informações levantadas a partir do Censo Agropecuário 2017, de informações fornecidas pela Secretaria Executiva de Economia Solidária do Governo da Paraíba, através do acompanhamento das ações o Centro Público Estadual de Economia Solidária e das Casas de Economia Solidária da Paraíba, da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido e levantamentos realizados nas páginas eletrônicas de EESs, de entidades representativas e de portais de notícias que tratam a temática.

As entrevistas semiestruturadas¹² foram aplicadas com quatro gestores públicos¹³ responsáveis pela implementação das políticas públicas de economia solidária na Paraíba a saber: gestora da SESAES, gestor da SEAFDS, gerente da Casa de Economia Solidária de Sumé e gerente do Centro Público Estadual de Economia Solidária.

Também foram realizadas visitas a cinco feiras em João Pessoa (duas delas agroecológicas) onde foi possível a aplicação das entrevistas a alguns agricultores familiares que ora ocupavam estes espaços de comercialização. Nas oportunidades, foram ouvidos doze indivíduos, dos quais, nove mulheres e 3 homens¹⁴.

Diante das questões levantadas junto aos sujeitos da pesquisa, foi possível tecer considerações, derivadas não só da formalidade do processo de participação dos mesmos, mas também da percepção do investigador, afinal, a “[...] prática de pesquisa que procura este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação” (Cardoso, 1986, p. 103).

Questionando os gestores públicos pôde-se levantar: a) a percepção institucional acerca da economia solidária e sua relação com a agricultura familiar; b) os objetivos, funções dos respectivos órgãos públicos; c) os instrumentos de política pública de economia solidária que são utilizados em conexão com os direcionados à agricultura familiar na Paraíba; d) o papel das políticas públicas no desenvolvimento destas atividades; e, e) os principais fatores estimuladores e as principais dificuldades da operacionalização das políticas públicas para estes setores.

Para os agricultores familiares que trabalham sob os princípios solidários, foram levantados questionamentos que permitiram verificar: a) o perfil básico do agricultor familiar solidário; b) a percepção em relação ao trabalho associativo e ao papel social que exercem ao executar as atividades de produção e comercialização; c) as dificuldades e satisfação associadas às suas práticas.

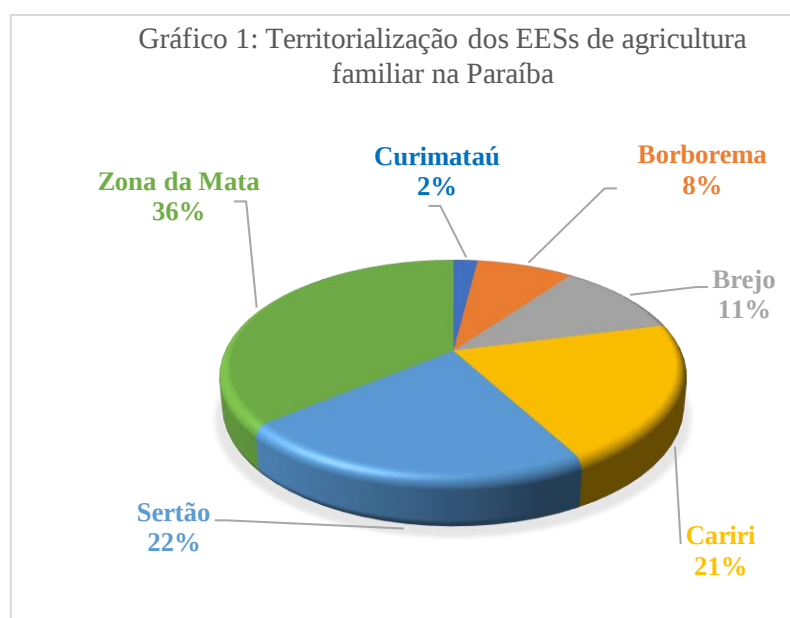
¹² Estão apresentados ao final deste texto como apêndices: o Termo de consentimento livre e esclarecido para conhecimento dos participantes da entrevista semiestruturada (Apêndice A), o Roteiro de entrevista com os trabalhadores da agricultura familiar solidária (Apêndice B), o Roteiro de entrevista com o gestor público da SESAES – PB (Apêndice C), o Roteiro de entrevista com os gestores públicos das Casas de Economia Solidária (Apêndice D) e o Roteiro de entrevista com o gestor público da SEAFDS – PB (Apêndice E).

¹³ No Apêndice F deste trabalho estão listados os encaminhamentos da pesquisa de campo para os gestores. Ali estão descritos, a data da entrevista, o nome completo, o cargo público que ocupa e a duração da entrevista.

¹⁴ Também no Apêndice F estão listados os encaminhamentos da pesquisa de campo para os agricultores, contendo a data da entrevista, a descrição do entrevistado e se participa de grupos associativos, a feira da qual participa e a duração da entrevista.

1.6.3 Definição da espacialização para a pesquisa de campo

O último mapeamento feito pela SENAES identificou 416 iniciativas solidárias no Estado da Paraíba, sendo 293 destas, pertencentes ao segmento da agricultura familiar. A SESAES (2017) apurou que a maior parte das experiências solidárias da agricultura estavam distribuídas na mesorregião da Zona da Mata ou Mata Paraibana, fração territorial que concentrava 36% dos EESs da agricultura familiar na Paraíba, conforme indicado pelo Gráfico 1. As outras duas mesorregiões com peso significativo nesta distribuição são o Sertão (com 22% dos EESs) e o Cariri (com 21% dos EESs).

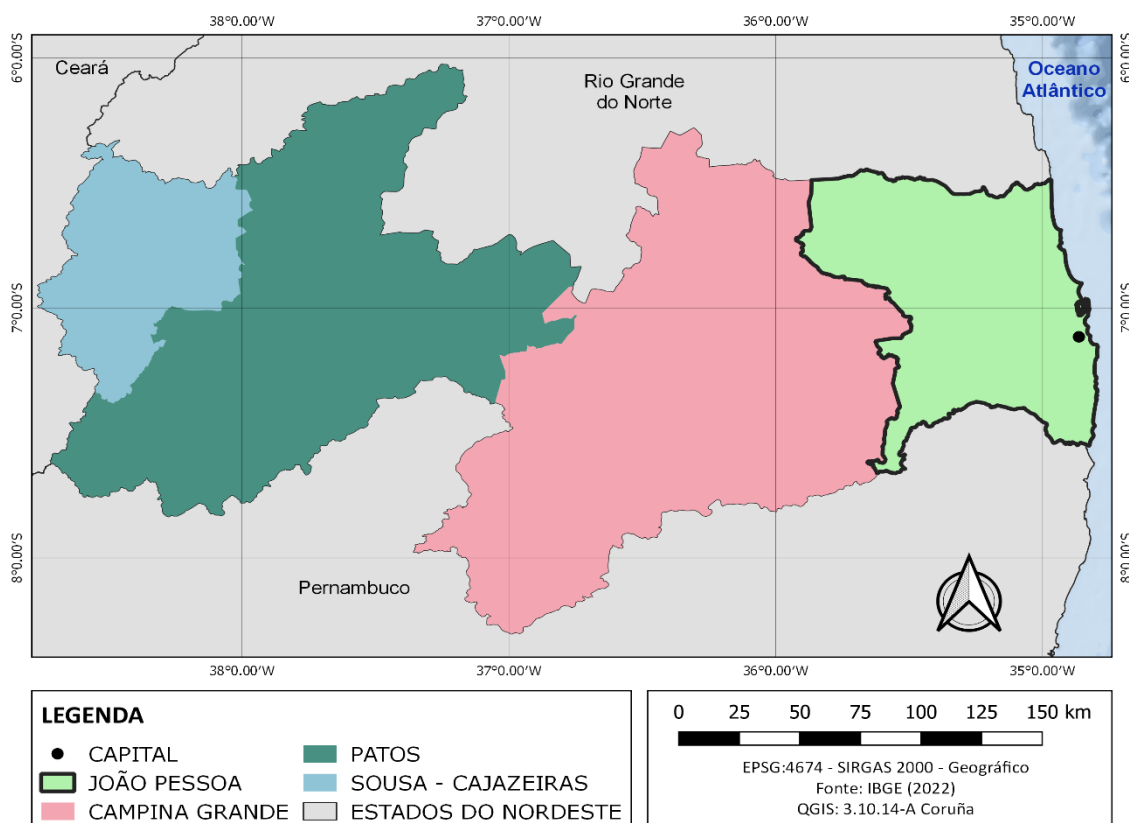


Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pela SESAES (2017).

Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou em 2017 uma Nova Regionalização do território brasileiro, os municípios pertencentes a Mata Paraibana passaram a compor a Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, fração leste do território paraibano representada e destacada na Figura 1.

De acordo com a Nova Regionalização (IBGE, 2017), a Paraíba comporta quatro Regiões Geográficas Intermediárias. A primeira, João Pessoa (com 63 municípios), substituiu a mesorregião da Mata Paraibana; a segunda, Campina Grande (com 72 municípios), agregou, as mesorregiões do Agreste Paraibano e Borborema; a terceira Região Geográfica Intermediária, Patos (com 63 municípios) e a última, Sousa-Cajazeiras (com 25 municípios), substituíram a mesorregião do Sertão Paraibano.

Figura 1: Regiões Geográficas Intermediárias da Paraíba



Fonte: Elaboração própria.

Necessário considerar que a Nova Regionalização utilizou, para a divisão, a hierarquia urbana que dividiu o espaço paraibano por ordem de importância em: capitais regionais (João Pessoa e Campina Grande), centro sub-regionais (Cajazeiras, Guarabira, Patos, Sousa; Itaporanga) e centros de zona (Catolé do Rocha, Itabaiana, Mamanguape, Monteiro, Pombal, São João do Rio do Peixe, Araruna, Desterro, Piancó, Santa Luzia, Sapé, Sumé e Uiraúna) (Silva; Moreira, 2023).

O problema da escolha do elemento urbano como base para a regionalização é que compromete estudos comparativos e inviabiliza a análise de características locais presentes nos ambientes físicos de cada lugar.

[...] pela primeira vez se desconsidera como um dos seus elementos o meio natural. Desta vez o campo não aparece em sua relação dialética com a cidade, mas sim como subordinado à dinâmica urbana. Não havendo um peso maior na configuração regional, o espaço agrário e suas relações sociais intrínsecas não aparecem, sendo única menção aos fluxos de produção do agronegócio (Silva; Moreira, 2023, p. 15).

Feitas estas considerações, a Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, foi o território que mais concentrou EESs e, portanto, esta informação foi considerada quando da delimitação relativa aos participantes da pesquisa. Usando a nova classificação, o peso territorial da Região Geográfica Intermediária de João Pessoa em termos da concentração dos EESs da agricultura familiar aumenta, pois, municípios do Brejo Paraibano que continham 11% dos EESs da agricultura familiar foram integrados à nova região.

A Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, com área territorial destacada na Figura 1 por sua vez, é composta por 4 Regiões Geográficas Imediatas (João Pessoa, Guarabira, Mamanguape-Rio Tinto e Itabaiana) e compreende 63 municípios dispostos conforme apresentação do Quadro 1.

Quadro 1: Composição Municipal da Região Geográfica Intermediária de João Pessoa

Região Geográfica Imediata	Municípios
1. João Pessoa (22 municípios)	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Caldas Brandão, Conde, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Gurinhém, João Pessoa, Juarez Távora, Juripiranga, Lucena, Mari, Pedras de Fogo, Pilar, Pitimbu, Riachão do Poço, Santa Rita, São Miguel de Taipu, Sapé, Sobrado
2. Guarabira (26 municípios)	Alagoinha, Araçagi, Arara, Araruna, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Caiçara, Casserengue, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Riachão, Serra da Raiz, Serraria, Sertãozinho, Solânea, Tacima
3. Mamanguape – Rio Tinto (10 municípios)	Baía da Traição, Capim, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedro Régis, Rio Tinto
4. Itabaiana (5 municípios)	Itabaiana, Mogeiro, Natuba, Salgado de São Félix, São José dos Ramos

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2017).

A abordagem dos agricultores foi realizada a partir de espaços de comercialização dos produtos originados da agricultura familiar organizados na cidade de João Pessoa. A escolha se deu em virtude de o município concentrar a comercialização dos produtos advindos de municípios circunvizinhos e pertencentes, na sua maioria, à Região Intermediária de João Pessoa segundo a Nova Regionalização.

1.7 Estruturação da pesquisa

A presente pesquisa está estruturada em 6 capítulos e considerações finais. No primeiro consta os elementos introdutórios que descrevem e situam o objeto de pesquisa no tempo e espaço, bem como as possíveis propostas investigativas. Neste primeiro momento também são apresentados os objetivos do trabalho (geral e específicos) acompanhados da questão de pesquisa. Por fim, são apresentadas as escolhas metodológicas que nortearam a execução do estudo.

O segundo capítulo intitulado “O avesso da economia: a economia solidária em foco” objetivou definir a economia solidária, seus princípios e os EESs como forma de manifestação da mesma. Também se realizou um levantamento histórico que permitiu situar no tempo as experiências solidárias. Neste bloco, a economia solidária é abordada como estratégia de resistência e como uma nova estratégia de desenvolvimento.

A partir do terceiro capítulo, a história da economia solidária no Brasil passa a ser contada, levando em consideração seu florescimento recente a partir da década de 1980. Os avanços conquistados a partir do movimento social da economia solidária, são realçados com a criação da SENAES e pela realização dos mapeamentos que computaram e deram visibilidade à prática solidária. Lista-se também os desafios recentes da economia solidária impostos pela pandemia do coronavírus e pelo governo da extrema-direita no Brasil, bem como a retomada das pautas solidárias com a ascensão de uma nova gestão federal em 2022.

No capítulo quatro, a abordagem é centralizada nos vínculos existentes entre a agricultura familiar e a economia solidária. Destaca-se a importância econômica e regional do setor, bem como sua relevância social no que diz respeito à absorção da mão-de-obra e à segurança alimentar e nutricional. Finalmente são levantados os elementos que aproximam e correlacionam a agricultura familiar e a economia solidária.

No penúltimo capítulo, a agricultura familiar é apresentada como segmento hegemônico da economia solidária na Paraíba. Ao se contextualizar as práticas solidárias no Estado, é feito o levantamento das políticas públicas de economia solidária, das respectivas estruturas de apoio e das políticas públicas de economia solidária voltadas para a agricultura familiar na Paraíba, especificando-as.

O último capítulo denominado “Percepções, vivências e experiências: dialogando com gestores e agricultores” apresenta os resultados das experiências e vivências de gestores que trabalham no apoio público à agricultura familiar e economia solidária, a

partir dos fatos, contados por eles mesmos, e experienciados ao longo de suas trajetórias de trabalho, são resumidos

Nas considerações finais é feito um apanhado das discussões ora realizadas ao longo de todo o texto, onde se oferece ao leitor um fechamento “não conclusivo” ao se abrir a perspectiva para novas pesquisas.

2. O AVESSE DA ECONOMIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FOCO

2.1 O que é a economia solidária? E os empreendimentos econômicos solidários?

As iniciativas solidárias, verificáveis tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais, não são contempladas pelo arcabouço teórico dominante das Ciências Econômicas nem da própria *práxis*, pois não se acomodam ao pressuposto do *Homo economicus*¹⁵, racional e maximizador de satisfação e lucros. Este enquadramento realizado pela teoria econômica neoclássica¹⁶ resume todas as empresas econômicas a empresas capitalistas e toda a economia à economia de mercado. Reducionista, esta análise exclui outras dimensões do comportamento humano e trata a ocorrência de atividades econômicas que fogem ao padrão da acumulação capitalista como atraso ou acidentes e que, por isso, não teriam importância investigativa teórica e prática. Mesmo assim, o

[...] ceticismo de algumas áreas de conhecimento quanto à relevância da Economia Solidária como objeto de pesquisa, assim como o descrédito quanto a seu valor social e político – manifesto tanto em correntes da economia neoclássica quanto do marxismo – não a impediram de despertar interesse e granjear adeptos no campo acadêmico (Gaiger, 2012, p. 8).

Mas, a desconfiança, o descrédito e o preconceito acabam por limitar a pesquisa deste importante objeto de investigação teórica. As outras experiências de economia, segundo Santos (2019), são deliberadamente ocultadas tanto do ponto de vista empírico quanto do ponto de vista epistemológico.

É bastante comum identificar desconunsais esforços para descaracterizar a importância das iniciativas solidárias. Culti, Koyama e Trindade (2010) elencam quatro “mitos” a respeito da economia solidária que foram construídos a partir de ideias preconcebidas que acabam limitando a visibilidade e a pesquisa das práticas solidárias. A

¹⁵ Designação apresentada pelos teóricos do pensamento econômico clássico, principalmente Adam Smith e David Ricardo, que consiste em caracterizar o homem a partir da ação econômica, como um ser dotado de racionalidade plena, capaz de dirigir suas decisões por fatores puramente econômicos. Por isso, todas as ações humanas buscam maximizar benefícios e minimizar sacrifícios, ou dito de outra forma, na linguagem utilitarista: maximizar lucros e reduzir prejuízos (Schumpeter, 1984).

¹⁶ Vertente da teoria econômica desenvolvida a partir de 1870, que se opõe à teoria do valor trabalho e que representa a economia como sendo formada por um conjunto de agentes econômicos, racionais, dotados de preferências ou fatores de produção, que ao se interligar por meio do mercado promovem o equilíbrio entre produção e consumo. Segundo Joan Robinson, a teoria econômica varreu a teoria do valor trabalho com seu cheiro desagradável, para se deleitar com o mundo da satisfação e da utilidade (Robinson, 1964).

primeira narrativa determina que a economia solidária é um setor à parte, periférico. Esta é a visão predominante da teoria econômica tradicional já relatada neste trabalho que relega a economia solidária a um lugar secundário da realidade social ou

[...] fora da ótica da economicidade, identificam-na como um setor de atividades de ajuda mútua, conviviais e voluntárias, alheias à circulação do dinheiro, seccionam, assim, o setor de mercado e o convival, numa forma similar a um aprisionamento comunitário (Culti, Koyama e Trindade, 2010, p. 17).

O segundo mito conclui que a economia solidária é uma “economia caritativa de reparação”, resumindo-a à caridade filantrópica e confundindo-a com solidariedade. A relação contratual do trabalho solidário coletivo que tem como objetivo a geração de renda, elucida esta constatação imprecisa.

A generalização de que a economia solidária é uma subeconomia reservada aos excluídos é o terceiro mito levantado pelos autores. De fato, as iniciativas solidárias proliferam com maior frequência entre aqueles que estão à margem da economia e também nos momentos de dificuldade econômica. Entretanto, adotar esta visão como regra, significa ignorar que há trabalhadores que não desejam retornar ao emprego formal e outros que sequer foram assalariados, nem se tornarão.

Por fim, há outra constatação preconcebida que condena a economia solidária a desaparecer na economia privada ou pública, nas atividades de pouca expressão econômica ou integrada a um setor público ampliado. Pesquisador respeitado da economia solidária, Laville (2006, p. 36) bem observa: “Existem, pois, ‘outras economias’ baseadas nas solidariedades e é importante que a difamação sistemática de que elas são objeto dê lugar a um verdadeiro conhecimento, tornando-as mais visíveis.”

Dito isto, as ações cooperativas e solidárias caracterizam um novo ente social, o *Homo-solidarius* (Dourado, 2016). Compreendê-las significa “[...] desconstruir o reducionismo que interpreta qualquer forma econômica apenas a partir do interesse material” (Laville, 2006, p. 36).

Pela sua dupla dimensão, a economia solidária interroga, ao nível conceptual e empírico, as categorias da economia, recusando limitar os fenómenos económicos àqueles que são definidos como tal pela ortodoxia económica. Interroga também este poder de delimitação que a ciência económica possui e alimenta uma reflexão mais geral sobre as definições e instituições da economia (Laville, 2009a, p. 43).

Santos (2019) identifica a economia solidária como parte integrante das “outras economias” ao lado das iniciativas feminista, indígena e campesina, compreendendo uma das “[...] formas de economias alternativas, que se distinguem da lógica mercantil capitalista e estimulam outras relações de trabalho e outras relações sociais e econômicas” (Santos, 2019, p. 21).

A expressão economia solidária passou a ser usada recentemente e sua origem é controversa, pois há duas correntes de análise, embora predomine a versão que a mesma surge na França, conforme revisão da literatura efetuada por Pinheiro (2013). A primeira registra o termo em 1980, quando o autor chileno Luiz Razeto adota a fala de uma militante que participava de um fórum de trabalhadores. A segunda aponta que ela pode ter sido concebida na França em 1992 por Jean Louis Laville e Bernard Eme a partir das observações de iniciativas e experiências socioeconômicas denominadas de “iniciativas locais” no continente europeu. Já em 1993, a Revista Travail divulgou um documento denominado “Economia Solidária” assinado Jean Louis Laville, Bernard Eme e outros autores franceses. Em 1994, o livro *L'économie solidaire – une perspective internationale* organizado por Laville foi lançado.

No Brasil, o termo economia solidária aparece pela primeira vez na obra de Luiz Razeto, em 1993. Em 1995, no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia é utilizado em uma mesa redonda e, em 1996, foi empregado por Paul Singer em um artigo divulgado pelo Jornal Folha de São Paulo intitulado “Economia Solidária contra o desemprego” (Pinheiro, 2013; Dourado, 2016). Também em 1996, o termo foi usado no programa de governo do Partido dos Trabalhadores como proposta de ação da política pública.

Desde então, a expressão passou a figurar nas discussões e nos trabalhos dos teóricos brasileiros para referenciar as iniciativas de produção e distribuição que não correspondem à lógica da acumulação capitalista.

O nome genérico que damos a esta nova forma de organização econômica é economia solidária. A ideia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc. através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos (Singer, 1999, p. 132).

A economia popular solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades socioeconômicas cujo primado é o do trabalho

sobre o capital, de caráter cooperativo/associativo e autogestionário, que produzem trabalho e riqueza e que têm potencial para promover a inclusão cidadã e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização (Medeiros, 2006, p. 153).

A prática solidária é observada em diversos territórios, em variadas atividades e vivenciada por múltiplos sujeitos, manifestando-se nas mais distintas formas. Logo, por estar inserida numa realidade em contínua transformação sua definição encontra-se em permanente construção. Sendo assim, a economia solidária está descrita no Dicionário Internacional da Outra Economia (2009), literatura importante da área, sob o alerta de que existe

[...] acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado (Laville e Gaiger, 2009, p. 162).

Ainda que o uso da expressão economia solidária, não seja consensual¹⁷, a mesma se consolidou e evidencia de forma geral, a renovação do cooperativismo baseado em princípios solidários. Vale ressaltar que outros termos são bastante utilizados na literatura. A obra de Cattani (2009), intitulada *A Outra Economia*, e o Dicionário Internacional da Outra Economia (2009) reúnem todos os conceitos que compõem e se relacionam com a economia solidária. As terminologias ali listadas, ou são antecedentes do termo atual, ou descrevem atividades que se assemelham à prática solidária ou são usadas como sinônimos de economia solidária. Na maioria das vezes, os termos compreendem concepções bastante aproximadas. É o caso das expressões economia da solidariedade, economia social, economia social e solidária, economia popular, economia dos setores populares, economia popular solidária, economia da comunhão, economia da dádiva, economia para a vida, etc.¹⁸

Tomemos como exemplo economias da dádiva e da comunhão e a economia popular. Enquanto as primeiras prezam em suas práticas, pela cultura da gratuidade e

¹⁷ Wellen (2008) usa a expressão economia solidária sempre entre aspas; segundo ele, para demonstrar que o termo representa uma ideologia a partir da mistificação da realidade capitalista, servindo aos interesses do sistema produtivo dominante. Santana (2018) diverge que os termos economia e solidária sejam usados juntos, pois seriam inconsistentes entre si já que o termo economia pressupõe a concorrência e o individualismo enquanto a solidariedade infere atitudes coletivas e altruístas.

¹⁸ Os termos humanoeconomia e socioeconomia (Arruda, 2006) também são conceitos que se aproximam da economia solidária visto que tentam resgatar o princípio essencial da economia de cuidar da casa numa dimensão “humana” de valorização do trabalho útil.

reciprocidade, a segunda é representada pelas atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares “[...] no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais” (Icaza e Tiriba, 2009, p. 101) e, ainda, “[...] vinculada à sua base familiar e a relações primárias, que funcionam como centro de gravidade das atividades de subsistência e de reprodução vital” (Gaiger, 2022).

Assim como na economia popular, várias outras experiências de reprodução da sobrevivência humana evoluem e assumem diferentes configurações e significados ao longo da história, recebendo distintas denominações. Portanto, a economia solidária resgata experiências da economia popular proporcionando protagonismo a seus adeptos (Gaiger, 2022) e o termo em si passou a ser adotado “[...] paulatinamente para designar aquelas experiências e demarcar sua principal característica: a conjunção da economia com a solidariedade” (Ferrarini, Gaiger e Schiochet, 2018, p. 158).

Mesmo havendo diferentes concepções sobre a economia solidária todas perpassam pelo entendimento de que se trata de uma forma de organização da produção e distribuição de bens e serviços centrada principalmente, na solidariedade e decisão coletiva. De maneira geral,

[...] a economia solidária passou a englobar conceitualmente aquelas atividades que apresentam uma primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, fato expresso na dinâmica interna dos empreendimentos na presença de critérios equitativos, por uma índole participativa e com base na socialização dos recursos produtivos e no trabalho cooperativo (Ferrarini, Gaiger e Schiochet, 2018, p. 162).

A SENAES define a Economia Solidária como sendo um

[...] conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária (SENAES, 2006, p. 11).

Esta conceituação institucional é reforçada pela Secretaria de Trabalho do Governo Federal:

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na

economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados (Secretaria de Trabalho, 2021).

É consensual entre os autores que tratam do tema o fato de que as iniciativas solidárias estão baseadas em princípios distintos das organizações capitalistas, pois a “[...] associação livre e democrática dos trabalhadores visa ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã” (Gaiger, 2009, p. 85). Sendo então “[...] outra forma de produzir e de propiciar a circulação de bens e serviços, assegurando com isso a sobrevivência econômica e melhores condições de vida a seus participantes” (Gaiger, 2009, p. 93).

Em relação aos que trabalham nas atividades solidárias no Brasil, Schiochet (2020, p. 1) faz um resumo esclarecedor.

No Brasil sua base social é popular composta principalmente por camponeses, agricultores familiares, produtores agroecológicos, catadores de materiais recicláveis e produtores artesanais e coletivos culturais. A forma de organização é associativa, cooperativa, comunitária, participativa e autogestionária. Sua articulação ocorre por meio da formação de redes de cooperação e práticas federativas ou confederativas.

A forma coletiva de reprodução da economia solidária demanda que seus participantes atuem conjuntamente e de maneira planejada. Para isso, um conjunto de habilidades deve ser posto em prática. Nesse sentido, figuram como princípios da economia solidária: a solidariedade, a cooperação, a autogestão e sua dimensão econômica.

A solidariedade, primeiro princípio, pode ser abordada a partir de uma visão mais contemporânea. Nesta, destacam-se duas vertentes: uma baseada na filantropia e a outra na democracia. A solidariedade filantrópica é baseada na mera ajuda motivada pelo altruísmo que se manifesta nas iniciativas paliativas usadas para amenizar os sofrimentos sociais, a solidariedade democrática é fundamentada na igualdade de direito entre cidadãos que exercem sua cidadania apoiados na auto-organização e na ação coletiva (Laville, 2006; 2009a; Mejía, 2015).

O adjetivo “solidária”, que vem associado ao termo economia, expressa os mais diferentes aspectos que se estendem ao bem-estar nos âmbitos interno e externo das organizações. A distribuição justa dos resultados, o avanço da capacidade de trabalho, a melhoria das condições de vida dos que trabalham além do cuidado com o meio ambiente

e desenvolvimento local são preceitos “extraeconômicos” buscados através da solidariedade.

Desse modo, os bens e serviços que fluem das atividades solidárias envolvem vínculos interpessoais que são cultivados para além dos interesses particulares e que Razeto denominou de relações de comensalidade (Gaiger, 2022).

Já a cooperação praticada sob o prisma solidário é distinta da cooperação capitalista. Enquanto nesta, seus membros trabalham juntos sob as ordens do proprietário dos meios de produção e os interesses individuais predominam, naquela, os trabalhadores cooperam de forma ativa e voluntária visando os interesses comuns do grupo que trabalha, ou seja, o motivo que os reúne é o interesse da coletividade. A propriedade coletiva dos meios de produção e repartição solidária dos resultados redefine a cooperação humana no processo de trabalho.

Logo, cooperar voluntariamente significa fortalecer laços entre os indivíduos, de forma que os mesmos possam humanizar o processo de reprodução da vida (Jesus e Tiriba, 2009). Este é um desafio que se impõe aos que fazem a economia solidária, pois numa realidade material dominada pelo sistema capitalista e em consequência, pelo comportamento individualista, cooperar voluntariamente significa quebrar paradigmas pré-estabelecidos e considerados impossíveis de serem superados. A literatura econômica dominante, por exemplo, expõe o modo de produção capitalista como perpétuo e destituído de materialidade histórica anterior.

Ao praticar a autogestão, os trabalhadores destacam-se como protagonistas das decisões relativas aos processos de trabalho, participando de todas as esferas decisórias de direção e coordenação. Esta autonomia alcançada no processo de trabalho envolve uma mudança comportamental dos trabalhadores que, por consequência, pavimentam no ambiente em que estão estabelecidas estas novas relações, o caminho para a emancipação social.

O associativismo autogestionário é a afirmação de que o ser humano pode se tornar sujeito de sua própria economia, pode deixar de ser objeto e marionete de outros e das suas próprias criações – o capital, as riquezas, o dinheiro, as máquinas, a tecnologia. Ele mostra que pode haver uma cultura diferente e superior à cultura da ganância, da usura e da avareza (Arruda, 2006, p. 68).

Por fim, no princípio da dimensão econômica todo o empenho, meios materiais e conhecimento adquiridos pelos trabalhadores do empreendimento são canalizados para

viabilizar as iniciativas solidárias em seus setores específicos, a partir de critérios de eficácia e efetividade. Neste item, as iniciativas solidárias e seus atores institucionais buscam criar seus próprios instrumentais de viabilidade, pois aqueles que estão disponíveis privilegiam apenas as variáveis econômicas e financeiras, otimizando-as para demonstrar suas capacidades de produzir lucros.

Diversas instituições têm encampado e apoiado as iniciativas coletivas. A Cáritas Brasileira, por exemplo, tem intensa atuação no fortalecimento das iniciativas populares e solidárias e também tem contribuído para a construção do conhecimento sobre a economia solidária. Com claro papel formativo, um dos seus documentos traz o seguinte comparativo entre a economia capitalista e a economia solidária resumido e apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Economia capitalista *versus* economia solidária

Aspectos	Economia capitalista	Economia solidária
Lógica	Acumulação via lucro	Ampliação da qualidade de vida
Relações de trabalho	Patrão x empregado	Autogestão cooperativa
Protagonismo	Representações empresariais	Organizações do Movimento da economia solidária
Educação	Competitiva / Individualista	Solidária em rede
Projeto de desenvolvimento	Monopolista (predatório do meio ambiente e das pessoas)	Desenvolvimento sustentável
Políticas	Excludentes e compensatórias	Fortalecimento de redes e suas representações
Cadeia produtiva	Competição e exploração monopolista	Rede de complementaridade solidária

Fonte: Adaptado de Bertucci e Silva (2003, p. 70).

As informações do Quadro 2 contrapõem os objetivos. Enquanto a economia solidária está baseada em princípios que valorizam o trabalho e a condição da vida humana, o meio ambiente e a organização social, a economia capitalista estimula a competição e o individualismo cultivando princípios excludentes¹⁹. Fica evidente a separação no capitalismo entre a esfera econômica e a social, enquanto nas iniciativas solidárias ambas são interligadas.

Para reforçar os princípios básicos da economia solidária, Coraggio (2012) adota uma perspectiva mais ampla. Segundo o autor, a busca do trabalho para todos, o

¹⁹ E qualquer iniciativa que conteste os pressupostos basilares do sistema econômico é inviabilizada como exceção à regra geral e, portanto, sem validação.

pluralismo e diversidade, a não discriminação de gênero, a justiça distributiva, o comércio justo, o consumo responsável e a reciprocidade são práticas associadas a esta nova forma de reproduzir a subsistência humana. E, ainda, indaga:

¿Cuál es el sentido distintivo de esas prácticas, en comparación con la motivación del lucro particular? En lo inmediato, es resolver el sustento de los que en ellas participan, pero el objetivo trascendente es resolver el sustento de todas y todos. Es decir, hoy está predominantemente dirigida sobretudo a los que no tienen resuelto el problema del sustento, a las víctimas extremas de este sistema, a los más pobres entre los pobres, a los que sus hijos no tienen tres platos de comida al día, a los que desnutridos no van a poder desarrollar sus capacidades cognitivas (Coraggio, 2012, p. 38).

No campo da concretude das iniciativas solidárias, Singer (2002a) registra-as com base em quatro formas fundamentais: cooperativas de produção, de comercialização, de consumo e de crédito. Gaiger (2003, p. 125) complementa com “[...] grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão [...]”

Schiochet (2009, p. 55) elenca exemplos da prática solidária no Brasil:

[...] trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e de autogestão; agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços, em contraposição à subordinação à agroindústria capitalista; comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito; populações de catadores de lixo (nos lixões e nas cidades) organizaram sua atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas.

À medida que a observação progride sobre a realidade e a prática da economia solidária, ajustes são feitos na literatura desta temática. Laville e Gaiger (2009, p. 162), fundamentados no crescimento da economia solidária, assinalam várias outras formas de manifestação, como:

[...] coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc.

Silva (2020) apresenta uma classificação mais detalhada, listando as associações de produtores, cooperativas de produtores, cooperativas de produção ou trabalho, cooperativa de prestação de serviços de agentes autônomos, cooperativas de consumo, cooperativas de habitação, cooperativas de crédito, fundo rotativo/banco comunitário, empresas recuperadas ou autogestionadas por trabalhadores, ONGs (entidades de assessoria e fomento) e clubes de trocas.

A exteriorização da economia solidária por meio da prática e sua amplitude em diversos formatos e em variadas atividades econômicas têm proporcionado um grande avanço na construção do conhecimento sobre a “outra economia”. Os termos “iniciativas solidárias” e “empreendimentos econômicos solidários” se tornaram comuns para designar as atividades que adotam os princípios solidários e que se encaixam no conceito amplo de economia solidária.

O Decreto nº 7.358 de 17 de novembro de 2010 que compõe o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário define os empreendimentos econômicos solidários como “[...] organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados” (Brasil, 2010).

Em seu referencial para análise de empreendimentos solidários, o Dieese o define como:

[...] diversas formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão vão conformando um conjunto plural e diversificado de empreendimentos, em que a solidariedade transforma práticas e aponta para compromissos renovados com as lutas coletivas por transformações sociais. Ademais, articula redes com o propósito de criar circuitos econômicos voltados para a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, potencializando as iniciativas locais (DIEESE, 2014, p. 14-15).

Já o Projeto de Lei (PL) 6.606/2019 submetido ao Congresso Nacional, ainda em tramitação, traz uma definição mais pormenorizada em seu artigo 4º.

São considerados Empreendimentos Econômicos Solidários aqueles que possuem concomitantemente as seguintes características: I - ser uma organização coletiva e democrática, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano ou rural; II - exercer atividades de natureza econômica como razão primordial de sua existência; III - ser uma organização autogestionária, cujos participantes ou associados exerçam coletivamente a gestão das

atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania assemblear e singularidade de voto dos sócios, conforme dispuser o seu estatuto ou regimento interno; IV – ter seus associados direta ou preponderantemente envolvidos na consecução de seu objetivo social; V - distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus associados, considerando as operações econômicas realizadas pelo coletivo; VI - realizar pelo menos uma reunião ou assembleia trimestral para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento; e VII - destinar parte do seu resultado operacional líquido para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação, no desenvolvimento comunitário e para a formação política, econômica e social dos seus integrantes (Brasil, 2019a, p. 3).

Os EESs envolvem “[...] diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre organização dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade” (Gaiger, 2003, p. 135) e denominam a forma organizacional da economia solidária.

A expressão empreendimento econômico solidário deriva dos estudos de Luis Razeto, autor chileno, pesquisador da economia popular. Em suas observações, Razeto constatou que as iniciativas baseadas no trabalho coletivo e na solidariedade garantiam a subsistência dos trabalhadores ao gerar trabalho e renda, melhoravam a qualidade de vida dos envolvidos e contribuíam para o crescimento econômico, além de constituírem-se como forma de resistência à organização econômica tradicional (Gaiger, 2009a).

Embora o termo se assemelhe à linguagem utilizada pela teoria econômica convencional, tem a capacidade de pôr em evidência o contraste entre os objetivos econômicos das empresas capitalistas e solidárias. A finalidade econômica dessas organizações não está na acumulação de riqueza por meio da maximização do lucro e sim “[...] em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos” (Gaiger, 2009a, p. 181).

Assim sendo, o diferencial dos empreendimentos econômicos solidários reside

[...] no fato de que um elemento comunitário, de ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária, presente no interior dessas unidades econômicas efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica, efeitos concretos e específicos nos quais se possa discernir uma particular produtividade, dada pela presença e crescimento do

referido elemento comunitário, análoga à produtividade que distingue e pela qual se reconhecem os demais fatores econômicos [...] (Razeto²⁰, 1993, p. 41 apud Gaiger, 2009a, p. 183).

Portanto, os empreendimentos econômicos solidários correspondem a uma das formas de manifestação da economia solidária, constituindo-se numa das categorias que integram a rede de economia solidária. Junto a estes empreendimentos, as entidades de apoio e fomento, a representação de governos, os movimentos sociais e demais organizações formam o universo da economia solidária.

Mas, nem toda iniciativa associativista e cooperativista é considerada um empreendimento econômico solidário. Para levantar a realidade da economia solidária no Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária a partir do SIES que embasou a sistematização dos mapeamentos, definiu as iniciativas solidárias como sendo aquelas que cumprem os requisitos de serem²¹:

- [...] 1) *Coletivas*, envolvendo organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações; cooperativas; empresas autogestionárias; grupos de produção; clubes de troca; redes etc., cujos participantes ou sócios exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.
- 2) *Permanentes*, que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real.
- 3) Organizações que *realizam atividades econômicas* de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário [...] (Silva, 2020).

Numa visão mais contemporânea também são alçadas à categoria de empreendimentos solidários as iniciativas das comunidades quilombolas, das colônias de pescadores e outras formas de organização que prezam pela busca de melhores condições de vida para suas populações, através da produção solidária e das trocas solidárias. Portanto, as iniciativas solidárias

[...] podem metabolizar de forma inovadora racionalidades diferentes, ancestrais, como no caso dos povos e comunidades tradicionais, em particular as cosmovisões indígenas e africanas ou aquelas de pescadores, extrativistas e outras categorias sociais identificadas

²⁰ RAZETO, Luis. **Las organizaciones económicas populares**. Santiago de Chile: Programa de Economía del Trabajo, 1983.

²¹ 171 questões compunham o questionário investigativo para caracterizar os empreendimentos solidários no Brasil (Silva, 2020).

gradativamente com e pela economia solidária (Ferrarini, Gaiger e Schiochet, 2018, p. 163).

Quanto ao acompanhamento e monitoramento dos EESs, algumas estratégias estão sendo desenvolvidas ao longo do tempo. O DIEESE, por exemplo, elaborou um instrumental próprio de critérios para classificar e analisar os empreendimentos de economia solidária, com o objetivo de auxiliar a gestão e facilitar o acesso ao crédito e financiamento (DIEESE, 2014). De acordo com esta metodologia, as análises das experiências territoriais da economia solidária devem considerar seu diferenciado modo de organizar e distribuir a produção. Já a Universidade Federal Fluminense tem uma publicação derivada do acompanhamento da incubação de EESs que orienta a criação de iniciativas solidárias. O guia elaborado por França et al. (2008), orienta a constituição, a organização, o processo de formação teórica e técnica dos trabalhadores solidários.

Há também esforço dos autores que trabalham com o tema, para além de dar visibilidade aos ESS e ao movimento da economia solidária, fornecer parâmetros que permitam acompanhar e avaliar a aplicação dos princípios da economia solidária²². Gaiger (2007), por exemplo, para alcançar este objetivo, construiu dois indicadores de verificação: coeficiente de empreendedorismo e coeficiente de solidarismo e um terceiro, o coeficiente integrado que incorpora os dois primeiros. Questões relacionadas à estrutura física na produção e comercialização, financiamento, férias ou descanso semanal para os sócios-trabalhadores, coletivização da produção ou do trabalho e tomada de decisões coletivas tomadas pelo conjunto de sócios, comercialização solidária e preservação do meio ambiente, foram utilizadas na construção dos dois coeficientes.

O avanço das iniciativas solidárias, portanto, tem estimulado o aperfeiçoamento do suporte teórico e investigativo e metodologias que buscam caracterizar e analisar os empreendimentos econômicos que adotam os princípios solidários.

2.2 A origem da economia solidária

Ao realizar um diagnóstico sobre as primeiras iniciativas solidárias, Laville (2009a), Singer (2002) e Gaiger (2007; 2009a) regressam ao século XIX e as tratam a

²² A construção de indicadores de avaliação e acompanhamento para verificar embora aproxime a economia solidária à economia capitalista por ser um critério quantitativo não desqualifica o alcance qualitativo dos EESs, ao contrário, permite identificar onde se situam as dificuldades destas iniciativas habilitando o processo decisório no fortalecimento dos princípios solidários.

partir de uma evolução contínua através do tempo²³. Segundo estes autores, identificado inicialmente como cooperativismo, o embrião da economia solidária se apresentou como uma resposta ao empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

De fato, sobre a conjuntura da época, atestam os registros históricos, que a reação dos trabalhadores, dos intelectuais e das organizações políticas sucede assim que o capitalismo se consolida como modo de produção. Enquanto crescia a produtividade do trabalho, aumentava o desemprego, que deixou à margem da sociedade trabalhadores antes vinculados às atividades manufatureiras. Marx, em sua principal obra, registra que a contínua acumulação do capital gera consequências tanto para a concorrência entre os capitalistas quanto para a classe trabalhadora (Marx, 2005). Esta “deficiência estrutural” constatada por Marx foi comprovada por Piketty (2014) no final do século XX, a partir da observação da evolução do PIB por habitante e da renda mensal dos trabalhadores. A evidência mostra que a má distribuição da renda e a desigualdade não é característica exclusiva do século XIX nem atinge apenas os países capitalistas subdesenvolvidos. Estes indicadores, conclui o estudo, apresentam tendência de alta ao longo da série histórica sistematizada entre 1700 e 2012 em todos os países capitalistas observados.

Como as bases gerais de funcionamento do sistema capitalista induzem a uma busca contínua pelo aumento da produtividade do trabalho humano, produtividades maiores são alcançadas à medida que cresce o volume de meios de produção que um operário manipula num determinado período. A cada ganho de produtividade, um maior volume de meios de produção confronta-se com uma menor magnitude de força de trabalho que os põe em movimento (Ribeiro, 2010).

Sendo o capital composto de duas partes, a constante (meios de produção – máquinas, equipamentos e matéria prima) e a variável (força de trabalho), a ampliação do aporte produtivo para produção de mercadorias tende a ser materializada com um dispêndio maior de capital constante comparado ao dispêndio em capital variável. Por esta razão, ao se desenvolver, a produção capitalista adiciona proporcionalmente cada vez menos trabalhadores, de forma que haverá uma população trabalhadora que excede as necessidades do capital. Este excedente de trabalhadores figura ao mesmo tempo como resultado e condição da acumulação capitalista,

²³ Dentre os primeiros autores que se preocuparam com as condições sociais dos trabalhadores estão Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon e Louis Blanc (Engels, 1985).

[...] porque deriva do aumento na composição orgânica que acompanha as sucessivas acumulações de capital, e condição em virtude de formar um exército industrial de reserva, do qual se serve o capital quando os ritmos da sua acumulação aumentam bruscamente, quando se lança de improviso no investimento em velhos ramos de produção, cujo mercado por qualquer motivo se ampliara, ou em novos ramos onde é boa a perspectiva de lucros (González, 1977, p. 25).

O exército industrial de reserva exerce pressão sobre o nível dos salários reais e evita a redução dos lucros. Ao produzir lucros e garantir sua própria existência, os trabalhadores criam as condições que os tornam relativamente supérfluos. Estas categorias definidas por Marx são conceitos muito contemporâneos e facilmente aplicáveis às conjunturas brasileira e mundial.

É melhor falar em exército industrial de reserva do que em “desempregados”, em primeiro lugar para que fique claro o importante papel estabilizador que desempenham. Depois, porque o exército de reserva (hoje mais terciário do que industrial) não se compõe apenas dos que são vítimas do desemprego aberto, ou seja, dos que estão ativamente procurando e solicitando emprego, que representa uma proporção limitada da população economicamente ativa (Singer, 1999, p. 13).

Se, de um lado a acumulação aumenta a distância contratada entre o capital constante e o variável, provocando um acréscimo de força de trabalho cada vez menor ao processo produtivo, dois fenômenos relacionados à concorrência entre empresas capitalistas motivam mudanças qualitativas na estrutura do modo de produção capitalista.

Ao passo que a acumulação capitalista se acelera, os capitais individualmente se tornam maiores por meio do acúmulo contínuo de lucros. O resultado é a concentração de riqueza de capitais que se tornam grandes e cada vez maiores, fenômeno que Marx denominou de concentração do capital.

Já a centralização concentra capitais de outra forma. Ela acontece por meio da redistribuição dos capitais já existentes que transforma capitais pequenos em poucos capitais grandes. A concorrência acirrada entre os capitalistas, a garantia do crédito e as fusões e aquisições centralizam os capitais nas mãos de uma única administração. Duas estratégias podem ser usadas: os capitais maiores dominam os menores ou os menores reagem entre si, se organizando para resistir à força dos grandes capitais (Ribeiro, 2010).

Portanto, os fenômenos da concentração e centralização do capital e a composição do exército industrial de reserva são consequências imediatamente sentidas quando o

modo de produção capitalista se consolida e constituem-se como uma lei geral deste sistema econômico.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e consequentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias que não nos cabe analisar aqui (Marx, 2005, p. 748).

Ao revisitar a história, os principais autores da economia solidária localizam nos experimentos de Robert Owen, Saint-Simon e Fourier o germe para o surgimento da prática solidária a partir das primeiras reações de oposição às bases de funcionamento do capitalismo. Suas iniciativas buscavam a emancipação dos trabalhadores e a construção de um novo modelo de garantir a subsistência, através de formas alternativas de organização e distribuição da produção.

Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, os clássicos do Socialismo Utópico. O primeiro foi, além disso, grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX. O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro (Singer, 2002a, p. 38).

A oposição ao capitalismo assume diferentes vertentes ao longo do tempo e o conjunto de conhecimento prático e teórico da economia solidária é formatado a partir das várias nuances que a luta assume.

Essa práxis esteve intimamente associada à matriz intelectual e política que, desde então, tem evoluído por caminhos diversos: socialistas utópicos (Saint-Simon, Fourier), anarquistas (Proudhon, Kropotkin), cooperativistas (Owen, Gide), cristãos (Le Play, Raiffeisen), socialistas (Jaurès, Pannekoek) e comunitaristas (Lebret, Mounier). À medida que se verificaram experiências de autogestão em outros continentes e sucederam-se episódios marcantes na história política do século XX, o

caldeamento operado entre essas vertentes resultou em uma profusão de abordagens e na entrada em cena de novas referências, a exemplo do pensamento cristão (Teilhard de Chardin, Teologia da Libertação) e do socialismo (Castoriadis, Mariátegui), atualmente confluentes (Gaiger, 2009a).

As diversas formas de luta progrediram com o cooperativismo operário do século XIX, com o associativismo, economia social e “novo cooperativismo” do século XX, culminando com a economia solidária do século XXI. (Singer, 2002a; Gaiger, 2007) Inicialmente denominada economia social ou economia popular, a nova lógica de reprodução das condições da sobrevivência humana já contrariava os fundamentos da acumulação capitalista.

Até mostrar sinais de debilitamento, nas primeiras décadas do séc. XX, a Economia Social se opôs às tendências de redução da economia apenas ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada. Com isso, desempenhou um papel considerável na construção dos regimes de bem-estar social (Gaiger, 2013, p. 9).

Por esta razão, o trabalho coletivo organizado é o fator principal de interligação entre a economia solidária e o cooperativismo, sendo a economia solidária, nesta versão analítica, tratada como história contínua da luta dos trabalhadores e sua organização em cooperativas, principalmente de produção.

As relações de trabalho coletivas e solidárias trazem à tona a discussão sobre o seu papel transformador das próprias relações de trabalho e do sistema social. Segundo Namorado (2007, p. 29) “[...] na atual fase da globalização capitalista, as cooperativas vivem para um horizonte de resistência, estando vocacionadas para uma globalização contra-hegemônica, solidária, não predatória, emancipatória.”

As cooperativas de produção do século XIX²⁴ são os exemplos práticos e clássicos da gênese das iniciativas solidárias que se materializaram a partir da mobilização intelectual e política da época que refutava os danos do capitalismo como os “[...] preços abusivos, salários miseráveis, exploração da jornada de trabalho de 14 a 16 horas ao dia, inclusive de mulheres e crianças, e do desemprego crescente [...]” (Rech, 2021, p. 9).

²⁴ Como já referenciado, as primeiras cooperativas surgiram baseadas em duas perspectivas: a socialista, que se preocupava com a exploração capitalista dos trabalhadores e lutava por um novo sistema produtivo e a perspectiva cristã, formada por religiosos e pensadores que trabalhavam de forma mais assistencialista (Rech, 2021).

2.2.1 A Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale e a Cooperativa de Mondragón como gêneses da economia solidária

Não é à toa que as cooperativas são a primeira referência da economia solidária. A organização produtiva, comercial e de serviços que norteia estas iniciativas está amparada na cooperação. Entretanto, vale ressaltar que a cooperação não é suficiente para classificar a cooperativa como sendo da economia solidária, pois os cooperados podem estar operando via cooperação capitalista. Além da cooperação, a solidariedade e demais princípios da economia solidária devem nortear o funcionamento da cooperativa e das demais organizações solidárias.

Enquanto a propriedade conjunta dos meios de produção elimina a figura do proprietário particular do capital e por consequência, suprime sua remuneração, a autogestão e a solidariedade entre os sócios garantem o cooperativismo solidário do capital. Rech (2021, p. 2) resume bem estas características a partir da seguinte conceituação:

A cooperativa é uma sociedade de pessoas, necessariamente autônomas, não subordinadas, com capacidade de decidir coletivamente e que partilha entre si, desafios, oportunidades, possibilidades e os resultados da atividade produtiva. Não cabe, pois, no debate sobre cooperativismo a relação de emprego, o trabalho subordinado e, muito menos, a remuneração do capital.

O primeiro registro de autossuficiência cooperativa e, portanto, da economia solidária, foi feito numa pequena cidade da Inglaterra, a partir da fundação da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale em 1844²⁵. Sua criação foi garantida pela reunião de um grupo de 28 tecelões que puseram em prática suas experiências a partir das lutas sociais e iniciativas já vivenciadas por eles.

O capitalismo que emergia como sistema dominante de produção, motivou a constituição desta cooperativa de consumo. O cooperativismo despontava à época e a cooperativa “[...] alimentou-se de um abundante leque de experiências, a partir de um ponto de vista bem determinado, o ponto de vista dos operários de Rochdale, um ponto de vista inserido no movimento operário” (Namorado, 2007, p. 17).

²⁵ Alguns dos fundadores da Cooperativa de Rochdale partilharam experiências cooperativistas com Robert Owen, ou seja, participaram ativamente dos debates e das vivências como os “[...] congressos de cooperativas em Birmingham, Londres e o Congresso Internacional de Cooperativismo em 1823 na cidade de Manchester” (Rech, 2021).

Os fundamentos daquela organização eram baseados nas seguintes diretrizes: “[...] livre adesão; gestão e participação democrática; distribuição das sobras; juros limitados ao capital; fundo de educação; cooperação entre as cooperativas (Duarte; Wehrmann, 2006, p. 14). Esta experiência tem significativa contribuição para a história do cooperativismo e consequentemente para a memória da economia solidária já que os princípios e as regras que as sustentavam garantem até hoje o funcionamento das cooperativas que norteiam o funcionamento do cooperativismo solidário. Em meio a uma série de ajustamentos e conformações, segundo Namorado (2007), coube à Aliança Cooperativa Internacional, criada em 1895, elaborar um texto organizado sobre os princípios cooperativos.

Dentre as iniciativas que servem como exemplo de experiência cooperativista e para a história recente da economia solidária está a Cooperativa de Mondragón. Criada em 1956, a iniciativa, situada no norte da Espanha, envolvia um combinado de

[...] cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas (Singer, 2002a, p. 98).

Nos relatos de Singer (2002a) e Silva e Silva (2008), a história da cooperativa está vinculada ao padre José Maria Arizmendiarrreta, que criou, com o suporte da comunidade, na paróquia de Mondragón, uma escola técnica onde se ensinava práticas de vivência comunitária baseadas na solidariedade. Passando à prática, cinco alunos formados levantaram um capital inicial junto a cem moradores e adquiriram uma empresa falida, que foi nomeada de Cooperativa Ulgor e que produzia fogões.

O sucesso da cooperativa a elevou em pouco tempo ao ranking das cem maiores indústrias do país. A formação de novas cooperativas com o objetivo de limitar o tamanho de Mondragón criou indústrias independentes para a produção de insumos, máquinas e partes do processo produtivo. A criação de um grupo cooperativo em 1959, como cooperativa de segundo grau, facilitou a gestão das cooperativas associadas.

A autogestão foi primordial para o sucesso da cooperativa e a busca pelo progresso técnico sempre foi um objetivo procurado. O caminho percorrido foi a criação de uma escola técnica que ao longo do tempo foi sendo equipada, com departamento de pesquisa, laboratório de automação e por fim um centro de pesquisa com laboratórios, escritórios e uma oficina mecânica (Singer, 2002a). Esses esforços culminaram com a criação de uma

nova cooperativa que se dedicava exclusivamente à pesquisa industrial e que consumaram a criação da Universidade de Mondragón.

A Universidade de Mondragón tinha 3.715 alunos em 2001, 8,3% acima dos 3.430 de 2000. É relativamente nova, tendo começado em 1998. Seus cursos giram em torno das engenharias e das humanidades de interesse empresarial. Junto a ela funciona o Centro de Predição Econômica (Ceprede), associada a Lawrence Klein, prestigiado centro estadunidense, que tem como associados, além de Mondragón, as principais empresas espanholas (Singer, 2002a, p. 103).

Essas duas experiências são essenciais para historiar a teoria cooperativista como também para exemplificar a vivência de experiências produtivas e de consumo desvinculadas da lógica capitalista. Por mais que se questione o potencial transformador do cooperativismo foi a partir dele que se experimentou outra forma de reprodução das relações de trabalho e da subsistência humana.

Pode-se dizer que o cooperativismo não poderá dar todos os seus frutos, não poderá impregnar a sociedade plenamente com a sua lógica, na vigência do sistema capitalista. Nessa medida, o pleno desabrochar do cooperativismo implica um pós-capitalismo. Por outras palavras, para se alcançar plenamente um horizonte cooperativo é necessário ter-se chegado a um pós-capitalismo (Namorado, 2007, p. 29).

Fundamentado nestas vivências dos operários, nos movimentos populares reivindicatórios em busca por melhores condições de vida e de trabalho e nas diversas iniciativas associativistas e cooperativistas espalhadas pelo mundo, é que se construiu um aparato de análise para a discussão da renovação e do ressurgimento recente das práticas solidárias. Entretanto, “[...] as iniciativas de Economia Solidária articulam a dimensão econômica, social e política em uma ação coletiva, em experiências que potencializam transformações sociais mais amplas” (Godoy, 2019, p. 23).

Segundo Gaiger (2009b), podem-se elencar as discussões recentes em duas vertentes: a social europeia que deriva da luta operária e associativismo do século XIX e a popular latino-americana que procede das novas experiências registradas no século XX, na qual encontra-se amparada a visão deste trabalho.

2.2.2 A economia solidária contemporânea

O ressurgimento do cooperativismo no século XX, assim como aquele do século XIX, está associado ao movimento estrutural e conjuntural do capitalismo. No Brasil, o pioneirismo dos estudos sobre a economia solidária pertence a Paul Singer. Suas obras, publicadas a partir do final dos anos 1990, apresentam, inicialmente, um diagnóstico que relaciona o desemprego ao processo de globalização.

Em artigo de opinião publicado no Jornal Folha de São Paulo em 1996²⁶, Singer demonstra que as fórmulas prontas de combate ao desemprego aplicadas pelos países estão saturadas. A complexidade estrutural, que as economias alcançaram por causa da globalização, neutraliza os potenciais efeitos destas medidas. Portanto, “[...]combater o desemprego mediante a transformação dos desempregados em microempresários ou autônomos dá, em geral, resultados desalentadores” (Singer, 1996), de forma que o insucesso destas políticas acaba por devolver o público-alvo à massa de desempregados.

Para evitar o malogro do empreendedorismo, Singer defende que “[...] é preciso inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso [...]” (Singer, 1996), contanto que o ambiente de negócios esteja caracterizado “[...] pela solidariedade entre os seus integrantes” (Singer, 1996). Em sua defesa pública de um modelo de economia que passaria a ser tratado, poucos anos depois, como uma estratégia de desenvolvimento, Singer apresenta as fases as quais consolidaria a economia solidária no combate ao desemprego.

A primeira manifestação de solidariedade deve ser a preferência dada mutuamente pelos produtos do próprio setor. Cada empresário da economia solidária gastará a receita de suas vendas efetuadas dentro do setor comprando de outras empresas pertencentes ao mesmo. Desse modo, os novos pequenos empresários contarão com um mercado protegido, formado por eles próprios, que lhes possibilitará ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessitam. É claro que a economia solidária terá que ser bastante ampla para comportar grande diversidade de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, de modo que cada integrante possa satisfazer muitas de suas necessidades dentro dela. Mais do que isso, é vital que dentro da economia solidária haja competição entre empresas para que todas sejam estimuladas a oferecer produtos mais em conta e de melhor qualidade (Singer, 1996).

²⁶ No mesmo ano, Singer havia redigido um plano de governo de combate ao desemprego para a candidatura de Luiza Erundina à Prefeitura Municipal de São Paulo e neste artigo apresentou um resumo das principais ideias daquele plano. É tanto que na parte final do texto o autor destaca: “Esse projeto complementará outros, como Renda Mínima Garantida e Banco do Povo, que integram a plataforma de Luiza Erundina, candidata a prefeita de São Paulo” (Singer, 1996).

Por fim, o autor enfatiza a importância do setor público na criação e desenvolvimento da ação a partir da ação de entidades com fins específicas de combater o desemprego.

Além da globalização e do desemprego, as crises conjunturais também são tratadas por Singer e outros autores como elementos recentes que contribuem para a renovação das experiências cooperativistas assentadas nos princípios solidários.

Em épocas de recessões freqüentes e de revolucionamento tecnológico, quando o desemprego atinge dimensões de massa e a exclusão social atinge milhões de pessoas até então inseridas na produção social, a reação toma muitas vezes a forma de multiplicação de pequenas organizações solidárias de produção (Singer, 2001, p.108).

Wright (2019) destaca também a inter-relação entre o incremento das iniciativas solidárias e as crises econômicas conjunturais.

Quando ocorrem crises econômicas mais drásticas, como na Argentina em 2000, ou na Grécia em 2009, várias atividades focadas em economia social e solidária começaram a proliferar: bancos de horas, moedas locais, cozinhas comunitárias, empréstimos de ferramentas, hortas comunitárias, trocas de serviços de cuidados, clínicas gratuitas, etc. (Wright, 2019, p. 109-110).

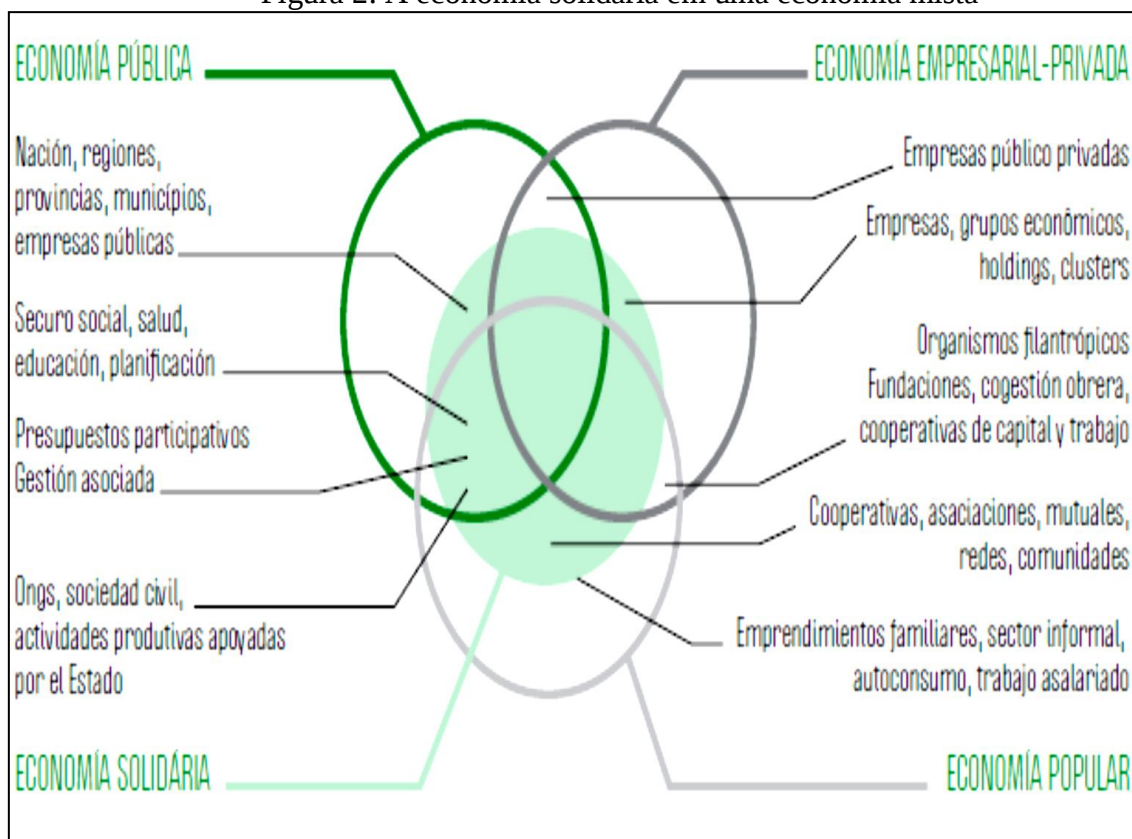
Nessa perspectiva, a economia solidária representa, não só um contraponto ao capitalismo, mas também uma alternativa de emprego para os excluídos do processo de acumulação capitalista. Mesmo admitindo que os empreendimentos solidários quando criados como resposta ao mal social do desemprego são frágeis economicamente e susceptíveis à competição das empresas capitalistas, Singer (2004) defende que há chances destas iniciativas reproduzirem um novo desenvolvimento social.

Como os princípios da economia solidária podem se apresentar de múltiplas formas, as abordagens são diversificadas. Em resumo, de um lado, a economia solidária seria, para alguns, uma alternativa para a inserção econômica por meio da economia popular; para outros, representa uma oportunidade quando ocorrem crises, para o surgimento de um novo modo de produção e por fim, mais recentemente, destaca-se a ideia de que a economia solidária está agregada a uma economia mista com três setores, o privado, o público e o cooperativado (Bocayuva, 2006).

Na visão de economia mista defendida por Coraggio (2012), várias práticas econômicas se interceptam. Ou seja, coexistem diversas formas de atuação entre diversos

atores sociais e políticos que coabitam e entrelaçam-se entre si a partir das atividades da economia do setor público, da economia do setor privado e da economia popular. A intersecção entre estas várias práticas, a exemplo dos empreendimentos solidários, demais instituições e iniciativas que partilham dos princípios solidários, culmina com uma ampla composição da economia solidária, simbolizada pelo círculo cheio em verde claro na Figura 2.

Figura 2: A economia solidária em uma economia mista



Fonte: Coraggio (2012, p. 40).

Nascida no seio do capitalismo, mas sendo um contraponto ao sistema, a reprodução solidária pretende traduzir a “[...] association among free citizens as the basis for problem-solving and for the emergence of contemporary solidarities able to resist the threats of new forms of domination” (Gaiger, 2019, p. 108). Em resumo, a economia solidária contemporânea aglutina

[...] formas de organização heterogêneas compostas por: grupos, associações, ongs, fundações, cooperativas, redes de produção e consumo, cadeias produtivas, clubes de trocas, cooperativas, empresas autogestionárias bem como organizações de representação de empreendimentos solidários. Misturam-se estratégias de políticas

públicas, autonomia dos atores, experiências coletivas gerais sobre o território, formas de resistência anticapitalista, estratégias de renda, estratégias as mais diversas de trabalho, utopias as mais variadas [...] (Medeiros et al., 2006, p. 12).

Considerando o vasto universo da economia solidária, Gaiger (2022) faz uma ponte conceitual que resume os eixos principais que ligam a economia popular, o cooperativismo empresarial e as iniciativas do terceiro setor. Também na perspectiva de uma economia plural, o autor chama a atenção para o elemento de resistência presente nos vínculos gerados na economia popular e para o caráter emancipatório existente na economia solidária. A emancipação social vislumbrada como potencial apenas nas práticas solidárias é derivada da reciprocidade “[...] conceito da maior importância para se entender o papel da solidariedade e visualizar suas possibilidades transformadoras e emancipatórias, no tocante à economia popular e à sociedade em seu conjunto” (Gaiger, 2022).

Por fim, este levantamento teórico-conceitual da economia solidária realizado até aqui, denota a importância da prática solidária para a reprodução da sobrevivência baseada em novas relações de produção e distribuição, bem como para o desenvolvimento de realidades locais. Esta alternativa de organização da vida econômica e social renasce como resistência, e com ela, a possibilidade da emancipação social.

2.3 A economia solidária como estratégia de resistência

É comum que a economia solidária esteja associada à perspectiva revolucionária, alternativa ou socialista. Por essa razão, a sua capacidade de superar o *status quo* social é alvo constante de questionamentos. Entretanto, as abordagens mais contemporâneas destacam que as iniciativas solidárias preservam sua posição contra hegemônica, mas propõem uma mudança gradual e não súbita, na forma como está organizada a sociedade.

Paul Singer, pesquisador, militante e defensor obstinado da economia solidária, definiu a economia solidária, como um modo de produção: o “modo de produção solidário”.

[...] um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção - o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a

superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (Singer, 2002a, p. 4).

Nessa perspectiva, à medida que avança em sua investigação, Singer aprimora sua definição e caracteriza o modo de produção solidário a partir dos seus princípios básicos de funcionamento e da importância da atuação do setor público para sanar as desigualdades produzidas pelo capitalismo²⁷. Segundo ele, a economia solidária é

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (Singer, 2002a, p. 10).

A partir desta definição, Singer considera a importância do desenvolvimento de um novo modo de reproduzir a vida mesmo sob a égide do capitalismo. E à medida que sua análise teórica evolui, passa a “desmitificar” o elemento revolucionário associado às experiências solidárias, destacando que a “revolução” desejada pelos projetos da esquerda política poderia ser construída no seio do próprio capitalismo.

Diferentemente da velha esquerda, que almejava a destruição do capitalismo com a ação do Estado nas mãos da vanguarda do proletariado, a nova esquerda almeja a destruição do capitalismo por meio da ação direta no seio da sociedade civil, mediante a construção de uma economia solidária e preservacionista e de revoluções culturais diversas, das quais a feminina parece ser a mais adiantada (Singer, 2004, p. 21).

A ruptura nas relações de produção capitalistas viria através da prática e fortalecimento da economia solidária que, segundo Singer, tem grande potencial de revolução social.

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos

²⁷ Neste sentido, seus escritos sobre a economia solidária e sua participação ativa tanto na formação e acompanhamento de empreendimentos solidários quanto nos amplos debates públicos sobre o tema, o gabaritou a assumir a SENAES e a pôr em prática políticas públicas para o setor.

econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (Singer, 2002a, p. 114).

Sendo assim, a economia solidária teria o poder de superar o capitalismo mesmo estando inserida em sua estrutura de funcionamento. Este desafio, segundo Singer (2002a, p. 116), é possível.

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal.

Arruda (2006) defende que esta forma de organização tem mostrado que os sujeitos possuem a capacidade de gerar autonomamente a sua própria economia sem a figura do capital. Sendo assim, a suplantação do capitalismo aconteceria de dentro para fora, na medida em que avançam as relações solidárias nos vários setores da reprodução da vida humana.

Tal perspectiva é partilhada por Coraggio (2012), uma vez que o autor identifica nas relações solidárias elementos transformadores.

Pero que además van estableciendo relaciones solidarias entre ellos y si se desarrolla este proyecto político de construir otra economía, empiezan, en una lucha contra hegemónica, a oponerse a los valores y a los criterios de la economía capitalista, de la economía neoliberal, como decimos y a los criterios que a veces tiene el Estado - que no son necesariamente solidarios (Coraggio, 2012, p. 38).

Em suma, “[...] as empresas autogestionárias, como é o caso das cooperativas, buscam superar o modo de produção capitalista através da modificação das relações de trabalho” (Barreto, 2009, p. 203).

Esta parece ser a trajetória idealizada pela maioria dos autores da economia solidária e é, certamente, a que parece mais árdua. Corroer o sistema econômico por dentro ao ponto de provocar uma ruptura (não súbita) exige mudanças profundas nas bases do modo de produção capitalista. Há, no Brasil, um esforço neste sentido. Desde o ressurgimento da prática solidária, uma rede de apoio formada por instituições,

empreendimentos, estudiosos do tema e demais participantes tem somado esforços para tornar a economia solidária visível e fazer dela uma possibilidade de vivência e sobrevivência para todos os trabalhadores.

Obviamente este é um objetivo colossal. Sendo o modo capitalista dominante, a lógica da acumulação está presente no âmago não só das relações de trabalho, mas de todas as outras relações sociais. Orientar a formação de trabalhadores induzindo-os a produzir, consumir, comercializar, realizar transações financeiras sob a perspectiva solidária e, além disso, conscientizar os mesmos sobre a importância de um ambiente sustentável demanda um esforço hercúleo. Por isso, a formação continuada de todos os atores da economia solidária tem se tornado um requisito indispensável, pois

[...] é necessária tanto uma preocupação com a educação quanto uma mudança da visão dos trabalhadores que, mesmo inseridos na Economia Solidária, muitas vezes não se desvinculam das características do capitalismo (Barreto, 2009, p. 203).

O capitalismo é muito eficaz em se auto defender e sendo o modo de produção dominante, desvincular-se de suas particularidades é uma tarefa árdua. Logo, ensinar a luta política também é elemento essencial da economia solidária. Segundo Laville (2006), do ponto de vista estrutural, a economia solidária deveria se apropriar democraticamente da economia enquanto atividade social, a partir do engajamento cidadão, no combate às injustiças, na ampliação da participação dos assalariados no Estado democrático de direito e na pluralização da própria economia. Ou seja, seus atores deveriam “[...] escapar de um imaginário da ruptura para continuar essa paciente elaboração coletiva que é a invenção democrática” (Laville, 2006, p. 37).

Sob esta perspectiva, o aspecto revolucionário, pela ruptura abrupta, que poderia estar presente na prática solidária, deve dar lugar à vivência desta nova experiência na busca de um bem viver. Gaiger (2009a, p. 185), por exemplo, enfatiza que as iniciativas solidárias não estão

[...] em vias de suplantar as empresas capitalistas, com chances de se ameaçar o próprio capitalismo. Os empreendimentos econômicos solidários têm como papel fornecer provas convincentes de que são estruturalmente superiores à gestão capitalista quanto ao desenvolvimento econômico e à geração de bem-estar social, por serem comparativamente vantajosos devido à sua forma social de produção específica.

Esta então seria uma das formas de conquistar o espaço da economia solidária, ao mesmo tempo em que se providencia a substituição do capitalismo. O propósito da experiência solidária neste caso, estaria em desvincular-se aos poucos, das práticas capitalistas. A economia solidária estimulada e vivenciada desta forma ganha a conotação de um movimento de resistência.

No entanto, resistir se opõe a conciliar. E na concepção conciliadora se defende que, mesmo sendo opostas, é compatível a convivência entre as duas formas de reprodução da vida, visto que a economia solidária “[...] se apresenta como uma alternativa de organização social, econômica e política dentro do próprio sistema [...]” (Xavier, 2009, p. 79).

Estas experiências transitam entre as realidades e as utopias o que não significa dizer que suas práticas e aspirações podem ser desperdiçadas e invisibilizadas em detrimento de um discurso dominante e, por vezes, único de superação do capital mas o fato de não ser sujeito revolucionário não é motivo para desqualificar o movimento e sua condição de sujeito político (Santos, 2019, p. 59).

Quando se considera a economia solidária coexistindo “harmoniosamente” com o capitalismo elimina-se não apenas seu caráter revolucionário, mas também seu espectro de resistência. Como já vimos anteriormente, os princípios que sustentam a economia capitalista nos impedem de a tratarmos com leniência. Regrá-la, saná-la, humanizá-la, jamais poderão ser objetivos da economia solidária. Caso contrário, corre-se o risco de cair na armadilha da qual Xavier (2009, p. 70) foi vítima.

Estamos conscientes de que a economia solidária não pode sozinha eliminar as desigualdades impostas pelo sistema de valores capitalista, mas pode e deve contribuir para a humanização dos processos relacionais entre capital e trabalho. Não para eliminar os conflitos inerentes destas relações, mas, ao contrário, para mostrar as diferenças e explicitar as alternativas existentes.

As visões conciliadoras, reformistas e integradoras da economia solidária ao sistema capitalista dão margem a questionamentos como o seguinte: ao invés de se apresentar como alternativa ao capitalismo, o crescimento dos empreendimentos solidários não estaria reforçando a hegemonia capitalista?

Neste sentido a principal crítica feita à economia solidária está no fato de ela – apesar da proposta solidária - não escapar da lógica capitalista

e ainda contribuir para a manutenção desta relação de exploração quando atenua os impactos negativos do capitalismo sem atingir a principal fonte causadora destes impactos que é o próprio processo de valorização do valor (Oliveira, 2016, p. 2).

Gaiger (s/d, p. 32) chama a atenção para os riscos da cooptação²⁸. Recorrendo à subsunção, categoria da análise marxista, o autor apresenta as ameaças às quais aqueles que praticam a economia solidária estão expostos.

Nas condições atuais, os empreendimentos cooperativos autogestionários experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal inversa, de uma base sobre uma forma, similarmente ao caso da economia camponesa. Essas coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios; se fossem adotadas sem restrição, terminariam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico.

Por esta razão é que os adeptos da prática solidária, acertadamente, se cercam de ações que visam minimizar estes riscos. E esta blindagem envolve a proteção contra o processo de cooptação por meio do engajamento político que visa reforçar a luta contra a exclusão capitalista e reveste-se como um movimento característico de resistência.

Essa associação da economia solidária aos movimentos de resistência ao capitalismo já está presente na abordagem pioneira de Singer no momento em que o autor a relaciona ao enfrentamento das consequências derivadas do processo de acumulação do capital. E é este o caminho metodológico que este trabalho irá seguir, embasado na visão dos principais autores da economia solidária em especial Singer (1999; 2001; 2002a; 2002b; 2004; 2009), Gaiger (s/d; 2007; 2009b; 2013; 2014; 2022), Coraggio (2012) e, também, pelas ideias apresentadas na obra “Como ser anticapitalista no século XXI?” de Erik Olin Wright (2019).

²⁸ Já Wellen (2008, p. 113) defende, de forma enfática, que a cooptação existe sim e se estende às próprias ideias dos intelectuais e militantes da economia solidária, pois “[...] a mistificação presente em análises restritas a aspectos singulares da realidade proporciona um reflexo falso das possibilidades concretas de superação do sistema capitalista, elegendo como regra aquilo que é, na verdade, exceção.”

Ao caracterizar o capitalismo e apresentar as nefastas consequências do processo de acumulação do capital, o autor defende que em última instância, o “[...] capitalismo gera anticapitalistas” (Wright, 2019, p. 27), ao estimular o comportamento individualista e egoísta. Por fim, localiza ao longo da história uma série de iniciativas como que podem ser categorizadas como anticapitalistas.

O anticapitalismo se baseia, em grande parte, na afirmação de que o capitalismo – enquanto forma de organização de um sistema econômico – impede a realização máxima possível desses conjuntos de valores: igualdade/justiça, democracia/liberdade e comunidade/solidariedade (Wright, 2019, p. 45).

A luta anticapitalista, segundo o autor, assume lógicas estratégicas distintas: destruir o capitalismo (revolucionários), dismantelar o capitalismo (socialismo democrático), domesticar o capitalismo (sociais-democratas e socialistas não revolucionários), resistir ao capitalismo (organizações e movimentos de base) e fugir do capitalismo (isolacionistas). E embora nem todos os projetos defendam a ideia de ruptura e revolução, o autor os considera anticapitalistas, pois os mesmos representam estratégias de lutas que visam, em última instância questionar “[...] a miséria que ele [o capitalismo] gera em meio à abundância” (Wright, 2019, p. 24).

Os princípios solidários acabam opondo o *Homo solidarius* ao *Homo economicus*. Nessa perspectiva, a economia solidária, iniciativa pautada na sociedade civil organizada, é classificada como um movimento organizado de resistência, ação que segundo Wright (2019, p. 75-76) produz os melhores resultados contra o capitalismo.

De um jeito ou de outro, resistir ao capitalismo é provavelmente a resposta mais direta aos males do sistema. Está amparada na sociedade civil, conectada por meio de laços de solidariedade nos locais de trabalho e nas comunidades. Geralmente, uma grande quantidade de identidades para além da classe acaba por animar essa ideia de resistência ao capitalismo: etnicidade, religião, raça, gênero. Nas suas formas mais organizadas, resistir ao capitalismo é uma tarefa levada adiante por movimentos sociais e pelo movimento operário (Wright, 2019, p. 75-76).

Segundo Wright (2019), os enfrentamentos ao capital por meio da resistência, registrados no início do século XXI estão ligados aos movimentos sociais, habitualmente de tendência anarquista. Entretanto, os projetos políticos organizados e direcionados às ações dos partidos políticos e do setor estatal, foram perdendo força ao longo do tempo.

O enfrentamento ao capitalismo ressurgiu amparado por iniciativas que visam transcender a estrutura capitalista e que não se limitam apenas ao campo da resistência, mas pretende somar-se às lógicas estratégicas de fugir do capitalismo, domesticar o capitalismo e desmontar o capitalismo. Portanto, as ações podem ser organizadas “[...] de baixo para cima, com iniciativas centradas na sociedade civil para forjar resistências e fugas contra o capitalismo [...]” (Wright, 2019, p. 84). Sendo assim o objetivo de transcender o capitalismo assume uma nova configuração estratégica: a erosão do capitalismo.

A erosão está amparada em uma compreensão bastante particular do conceito de sistemas econômicos. [...] Sistemas econômicos existentes se combinam tendo o capitalismo como hospedeiro, lançando outras formas de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços: diretamente pelo Estado; inerentes às relações familiares para atender as necessidades particulares de seus membros; por meio de redes comunitárias e organizações que tradicionalmente chamamos de ‘economias solidárias’; por cooperativas controladas e geridas democraticamente por seus membros; [...] (Wright, 2019, p. 85-86).

Logo, na abordagem que norteará este trabalho, a prática solidária representa uma forma de resistir ao capitalismo que tem contribuído com o objetivo de longo prazo de erodir o capitalismo por meio da corrosão da sua estrutura de funcionamento.

A ideia de erodir o capitalismo entende que essas alternativas têm o potencial, no longo prazo, de se tornarem proeminentes na vida de indivíduos e comunidades, de tal forma que o capitalismo poderia ser eventualmente destronado de seu papel dominante no sistema. (Wright, 2019, p. 86).

As atividades solidárias, no âmbito da resistência, representam uma forma de organização social e de luta política, pois “[...] incorporam valores igualitários e de solidariedade, além de serem comprometidas com algum tipo de missão focada na justiça social ou nas necessidades das pessoas” (Wright, 2019, p. 109).

Utopia. Resistência. Movimento. Luta. Revolução. Direito. Subordinação. Cooptação. Possibilidade. Alternativa. Emancipação. Todas essas expressões podem ser usadas para referenciar a economia solidária. Os vários termos representam a pluralidade analítica do tema e a análise contemporânea da economia solidária permite unificá-la em torno de uma proposição: a economia solidária representa um movimento de resistência

que tem como objetivo ser alternativa ao capitalismo através da construção de novas relações de produção e distribuição. E esta é a tese que norteia este trabalho.

Em vista disso, há todo sentido que a Geografia se aproprie desse debate, buscando entender como as práticas solidárias têm contribuído para a construção e transformação de territórios, examinando-a partir da sua capacidade de resistência e de transformação de realidades locais.

2.4 A economia solidária: uma nova estratégia de desenvolvimento

Assim que se emancipou como ciência, a Economia se configurou como “[...] a ciência das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios materiais aptos a satisfazer as necessidades humanas” (Lange, 1986, p. 13). A atividade econômica, de produção e distribuição destes meios só existe mediante a ação humana que se concretiza a partir do trabalho, do trabalho explorado para obtenção de lucro. Portanto, o processo econômico cumpre duas funções diametralmente opostas: a de produzir bens para satisfazer as necessidades e a de obter lucro. De fato, é pelo trabalho que a riqueza social é gerada e a continuidade e repetição do processo de trabalho determinam regularidades, leis, que podem ser identificadas, tornadas conhecidas pelo investigador. À medida que manipula a natureza a partir do trabalho, para desta retirar a sua sobrevivência, o homem a transforma e se autotransforma. Segundo Engels (1876, p. 4) “[...] até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.”

É neste processo de transformação da natureza pelo trabalho que os objetos de estudo da Economia e Geografia se interceptam. Ao passo em que os homens estabelecem uma série de inter-relações para sobreviver, produzindo e distribuindo a riqueza de uma economia, ou simplesmente o necessário para a sobrevivência de um grupo ou comunidade, eles atuam também na construção e transformação do espaço no qual estão inseridos²⁹.

Em Marx se pode identificar a interconexão entre as categorias da produção das condições de sobrevivência, trabalho e espaço geográfico.

[...] na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de

²⁹ Theis e Galvão (2012) demonstram que os autores da Ciência Econômica não apresentam uma definição própria de espaço. As referências quanto ao tema se situam no aspecto locacional das firmas e das atividades produtivas, no ordenamento urbano e suas áreas de influência. Nas décadas de 1960 e 1970, o espaço ganha importância nas discussões sobre a concorrência imperfeita.

produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual (Marx, 2008, p. 47).

Compreender a produção do espaço no capitalismo (e também fora dele) é compreender, em primeiro lugar, a produção capitalista de mercadorias. Nesta, as relações humanas são moldadas para garantir a obtenção do lucro, lei máxima deste modo de produção. Assim, investigar a forma como as relações de trabalho estão organizadas é importante para se estabelecer a visão integral da formação do espaço.

[...] Marx desenvolveu uma nova abordagem relativa à teoria da localização (em que a dinâmica está no centro das coisas), e mostrou ser possível, ligar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais (Harvey, 2005, p. 43).

Entretanto, as relações humanas não estão limitadas às relações econômicas, pois os homens necessitam relacionar-se com os seus pares. Para isso, é necessário todo um aparato social (político, cultural, ideológico, religioso) que condiciona o modo de produzir e a vida em sociedade, representado por vínculos de dominação dos homens para com outros (Lange, 1986).

Esta rede de relações sociais é decisiva para formatar o sistema econômico-social e o espaço. Lacoste (1988) concorda que a construção do espaço está intimamente ligada à estrutura de funcionamento do modo de produção vigente. Logo, se pode concluir que a produção, atividade essencialmente econômica, e o espaço são elementos inseparáveis. O espaço geográfico definido a partir desta perspectiva caracteriza-se como produto social do trabalho.

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida (Santos, 2004, p. 201).

No entanto, quando se quer delimitar um recorte da ação social pode-se recorrer a uma concepção mais específica: a de território. O conceito de território repousa na dimensão política (de poder seja estatal ou não) do espaço construído (Lefebvre, 1981;

1991). O território pode ser definido como um espaço geográfico em que se verifica um sistema integrado de objetos e ações. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos et al., 1994, p. 15). Este uso “[...] pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (Santos e Silveira, 2013, p. 21).

Na medida em que os empreendimentos solidários modificam as relações sociais de produção e distribuição entre grupos específicos, comunidades ou regiões, uma nova dinâmica de integração territorial entre aqueles que sobrevivem daquelas práticas se consolida. Logo, pode-se conceber a formação de “territórios solidários” não apenas amparada na descrição dos locais e de suas atividades, mas na perspectiva da transformação socioespacial a partir da constituição de laços solidários de produção, distribuição e consumo.

Portanto,

[...] o sentido relacional presente na definição do território traduz a incorporação, simultânea, do conjunto das relações sociais e de poder, e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido (Dubeux; Batista, 2017, p. 228)

A formação ou transformação de territórios por meio das práticas solidárias envolve o resultado de uma série de ações embasadas na associação e cooperação entre comunidades guiadas pela ajuda mútua e solidariedade. Singer (2004) conceituou esse processo transformador como desenvolvimento solidário. Obviamente, o desenvolvimento solidário é um contraponto ao desenvolvimento capitalista³⁰ e as transformações territoriais advindas dele devem ser consideradas como passos importantes para o processo de emancipação social.

Este novo modelo de desenvolvimento voltado à economia solidária, teve sua primeira experiência prática no Brasil a partir das ações da SENAES e opõe-se ao modelo excludente da economia de mercado, via de regra apoiado pelo Estado. Em outros termos,

³⁰ Mesmo assim, todo o esforço teórico-investigativo da ciência moderna, reducionista em essência, consiste em explicar o funcionamento da economia capitalista e propor recomendações para extrair dela os melhores resultados. As teorias do desenvolvimento econômico, por exemplo, não compreendem como factíveis as experiências das economias dos setores populares e acabam por focar suas análises na otimização de resultados por meio do mercado ou na proposição de políticas públicas que visam “melhor distribuir” lucros para os capitalistas e renda para os trabalhadores (Mynt, 1966; Stiglitz, 2016).

a conquista deste espaço na agenda governamental representou e ainda representa a luta constante dos grupos sociais que buscam na economia solidária uma nova forma de reproduzir a vida ainda que num contexto dominado pela reprodução capitalista.

Além disso, em virtude dos princípios defendidos pela economia solidária, há uma sinergia da proposição deste novo modelo da agenda solidária com o desenvolvimento sustentável. Portanto, ao longo do tempo os debates teóricos e as práticas solidárias estiveram amplamente correlacionados, sendo praticamente impossível dissociar a economia solidária dos projetos de desenvolvimento sustentável.

A consolidação da economia solidária no Brasil, como prática de organização socioeconômica de sujeitos historicamente excluídos do acesso aos direitos fundamentais e ao trabalho como um direito, dá-se concomitantemente aos avanços dos debates e dos acordos mundiais em torno da perspectiva sustentável do desenvolvimento, que tiveram o Brasil como um dos palcos principais. (Silva e Carvalho Filho, 2018, p. 155)

Assim como o modelo de desenvolvimento solidário e o sustentável estão interligados, a discussão sobre os diferentes modelos de desenvolvimento e suas influências nos aspectos territoriais também estão relacionados nos estudos geográficos. O debate paradigmático, um clássico das análises geográficas sobre a questão agrária, aborda propostas diferenciadas de modelos de desenvolvimento rural a partir das versões analíticas que opõem dois territórios distintos: o campesinato e o agronegócio (ou latifúndio). O Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) são instrumentos de análise que levantam a capacidade de sobrevivência (ou não) da atividade campesina no âmago do modo de produção capitalista³¹, e que, portanto, contribuem com as discussões acerca dos conflitos e dos movimentos de resistência no campo.

O PQA tem como suporte teórico básico as ideias dos autores clássicos Kautsky, Lênin e Chayanov, compiladas nas obras de Bernardo Mançano Fernandes. O ponto central deste paradigma está na argumentação de que o conflito ou conflitualidade (Fernandes, 2005) são a base do processo de criação e recriação da atividade campesina bem como da sua resistência ao capitalismo.

³¹ O campesinato segundo o PQA representa um setor importante do território rural e, portanto, pode contribuir com as transformações sociais a partir do seu fortalecimento. Já para o PCA, esta atividade estaria fadada a ser agregada totalmente a atividade capitalista (Fernandes, 2005).

O foco do método do Paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (Fernandes, 2005, p. 20).

Portanto, a luta de classes a partir da contradição entre capital e trabalho caracteriza o conflito rural como inerente ao processo de desenvolvimento. Desta forma, a atuação governamental seria elemento essencial de amparo às resistências geradas no campo e de ações públicas que garantam a sobrevivência dos grupos sociais que nele atuam (Oliveira Neto, 2020).

Já o PCA está amparado nos estudos de Ricardo Abramovay, resumidos no trabalho Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. Nesta versão analítica, o conflito não é uma questão a considerar, pois o desenvolvimento capitalista no campo se encarregará de transformar o campesinato num setor capitalista tornando a questão agrária irrelevante. Abramovay (1992, p. 126) argumenta que as atividades camponesas

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa.

Logo, o PCA prevê a integração do campesinato às grandes empresas capitalistas e não recebe com preocupação as questões agrárias já que apoia a tese de que o desenvolvimento do capitalismo e a consequente absorção da atividade camponesa geram a conciliação entre os grupos sociais (Oliveira Neto, 2020).

Ao se comparar estas duas vertentes, é possível apreender que os modelos de desenvolvimento preconizados por elas são antagônicos. Enquanto que o PQA considera o desenvolvimento via fortalecimento da atividade camponesa, o PCA reforça o desenvolvimento capitalista como única alternativa.

Portanto, é possível a aproximação entre o que Singer (2004) considera como desenvolvimento solidário e o que Fernandes (2005) prevê para o campesinato. Ambas

as concepções, declinam da acumulação capitalista como projeto de desenvolvimento social. Tanto o desenvolvimento solidário quanto o PQA demonstram que um novo desenvolvimento social é possível.

As relações sociais derivadas destas atividades, estão amparadas no respeito ao meio ambiente, em valores como a igualdade e na inclusão daqueles que se encontram à margem da acumulação capitalista (Singer, 2004). Tanto a economia solidária como o campesinato, se apresentam como movimento de resistência contestando a forma capitalista de reprodução da vida baseada na acumulação de ganhos. Esta estratégia de desenvolvimento baseada numa outra economia pode torná-la possível, real como defende Arruda (2006). E à medida que os sujeitos sociais envolvidos na construção dessa nova perspectiva de sociedade conquistaram espaço no debate público, o desenvolvimento territorial e solidário passou a compor a agenda das políticas públicas nacionais.

E no âmbito do saber geográfico,

[...] a relação da economia solidária com o tema de territórios e territorialidade aparece como um processo muito mais recente. [...] do ponto de vista da economia solidária, o tema de territórios apareceu primeiro no âmbito das políticas públicas, impulsionado pela luta dos movimentos sociais do campo, para só então passar a compor um debate mais substancial no seio das organizações de linha de frente do movimento de economia solidária (Silva e Carvalho Filho, 2018, p. 156).

O FBES através do Centro de Estudos e Assessoria apresentou, em 2017, uma cartilha de orientação para o desenvolvimento de planos estaduais e territoriais de desenvolvimento. Nesta, as práticas solidárias são apresentadas como um novo projeto político de sociedade tendo o desenvolvimento sustentável solidário territorial como diretriz. O avanço desta pauta da economia solidária interliga os conceitos de território, territorialidade e desenvolvimento territorial que passam a ser abordados como referências fundamentais para entender a compreensão dos espaços solidários em suas particularidades. Nesta integração teórica “[...] tem um elemento de construção e apropriação do território, do espaço, da capacidade de circulação, da defesa da vida e dos direitos básicos” (Bocayuva, 2006, p. 26).

A economia solidária aparece, então, como uma tentativa de coletivizar respostas, buscar cooperação produtiva no território, articular em rede. Ela aparece como um conjunto de respostas de sistemas que pretendem

e só podem ter êxito se não for na escala micro-difusa (Medeiros, 2006, p. 19).

Sob esta perspectiva, se foi consolidando uma definição de território que acomodasse a intencionalidade da ação pública para a economia solidária. O primeiro conceito consta no glossário do 1º Plano de Economia Solidária e o segundo, resulta das discussões realizadas nas Plenárias Nacionais da Economia Solidária³² e seguem reproduzidos a seguir.

[...] espaço físico, geograficamente definido com afinidades sócio-culturais, caracterizado por critérios multidimensionais tais como: o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural, e as instituições políticas, e grupos sociais distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015).

O território é um lugar, um espaço cujas relações econômicas, políticas, sociais, ambientais, culturais e religiosas determinam sua identidade. Às vezes, uma dessas relações é predominante. No entanto, dois aspectos sempre estão presentes: as relações de poder e as relações de solidariedade. Portanto, território é um espaço de conflito e de consenso (Centro de Estudos e Assessoria, 2017, p. 6).

A definição de território como espaço de conflito e consenso, opõe as transformações espaciais geradas pela economia capitalista às resultantes da economia solidária. Estes territórios em que a participação social estimula o desenvolvimento local a partir dos empreendimentos solidários reproduzem resultados endógenos, ou seja, gerados de dentro para fora. Em outros termos,

[...] percebe-se o território como espaço potencial para a valorização da democracia participativa (portanto no rumo da cogestão ou autogestão), das práticas do bem viver coletivo, das potencialidades socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas que aparecem no interior das comunidades e das redes (Centro de Estudos e Assessoria, 2017, p. 7).

³² Enquanto este trabalho era elaborado, aconteceu a VI Plenária Nacional de Economia Solidária entre os dias 06 e 09/12/2022, discutindo a temática “Autogestão como estratégia de resistência”. Estes eventos que acontecem desde 2002, reúnem as diversas representações da economia solidária do Brasil inteiro para discutir os avanços, novos temas e as políticas públicas para o setor.

Assim, a partir deste diagnóstico, os atores públicos institucionais de apoio à economia solidária, passaram a fortalecer e estimular a formação de arranjos territoriais que envolvem diversas iniciativas produtivas e de serviços. Portanto, os avanços das reflexões sobre a potencialidade do desenvolvimento territorial que as experiências solidárias podem promover, proporcionaram esta aproximação teórica e prática da economia solidária que desponta como nova estratégia para a política pública.

O planejamento territorial integrou o 1º Plano Nacional de Economia Solidária previsto para ser executado no período 2015-2019. Pensada para o desenvolvimento das ações no âmbito das práticas solidárias, a abordagem territorial é definida no documento como uma

[...] metodologia de formulação e implantação de políticas públicas que tem por base uma visão integradora de espaços, atores sociais e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; o uso sustentável dos recursos naturais; a inclusão social; a valorização dos conhecimentos tradicionais e da diversidade cultural e étnica dos povos e comunidades (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p. 40).

O documento aponta as vertentes para que as ações de âmbito territorial sejam implementadas e a principal delas diz respeito à “articulação dos empreendimentos em redes de cooperação e/ou cadeias produtivas solidárias” com a finalidade de “fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas”, “e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços” “e/ou para fomentar o consumo coletivo de bens, produtos e serviços” (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p. 18).

A abordagem territorial da economia solidária passou por aprimoramentos e o FBES documentou para efeito da ação pública, três principais arranjos territoriais que comportam diferentes experiências. São os territórios de Redes de Produção e Comercialização, de Agroextrativismo e de Fomento à Economia Solidária.

Nos territórios de REDES DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO organizam-se a produção e a comercialização com ações de empoderamento e autonomia da comunidade. São cooperativas e/ou grupos de produção e comercialização organizados em redes, cujas atividades variam entre artesanato, alimentação, confecção, materiais recicláveis, produtos de limpeza, tecelagem, vestuário, entre outras. Nos territórios do AGROEXTRATIVISMO reúnem-se iniciativas de economia solidária que trabalham com agroindústrias, agricultura, extrativismo e beneficiamento de alimentos. A cultura extrativista dos

frutos e demais recursos naturais dos biomas potencializam a riqueza do território por meio do seu beneficiamento, comercialização e consumo, dando visibilidade aos elementos que conformam a identidade de cada território.

Nos territórios de FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA fortalecem-se centrais de comercialização em economia solidária. São espaços de referência que integram as diversidades de cada território e promovem o desenvolvimento socioeconômico e sustentável. As centrais de comercialização agregam redes de produção, comercialização, consumo, finanças, comércio justo e solidário, formação, entre outras (Centro de Estudos e Assessoria, 2017, p. 8).

A mobilização em torno da concepção territorial de desenvolvimento permite que se tenha uma visão mais depurada acerca das potencialidades e limitações da economia solidária, além de facilitar a intervenção integrada aos EESs que se encontram interligados territorialmente, estimulando e fortalecendo os ganhos sociais das atividades solidárias.

Portanto, por meio de sua atuação, os sujeitos sociais que praticam a economia solidária são capazes de transformar, renovar e criar territórios que compartilhem as mesmas vivências, tornando-os um espaço de troca entre aqueles que partilham dos mesmos princípios fortalecendo sua identidade social.

Porém, como bem observa Santos (2019), apenas o processo constante de experimentação no tempo histórico poderia responder sobre a capacidade do trabalho solidário em gerar um projeto amplo de desenvolvimento, tanto do ponto de vista econômico quanto político.

3. PANORAMA DAS INICIATIVAS SOLIDÁRIAS NO BRASIL

3.1 Diagnosticando a Economia Solidária: os Mapeamentos Nacionais

No Brasil, as experiências solidárias, diferentemente do caso europeu, não estão associadas apenas às crises capitalistas (Medeiros et al., 2006), mas são iniciativas que têm sua gênese nas mais remotas práticas comunitárias de sobrevivência.

Antes mesmo de 1500 as vivências coletivas dos indígenas já experimentavam as bases de uma sociedade solidária. A criação das Reduções Jesuíticas no sul do país a partir de 1610 inaugurou a cooperação comunitária por meio da intervenção dos padres junto aos povos indígenas, estabelecida “[...] no trabalho coletivo, no princípio do auxílio mútuo, onde o bem-estar das pessoas e da família se sobrepunha à acumulação econômica da produção” (Rech, 2021, p. 10).

No entanto, o mais antigo empreendimento de economia solidária que se tem registro no Brasil retrocede a 1885 e pertence a um grupo associativo de mulheres de uma comunidade quilombola no Nordeste (Silva e Carneiro, 2016). No passado recente, o resgate de práticas solidárias situa-se nos anos 1970, quando a Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Projetos Alternativos Comunitários (PACs, da Cáritas) passou a patrocinar ações e projetos de base solidária.

A partir da década de 1980, o advento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil está ligado ao agravamento das condições sociais. A profunda crise econômica que caracterizou os anos 1980 como a “década perdida”, a reestruturação produtiva e a abertura comercial que se estenderam à década de 1990 (Brum, 1991), são aspectos que concorreram, por um lado, para o aumento do desemprego interno e da desigualdade social e, por outro, estimularam a adesão às práticas solidárias.

Diante deste cenário econômico-social, a Cáritas, no final dos anos 1990, passou a reorientar os PACs para fortalecer as iniciativas solidárias lideradas por trabalhadores desempregados e desalentados (Bertucci e Silva, 2003). A economia solidária tornou-se então uma possibilidade aos que foram excluídos do mundo do trabalho pelas crises econômicas conjunturais e pelo processo de acumulação capitalista. Parte da força de trabalho ativa excluída passou a ser absorvida por empreendimentos ancorados em princípios solidários, anteriormente identificados com a designação geral de economia informal.

Como a exclusão social e o desemprego são inerentes à dinâmica capitalista, não surpreende que, nos momentos de crises do capital, as consequências da acumulação capitalista se disseminem com mais força. E as décadas de 1980 e 1990 foram representativas neste sentido. A seguir duas observações que reforçam como a conjuntura brasileira oportunizou o desenvolvimento da economia solidária no país.

A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (Singer, 2002a, p. 65).

A emergência desta nova onda histórica do associativismo, do cooperativismo e do comunitarismo econômico foi uma resposta das pessoas frente à crise que se abateu com a ascensão do neoliberalismo e da financeirização da economia. Mas, também foi parte da nova onda de mobilização social alternativa iniciada nos anos de 1960 e ampliada nos movimentos democráticos de base, na década de 1980, em contraposição ao socialismo real burocrático, a perda de legitimidade da burocrática social democracia europeia e ao autoritarismo militar na América Latina e África. Assim, podemos afirmar que a economia solidária foi uma resposta democrática dos movimentos sociais à crise provocada pela acumulação capitalista e ao modelo societário do socialismo real (Molina, 2020, p. 174).

Diante da crise, para o trabalhador resta apenas uma alternativa: garantir sua sobrevivência e a dos seus. O fenômeno, apesar de longo, torna-se objeto de intensa investigação teórica e empírica a partir deste período.

No mesmo período crescia no Brasil e na América Latina o debate sobre iniciativas econômicas solidárias, interpretadas de diferentes formas pelos estudiosos e militantes políticos, acerca das diversas iniciativas econômicas com características solidárias que eram desenvolvidas pelos setores populares. No âmbito da Cáritas, esse debate também começou a ganhar espaço com a reflexão sobre a relação entre os PACs e a EPS. Do debate resultou uma percepção inicial de que os PACs são parte de algo maior, de um movimento que ocorre no seio da sociedade, de construção de alternativas econômicas solidárias articuladas às concepções sustentáveis de desenvolvimento (Bertucci e Silva, 2003, p. 91).

Outra tese é defendida por Germer (2006). Segundo o autor, a ausência de soluções concretas pelos partidos de esquerda para as questões sociais, acabou estimulando o surgimento de iniciativas associativas autônomas que, junto às políticas

públicas emergenciais, constituíram-se como um alívio dos problemas enfrentados pelos trabalhadores.

O salto qualitativo para a construção do conhecimento sobre a economia solidária brasileira verificou-se em 2001, com a realização do I Fórum Social Mundial no Rio Grande do Sul. Como resposta ao Fórum Econômico Mundial, o encontro reuniu 16.000 pessoas de 117 países, tendo como lema “Um outro mundo é possível” (Stiglitz, 2007) e discutiu, entre outros grandes temas, a economia solidária numa oficina intitulada “Economia Popular Solidária e Autogestão”. O produto dessa discussão foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) naquele mesmo ano e de um Grupo de Trabalho de Economia Solidária que, em 2002, produziu um documento intitulado “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” que conceituava de forma geral a economia solidária e reivindicava a criação de uma Secretaria Nacional que atendesse as pautas específicas discutidas e apresentadas ali (Nagem e Jesus, 2013; FBES, 2019). Ressalte-se então, que o Brasil é pioneiro à medida que passou a direcionar políticas públicas específicas para a economia solidária.

Associado à SENAES, o FBES realizou dois levantamentos estatísticos que até o momento são as únicas fontes de informação sobre a realidade nacional da economia solidária. O diagnóstico tomou forma com a constituição do Grupo de Trabalho do Mapeamento da Economia Solidária que associou vários parceiros que compartilharam suas experiências em relação aos aspectos conceituais e metodológicos (Culti, Koyama e Trindade, 2010). Após a composição de toda a estrutura, o primeiro mapeamento foi realizado no período entre os anos de 2005 e 2007 e o segundo no intervalo 2009-2013. Estes resultados ainda se encontram acessíveis numa plataforma intitulada Atlas Digital da Economia Solidária.³³

Na Tabela 1 a seguir, são apresentadas informações comparativas entre indicadores selecionados dos dois levantamentos. Estas informações apresentam alguns elementos que são importantes de observar. Do ponto de vista territorial, a abrangência dos ESSs se estendia no Primeiro Mapeamento, a mais da metade dos municípios brasileiros (52,7%), arrefecendo um pouco no Segundo Mapeamento para 48,7%. Além disso, EESs estão concentrados na Região Nordeste (quase metade, 43,5% e 40,8%, respectivamente) que contém mais que o dobro dos EESs de cada região brasileira.

³³ Disponível no endereço eletrônico <http://atlas.sies.org.br/>. Dependendo do filtro utilizado se tem nesta plataforma o acesso às informações que pode ser feito no âmbito nacional, regional, estadual ou municipal.

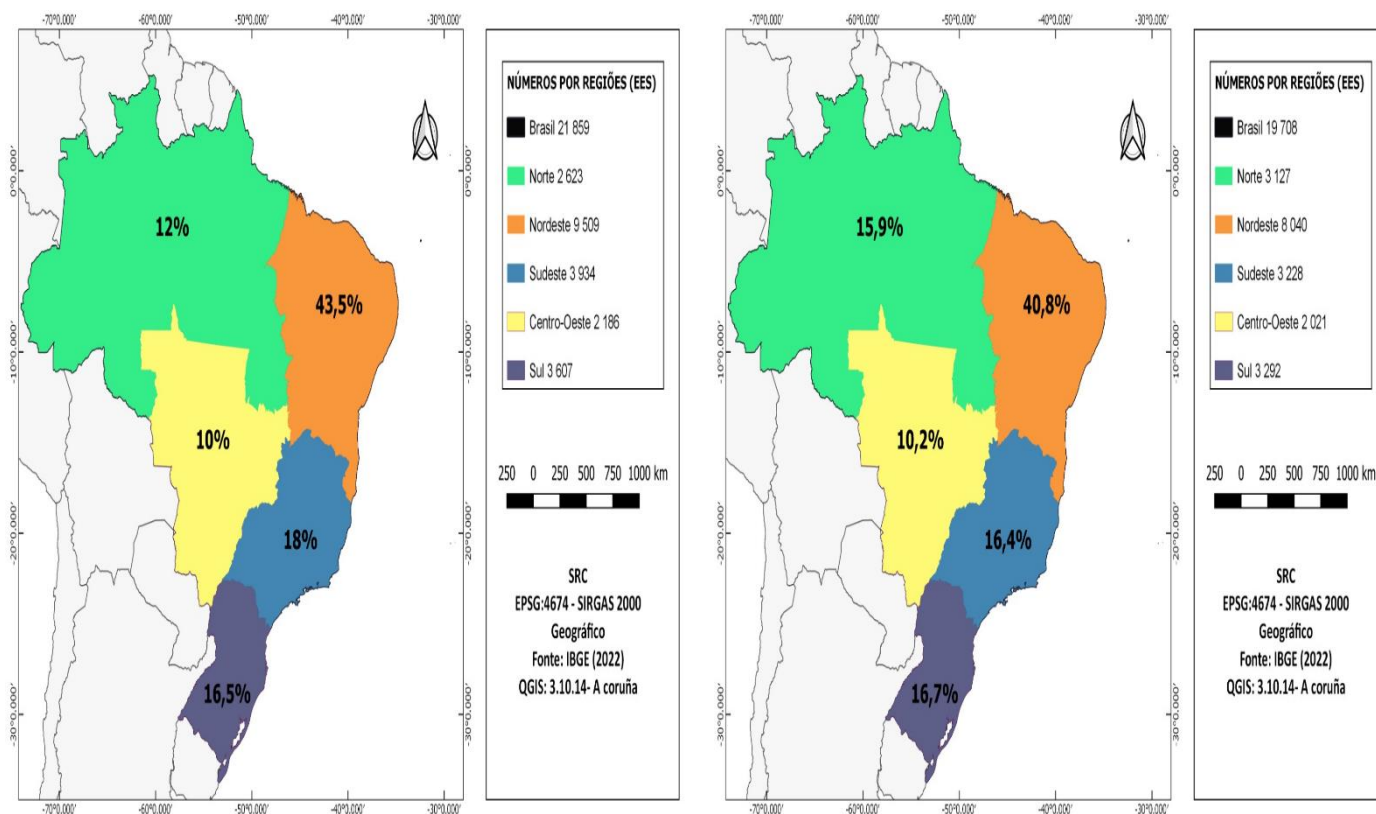
Tabela 1: Indicadores selecionados dos Mapeamentos da Economia Solidária (2005-2007/2009-2013)

Indicadores	1º Mapeamento (2005-2007)	2º Mapeamento (2009-2013)
1. Total de EESs	21.859	19.708
2. Total de trabalhadores	1.687.035	1.423.631
2.1 Mulheres	624.203 (34%)	620.703 (43,6%)
2.2 Homens	1.062.832 (63%)	802.928 (56,4%)
3. Total de municípios com registro de EESs	2.934	2.713
4. Total de EESs (em %) por Região		
4.1 Norte	12,0%	15,9%
4.2 Nordeste	43,5%	40,8%
4.3 Sul	16,5%	16,7%
4.4 Sudeste	18,0%	16,4%
4.5 Centro-Oeste	10,0%	10,3%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados compilados por Silva e Carneiro, 2016.

A Figura 3 sintetiza e ilustra, em parte, as informações sobre a distribuição regional dos EESs apresentadas na Tabela 1.

Figura 3: Distribuição dos EESs por regiões do Brasil: comparativo entre os resultados dos Mapeamentos 2005-2007 / 2009-2013



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados compilados por Silva e Carneiro, 2016.

Segundo Godoy (2008, p. 12), o “[...] mapeamento da economia solidária no Brasil tem indicado uma nova territorialidade”, evidenciada na tradição cooperativista do Sul, com o estado do Rio Grande do Sul concentrando 10,9% dos empreendimentos no Brasil, mas sobretudo pelo destaque nordestino, pois a região é “[...] a única a concentrar 4 estados com mais de 1.000 empreendimentos econômicos solidários cada (Godoy, 2008, p. 12).

Já em relação aos sócios, embora o trabalho masculino represente a maior parte da força de trabalho solidária conforme apresentado na Tabela 1, as mulheres vêm ganhando participação nestas atividades quando se confronta os dados dos dois mapeamentos conforme mostram os Gráficos 2 e 3 a seguir.

Gráfico 2: Percentual dos sócios dos EESs por gênero – 1º Mapeamento (2005-2007)

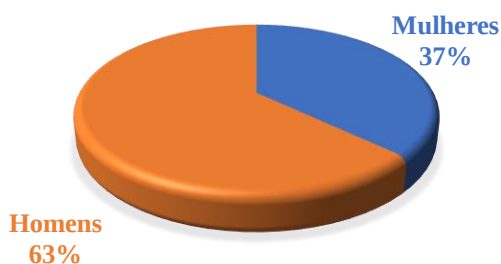
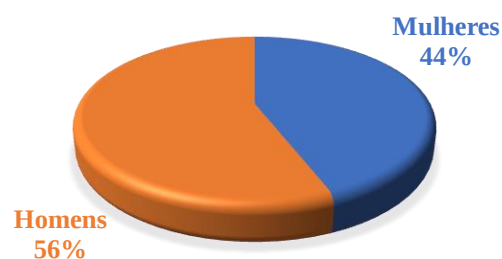


Gráfico 3: Percentual dos sócios dos EESs por gênero - 2º Mapeamento (2009-2013)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados compilados por Silva e Carneiro, 2016.

A seguir, a distribuição total dos empreendimentos e dos sócios por região. A Tabela 2 reforça as informações sobre a importância da participação feminina por região de acordo com os dados do 2º Mapeamento. Com exceção do Sul, as demais regiões do país têm participação das mulheres como sócias em mais de 45% do total de trabalhadores envolvidos.

Tabela 2: Distribuição nacional e regional dos EESs e de seus sócios e evolução das sócias, em % – Mapeamento da Economia Solidária (2009-2013)

Regiões	Percentagem dos EESs	Percentagem dos sócios	
		Total	Mulheres
Norte	16	20	45,9
Nordeste	41	37	47,3
Sul	17	27	34,1
Sudeste	16	8	49,3
Centro-oeste	10	8	46,3

Fonte: Dados compilados a partir das informações de Gaiger e Kuyven (2019, p. 815).

Além disso, o último mapeamento apresentou que das iniciativas sediadas no Nordeste, 54, 8% têm atuação em áreas rurais, 34,8% estão em áreas urbanas e 10,4% atuam nas duas áreas ao mesmo tempo. A Região Nordeste também concentra 72% de todos os EESs rurais do país (Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

Portanto, ao se observar os resultados levantados sobre a Economia Solidária no Brasil, percebe-se que a grande maioria das iniciativas se concentra em atividades rurais seja no cenário nacional, seja no cenário regional. Esta é uma informação importante, pois indica que as relações solidárias são mais comuns no campo. Pode-se listar algumas razões prováveis para este fato. O primeiro é que a produção e a distribuição agrícola no Brasil são executadas em sua grande maioria, por pequenos empreendimentos compostos por reduzidos grupos de trabalhadores que guardam laços de parentesco ou de amizade. Logo, alguns dos princípios solidários compõem naturalmente o âmago da atividade agrícola. O tamanho dos empreendimentos também facilita o agrupamento dos trabalhadores em iniciativas informais, associações e cooperativas. Além disso, não se pode esquecer que a capacidade associativa dos trabalhadores do campo foi estimulada pela disputa, ao longo do tempo, dos territórios rurais. As relações de trabalho solidárias então contribuem assim, para a construção, fortalecimento e transformação dos espaços sociais locais em que estão inseridas.

A observação anterior reverbera a informação quanto à tipologia dos EESs. Estes são em maioria associações (60% do total), seguidos dos grupos informais (30,5%), cooperativas (8,8%) e sociedades mercantis (0,6%). E o Nordeste mais uma vez se destaca, pois concentra 72% de todas as associações registradas pelo levantamento (Silva e Carneiro, 2016).

Em relação ao propósito para a criação dos EESs o levantamento formulou a seguinte indagação: O que motivou a criação do EES? A investigação revelou que as cinco principais motivações para a constituição de um EES no Brasil foram as seguintes: para 48,8% trabalhar em um EES garante uma fonte complementar de renda; 46,2% viram na economia solidária uma alternativa ao desemprego; 43,1% ingressaram pela possibilidade de maiores ganhos em empreendimento associativo; 40,7% consideraram importante uma atividade na qual todos são donos; e 28,6% ingressaram pela possibilidade de desenvolvimento comunitário (Silva e Carneiro, 2016). Essas informações reforçam que o vínculo dos trabalhadores à economia solidária se consolida em primeiro lugar por uma questão de sobrevivência, garantia de uma renda para aqueles

que se encontram desempregados e em menor proporção por uma motivação pessoal, social ou política³⁴.

Portanto, o levantamento deixa claro que as iniciativas solidárias representam também uma resposta aos problemas vinculados ao mercado de trabalho capitalista. Embora o cooperativismo tenha enfrentado dificuldades ao longo de todo o século XX, resistiu e continua a existir. As dificuldades sentidas pelos trabalhadores em organizar empreendimentos puramente solidários no contexto da concorrência e dominação capitalista reforça a tese de que os empreendimentos solidários figuram como opção e resistência aos males do capitalismo, mas que ainda não se manifestam como um modo de produção autônomo. É também

[...] a partir desta compreensão e visão da realidade que se considera a necessidade de formulação de políticas públicas que apoiem as manifestações e iniciativas de grupos sociais, comunitários e de trabalhadores que têm gestado sua alternativa de solução frente à crise e hegemonia do capital financeiro, bem como a articulação dessas manifestações e iniciativas nos espaços socioeconômicos e políticos territoriais e que promovam mudanças e/ou novas regulamentações institucionais no ambiente macro-político e macro-econômico capazes de dar o suporte necessário à consolidação da economia solidária no Brasil (Medeiros, 2006, p. 11).

O suporte do setor público aos empreendimentos pode servir também para ampará-los nas dificuldades significativas que têm para funcionar. Os cinco maiores desafios pelos que fazem a economia solidária foram elencados nesta ordem, à época do levantamento brasileiro: gerar uma renda adequada aos sócios do EES, viabilizar economicamente o empreendimento, manter a união do grupo/coletivo, efetivar a participação e a autogestão e garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os sócios (Atlas Digital da Economia Solidária, 2013). Ao que tudo indica, os obstáculos ao pleno funcionamento dos EESs estão vinculados à garantia de um mínimo para a sobrevivência física do trabalhador enquanto ativo e de proteção social.

Além disso, desafios também são impostos quando estes EESs tentam pôr em prática os princípios da solidariedade e da autogestão. A sistemática econômica e social da outra economia concorre para evidenciar-se como opção oportuna aos trabalhadores, conforme alerta Gaiger (2007, p. 61).

³⁴ Daí a importância da formação contínua no âmbito dos EESs e das instituições de apoio.

O cenário atual apresenta desafios consideráveis à economia solidária, pois o leque de carências e de aspirações humanas amplia-se, frustrando-se ao mesmo tempo a esperança de serem atendidas através da lógica de produção incessante de mercadorias. Esta lógica introduz requisitos cada vez mais exigentes de competências, inovação e desempenho competitivo, para a viabilidade das empresas capitalistas e das formas alternativas de produção. O valor da economia solidária, para os trabalhadores que nela apostam, depende então de sua capacidade de responder aos requerimentos de eficiência – não somente econômica, mas sistêmica – e promover simultaneamente experiências significativas de trabalho, assentes na equidade e em vínculos sociais não utilitários.

As iniciativas solidárias após a crise dos anos 1980 experimentaram avanços tanto em nível de abrangência quanto em relação às suas pautas junto aos entes públicos. Mas, já no século XXI acabaram afetadas pela mais recente crise do capital. Assim, as dificuldades operacionais da economia solidária somam-se aos contratempos “naturais”, ou, digamos, estruturais e conjunturais, do sistema dominante. Ao realizar um diagnóstico sobre os efeitos da crise de 2008 sobre a economia solidária, Lopes (2009, p. 22) chama a atenção para a resiliência observada pelos empreendimentos autogestionários.

A retração acabou pegando todos de surpresa, e “no contrapé”, uma vez que a grande maioria das cooperativas aproveitou o período de prosperidade e de maior acesso ao crédito para expansão e modernização. A crise congelou os investimentos estratégicos e reduziu proporcionalmente as retiradas dos sócios trabalhadores, mas não comprometeu os empregos.

Ainda segundo Lopes (2009, p. 22), algumas medidas das políticas públicas foram essenciais para a manutenção das iniciativas solidárias, pois apresentaram caráter anticíclico, tais como:

i) redução do *spread* bancário; ii) ampliação e barateamento do crédito; iii) intensificação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); iv) criação do Programa Minha Casa, Minha Vida; v) destinação de crédito para agricultura em todos os níveis – somente para agricultura familiar, foram liberados R\$ 15 bilhões para a safra 2009/2010; e vi) apoio a programas que fomentarão a produção, a distribuição e o consumo dos produtos oriundos da agricultura familiar – como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora de caráter geral, tais iniciativas beneficiaram todos os tipos de empreendimentos, quer fossem solidários, quer possuíssem feição capitalista.

Esta reação operacionalizada à crise pelo setor público denota a importância das políticas públicas de apoio e fomento às iniciativas solidárias. Apesar das dificuldades, a economia solidária tem se mostrado capaz de ampliar sua cobertura se estendendo aos mais diversos segmentos de atividade, a variados territórios e mantendo diálogos com as mais diferentes interfaces.

Diagnóstico recente feito pelo DIEESE fornece uma ideia da amplitude de atuação da economia solidária. O documento apurou que seu espectro se alargou significativamente estendendo-se “[...] às empresas recuperadas pelos empregados, aos assentamentos de reforma agrária, a prestadores de serviços nas periferias das metrópoles, a catadores de material reciclável, a camponeses e artesãos” (DIEESE, 2014, p. 14).

Ademais, em fase recente, a economia solidária tem se conectado com as mais variadas vivências presentes nos movimentos sociais e populares, encampando suas lutas e pautas, contribuindo para “[...] recompor a centralidade do trabalho em tempos de grande precarização, em que as formas de identidade são produtivas – ser negro, ser jovem, ser reprodutivo, não-reprodutivo” (Bocayuva, 2006, p. 22). Além dos vários segmentos com os quais a economia solidária tradicionalmente está relacionada como a agricultura familiar e agroecologia, o artesanato, as finanças solidárias e o setor de resíduos sólidos, somam-se a ela novas interfaces, a exemplo da diversidade, do etnodesenvolvimento, das iniciativas femininas e o feminismo, da saúde mental (inclusão pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico)³⁵, da inserção dos privados de liberdade, das comunidades quilombolas, etc.

Entretanto, em virtude das mudanças políticas que culminaram na reorientação das ideologias do governo federal desde o golpe parlamentar-midiático-jurídico de 2016³⁶ a economia solidária perdeu espaço no contexto da ação pública. Seu órgão representativo, a SENAES foi transformada, com a posse de Michel Temer na presidência, em subsecretaria ligada ao gabinete do ministro do Trabalho. Em janeiro de 2019, assume a presidência Jair Bolsonaro e com a extinção do Ministério do Trabalho a

³⁵ Mazaro et al. (2020) identificaram a partir dos dados levantados pelo Segundo Mapeamento Nacional, 140 empreendimentos econômicos solidários compostos em sua maioria por pessoas com transtornos mentais, incluindo aqueles herdados do uso de álcool e outras drogas.

³⁶ Este termo que passaremos a usar a partir de então advém das discussões surgidas após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff que caracterizaram a sua deposição como um golpe em primeiro lugar, derivado da esfera político-partidária, por meio das mudanças alianças políticas no Congresso Nacional formando uma maioria para a cassação do mandato da presidente; em segundo lugar, da esfera jurídica, já que promoveu-se a criminalização da política a partir da Operação Lava Jato, punindo de forma seletiva, lideranças do PT. Por último, o golpe foi alimentado na esfera midiática, com frequentes campanhas contra o PT, o que criou uma ampla rejeição à esquerda política.

SENAES foi suprimida conforme determinação da Medida Provisória nº 870, sendo transformada em mero departamento do Ministério da Cidadania.

No entanto, a articulação entre os empreendimentos econômicos solidários e os atores institucionais, mesmo fragmentada, não deixou de existir. O FBES manteve-se atuante e por meio de um diagnóstico recente expôs os desafios externos e internos os quais a economia solidária deverá ultrapassar em sua nova fase. Os fatores externos elencados são os seguintes: “[...] • Até 2016 – o balanço indica excessiva dependência do movimento em relação à agenda da política pública; • Após 2016 – contexto geral de desarticulação dos movimentos e fóruns (contexto pós-golpe).” (FBES, 2019, p. 8).

Os demais desafios considerados como internos à dinâmica da economia solidária, segundo o FBES (2019), estão na dificuldade de integração dos trabalhadores em virtude da segmentação em 3 subgrupos (empreendimentos, entidades e gestores), na adversidade em praticar a economia solidária atendendo seus princípios e no estímulo insuficiente para a promoção e prática solidária.

Em meio ao desmonte experimentado, um alento. No dia 03/05/2022, o Senado aprovou a PEC 69/2009³⁷. A PEC inclui a economia solidária entre os princípios da ordem econômica nacional³⁸ que estão previstos no Artigo 170 da Constituição Federativa do Brasil de 1988³⁹. O texto recebeu 64 votos favoráveis e 7 contrários e teve como subscritor o senador Jaques Wagner (PT-BA). Com a aprovação, o texto constitucional em seu artigo 170 terá acrescido o inciso X - Economia Solidária⁴⁰. Encaminhada à Câmara dos Deputados a proposta aguarda designação de Relator para ser apreciada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

³⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/03/aprovada-pec-da-economia-solidaria-texto-vai-a-camara>. Acesso em: 05 maio 2022.

³⁸ Segue a transcrição do artigo 170 que compõe o texto constitucional: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I – soberania nacional; II – propriedade privada; III – função social da propriedade; IV – livre concorrência; V – defesa do consumidor; VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação da EC 42/2003); VII – redução das desigualdades regionais e sociais; VIII – busca do pleno emprego; IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação da EC 6/1995). Parágrafo único: É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei” (Brasil, 2023, p. 155).

³⁹ A Constituição de 1988 já tinha avançado em texto legislativo que estabelece o apoio e estímulo ao cooperativismo e associativismo. Tais dispositivos constam no Artigo 174, inciso 2º: “[...] § 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo” (Brasil, 2023, p. 157).

⁴⁰ Esta é uma conquista que pela ação contribuirá para a desmistificação da economia solidária como atividade secundária, marginal e por isso, sem importância já que não é exercida por “todos”. A inserção da economia solidária na legislação nacional a garante também como um direito já que estando prevista em lei a atividade poderá reivindicar com propriedade, seu espaço no espectro social.

Apesar de não apresentar uma referência específica, o texto legislativo que embasa a PEC 69/2019, oferece uma atualização do cenário da economia solidária ao informar que há “[...] atualmente no Brasil cerca de trinta mil empreendimentos solidários, em vários setores da economia, que gera renda para mais de dois milhões de pessoas” (Brasil, 2019, p. 2).

Além desta PEC, os participantes da economia solidária esperam desde 2012, o encerramento da tramitação do Projeto de Lei 6.606/2019 (antes PL 4.685/2012) que intenciona criar a Política Nacional de Economia Solidária, definir os empreendimentos econômicos solidários e fundar o Sistema Nacional de Economia Solidária.

A realidade atual da economia solidária também se encontra retratada no Documento orientador da Comissão Organizadora Nacional da VI Plenária Nacional de Economia Solidária, que aconteceu em dezembro de 2022. O dossiê que encaminhou as discussões da nova plenária nacional resgatou a importância e o caráter transformador da economia solidária, reaproximando-a das suas ideias primárias de superação do sistema capitalista de produção e distribuição.

O objetivo da VI PNES é retomar a esperança e o projeto de uma outra sociedade possível e necessária, sair da descrença e do pessimismo colocado por mais uma crise do capitalismo, fortalecer a autoconfiança entre os trabalhadores e trabalhadoras e mostrar que podemos ser sujeitos de nosso destino, sem nos submetermos ao processo perverso do capital explicitando à toda sociedade nossa proposta de outra organização social, política, econômica e ambiental, como enfrentamento e superação do capitalismo como sistema (FBES, 2019, p. 3).

Portanto, mesmo enfrentando repetidas crises econômicas, revezes políticos e também as dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, os protagonistas da economia solidária mantiveram-se resilientes na defesa da economia solidária como um direito: um direito a exercer uma atividade econômica que preserve a vida e ofereça melhores condições de vida para os seus integrantes. Por isso, sua plataforma de reivindicações e luta se interconecta numa diversidade de grupos e movimentos⁴¹.

⁴¹ Também em 2022, foi criado o Instituto Paul Singer com o objetivo de continuar o legado do autor por meio da divulgação de suas obras. O compêndio “Uma utopia militante: três ensaios sobre o socialismo” lançado pela Editora da Unesp e o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas de Economia Solidária em parceria com o Cofecon (Conselho Federal de Economia) são exemplos de ação para dar visibilidade à economia solidária.

Entre os exemplos, pode-se citar a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, a Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito Solidário (Confesol), o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), a Rede Brasileira de Incubadoras Universitárias de Cooperativas, entre outros agentes de atuação nacional. Ou seja, a base social que compõe o movimento brasileiro de economia solidária permanece em operação, aliando-se em contextos particulares a outros movimentos na defesa de suas plataformas de luta (Silva, 2020, p. 265).

Por esta razão, o diálogo, a formação dos trabalhadores, a conexão com os mais variados movimentos sociais caracteriza a economia solidária como um movimento social de resistência. Os próprios sujeitos que participam da economia solidária, (empreendedores, apoiadores e pesquisadores), se auto intitulam “militantes” do Movimento Nacional da Economia Solidária, tema que será abordado no tópico a seguir.

3.2 O Movimento Social Nacional da Economia Solidária e a institucionalização da política nacional de economia solidária

Conforme a economia solidária ganhava espaço na economia, na política e também nas ações do setor público, percebeu-se a importância de demonstrar que os EESs não estavam isolados e que não executavam uma atividade secundária. A literatura demonstra a relevância da atuação de uma série de instituições e entidades que foram primordiais para o (re) surgimento das práticas solidárias no Brasil e consequentemente para a sua organização social.

Cumprir observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários. Além disso, estas entidades de apoio treinam os cooperadores em autogestão e acompanham as novas empresas dando-lhes assistência tanto na realização de negócios como na construção do relacionamento interno da cooperativa (Singer, 2002a, p. 112-113).

Estas ações integradas ganham amplitude e

[...] atores sociais diversos, como direções dos movimentos sociais, agentes de organizações não governamentais, líderes políticos e representantes governamentais, jogam papéis múltiplos, de acordo com seu campo social de origem, suas possibilidades de trânsito de um campo a outro e seus recursos de poder, materiais, simbólicos e propriamente políticos. A Economia Solidária não é exceção (Gaiger, 2014, p. 5-6).

À medida que a economia solidária crescia, materializava-se o posicionamento político crítico, questionador. Este contrafluxo mesmo tímido tem intenções transformadoras de uma realidade a partir da luta política (Ávila, 2019).

Então a economia solidária no Brasil compreende uma diversidade significativa, pois são muitos os sujeitos políticos que se apresentam sob distintas estratégias, embora pareçam convergir em um mesmo projeto político de sociedade (Santos, 2014).

A prática solidária e a interlocução entre os mais variados sujeitos estimulam a participação política e têm caracterizado uma ampla gama de atuações para atender as demandas dos empreendimentos econômicos solidários e demais interfaces. Laville (2009) trata a economia solidária como um movimento social internacional, pois a condiciona às lutas dos trabalhadores desde as primeiras lutas e ações coletivas que foram travadas após a Revolução Industrial com a expansão do capitalismo.

O termo movimento social remete, em um sentido amplo, a lutas sociais travadas coletivamente, propondo mudanças em diferentes esferas (política, cultural, econômica, social) e níveis (local, setorial, macrossocial). Esse conceito aporta a ideia de uma ação coletiva que apresenta questionamentos ao sistema ou a normas específicas, designando assim eventos de composições e alcances distintos (Icaza, 2009, p. 260).

Assim, esse “[...] conjunto de pessoas que se identificam com códigos, valores, necessidades ou ideias comuns [...]” (Icaza, 2009, p. 260) emerge como movimento social desde os anos 1980. Sendo “[...] uma categoria analítica construída para se entenderem essas ações coletivas [...]” (Icaza, 2009, p. 260), o movimento social traz mais visibilidade à sua organização, às suas pautas e ao seu papel na sociedade.

O estudo dos movimentos sociais abriga várias designações teóricas que compreendem as motivações da criação, tipologias, operacionalização e regramentos das organizações participantes. Silva (2018b; 2020) apresenta os embasamentos teóricos mais importantes e conclui que o movimento da economia solidária no Brasil está condicionado historicamente às metamorfoses pelas quais passaram as relações entre a

sociedade civil e o Estado. Na medida em que evoluíram estas relações, transformaram-se também as pautas dos movimentos sociais que passaram a agregar à contraofensiva e à resistência, o caráter propositivo em suas ações.

E, além disso, estando imersos numa crise político-ideológica, os movimentos sociais passaram por reestruturações e o movimento da economia solidária é um exemplo dos “[...] ‘novos movimentos sociais’ vinculados mais a noção de inclusão de novos direitos e na promoção da cidadania” (Santos e Carneiro, 2008, p. 3)”, que agrega “[...] diversos outros movimentos sociais (ambiental, negro, indígena, de mulheres e trabalhadores desempregados, etc.” (Santos e Carneiro, 2008, p. 14).

“A compreensão de que a economia solidária, nesse contexto, configura-se como um *novo* movimento social é polêmica, assim como os próprios debates acerca dos movimentos sociais na contemporaneidade”, observa Costa e Jesus (2017, p. 243). Entretanto, considerando o histórico de mobilizações sociais ocorrido desde a década de 1970 e os avanços da participação social dos sujeitos da economia solidária no Brasil, a atividade delineou sua trajetória como um movimento social organizado.

Nesse sentido, movimentos que lutam pelo direito ao território (ribeirinhos, quilombolas e indígenas), pela reforma agrária, pela soberania alimentar, pela agroecologia, pela valorização do trabalho feminino, por direitos sociais, entre muitos outros, compartilham em diferentes modulações de valores e diretrizes que compõem seus quadros interpretativos. A partir desses elementos comuns, abre-se a possibilidade de processos de tradução intercultural para a formação de coletividades mais complexas, mobilizados em diferentes repertórios organizacionais, tais como as redes, os fóruns, os encontros e outros tipos de articulações fundamentais para a dinâmica dos movimentos sociais (Silva, 2020, p. 265).

Este movimento social recentemente organizado, se estrutura essencialmente nas lutas e anseios populares.

Para além do movimento socialista de caráter libertário, a economia solidária está enraizada nos movimentos dos povos e comunidades tradicionais, movimentos de luta pela terra, águas e florestas, movimentos de moradia, movimentos socioterritoriais, movimento de desempregados, movimentos ambientalistas, movimento negro, movimento feminista, movimentos em defesa da cultura popular, movimento da luta antimanicomial e tantos outros que constituíram e constituem a agenda das esperanças emancipatórias da atualidade (Schiocet, 2020, p. 1)

A mobilização que deu origem ao Movimento Nacional da Economia Solidária percorreu um longo caminho no decorrer do tempo. Na verdade, o movimento organizado é muito mais novo que a grande maioria dos empreendimentos, instituições e outros atores sociais que estão engajados na economia solidária. A articulação entre os atores da economia solidária passou a ocorrer com a realização das Plenárias da Economia Solidária. Estes encontros serviram para aglutinar e unificar as pautas da economia solidária estabelecendo-os como espaço de proposições, formação e troca de ideias⁴².

O principal marco do movimento da economia solidária foi a realização da I Plenária de Economia Solidária em 2002, cujo objetivo principal consistia em reforçar a reivindicação por uma representação institucional em nível nacional, ideia lançada nas discussões ocorridas no Primeiro Fórum Social Mundial. No mesmo ano, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República e atendeu esta reivindicação⁴³, criando em 2003, a SENAES⁴⁴. A criação do FBES que se tornou, junto a Secretaria Nacional, a principal fonte de informações sobre a evolução das práticas solidárias no Brasil (Nagem e Jesus, 2013; FBES, 2019; Santos, 2019).

As plenárias da Economia Solidária tornaram-se uma prática e ocorreram nos anos seguintes: a II e a III PNES aconteceram em 2003 e esta última consolidou a economia solidária como movimento nacional, já que concretizou sua identidade (pela definição dos seus princípios), estrutura organizativa e pautas de reivindicação (FBES, 2019). Em 2004, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, em Brasília, oportunizou os representantes dos próprios empreendimentos partilharem suas experiências. Mantendo esta perspectiva, a SENAES organizou três Conferências Nacionais de Economia Solidária nos anos de 2006⁴⁵, 2010 e 2014, nesta ordem (FBES, 2019; Mélo, 2020).

Ainda na estrutura organizacional institucional foi criado em 2006, o Conselho Nacional de Economia Solidária, que funciona como órgão colegiado garantindo a representação e interlocução entre a sociedade civil e o Estado. No mesmo ano, foi

⁴² De maneira geral, as mobilizações sociais e as conquistas históricas delas resultantes dão ou reforçam a identidade de um grupo. As lutas do campo materializam o melhor uso e a apropriação da terra por exemplo. Enquanto isso, os militantes da economia solidária disputam o direito a exercer outra forma de reproduzir a existência.

⁴³ Na I PNES foi elaborado um documento intitulado “Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” em que constavam as demandas da Economia Solidária.

⁴⁴ As competências da nova secretaria estiveram definidas pelo Art. 18 do Decreto nº 5.063, de 03 de maio de 2004 (Silva, 2018).

⁴⁵ A Conaes ocorrida em 2006 legitimou as políticas públicas de economia solidária como estratégia política do movimento (Schiochet, 2009).

publicada Portaria nº 30 de 20 de março, que lançou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), com a finalidade de identificar e caracterizar os EESs e as entidades de apoio e fomento.

Cinco anos após a III Plenária, a IV PNES acontece em 2008, a V PNES em 2012 e a VI PNES⁴⁶ foi realizada em 2022. Nesse ínterim são executados os dois mapeamentos da Economia Solidária.

Esses encontros e espaços também propiciaram, paulatinamente, a elaboração de uma pauta mais unificada e que reunisse as demandas dos diversos atores envolvidos. É possível afirmar que essa pauta, marcada por uma diversidade de reivindicações, sempre esteve fortemente voltada para o diálogo com governos e o Estado brasileiro. Além disso, esses encontros e espaços também foram responsáveis pela crescente visibilidade política das práticas desse campo. Ou seja, cada vez mais regulares e contínuos, os fóruns, que progressivamente foram se institucionalizando, se tornaram fundamentais para a organização do movimento de economia solidária no Brasil, por propiciarem momentos de trocas, partilha, embates e oposições – elementos tão caros à construção da identidade de qualquer organização do campo social (Nagem e Jesus, 2013, p. 84)

Do ponto de vista da legislação, uma estrutura jurídica passou a ser reivindicada pelo movimento da economia solidária e algumas demandas foram concretizadas. O Decreto nº 6.341/2008 criou seções ou núcleos de Economia Solidária nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego; o Decreto nº 7.357/2010 normatizou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC); o Decreto nº 8.163/2013 criou o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social e a Lei Federal nº 11.101/2015, reconhece a possibilidade de recuperação de empresas autogestionárias (Mélo, 2020).

Outra fonte de informação importante foi criada em 2014. O Cadastro dos Empreendimentos Solidários é uma ferramenta de monitoramento que fornece uma visão geral dos empreendimentos que auxiliam a tomada de decisão institucional. Ao realizar o cadastro, o EES fornece na plataforma digital informações de sua localização, estrutura, atividade econômica, tempo de atuação e forma de organização e recebe a Declaração de Conformidade da Economia Solidária que lhe permite acesso às políticas públicas, aos programas públicos de financiamento, às compras governamentais e a comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas direcionadas (Mélo, 2020).

⁴⁶ A VI PNES estava programada para acontecer em 2020. Em virtude dos efeitos da pandemia da Covid-19 só foi possível executá-la em dezembro de 2022.

Em 2015, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária pensado para o quinquênio 2015-2019, tendo como objetivo central promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Embasado nas discussões propostas na III Conaes, o documento além de apresentar as diretrizes gerais, metas e prioridades temáticas de cada eixo de ação, traz um balanço das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças à economia solidária.

Chama a atenção a posição assertiva do levantamento acerca das ameaças à economia solidária, em particular no que diz respeito ao contexto político da época, segundo o documento era

[...] marcado ainda pelas políticas neoliberais, com seus aparatos ideológicos conduzidos por forças conservadoras da sociedade que têm poder de repressão, criminalização, cooptação e degeneração das estratégias e alternativas sociais emancipatórias, a exemplo da economia solidária[...] (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p. 8).

A partir de 2016, o movimento da economia solidária passou a enfrentar os desafios impostos pelo golpe parlamentar-midiático-jurídico que depôs a presidente Dilma Rousseff. Houve reformulação de toda a estrutura de gestão da economia solidária. Impactado pela mudança, o coletivo foi pressionado a reagir adequando procedimentos, estratégias e posicionamentos. Em julho de 2016, foi realizada a Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária em Santa Maria – RS, que teve como objetivo estabelecer condutas para enfrentar o golpe e reafirmar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Em outubro do mesmo ano, ocorreu o Seminário de Avaliação da Rede Nacional no Centro de Formação em Economia Solidária em Brasília – DF (Santos, 2019).

No ambiente político alguns avanços. O movimento da Economia Solidária conta com a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária criada em 2019 e composta por 210 deputados e 8 senadores de variados partidos e ideologias políticas. Dentre as iniciativas acompanhadas por este grupo de parlamentares estão as proposições do Projeto de Lei 6.606/2019 e a PEC 69/2019, pautadas no Congresso Nacional e já citadas neste trabalho.

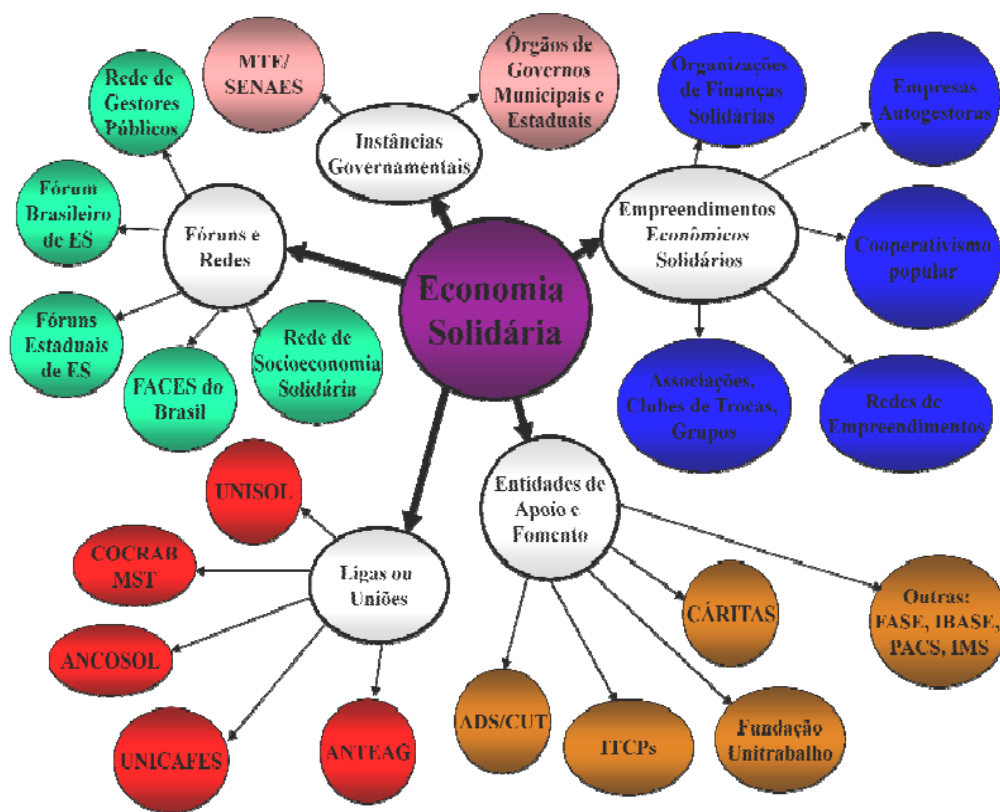
Também em 2019, foi instituído em todo o território nacional o dia 15 de dezembro⁴⁷ como o Dia Nacional da Economia Solidária a partir da Lei 13.928/19 com o objetivo de incentivar o trabalho associado com base no desenvolvimento sustentável, justiça social e respeito à vida. No mesmo ano da instituição e anos subsequentes, o Movimento da Economia Solidária por meio da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária tem registrado as comemorações por todo o país, com encontros, feiras, fóruns de discussão que aglutinam seus militantes em suas mais variadas funções.

Os avanços registrados aqui demonstram que o Movimento Nacional da Economia Solidária é atuante e dialoga nas mais variadas perspectivas. No Segundo Mapeamento da Economia Solidária, com o objetivo de perceber a articulação e organização dos atores sociais e políticos que compõem a economia solidária, levantaram-se os seguintes questionamentos: O empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação? O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais? Em resposta à primeira questão, 39,6% responderam sim, e 60,4%, não. Quanto à participação em movimentos, 57,6% dos EESs responderam que participam e 42,4% que não (Atlas Digital da Economia Solidária, 2013). A pesquisa destes temas junto aos participantes indica que, embora a maioria não participe ativamente de redes ou fóruns organizativos, a maior parte está engajada em algum tipo de movimento popular.

Então, o ambiente de discussões que foi construído progressiva e coletivamente assegurou significância ao movimento da economia solidária e suas pautas passaram a ser inseridas na agenda das políticas públicas nacionais. Ao longo do tempo, desde a criação da representação nacional, foi constituída uma estrutura organizacional que envolve uma série de entidades, incluindo os empreendimentos econômicos solidários, no intuito de dar visibilidade ao universo da economia solidária no Brasil. Este sujeito coletivo está representado na Figura 4 a seguir.

⁴⁷ Esta data foi escolhida como homenagem ao ambientalista Chico Mendes, que nasceu em 15 de dezembro de 1944.

Figura 4: Estruturação da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Godoy (2009, p. 31).

Desta maneira, o universo da economia solidária é composto por diferentes sujeitos sociais e se materializa nas ações de trabalhadores e instituições comprometidos com um projeto que busca harmonizar as relações humanas e de trabalho com a sustentabilidade ambiental. A adesão e o comprometimento com os princípios solidários representam o fortalecimento da economia solidária como um projeto de desenvolvimento nacional e não só como escape ao desemprego e a precariedade do mercado de força de trabalho.

Não fosse a valentia e insistência dos sujeitos sociais históricos, numa busca dedicada e obstinada por alternativas de trabalho e renda, pelo resgate da cidadania dos sujeitos marginalizados economicamente, é bem provável que a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária não existisse. Trata-se, portanto, de reconhecer um acúmulo social histórico, conquistado palmo a palmo por meio de um trabalho cansativo, mas recompensador, que ao mesmo tempo em que busca amenizar as dificuldades de homens e mulheres, mães e pais de família em dificuldade, tem o objetivo de conter o avanço do capitalismo em sua face mais desumana: o desemprego e a barbárie social (Xavier, 2009, p. 69).

A economia solidária, consolidada pela atuação de seu movimento social, passou a encampar algumas atividades que trabalham a perspectiva de reinserção dos indivíduos na sociedade e estreitou os laços com instituições que tratam os doentes mentais e dependentes químicos, que acolhem pessoas privadas de liberdade, por exemplo, dando-lhe um caráter transversal. Segundo Schiochet (2019), esta transversalidade da economia solidária exige que as políticas para o setor sejam moldadas no bojo de outras como as de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico e outras. Muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável e do Plano Nacional de Qualificação Profissional.

O FBES ressalta a importância da organização dos que trabalham de forma solidária e evidencia a relevância da articulação e mobilização de todos os entes que formam o universo e o movimento da economia solidária.

A experiência da economia solidária, levada de forma independente de empresas, empresários, partidos e do Estado, gerida a partir dos princípios da cultura da autogestão e da democracia direta tem tudo para ser a potência que pode motivar a classe trabalhadora organizada a participar dessa experiência. Nossas conquistas, como movimento de economia solidária, só serão efetivas se estivermos organizados, articulados e mobilizados em nossas bases, conscientes do papel que podemos ocupar na história (FBES, 2019, p. 11).

Ao mesmo tempo em que o movimento da economia solidária se consolida, a relação entre Estado e sociedade ganha um novo componente na disputa entre os diferentes projetos de sociedade. Até porque as “[...] políticas públicas são políticas ligadas tanto à reprodução social do capital quanto à reprodução social da classe trabalhadora” (Bocayuva, 2006, p. 21).

A reivindicação pelo espaço nas ações do setor público só foi possível a partir da organização e atuação do movimento nas diferentes instâncias do poder público. Então, apesar das críticas que podem ser elencadas, a participação do movimento social da economia solidária na discussão e decisões de ação política é uma grande conquista. O simples acesso às decisões políticas garantiu aos militantes da economia solidária exercitar a articulação e representação em torno dos ideais do movimento conferindo-os uma visibilidade nunca antes alcançada.

Portanto, o processo de inserção da economia solidária na agenda do governo federal surgiu como uma experiência inovadora em termos de práticas tradicionais de políticas de estímulo à geração de trabalho e renda. Desde o início, as propostas de desenho operacional de programas estiveram bastante associadas a reivindicações de organizações sociais que defendem o cooperativismo como princípio relevante a ser incentivado via políticas públicas (Silva, 2018, p. 16).

Tais avanços só foram possíveis porque a Constituição de 1988 trouxe uma nova referência para o funcionamento do Estado, enfatizando a participação cidadã na condução da política e da sociedade. Nessa perspectiva, o Brasil é pioneiro na formulação de políticas públicas de economia solidária, tendo o PT como protagonista na implementação das políticas públicas para a economia solidária no Rio Grande do Sul, em São Paulo no município de Santo André e em Pernambuco na cidade do Recife (Santos, 2019).

Os documentos da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que participou ativamente do debate sobre as ações específicas para o setor, resumem os principais focos das discussões que resultaram na inserção da economia solidária na agenda pública nacional. A política pública de fomento à economia solidária, segundo a Rede de Gestores, busca alcançar os seguintes objetivos:

- Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- Contribuir para a promoção e ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda;
- Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- Contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária;
- Criar mecanismos legais que viabilizem o acesso dos sujeitos da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;
- Promover a integração e a intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;
- Fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária (Medeiros, 2006, p. 155-156).

Para alcançar os objetivos, são necessários determinados instrumentos, tais quais:

- Formação social e política, educação básica e capacitação ocupacional/profissional;
- Assessoria e assistência técnica para a constituição, incubação e consolidação de empreendimentos populares solidários, bem como para a articulação de cadeias produtivas solidárias e para estratégias de desenvolvimento local e territorial;
- Desenvolvimento de tecnologias aplicadas e democratização do acesso;
- Fundos públicos destinados ao financiamento da política;
- Linhas de crédito e financiamento adequadas;
- Investimento social no fortalecimento e articulação do tecido social e dos territórios, inclusive infra-estrutura e logística;
- Constituição e organização da demanda (compras públicas, comércio justo e solidário e mercado) e da oferta (logística e infra-estrutura) dos bens, produtos e serviços do setor;
- Marco legal e regulatório adequado ao setor;
- Estratégia de comunicação e cultura que estimulem os princípios da economia solidária (Medeiros, 2006, p. 156-157).

Por fim, define-se o público-alvo da política pública como sendo os seguintes sujeitos:

- a) São organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), supra-familiares, cujos sócios (as) são trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários(as) ou co-proprietários(as), exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b) São organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica;
- c) São organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização;
- d) São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios (as) trabalhadores (as)), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.
- e) São organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (Medeiros, 2006, p. 157-158).

O ambiente político propício às pautas da economia solidária permitiu as devidas alianças políticas que foram firmadas pelo governo federal a partir de 2003. Estas,

garantiram, ao longo de treze anos (2003-2016), a institucionalização e a continuidade das ações públicas de economia solidária⁴⁸.

Além do mapeamento que possibilitou maior visibilidade da economia solidária o movimento incidiu na construção de projetos e programas como: implantação de uma rede de centros de formação de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, fortalecimento das finanças solidárias, redes de produção e comercialização, etnodesenvolvimento, implantação do CADSOL (Cadastro dos Empreendimentos Solidários), inclusão de catadores organizados em cooperativas e associações na política nacional de resíduos sólidos, economia solidária e saúde mental (FBES, 2019, p.7).

Trabalho realizado por Cunha (2012) reforça o caráter predominantemente transversal das ações públicas de economia solidária. Na esfera federal, quando do planejamento e execução da política estiveram envolvidos, entre 2003 e 2010, 29 órgãos públicos federais, 17 ministérios, 1 secretaria especial com status de ministério, a Secretaria-Geral da Presidência da República, 1 autarquia, 3 fundações públicas, 2 empresas públicas e 5 instituições financeiras públicas.

Em relação à execução da política pública, os escassos recursos e as disputas internas pelo orçamento, foram elementos que dificultaram a execução ao longo do período em que a política federal existiu. Em seu primeiro mandato, “[...] Lula garantiu uma gestão financeira interna do país que deu continuidade às reformas econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – comprometido com o ajuste neoliberal” (Santos, 2019, p. 81), mas, em contrapartida, adotou políticas sociais significativas como o Fome Zero e atendeu às demandas da economia solidária direcionando recursos para as ações encampadas pela SENAES.

No segundo mandato, embora as maiores ações do governo estivessem voltadas para o crescimento econômico tendo como carro-chefe o PAC, o orçamento para a pasta da economia solidária foi garantido. A seguir na Tabela 3, um resumo da provisão e

⁴⁸ As iniciativas de políticas públicas nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo que serviram de exemplo para as estratégias de abrangência nacional já existiam desde a primeira metade da década de 1990 (Nagem e Jesus, 2013).

execução orçamentária das ações públicas⁴⁹ realizadas pela SENAES nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011.

Tabela 3: Valor (em R\$) e execução orçamentária (em %) da SENAES da gestão Lula: 2004-2011⁵⁰

PPA 2004-2007					
Ano	2004	2005	2006	2007	Total
LOA	58.524.779	24.858.345	26.128.454	60.394.387	169.905.966
IEO	60,8	77,4	97,8	94,1	81,1
PPA 2008-2011					
Ano	2008	2009	2010	2011	Total
LOA	70.466.160	43.692.124	69.335.404	94.737.103	208.085.405
IEO	51,6	77,3	25,3	34,1	41,2

Fonte: Elaboração própria com base em Silva (2020a).

Os dados mostram que embora o Índice de Execução Orçamentária do PPA 2008-2011 tenha ficado muito aquém do PPA anterior o orçamento da pasta, previsto na LOA cresceu de aproximadamente R\$ 170 milhões para R\$ 208 milhões. Segundo Silva (2020a, p. 394) a redução do IEO aconteceu devido a uma “[...] reconfiguração na relação entre o poder executivo federal e seus demais parceiros governamentais subnacionais e da sociedade civil [...]” que trouxe “[...] novas exigências na execução de convênios, aumentando ainda mais a carga de complexidade que já havia em seus procedimentos de execução, acompanhamento e prestação de contas.”

Do ponto de vista da gestão, Dilma Rousseff estreou seu primeiro mandato dando sequência às iniciativas do governo anterior. Pressionada a manter a taxa de crescimento do PIB de 7,5% obtida em 2010, instituiu duas ações: o Plano Brasil Maior como carro-chefe para a manutenção do crescimento e o PAC contra a miséria, adotando o *slogan* “Um país rico é um país sem pobreza”. Como utilizou um programa mais técnico, voltado

⁴⁹ As ações previstas para execução orçamentária no PPA 2004-2007 foram: apoio à consolidação de políticas públicas de economia solidária, gestão e administração do programa, Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, capacitação de agentes de desenvolvimento solidário, publicidade de utilidade pública, funcionamento do CNES, fomento à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária, promoção do consumo ético e comércio justo, Assistência Técnica para geração de finanças solidárias, ações emergenciais de geração de trabalho e renda e recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão. Para o PPA 2008-2011 o apoio à consolidação de políticas públicas de economia solidária foi substituído pelo estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária e foram adicionadas as seguintes ações: formação de formadores e gestores públicos, fomento e assistência técnica a empreendimentos, comercialização dos produtos e serviços, desenvolvimento de tecnologias sociais, fomento a incubadoras e implantação de Centros Públicos de economia solidária (Silva, 2018b).

⁵⁰ As duas primeiras gestões de Lula ocorreram nos períodos 2003-2006 e 2007-2010. O PPA é quadrienal e executado a partir do segundo ano administrativo. Por esta razão, o plano plurianual atravessa sempre o primeiro ano da gestão seguinte.

para o alcance de metas e indicadores específicos, a participação social, essencial para a execução de políticas sociais, reduziu-se bastante em seu governo (Santos, 2019).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4, que apresenta a execução da política pública de economia solidária entre os anos de 2012 e 2015, o orçamento previsto pela LOA no primeiro mandato de Dilma⁵¹, comparado ao da gestão anterior, foi bastante relevante ultrapassando R\$ 577 milhões, mais que o dobro do último PPA. Entretanto, quando se verifica o IEO do quadriênio, percebe-se uma queda contínua do indicador, de 40,5% para 16,1%, elemento que comprometeu, neste período, a efetivação das ações federais de economia solidária.

Tabela 4: Valor (em R\$) e execução orçamentária (em %) da SENAES: PPA 2012-2015

Ano	2012	2013	2014	2015	Total
LOA	134.374.280	160.956.735	151.376.577	130.763.522	577.471.115
IEO	40,5	18,6	19,3	16,1	22,8

Fonte: Elaboração própria com base em Silva (2020a).

Enquanto a ação pública era executada, a economia solidária enfrentou desafios. A seguir dois exemplos, ambos da gestão Dilma: em 2011, o governo quis fundir duas pastas antagônicas, a da economia solidária e a da micro e pequena empresa, numa única secretaria, fato que enfrentou vigorosa oposição do movimento que exerceu pressão suficiente para impedir; em 2015, após a reeleição e no âmbito das negociações por cargos e corte no orçamento circulou rumores sobre a demissão de Paul Singer para atender a reforma ministerial (Santos, 2019); a crise econômica severa em 2015, tornou-se “[...] um fator desestabilizador não apenas para a política de economia solidária, mas para todo o conjunto de políticas sociais no Brasil” (Silva, 2018, p. 32)

Com o golpe sofrido por Dilma em 2016 e sua consequente destituição da Presidência da República, Michel Temer assumiu o governo e passa a pôr em prática um programa oposto aos dos governos anteriores sendo especialmente cruel contra as minorias, os pobres e os trabalhadores. Em seu pouco tempo de gestão, colocou em ação uma agenda neoliberal que atacou “[...] especialmente as conquistas trabalhistas e as políticas sociais inibindo quaisquer espaços para políticas consideradas emancipatórias a exemplo da economia solidária” (Santos, 2019, p. 87)

⁵¹ Dilma Rousseff foi eleita para um mandato entre os anos de 2011 a 2014 e reeleita para um novo quadriênio entre 2015 e 2018, do qual cumpriu apenas 1 ano e 8 meses.

Enfim, “[...] ao mesmo tempo que se expressou em programas sociais inovadores, também aderiu ao ajuste estrutural do capital, incorporando nesse processo ideias e temas de interesse de lutas sociais históricas de direitos sociais (Santos, 2019, p. 79-80). E assim se pode resumir como foi a participação social nas discussões e decisões governamentais no período.

No governo Lula havia certa abertura de diálogo com a sociedade para além dos canais oficiais de participação (conselhos e conferências), no governo Dilma se mantiveram apenas os canais oficiais de participação e no governo interino, tal diálogo foi interrompido, principalmente pelo não interesse do Estado e pelo não reconhecimento da sociedade em relação ao referido governo – pelo menos no caso da economia solidária Santos (2019, p. 118).

A pesquisa realizada por Silva (2018b), que acompanhou a execução da LOA para os anos referentes ao período de 2004 a 2018, apresentou conclusões interessantes. A primeira é que o orçamento da SENAES foi, em todos os períodos, sempre inferior a 1% da fatia orçamentária do Ministério do Trabalho do qual a Secretaria fazia parte; e a segunda, é que apesar do baixo orçamento, o Índice de Execução Orçamentária foi satisfatório, alcançando a média de 78,1%⁵².

No entanto, é necessário ressaltar que no período final dos treze anos dos mandatos de governos considerados progressistas e sensíveis às demandas populares, as pautas da economia solidária começaram a ser preteridas, e por fim, desconsideradas da agenda pública na esfera federal.

3.3 Os desafios recentes da economia solidária: a pandemia do Coronavírus⁵³ e o desgoverno da extrema-direita no Brasil⁵⁴

Em virtude das mudanças políticas que reorientaram as ideologias do governo federal, a economia solidária perdeu espaço no âmbito da política pública. Seu órgão

⁵² Cálculo realizado com base nos valores apresentados por Silva (2018b, p. 40).

⁵³ Em maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde decretou o fim da emergência da pandemia em virtude do processo de vacinação mundial que reduziu a transmissão e atenuou os sintomas da doença, reduzindo o índice de letalidade.

⁵⁴ Para compreender como a extrema direita venceu as eleições brasileiras de 2018, segue indicação de leitura: MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva – Por que Bolsonaro venceu**. São Paulo: Record, 2019.

representativo, a SENAES, foi transformado, com a posse de Michel Temer na presidência, em subsecretaria ligada ao gabinete do Ministro do Trabalho.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e a ascensão da extrema direita ao poder executivo, ficou claro o desprezo da gestão pelas ações de iniciativa popular e o seu fomento público. O Ministério do Trabalho foi extinto e as atribuições da SENAES foram rebaixadas a um departamento dentro do Ministério da Cidadania o que sepultou a secretaria e sua finalidade⁵⁵. Fica evidente então, que o tema e todas as políticas de fomento e apoio estabelecidas pela SENAES tornaram-se secundárias para o governo federal brasileiro a partir de 2016.

Os dados da Tabela 5 ilustram bem essas afirmações. O PPA 2016-2019 elaborado ainda na gestão de Dilma, teve o menor orçamento desde que a SENAES e a política pública de economia solidária foram criadas. O orçamento para a economia deste PPA foi 4 vezes menor que o PPA 2012-2016, 1,5 vez menor que o PPA 2008-2011 e 1,2 vez menor que o PPA 2004-2007. Porém, no último caso, o diferencial reside no IEO. Embora os orçamentos do primeiro e do último PPA sejam os mais semelhantes, a execução orçamentária é muito díspar, 81,1% e 15%, respectivamente.

Tabela 5: Valor (em R\$) e execução orçamentária (em %) da SENAES: PPA 2016-2019

Ano	2016	2017	2018	2019	Total
LOA	49.224.756	41.709.768	14.581.012	35.800.736	141.316.272
IEO	26,7	7,7	24,5	3,8	15,0

Fonte: Elaboração própria com base em Silva (2020a).

Se o olhar for direcionado para a execução orçamentária de 2019, a conclusão é ainda mais impactante: o IEO foi de apenas 3,8%, conforme mostra a Tabela 5. Outra informação importante diz respeito à redução do número de ações previstas para a economia solidária. O PPA 2016-2019 executado por três governos diferentes, Dilma, Temer e Bolsonaro, reduziu as ações para a economia solidária de 15 para 2. Os únicos projetos contemplados foram: fomento e fortalecimento da economia solidária e fomento para cooperativas do setor de resíduos sólidos.

A atual situação da política de Economia Solidária no Brasil reflete um enorme retrocesso, uma vez que, atualmente a política é gerida apenas no acompanhamento de alguns poucos projetos que foram

⁵⁵ Conforme decisão apresentada na Medida Provisória nº 870/2019.

contemplados em editais desenvolvidos na gestão anterior. Este é o cenário que precisa ser compreendido frente a dinâmica (avanços e limites) da política de economia solidária no governo federal, sobretudo, porque influenciam desenhos de organização e construção da resistência dos movimentos sociais frente à lógica dominante (Molina et al., 2020, p. 179)

O espaço perdido da economia solidária retratado como retrocesso por Molina et al., (2020) foi agravado em 2020 quando a emergência sanitária provocada pelo coronavírus atinge o Brasil.

A pandemia do Covid-19 assombrou o mundo no final de 2019 e os efeitos produzidos na humanidade e em nosso planeta não cessam de aparecer e serão objeto de estudo das múltiplas ciências por muito tempo. O Brasil ultrapassou 700.000 mortes por coronavírus. Uma tragédia humanitária sem precedentes.

Neste cenário desolador, o trabalhador brasileiro, além de lidar com as dificuldades pré-pandemia, como a precarização do trabalho, subproletarização, flexibilização das regras trabalhistas, desemprego alto e crises econômicas periódicas (Krein et al., 2019), teve que se adaptar à cruel realidade de tentar sobreviver (literalmente) à crise sanitária.

Finalizado 2020, ano que sofreu os maiores impactos, as evidências da catástrofe causada pela crise sanitária no mundo passaram a ser divulgadas. A pandemia do coronavírus deteriorou e expôs as contradições do modo de produção capitalista. Enquanto os mais ricos em nível mundial ficaram mais ricos, os pobres assistiram a piora das suas condições de sobrevivência (OXFAM, 2021). No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), os 10% mais ricos perderam apenas 3% da renda com a pandemia, enquanto que os 40% mais pobres tiveram queda da renda familiar (descontando o auxílio emergencial fornecido pelo governo⁵⁶), de mais de 30% (Jornal Nacional, 2021).

As nações se desenvolvem de forma desigual (Reinert, 2016), portanto, as ações necessárias ao controle da pandemia puniram cruelmente os mais vulneráveis. Outra

⁵⁶ O auxílio emergencial, benefício aprovado para quem perdeu renda em razão da pandemia, começou a ser pago em abril de 2020 e se estendeu até 2022. Os primeiros valores em 2020, variaram entre R\$ 600 e R\$ 1.200. Apesar da resistência do governo, o Congresso Nacional aprovou as três parcelas iniciais, que foram seguidas de duas parcelas extras em julho e agosto. Em setembro, o Ministério da Economia autorizou uma nova prorrogação e um valor menor (entre R\$ 300 e R\$ 600) que foi pago até dezembro. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>. Com a segunda onda do Covid-19 o programa foi retomado em abril de 2021 pago em sete parcelas (com valores entre R\$ 150 e R\$ 375) a depender do tamanho da família solicitante.

forma de observar a deterioração do cenário econômico e também social é através dos indicadores de conjuntura. Em 2020, o PIB brasileiro decresceu 4,1%⁵⁷. Só a agropecuária cresceu. Indústria e serviços despencaram. Como houve uma redução geral das relações de comércio no mundo, as exportações de bens e serviços caíram 1,8% e as importações caíram 10% no período (IBGE, 2021a).

A taxa de desemprego que era de 11,9% em 2019 fechou 2020 em 13,8% e 13,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2021, segundo a PNAD do IBGE. O consumo foi diretamente afetado pela queda na renda. Quanto à sustentação da produção, verificou-se que os pedidos de falências de empresas no Brasil, em 2020, apresentaram alta de 12,7%. Os dados foram apurados em nível nacional pelo Boa Vista Serviços. O impacto foi maior entre as micro e pequenas empresas já que 85% do total e os serviços corresponderam a 40% dos fechamentos.

A situação que se impôs ao mundo exigiu medidas drásticas e sacrifício das sociedades para que os danos fossem menores do que aqueles que prevaleceriam caso a contaminação pelo vírus não fosse contida. Decerto o Estado tem instrumentos adequados para minimizar os efeitos sociais de uma crise. Há no rol das políticas públicas, por exemplo, políticas tradicionais voltadas para o emprego que normalmente são utilizadas (Singer, 1999). Enfim, numa emergência mundial tal qual a crise sanitária, havia no rol das intervenções públicas, tantas outras soluções a propor para que a população pudesse superá-la com danos mínimos.

Mas, intencionalmente, o governo escolheu o negacionismo, o descaso, o deboche e a disrupção como estratégia.

O necessário isolamento social, combinado com o negacionismo do governo federal, gerou impactos importantes, aumentando as taxas de desemprego, de fechamento de micro e pequenas empresas e o aumento da informalidade.

Diferente, de países como Argentina e Inglaterra, que criaram políticas de proteção do emprego e de incentivos fiscais, o Brasil, assistiu o governo federal usar a pandemia como “oportunidade” para atacar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e favorecer a suspensão dos contratos de trabalho (Pinho, 2020, p. 7).

A omissão planejada do governo brasileiro, alimentada pelos desvarios mentais e reacionários dos que dele faziam parte, obrigou os Poderes Legislativo e Judiciário a

⁵⁷ Segundo registro do IBGE, após a drástica queda do PIB em 2016 (-3,6%), o indicador não ultrapassou a marca dos 2% nos três anos seguintes. O decréscimo de 4,1% em 2020 aconteceu mesmo com o auxílio emergencial funcionando como política anticíclica.

intervirem tomando medidas básicas e cruciais para o enfrentamento da pandemia e efeitos do isolamento social⁵⁸.

Apesar de alguns esforços pontuais do Estado na busca de atender às mínimas condições de subsistência da população em situação de vulnerabilidade, como o auxílio emergencial e as políticas de assistência social, a subsistência econômica e a coesão social de amplos segmentos sociais têm sido em grande medida proporcionada – e isso desde antes do advento da epidemia – por iniciativas de Economia Solidária e pelas redes (quase sempre informais) de solidariedade existentes nos próprios territórios em que estas pessoas residem. O que se constata é a importância ainda maior que tais estratégias vêm assumindo na busca de uma ação coordenada frente à pandemia (Molina et al., 2020, p. 172).

Além da perda de espaço na negociação das políticas públicas que já haviam se concretizado no governo Temer, as iniciativas solidárias tiveram que lidar com dificuldades específicas no período pandêmico. As principais foram a suspensão da produção e a interrupção dos canais de comercialização em especial as feiras, locais essenciais para o escoamento dos produtos de dois segmentos solidários básicos: a agricultura familiar e o artesanato.

Entretanto, não foram poucas as demonstrações de resiliência por parte dos que fazem a economia solidária. A solidariedade mútua foi a estratégia utilizada para superar os obstáculos impostos pela pandemia. As experiências relatadas na obra de Pinho et al., (2020), evidenciam que na agricultura familiar solidária⁵⁹, por exemplo, prevaleceram ações que buscaram outras formas de comercialização como a venda de cestas de produtos por meio da *internet* e do telefone com entrega domiciliar ao consumidor. Além disso, houve mútua ajuda por parte dos grupos de economia solidária através da captação e doação de alimentos, de kits de higiene, de produção e distribuição de máscaras de proteção facial (que permitiu a manutenção da renda dos sócios trabalhadores). Na área

⁵⁸ Para se ter ideia de como o governo propôs tratar os efeitos da pandemia, o então ministro da Economia Paulo Guedes acenou com o que chamou de *voucher*, o pagamento de R\$ 200,00 mensais aos trabalhadores informais e usuários dos programas sociais. Ao ser criticado por propor um valor tão irrisório, o ministro alegou que não havia espaço nas contas públicas. E como foi moroso em apresentar uma proposta, o Parlamento agiu, aprovando o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 a ser pago por três meses (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>). Dada a omissão do governo federal, o Supremo Tribunal Federal (STF), garantiu a autonomia a prefeitos e governadores na determinação das devidas medidas para o enfrentamento ao coronavírus (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>).

⁵⁹ Com o fechamento das escolas, programas essenciais para a agricultura familiar como o PAA e o PNAE foram descontinuados (Pinho et al., 2020).

da saúde mental, a produção de máscaras e os serviços de teleatendimentos prevaleceram⁶⁰.

Pesquisa feita por Molina et al., (2020) identificou que os grupos solidários do segmento dos resíduos sólidos centralizaram suas ações adquirindo máscaras, luvas e produtos de higiene para os catadores e desenvolveram atividades de conscientização comunitária para a seleção adequada de materiais recicláveis no sentido de evitar e prevenir o contágio pelo coronavírus. Outro fator que também facilitou os atos de pensar e agir conjunto para superar as dificuldades impostas pela pandemia foi a proximidade territorial dos EESs e a similaridade dos produtos ofertados.

Enfim, a pandemia que assolou o mundo gerou gravíssimas consequências para a saúde humana física e mental. Com o mundo praticamente inerte, foram imensuráveis os impactos econômicos e financeiros. Mas, no Brasil, como já apontado, a indiferença do governo foi abjeta e criminosa⁶¹. Em contrapartida, nos ambientes civilizatórios, percebeu-se a importância dos cuidados com a preservação ambiental e a maior parte dos seres humanos desenvolveu seus instintos solidários e de acolhimento.

Com a pandemia, a “necropolítica” aplicada a humanos e à natureza entra em conflito com impulsos vitais para preservação da vida, e as esperanças passam a estar depositadas no resgate da solidariedade em contraposição à competição e à violência. De um lado, cresce a defesa da redistribuição de serviços públicos e de renda dissociadas do trabalho; de outro, a importância da solidariedade cooperativa para a recomposição do tecido social e econômico. Também vem sendo valorizada a precaução própria de um *ethos* científico do cuidado e da proteção frente ao desconhecido e ao perigo. A sobreposição de crises se afirma como oportunidade, ao impor uma paralisação (uma espécie de lockdown, uma greve geral) e abrir as possibilidades para necessárias transformações civilizatórias (Schiochet, 2020, p. 1)

Mas, de acordo com as pesquisas já registradas, observadas por exemplo nos

⁶⁰ A tele escuta foi um recurso utilizado pelo projeto Tear de Guarulhos – SP que trabalha com pessoas em sofrimento psíquico visando a inclusão social pelo trabalho, cultura e convivência social. Foram 130 atendimentos semanais com o objetivo de acompanhar o cotidiano frente ao isolamento social, as relações interpessoais e os cuidados preventivos ao vírus.

⁶¹ Estudos mostram que se a conduta do governo tivesse sido a precaução e o cuidado para com a saúde da população, pelo menos 100.000 vidas de brasileiros haviam sido poupadas. (<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/bolsonaro-e-condenado-por-crimes-contr-a-humanidade-durante-a-pandemia-de-covid/>). Por esta razão, instaurou-se no Congresso Nacional a CPI da pandemia e a partir das investigações realizadas, pediu-se a responsabilização do ex-presidente Jair Bolsonaro pelos crimes cometidos na ocasião, que vão desde a prevaricação na compra de vacinas até o ato de charlatanismo. (<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/26/cpi-da-covid-aprova-relatorio-atribui-nove-crimes-a-bolsonaro-e-pede-80-indiciamentos.ghtml>). Infelizmente, os resultados da CPI não tiveram prosseguimento em virtude do comprometimento da Procuradoria Geral da República com os interesses do Palácio do Planalto.

trabalhos de Schiochet (2020), Pinho et al. (2020), Silva et al. (2020), Benzaquen et al. (2020) e Molina et al. (2020), neste momento de dificuldade houve um fortalecimento das atividades comunitárias amparadas principalmente na criatividade, na solidariedade e na busca pelo bem comum.

Os empreendimentos econômicos solidários e as cooperativas demonstraram novamente que é possível unir a economia ao conjunto da dinâmica social, é possível, gerar renda e ao mesmo tempo, ser solidário. A Economia Solidária em tempos de pandemia afirmou a necessidade de construirmos um modelo de desenvolvimento que combine a dimensão econômica, aos direitos humanos, a progressividade dos direitos econômicos, sociais, ambientais e políticos (Pinho et al., 2020, p. 8).

Silva et al. (2020) observaram as estratégias de três projetos de extensão universitária⁶² que têm como objetivos acompanhar e assessorar tecnicamente EESs em seus territórios de atuação. O apoio destes programas às iniciativas solidárias auxiliou-as a se adaptarem aos desafios impostos pela pandemia, no sentido de combater o contágio viral e auxiliar nas ações de coleta e distribuição de itens alimentícios e de higiene.

Além da capacidade de pesquisa para a geração de produtos que auxiliem diretamente no combate e no controle da proliferação viral, a atividade extensionista de apoio à geração de trabalho e renda e o atendimento a demandas emergências nos territórios em que as instituições se encontram inseridas surge, então, como uma importante possibilidade de ação (Silva et al., 2020, p. 10-11).

Já as experiências relatadas por Benzaquen et al. (2020), dizem respeito ao papel assumido no período pandêmico pelas incubadoras universitárias Incubes da UFPB e da Incubacoop da UFRPE⁶³. O isolamento social provocou o distanciamento entre os sócios trabalhadores dos EESs e os clientes atendidos por eles e as incubadoras tentaram minimizá-lo a partir da criação de sistemas de compras *on-line* e de entregas via *drive-thru*. A produção de máscaras, campanhas de arrecadação de alimentos para doação, internalização das relações nas comunidades e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional também foram usadas como estratégias durante a pandemia.

⁶² Os grupos de extensão acompanhados foram: o Programa Redes de Comercialização Solidária da Universidade Federal de Mato Grosso, o Programa IFPB Solidário do Instituto Federal da Paraíba e o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania da Universidade Estadual Paulista.

⁶³ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Esta atuação “[...] reforça o papel e a responsabilidade das universidades públicas e da extensão universitária na busca de estratégias de desenvolvimento de seus territórios de forma justa, solidária e democrática” (Benzaquen et al., 2020, p. 144). As experiências vivenciadas pelas entidades de apoio durante a pandemia, reforçaram que “[...] há um imenso campo de experiências que poderão dar azo a transformações substantivas na nossa forma de ver e viver no mundo (Benzaquen et al., 2020, p. 148).

O trabalho de Molina et al. (2020) concorda que a crise difundida pelo coronavírus contribuiu para estimular a discussão sobre a possibilidade de um modelo de sociedade não capitalista e “[...] reafirma a necessidade, a urgência e oportunidade para a construção de uma nova racionalidade econômica, à qual a experiência das outras economias tem muito a contribuir” (Molina et al., 2020, p. 186).

A extensão do alcance da crise do coronavírus sobre todas as estruturas sociais enseja a necessidade de rearranjos capazes de garantir a sobrevivência da própria sociedade. Neste contexto podemos supor o avanço de necessários novos consensos e uma correlação de forças mais favorável à presença do Estado. Não se trata apenas de retomada de políticas nacionais, mas de uma nova reconfiguração das experiências econômicas em uma condição mais substantiva, e de longo alcance, capaz de sustentar a produção e a reprodução da vida. É no decurso desta crise instalada pela pandemia COVID – 19, que é possível identificar a Economia Solidária e outras economias como efetivas alternativas à produção capitalista, pautadas pela ética da solidariedade, da preservação da natureza e da defesa radical da democracia (Molina et al., 2020, p. 186-187).

Além das questões tratadas acima, é essencial observar que a pobreza e a exclusão social evidenciadas pelas consequências da pandemia poderiam ser combatidas com políticas públicas tradicionais de emprego e renda ou complementadas àquelas que incentivem o trabalho solidário que também garantem ocupação e renda. Esta afirmação tem sustentação científica. Estudo desenvolvido por Kuyven (2016) comparou o rendimento médio dos trabalhadores solidários brasileiros ao rendimento médio do trabalhador que atua no mercado convencional. O ano de referência foi 2013, e a análise foi embasada nos dados da PNAD e do último mapeamento da economia solidária⁶⁴. A seguir, as principais conclusões da autora.

Em relação ao comparativo de rendas entre os trabalhadores sócios,

⁶⁴ Para maiores detalhes metodológicos e seus necessários ajustes, consultar Kuyven (2020, p. 71-101; 191-196)

[...] detectou-se uma redução importante das disparidades de rendimentos da ES frente ao mercado de trabalho em geral, tanto entre homens e mulheres, brancos e não brancos, meio rural e urbano, como entre menos e mais escolarizados. São justamente os grupos menos favorecidos no mercado de trabalho em geral que apresentam uma melhora na aferição de renda, quando estão trabalhando em EES. [...] Estes achados evidenciam benefícios da ES já citados na literatura; porém, neste estudo, esta confirmação ocorre de forma generalizada com relação aos trabalhadores sócios de EES no Brasil, cujo objetivo no empreendimento é a geração de renda, além da descrição da magnitude destas melhorias de renda (Kuyven, 2016, p. 192).

Diante dos resultados, pôde-se perceber um grande potencial nas atividades solidárias principalmente no que diz respeito à redução das desigualdades de renda nas camadas marginalizadas da sociedade⁶⁵.

Outro dado importante refere-se à participação do trabalho solidário na ocupação dos trabalhadores em geral. Segundo levantamento feito pela SENAES, também em 2013, as iniciativas solidárias envolviam 1.423.631 trabalhadores. Considerando a População Economicamente Ativa de 102,5 milhões de pessoas em 2013 (PNAD Contínua, 2013), pode-se inferir que o potencial de inserção desta atividade foi de 1,4% da PEA brasileira. Sendo de 7,1% a taxa de desemprego anual daquele ano (PNAD Contínua, 2013), a economia solidária tem dado a sua contribuição na criação de postos internos de trabalho, garantindo ocupação e renda, para parte da classe trabalhadora que não está vinculada ao mercado convencional de força de trabalho.

Obviamente, a atuação do Estado, a partir das políticas públicas, no fomento, formação das camadas sociais envolvidas nas atividades solidárias e garantias de crédito e comercialização é estratégica, pois estas iniciativas contribuem para atenuar os efeitos da acumulação capitalista e de suas crises periódicas, além de contribuir para atenuar os efeitos de um evento circunstancial como a pandemia do coronavírus. O ganho social do investimento nesse projeto de desenvolvimento se expressa na construção de novos territórios em que se combatem de uma só vez, a pobreza, a fome, a exclusão social e a degradação ambiental. Esta é a ambiência típica dos territórios em que se desenvolvem as práticas solidárias.

⁶⁵ O ganho em renda quando associado a outros ganhos como por exemplo, o cuidado com o meio ambiente, por meio da produção agrícola sem fertilizantes, do cuidado natural dos povos e comunidades tradicionais e estímulo a reciclagem de materiais sólidos na zona urbana, torna certamente a economia solidária uma opção viável economicamente e também socialmente.

3.4 Das trevas à luz: a economia solidária ressurge na pauta do desenvolvimento nacional

O desdém para com as iniciativas de economia popular e a aversão ao diálogo com os movimentos sociais manifestados nos últimos sete anos (2016-2022), evidenciam que as políticas públicas que deveriam ser de Estado ainda são descontinuadas propositalmente a depender do espectro político do governo do momento dando às ações públicas um caráter de transitoriedade⁶⁶.

Antes mesmo dos fatos acontecidos, já em 2020, o PT manifestou grande preocupação em relação aos rumos que estavam sendo dados ao país e lançou um documento intitulado “Plano de reconstrução e transformação do Brasil: outro mundo é preciso, outro Brasil é necessário”, que elencou os principais problemas políticos e econômicos do Brasil e suas possíveis soluções. Dentre os vários tópicos abordados estão como elemento necessário ao desenvolvimento interno, a economia social e solidária.

A Economia Solidária deve ser fortemente impulsionada – organizada por meio de cooperativas, arranjos produtivos locais, gestão comunitária do bem comum ou outras formas de organização social – precisa ser elevada a um novo patamar entre as políticas públicas. É preciso estimular as práticas e desenvolver políticas públicas para fortalecer o modelo associativo e de economia solidária, modelos horizontais que promovam o desenvolvimento local; seja com processos de formação e qualificação, de geração de trabalho e renda, de agroecologia ou de promoção do crédito nas vilas, favelas, bairros e cidades, com os bancos comunitários de desenvolvimento. O microcrédito socialmente orientado e o cooperativismo devem receber um forte estímulo. As experiências de empresas de autogestão podem ser ampliadas e fortalecidas (Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 170).

O processo eleitoral para a presidência do quadriênio 2023-2027 foi imensamente conturbado. Ainda no período de gestão (ou a falta dela) da extrema-direita, inúmeros fatos despertaram a preocupação de diversas instituições internas e externas comprometidas com a democracia, com o desenvolvimento do Brasil e com o seu papel na economia mundial. Até porque os problemas internos não se limitaram apenas à falta

⁶⁶ As discussões e as políticas de inspiração neoliberal que nunca estiveram excluídas do debate político mesmo nos governos de esquerda, ganham corpo com a posse de Michel Temer. A Reforma Trabalhista aprovada em 2017 representa bem a mudança de viés da gestão. Quando a extrema-direita assume o poder em 2019, aprova a Reforma da Previdência, já bem encaminhada pelo governo Temer e passa a alimentar o ranço à cultura e às demandas das camadas populares. A demonização da esquerda, de suas ideias, políticas e ações, acabou por obstaculizar grandemente, durante quatro anos (2019-2022), toda ação de política pública que tivesse como alvo as pautas reivindicadas pelos trabalhadores ou pelas minorias sociais.

de governança, mas se estenderam com ameaças constantes às instituições democráticas e ao Estado Democrático de Direito⁶⁷. Apesar das sucessivas campanhas promovidas pelo então presidente da República e seus aliados contra o processo eleitoral em 2022, o mesmo aconteceu sem intercorrências. Entretanto, após a posse, que aconteceu em 01 de janeiro de 2023, o novo governo teve que lidar com um grande ataque à democracia brasileira⁶⁸.

No que diz respeito à economia solidária, ao se concretizar a eleição de Lula em 2022, o tema retorna ao cerne das discussões sobre o desenvolvimento. Os militantes da economia solidária, após 20 anos da criação da SENAES, vivem a expectativa de que suas pautas serão novamente consideradas na agenda governamental. No documento conjunto proposto pelo FBES e Unicopas à equipe de transição, estiveram entre outras, as seguintes solicitações para o fortalecimento do setor: reconstituição de conselhos dentre eles o Conselho Nacional de Economia Solidária, a implementação da PNES com atuação nos setores da agricultura familiar, reciclagem popular e nas empresas de autogestão e recuperação de empresas pelos trabalhadores, participação na estrutura de governo e apoio do BNDES às iniciativas solidárias (FBES, UNICOPAS, 2022).

Assim, após o dismantelar da estrutura institucional e das políticas emancipatórias iniciado no governo de Michel Temer, o movimento da economia solidária vive a

⁶⁷ Os ataques foram amplamente cobertos pelo jornalismo nacional e internacional. Como exemplos, temos os ferozes discursos realizados nos dias 07/09/2021 e 07/09/2022 em que a pauta principal foi a ameaça ao STF e xingamentos a alguns dos ministros da Suprema Corte. (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785> / <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62827489>)

⁶⁸ Mesmo após as eleições consolidadas, no dia 08 de janeiro de 2023, um grupo liderado principalmente por políticos, assessores políticos, religiosos, empresários, militares da ativa e da reserva, influenciadores digitais e aposentados, tentaram “executar um golpe de Estado” invadindo e depredando a sede dos três poderes em Brasília. Parte do grupo foi detida em flagrante e outra foi presa no dia seguinte. O grupo de mais de mil pessoas, acreditava numa tese totalmente ilógica de que, após a ocupação e depredação das sedes dos três poderes da República – Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal, as Forças Armadas fariam uma intervenção militar e reconduziriam o ex-presidente derrotado nas eleições, ao seu cargo. O livro intitulado Como (não) fazer um golpe de Estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023 de Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster, faz um resumo dos fatídicos acontecimentos daquele dia. Há também um documentário produzido pela BBC intitulado 8 de Janeiro: o dia que abalou o Brasil e que encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=MxciQQRUMNk>. Tal fato, dá a dimensão da condução para a barbárie social que foi alimentada durante todo o governo de Jair Bolsonaro. O ataque antidemocrático ainda em investigação, foi classificado legalmente como crime de tentativa de golpe de Estado. E mesmo com as investigações em andamento, a oposição se apressou em criar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Congresso Nacional para emplacar a tese de que o governo “permitiu” os ataques pois teria sido omissão e compactuado com “infiltrados” naquele “movimento pacífico” (<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/cpmi-do-8-de-janeiro-esta-criada-governo-e-oposicao-va-indicar-nomes/>) Ao final da CPMI, com o governo conquistando a maioria, a relatoria pediu o indiciamento de 61 pessoas entre elas, do ex-presidente Jair Bolsonaro e de ex-ministros do seu governo, como Walter Braga Neto, da Defesa, Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional e Anderson Torres, da Justiça, todos da ala militar (<https://www.camara.leg.br/noticias/1008264-cpmi-do-8-de-janeiro-aprova-relatorio-que-pede-o-indiciamento-de-bolsonaro/>).

expectativa “[...] para a retomada de uma estratégia de desenvolvimento com fomento e centralidade na economia solidária e no cooperativismo solidário” (FBES, UNICOPAS, 2022, p. 1).

De imediato, o novo governo refundou a secretaria de economia solidária agora renomeada como Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. Em janeiro de 2023, Gilberto Carvalho⁶⁹ tomou posse como secretário. Segundo o secretário, sua primeira ação frente à SENAES foi a elaboração de propostas de inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis. Para isso, pretende usar as estruturas de financiamento do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal⁷⁰.

Estão sendo retomadas também as conversas com o Poder Legislativo. Foi lançada na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária. O grupo tem como objetivo “[...] o aprimoramento da legislação nacional relacionada à política da Economia Popular e Solidária e contribuir com o desenvolvimento econômico e sustentável”⁷¹.

A secretaria que atualmente abriga as demandas da economia solidária está ativa e ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Em seu sítio eletrônico estão listadas como ações em andamento a reativação das Casas de Economia Solidária que deixaram de funcionar⁷². Além disso, o governo reativou em outubro de 2023, o Conselho Nacional de Economia Solidária⁷³. Descontinuado desde 2018, o CNES é formado por 56 membros distribuídos entre representantes do governo, dos EESs, por organizações da sociedade civil e dos serviços sociais e é uma entidade importante no sentido de fortalecer a economia solidária por meio da participação social na definição, elaboração, controle e acompanhamento das políticas públicas.

A discussão mais recente na SENAES é a criação de um Comitê Interministerial de Economia Popular e Solidária que visa dar sustentação à política pública de economia

⁶⁹ O secretário atual da SENAES, é formado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná e é Especialista em Gestão Pública. Foi Chefe de Gabinete da Presidência da República entre 2003 e 2010 e entre 2011 e 2014 foi ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República.

⁷⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/de-velho-chega-o-tecnico-a-tatica-de-lula-segundo-gilberto-carvalho>.

⁷¹ À disposição em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/agosto/mte-participa-do-lancamento-da-frente-parlamentar-da-economia-popular-e-solidaria-nesta-quarta-feira-23>. Acesso em: 22 set. 2023.

⁷² Para consulta: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>.

⁷³ Disponível em: <https://unicopas.org.br/noticias/conselho-nacional-de-economia-solidaria-e-retomado-com-apoio-das-principais-centrais-do-cooperativismo-solidario/>

solidária em especial ao Programa Economia Popular e Solidária Sustentáveis que foi incluído no PPA 2024-2027⁷⁴.

O PPA 2024-2027 indica a retomada da agenda social pelo novo governo. O movimento nacional da economia solidária personificado por suas instituições representativas, defende a integração de políticas transversais de economia solidária que possibilitem o apoio e financiamento dos EESs. As tratativas para a elaboração do mais recente plano do governo federal, denominado Plano Plurianual Participativo incluíram cidadãos e instituições que puderam opinar sobre suas preferências em programas previamente elencados para execução orçamentária. No início de agosto de 2023, por exemplo, a UNICOPAS, entidade representativa do cooperativismo solidário brasileiro, pôde participar das discussões sobre o novo PPA, enfatizando a importância do investimento na economia solidária.⁷⁵

O documento identifica a economia solidária como um “modelo alternativo de desenvolvimento socioeconômico” que busca “justiça social e a superação das desigualdades”, porém, reconhece que

[...] a ausência de legislação específica, a quantidade de recursos públicos destinados, a necessidade de formação para os integrantes das iniciativas, a dificuldade de acesso ao crédito e a ausência de espaços públicos para a comercialização colocam barreiras significativas para a consolidação da economia popular e solidária (Brasil, 2023b, p. 184).

O PPA elenca os desafios da economia solidária, que podem ser levantados e superados, e não é por acaso que a identifica como um modelo estratégico de desenvolvimento que prioriza as dinâmicas territoriais.

A expansão da economia solidária é uma resposta efetiva à falta de renda, sendo uma verdadeira estratégia de desenvolvimento. As iniciativas econômicas solidárias funcionam como um instrumento de dinamização socioeconômico em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, buscando a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente (Brasil, 2023b, p. 184).

Dos 90 programas previstos no PPA 2024-2027, há uma ação específica para a

⁷⁴ Maiores informações sobre o comitê em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/junho/senaes-quer-criar-comite-interministerial-sobre-economia-solidaria>.

⁷⁵ Disponível em: <https://unicopas.org.br/noticias/em-brasilia-unicopas-apresenta-propostas-de-desenvolvimento-do-cooperativismo-solidario-a-agentes-politicos/> Acesso em: 09 out. 2023.

economia solidária⁷⁶. A ser executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Economia Popular e Solidária Sustentáveis está inserido no eixo das políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, tendo como objetivo geral:

Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios de autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e valorização das dinâmicas territoriais (Brasil, 2023, p. 184).

E como objetivos específicos:

- Promover a institucionalidade, a visibilidade e a capilaridade da economia popular e solidária;
- Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais;
- Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em economia popular e solidária (Brasil, 2023b, p. 184).

Portanto, o desenvolvimento territorial já abordado em governos anteriores retorna à agenda da política pública de economia solidária. No âmbito das políticas sociais e de garantia de direitos, há uma ação transversal prevista no PPA 2024-2027. No programa Juventude Negra Viva, os jovens negros serão estimulados a ingressar “[...] no mercado de trabalho por meio da economia popular e solidária, em territórios vulneráveis, periféricos e favelas [...]” (Brasil, 2023b, p. 157).

Por fim, e conforme já abordado anteriormente, a política pública de economia solidária normalmente é executada pelos mais diversos órgãos governamentais. Previamente, já é possível detectar que no PPA 2024-2027 a ação partirá de 3 ministérios específicos⁷⁷: Ministério do Trabalho e Emprego, onde está situada a SENAES, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Este último abriga dois programas importantíssimos para a economia solidária: Abastecimento e soberania alimentar e Agricultura familiar e agroecologia. Enquanto o primeiro tem como objetivo geral “Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares

⁷⁶ O PPA foi recebido no Congresso Nacional no dia 30 de agosto e deve ser votado até o final de 2023.

⁷⁷ Cunha (2012) ao pesquisar a implementação das políticas públicas para a economia solidária faz um apanhado de como se integram as ações dos diversos ministérios responsáveis pela execução a partir de suas secretarias.

saudáveis e sustentáveis, para a promoção da soberania alimentar” (Brasil, 2023b, p. 174), o segundo buscará:

Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas (Brasil, 2023b, p. 175).

Ambos os programas expressam relação estreita com os princípios solidários, vinculação expressa nos termos dos seus objetivos. O Programa Abastecimento e soberania alimentar incluiu como estratégia o estímulo produtivo via associativismo e cooperativismo solidário em um de seus objetivos específicos, conforme texto reproduzido a seguir.

Fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos. (Brasil, 2023b, p. 175).

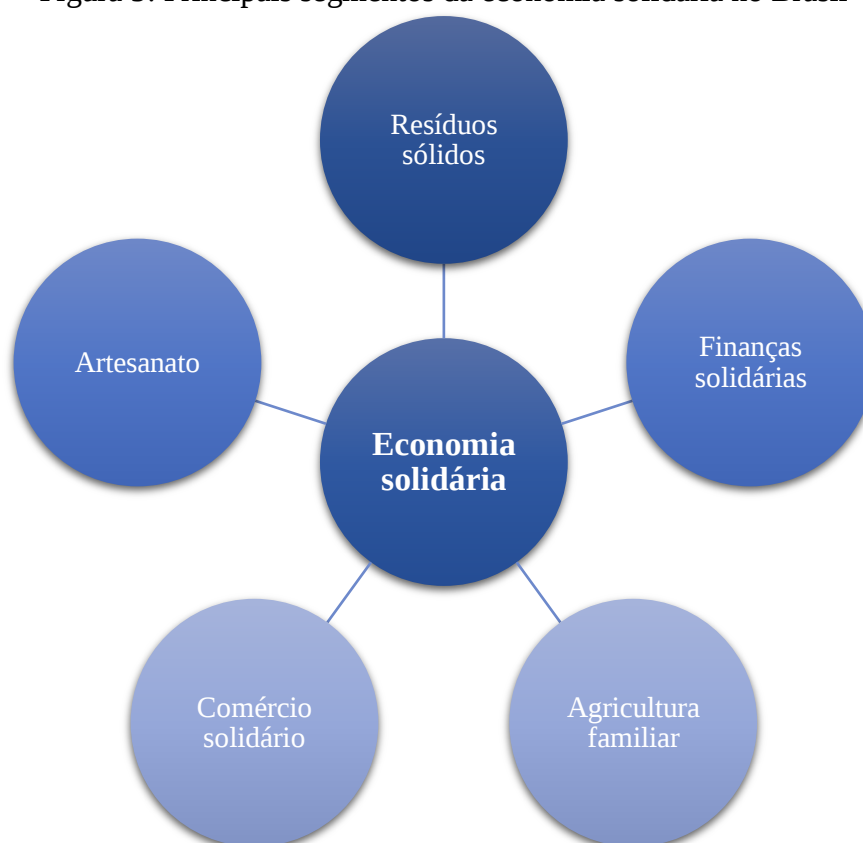
Os programas para a produção agropecuária previstos no PPA 2024-2027 pressupõem “[...] a criação de modelos de economia solidária e o envolvimento das comunidades locais e da pequena produção no aproveitamento dos recursos naturais” (Brasil, 2023b, p. 104).

Buscar a soberania alimentar a partir do fomento da agricultura familiar e da conscientização social, significa reconhecer o desenvolvimento socioeconômico a partir da sustentabilidade não só econômica, mas ambiental. E se estas atividades estiverem alinhadas aos princípios solidários, seus resultados podem ser transformadores principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento territorial. Estas inter-relações entre economia solidária, agricultura familiar, agroecologia e transformações territoriais serão abordadas a partir do próximo capítulo.

4. AGRICULTURA FAMILIAR E A PRÁTICA SOLIDÁRIA

A economia solidária abrange um universo bastante amplo. Sendo o conteúdo de um fenômeno, ela se manifesta nas mais diversificadas formas. Os EESs, juntos a uma série de outras entidades representativas, de fomento e de apoio, representam uma dessas formas. As iniciativas solidárias no Brasil estão disseminadas em vários segmentos e interfaces. A seguir são apresentados na Figura 5, os cinco principais segmentos de atuação.

Figura 5: Principais segmentos da economia solidária no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

Conforme apresentado na Figura 5, o comércio solidário representa um dos segmentos da economia solidária e constitui-se em redes comerciais que envolvem a tríade produção – distribuição – consumo. Nela, busca-se criar relações igualitárias entre produtores, comerciantes e consumidores, principalmente valorizando produtos dos EESs em âmbito local. Com a prática se almeja alçar a economia solidária como um projeto de sociedade amplo que substitua as relações puramente monetárias nas trocas. Esta é a

opção dos produtores e consumidores que desejam produzir e transacionar de forma justa os meios necessários à sua sobrevivência.

As finanças solidárias por sua vez, representam uma tentativa de promover o acesso do EESs ao sistema financeiro, marcado profundamente pela exclusão social. Para acessar os recursos financeiros por esta via, dispõe-se de várias formas: moedas sociais físicas e digitais, ambas com vistas a fornecer crédito para financiamento de atividades produtivas e comerciais locais e também créditos pessoais. Na perspectiva das microfinanças, estas atividades são operacionalizadas por fundos rotativos solidários, por bancos comunitários de desenvolvimento e por cooperativas de crédito solidário.

Já os resíduos sólidos compreendem uma dimensão urbana da economia solidária, com características associativas entre pessoas e não entre capitais, com o objetivo comum de recolher resíduos para fins de reciclagem. A ação coletiva é a base das organizações deste segmento que por meio do trabalho buscam a cidadania e a garantia de direitos aos catadores que dela fazem parte.

O artesanato representa um dos segmentos da economia solidária que tem importante papel para a geração de renda, representando um meio também de disseminar as culturas regionais do país. A identidade social e cultural e o uso consciente dos recursos presentes nesta atividade fazem da arte manual uma conexão marcante com a solidariedade e ação coletiva.

Neste capítulo, a abordagem da economia solidária será voltada para um destes segmentos: a agricultura familiar. Assim como os princípios que amparam a economia solidária, o trabalho agrícola familiar está assentado em relações que são estabelecidas pelas ações coletivas que regem um modo de reprodução da vida. As relações sociais aí formatadas são tradicionais e a cooperação, a autogestão e a solidariedade regem a maioria das iniciativas já que são elementos inerentes às relações que envolvem grau de parentesco. Nesse segmento, o cultivo agroecológico está na vanguarda das ações solidárias pois envolve além de relações humanas mais dignas, uma relação de proteção com o meio em que se vive na produção e no consumo de alimentos mais saudáveis e não agressivos ao meio ambiente.

4.1 Da história à importância econômica e social: a agricultura familiar em perspectiva

A família ou o grupo familiar não está especificada como instituição econômica elementar. O grupo, solenemente excluído da Ciência Econômica, e por consequência das análises econômicas, foi relegado a duas contribuições. De um lado, a família foi reduzida a um vocábulo que designa um dos três agentes econômicos, vista assim como um protótipo do consumidor individual da economia sendo-lhe destituída a ideia de composição de grupo social.

Por outro lado, a família é tratada como uma entidade equivalente às empresas e que, portanto, cumpriria o papel de maximizar seus excedentes a partir das “produtividades do trabalho” de seus componentes, sendo o pai o “gerente” ou ganha-pão da “empresa familiar” e a mãe, aquela que assegura o trabalho doméstico e de reprodução (Coelho, 2009).

Se a família não figura no arcabouço econômico tradicional, o que dizer do trabalho familiar? Comumente abordado sob a ótica da subsistência é tratado como irrelevante. O labor familiar só encontra redenção quando os meios de trabalho e o próprio trabalho estão submetidos à lógica do lucro capitalista, já que sob essa circunstância o mesmo torna-se bem-sucedido e “produtivo”.

Se o trabalho familiar é posto à margem das análises, o que antever do trabalho familiar no campo? Porém, quando se volta o olhar para o meio rural brasileiro identifica-se nas organizações familiares uma fonte do dinamismo econômico e social de comunidades locais e seu entorno. Portanto,

[...] a família como instituição estratégica do meio rural é a responsável pela reprodução dos atores do desenvolvimento rural: tanto a mão de obra qualificada, como trabalhadores sem qualificação, migrantes e trabalhadores sazonais em todas as regiões do país. De fato, é dentro da unidade doméstica que se concentra o esforço reprodutivo no qual participam, fundamentalmente, as mulheres, as crianças e os idosos (Bergamasco; Delgado, 2017, p. 10).

Sendo assim, o trabalho camponês e familiar constitui o alicerce dos territórios rurais brasileiros. Pelo trabalho, os agricultores garantem sua autonomia, criando meios de integração social e não de exclusão, característica do trabalho assalariado. E, para além

das riquezas econômicas geradas, é por meio do trabalho familiar que as tradições e conhecimentos se perpetuam no campo.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (Carvalho, 2004, p. 23).

Mesmo assim, o trabalho familiar e rural é abordado de forma marginal o que exige das pesquisas um desmedido esforço para desmistificar e vencer argumentos ideológicos, por vezes, preconceituosos que conduzem a ideias preconcebidas, universais e tratadas como eternas⁷⁸. As discussões sobre a questão agrária, a reforma agrária e as políticas agrárias passaram, com o transcorrer do tempo, a ser fragmentadas em caixas. Os debates sobre agricultura familiar na ótica dos que divergem das discussões relativas à questão agrária no Brasil, enveredam pela separação da agricultura familiar e de mercado⁷⁹ ou pela ênfase dada a esta através da vinculação aos povos originários (Malagodi, 2017).

Nessa primeira perspectiva, os termos pequena produção, produção de subsistência ou de baixa renda ou campesinato são usados de forma discriminatória⁸⁰ mas comuns e ainda utilizados, para designar a forma como aquele que sobrevive no campo, produz e reproduz sua sobrevivência.

Além disso, a discussão sobre a atividade camponesa e sua reprodução, quase sempre, é conduzida através da desvinculação de suas das relações de trabalho dos moldes do sistema capitalista de produção. E a solução para os problemas verificados no campo usualmente é concebida no sentido e prover as iniciativas familiares de “modernas

⁷⁸ Este tratamento é dado também aos objetivos econômicos. Trata-se deles como se não fosse possível, no sistema capitalista, constituir outra forma de reprodução da sobrevivência que não priorize a eficiência econômica de base lucrativa.

⁷⁹ Sabourin (2007) e Santos (2019) chamam a atenção para a introdução prática pelo governo, desta abordagem dualista da agricultura no momento em que foram criados dois ministérios em 1998. O primeiro, o MDA, foi institucionalizado para apoiar a agricultura familiar e o segundo, o MAPA, de apoio à agricultura patronal.

⁸⁰ Carvalho (2012) adverte para a discriminação e o desprezo social designado aos camponeses em especial pela classe dominante capitalista, que é mais um motivo para a resiliência e resistência desses sujeitos sociais.

técnicas” que superem o “atraso” tecnológico e viabilizem mercadologicamente os empreendimentos⁸¹.

Por isso, é recorrente que tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático, que capitalismo e campesinato estejam em lados opostos quando se analisa suas formas de reprodução. As contradições são expostas e se alerta

[...] à incapacidade do sistema capitalista de prover os valores de uso necessários à vida humana, à questão da segurança e soberania alimentar, sem amarrar o provimento de tais bens à maquinaria da produção de lucros em escala ampliada, e respeitar o horizonte jurídico da sociedade fundada no intercâmbio de mercadorias, isto é, na troca de equivalentes e no respeito aos direitos individuais (Malagodi, 2017, p. 59).

No Brasil, os movimentos que reivindicam a categoria campesinato são fortemente marcados pelo uso do termo camponês ou campesinato com um recorte claro de classe. Isto posto, pode-se considerar que o campesinato comporta uma fração da classe⁸² trabalhadora (Poulantzas, 1977) ou ainda que “[...] a luta social do campesinato contra a burguesia faz com que o campesinato se comporte politicamente como classe social” (Carvalho, 2012, p. 4).

Essas observações se fazem pertinentes em virtude das características singulares dos meios de produção e da organização do trabalho camponês, como bem observam Panta e Moreira (2021, p. 23).

Desse modo, a contradição se estabelece pelo fato do campesinato não se enquadrar nas tipificações das classes sociais do capitalismo, tendo em vista que, em sua majoritária condição, ele não se proletariza e possui a terra como meio de produção. Contudo, devido sua moldura (tamanho da terra e relações de trabalho e de produção) também não se enquadra,

⁸¹ Nessa direção, é paradigmática a visão de Schultz ao defender que o processo de desenvolvimentos dos países pobres passaria necessariamente pela transformação da agricultura tradicional a partir da revolução tecnológica que implicaria no aumento da produtividade do trabalho no campo e na inserção desse segmento na dinâmica do mercado capitalista (Schultz, 1965). Segundo ele: “Mas não há razões básicas que impeçam o setor agrícola de qualquer país de contribuir substancialmente para o crescimento econômico. Naturalmente, uma agricultura que use apenas os fatores tradicionais não pode fazê-lo, mas uma agricultura modernizada é capaz de dar uma grande contribuição. Já não há mais lugar para dúvidas sobre se a agricultura pode ser um poderoso engenho do crescimento. Mas, para obter esse engenho, é necessário investir na agricultura, e isso não é simples, porque depende muito da forma que tomam os investimentos. Os incentivos para orientar e recompensar os agricultores são um componente crítico. Havendo oportunidades de investimento e incentivos eficientes, os agricultores transformarão areia em ouro” (Schultz, 1965, p. 16-17).

⁸²As classes sociais para Marx são uma divisão na sociedade que se caracteriza prioritariamente pelo elemento econômico e a posse ou não dos meios de produção, mas não só por eles. Marx e Lênin vão lembrar que as questões políticas e ideológicas também são importantes na constituição de uma posição de classe (Poulantzas, 2018). Esse é um elemento importante para pensar o campesinato no Brasil.

categoricamente na burguesia, por sua posição política e econômica contrária, nem tão pouco pertence a uma classe intermediária.

À medida que o campesinato resiste, como modo de produção e de vida e busca sua autonomia a partir da negação do capitalismo como modo de produção, constrói uma aliança com a classe trabalhadora em contradição à burguesia. Então, “[...] nessa luta concreta de classes, o campesinato se comporta econômica, política e ideologicamente como classe social em confronto com a burguesia (Carvalho, 2012, p. 37).

Além disso, outras categorias são aplicadas a diversos sujeitos que coexistem no campo, como é o caso de empresário rural, agricultor familiar, produtor rural, etc. O fato é que a discriminação social direcionada aos agricultores acaba por estimular e fortalecer a organização e resistência desses sujeitos no sentido de combater uma proposição que pretende ser soberana. Por isso, “[...] o campesinato necessita mais do que nunca de se construir politicamente e se comportar como classe social em contradição inconciliável com o capital” (Carvalho, 2012, p. 3).

O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista (Carvalho, 2004, p. 120).

Entre eles, do ponto de vista ideológico, está a disseminação da lógica da concorrência como princípio geral de práxis social, a qual é estimulada pelos meios de comunicação de massa e pelo ambiente sócio cultural no campo, este impregnado politicamente pela defesa, a partir das classes dominantes e dos governos, da grande empresa capitalista agrícola. Apesar dessa enxurrada econômica, política e ideológica a favor do modelo de produção dominante e a concepção de vida que lhe acompanha é, no entanto, a resistência social camponesa à pressão exercida pela expansão capitalista e às opressões daí derivadas que propiciam aos próprios camponeses, nessa prática social plena de contradições, não apenas o crescimento da sua consciência política como a experiência da luta social em defesa de seus interesses (Carvalho, 2012, p. 30).

Lênin (2018), por exemplo, utiliza o termo camponês rico, para designar aquele que detém a propriedade da terra e a explora com o trabalho assalariado fornecido por parte do campesinato pobre. E utiliza a expressão camponês pobre em geral como referência àquele que explora o seu pedaço de terra para sua sobrevivência e que eventualmente vende a sua força de trabalho para o camponês rico.

Mesmo existindo um elemento histórico importante como as Ligas Camponesas, o termo camponês é uma categoria que se constrói historicamente diante de muitas polêmicas, tanto acadêmicas quanto políticas. O relato feito por Wolf (1976) retrata este trabalhador e lança os elementos da realidade camponesa:

Já falamos dos camponeses como cultivadores rurais; ou seja, eles cultivam e criam gado no campo e não em estufas construídas no centro da cidade ou em canteiros de lírios em peitoris de janelas. Mas ao mesmo tempo não poderemos chamá-los de fazendeiros ou empresários agrícolas [...] O camponês, entretanto não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa (Wolf, 1976, p. 13).

O campo brasileiro é múltiplo, e, consequentemente também o são, os sujeitos que o compõem. Carvalho (2004) apresenta uma classificação dos mais variados sujeitos que compõem a categoria dos camponeses, trabalhadores rurais ou agricultores, tipificando-os no Brasil a partir de suas vivências e características regionais. Dessa forma, no campesinato contemporâneo figuram camponeses que, guardadas as diferenças de tempo e espaço, constituem unidades econômicas domésticas sustentadas pelo trabalho e suprimindo as necessidades da família, como discutem Chayanov (1974) e Wolf (1976).

Esta heterogeneidade dos camponeses no Brasil dificulta a consolidação deste grupo como categoria política. Num primeiro momento, estes trabalhadores foram identificados como pequenos produtores rurais ou pobres do campo. E a referência a estes agricultores, não muito raro, vem associada a uma linguagem pejorativa, normalmente relacionada à precariedade como reproduzem suas sobrevivências.

Malagodi (2017, p. 44) usa a expressão agricultura de base familiar e camponesa “...como um meio de incluir todos os segmentos da atividade agrária cujo elemento definidor e propulsor é o trabalho próprio da família.” O autor defende que

[...] o produtor familiar camponês visa à utilização plena da própria força de trabalho, no que recorre aos recursos naturais disponíveis e no conhecimento técnico adquirido ao longo dos anos (eventualmente herdado). Mas ambos estão voltados à reprodução da família e da vida das pessoas, embora uns usem a estratégia da acumulação de capital e o outro a maximização da sua própria força de trabalho e do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis (Malagodi, 2017, p. 55-56).

As lutas camponesas são a base da formação da categoria do agricultor familiar, denominação comum dada aos camponeses no Brasil, uma categorização feita pelo

Estado para garantir a inserção destes sujeitos nas políticas públicas setoriais. A abordagem sobre o conceito da agricultura familiar e quantos e quem são seus atores sociais, remete indiscutivelmente à definição clássica da categoria camponesa. Mitidiero Junior (2022) chama a atenção para a tentativa de padronizar o termo agricultura familiar. Segundo o autor, esta é uma estratégia neoliberal para controlar e asfixiar a capacidade de luta do camponês como sujeito político e agente de transformação social⁸³ e que, portanto, “[...] o campesinato é um conceito teórico e agricultura familiar é um termo descritivo para um seguimento da economia formado por produtores rurais familiares” (Mitidiero Junior, 2022, p. 168).

Fica evidente que não se pode ignorar o debate teórico acerca dessas duas categorias que intencionam caracterizar o trabalhador do campo e suas relações de produção. Impossível discordar que “[...] o termo agricultura familiar carrega um viés político e ideológico bastante fundamentado, na tentativa de metamorfosear o campesinato em uma figura política e inserida no mercado (Panta e Moreira, 2021, p. 27). Entretanto, usar-se-á neste trabalho, o agricultor familiar como protótipo do típico camponês sem que se negligencie sua importância econômica e os aspectos sociológicos que norteiam sua sobrevivência, sua relação com a terra e sua organização política. Afinal, todo camponês é um agricultor familiar já que a unidade produtiva familiar é gerida por integrantes de uma mesma família e os produtos do trabalho são destinados à sustentação e reprodução familiar.

Não por acaso, o trabalhador do campo tem sua história marcada pela violência que permeia sua existência desde a época da escravidão (Cardoso, 2009). No debate mais contemporâneo, as discussões realizadas pelos movimentos sociais organizados na Via Campesina categorizam o campesinato a partir dos escravos fugidos (quilombolas) ou “libertos”, colonos estrangeiros que vieram para o Brasil para trabalhar nas lavouras, indígenas, trabalhadores que foram levados para colonizar áreas longínquas (estados da Região Norte), povos extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, assentados de reforma

⁸³ Segue breve apanhado desta reflexão: “[...] o campesinato é visto como atrasado do ponto de vista social e econômico, sendo a agricultura familiar a reversão desse atraso. Essa foi a posição pública que animou o debate acadêmico, mas uma dimensão importante ficou escondida nesse debate. A crítica ao campesinato é também a crítica ao sujeito político histórico, ao seu potencial de rebeldia revolucionária e subversão. Destruir essa memória seguramente estava nos objetivos de parte daqueles que labutaram pela substituição (ou “metamorfose”) do conceito de camponês pelo de agricultor familiar, justamente em um período (décadas de 1990 e 2000) no qual os movimentos sociais de luta pela terra constituíam-se como a principal oposição ao neoliberalismo, não só por seus discursos e ações políticas, mas por suas possibilidades transformadoras” (Mitidiero Junior, 2022, p. 167).

agrária, sem-terra, moradores de fundo de pasto da Bahia, entre outros sujeitos que formam uma diversidade do ser camponês no Brasil (Carvalho, 2004).

É necessário salientar também que a ampla conceituação que se faz da atividade, além de fomentar as controvérsias que se estendem aos técnicos e demais pesquisadores do tema, obstaculiza o consenso no que diz respeito à atuação do setor público no provimento de planos e políticas para o setor.

Logo, “[...] há um vazio no planejamento político-econômico e nas ações do Estado, e este buraco é justificado em base a estereótipos e preconceitos mantidos até hoje contra esse tipo de agricultura” (Malagodi, 2017, p. 61).

Ademais, o rural brasileiro é território de disputas de interesses de diversos grupos que rivalizam entre si os espaços físicos e de poder e o lugar de ação das políticas públicas⁸⁴. Busca-se, com isso, limitar a reflexão e ação sobre a questão agrária em torno do “[...] direito ilimitado de propriedade privada da terra, [...] em prejuízo do reconhecimento de sua função social e da adoção de políticas públicas efetivas na perspectiva da reforma agrária” (Malagodi, 2017, p. 44).

Histórico elaborado por Picolotto e Medeiros (2017) mostra que a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 foi responsável pela adequação legal dos sindicatos rurais e federações e pela criação da CNA. O direito à sindicalização no campo deu origem à categoria de trabalhadores rurais que passaram a ser organizados a partir da CONTAG. Ela estabeleceu como luta a defesa de direitos trabalhistas e reforma agrária. Durante toda a década de 1970, a reivindicação da categoria passou a ser por saúde dos trabalhadores, previdência social e política agrícola.

Ao longo dos anos 1980, à medida que ocorria a abertura política, os movimentos sociais camponeses puderam atuar de forma mais diligente o que proporcionou a

⁸⁴ Além da violência, matança e intimidação empregadas nas disputas territoriais locais, a criminalização da luta agrária é uma das tentativas estratégicas utilizadas pelo Estado e por membros do Poder Legislativo que representam interesses de latifundiários, grileiros, pecuaristas, exploradores ilegais das riquezas naturais etc., para desmobilizar os movimentos de luta e resistência do campo. Em maio de 2023, por exemplo, foi instalada no Congresso Nacional a CPI do MST. Sem fato determinado e formada por deputados ruralistas ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária e a bancada do agronegócio, a iniciativa, sob o pretexto de “investigar” supostos crimes cometidos pelo MST, foi a quinta investida contra o movimento desde 2004. A CPI reuniu e alimentou notícias falsas sobre as ações do MST propagadas por políticos e adeptos da extrema direita e tentou, sem sucesso, criminalizar a luta pela reforma agrária como terrorismo. Encerrada no dia 27 de setembro de 2023, sem sequer votar o relatório final como é de praxe, e sem alcançar seu êxito, alguns parlamentares que a compunham anunciaram que a perseguição ao MST não está encerrada. Diante da proposta de criação da Frente Parlamentar da Invasão Zero tal intuito não poderia ser mais cristalino (<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/57a-legislatura/cpi-sobre-o-movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst-a-cpi>).

ampliação e consolidação das demandas dos trabalhadores rurais. Com a redemocratização e a consequente promulgação da Constituição Federal de 1988 foi criado um aparato legal e de descentralização das políticas públicas que contribuíram para a participação da sociedade civil na formulação e acompanhamento das ações públicas (IBGE, 2020).

Na década de 1990, constituiu-se a identidade do pequeno produtor e em 1993, é registrado que o “[...] primeiro documento oficial que utilizou a categoria agricultura familiar na linguagem sindical foi o caderno de teses do II Congresso Nacional do DNTR/CUT, realizado de 25 a 28 de março de 1993” (Picolotto e Medeiros, 2017, p. 352).

No entanto, a consagração da categoria *agricultura familiar* se deu em meados dos anos 1990, quando, por efeito da eficácia política dos *Gritos da Terra*, encabeçados por Contag e CUT, e também por várias mobilizações de *pequenos produtores* em todo o país, o governo criou o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Desde então, os agricultores progressivamente passaram a se identificar como tal [...] (Picolotto e Medeiros, 2017, p. 352).

Logo, ao ser formalizada a categoria social e sua primeira ação pública, a agricultura familiar passou a disputar espaço nas ações públicas de fomento e incentivo produtivo no campo. Entretanto, mais de vinte anos depois do principal programa destinado aos agricultores de pequeno porte, não só a atividade agrícola familiar, mas o amparo público aos agricultores continuam sendo alvo de ataques. No âmbito teórico, o trabalho de Buainain et al. (2013) é um exemplo de como o viés ideológico pode influenciar e conduzir o debate e as recomendações para a ação pública. As conclusões acerca da desnecessidade de discutir e alocar recursos para a reforma agrária no Brasil e a defesa veemente de que recursos públicos estão sendo desperdiçados com políticas e programas para um público-alvo que está destinado a desaparecer, dão a dimensão das violências com as quais se defrontam os agricultores e os gestores públicos no sentido de garantir a sustentabilidade desta forma de reprodução social.

Ainda assim, muitos avanços foram conquistados a partir da resistência e reivindicação destes sujeitos sociais. A seguir na Figura 6 se apresenta uma breve

descrição da evolução das políticas públicas, programas e leis referentes à agricultura familiar a partir da institucionalização do Pronaf⁸⁵ em 1995.

Figura 6: Políticas, programas e aparato legal para a agricultura familiar no Brasil⁸⁶

ANO	•POLÍTICA / PROGRAMA
1995	•PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
1997	•Projeto Lumiar
1998	•PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
2002	•Programa Garantia Safra
2003	•PAA: Programa de Aquisição de Alimentos •PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural •PRONAT: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios
2004	•PNPB: Programa de Produção Nacional e Uso do Biodiesel •SEAF: Seguro da Agricultura Familiar
2006	•Lei da Agricultura Familiar •Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional •PGPAF: Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
2008	•Programa Mais Alimentos •PGPM-Bio: Programa de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade •Programa Territórios da Cidadania
2009	•PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar •PNMC: Política Nacional sobre Mudança do Clima •PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar
2010	•PRONATER: Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
2012	•PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)
2013	•PLANAPO: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Fonte: Elaboração própria.

⁸⁵ As políticas públicas para a agricultura familiar e o próprio Pronaf tem sua gênese em momento histórico anterior a 1995. Para acompanhar este desenvolvimento consulte-se Sabourin (2017).

⁸⁶ A Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) após gestada foi vinculada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada em 1974. Na descrição abaixo, a Ater encontra-se contemplada pela política nacional denominada PNATER implementada no ano de 2003.

A ação direcionada do Estado guiada pela composição de políticas específicas para a agricultura familiar visam dar sustentação e fortalecimento a um setor importante não só para a reprodução social, mas também para a segurança alimentar nacional.

Enquanto o agronegócio assimila a atividade produtiva como um negócio de cunho apenas lucrativo, a agricultura familiar deve ser vista não só pela dimensão econômica, mas também pela perspectiva política e sociológica que acabam por definir o seu lugar no desenvolvimento econômico, social e ambiental. Ou seja, além de ser a responsável pela provisão alimentar dos brasileiros (Mitidiero Junior et al., 2017; Mitidiero Junior, 2022), a agricultura familiar transforma espaços, comporta a luta política e social e ainda cultiva “[...] culturas diversas, religiosidades, valores éticos e sociais diferenciados, formas de socialização variadas, identidades e auto identidades distintas, relações múltiplas com os aparelhos de poder, aspirações e expectativas sociais diversas” (Carvalho, 2004, p. 121).

4.2 Segurança alimentar e absorção da mão de obra: a relevância da agricultura familiar em dados

A significância da agricultura familiar, seja no aspecto econômico ou social, é evidenciada a partir dos dados levantados por sua principal fonte de informação: o censo agropecuário. Embora as estatísticas daí levantadas sejam alvo de críticas em virtude das opções metodológicas, suas mudanças e falhas na periodicidade⁸⁷, é desta pesquisa censitária que deriva basicamente todas as informações da agricultura familiar.⁸⁸

O Censo Agropecuário 1995/96⁸⁹ já atestava a dimensão que a agricultura familiar ocupa no cenário nacional ao contabilizar à época que 85,2% do total de estabelecimentos pertenciam à atividade, que ocupava 30,5% da área total utilizada, com 37,9% do valor

⁸⁷ Mitidiero Junior (2022), por exemplo, faz um minucioso detalhamento das mudanças de metodologia do Censo 2016, publicado em 2017 e de todas as querelas políticas e ideológicas que envolveram a concepção, elaboração e apuração da pesquisa censitária. No final das contas, estas circunstâncias atrasaram em 1 ano a divulgação da pesquisa comprometendo, inclusive, a base comparativa com as pesquisas anteriores, ao romper o lapso temporal de 10 anos entre um levantamento e outro. Além disso, Sabourin (2007) chama a atenção para o fato de a pesquisa não registrar o auto-consumo, o intra-consumo, a distribuição não mercadológica e não monetária dos produtos e os pequenos minifúndios, o que contribui para reduzir a importância da produção familiar e a relevância política dos sujeitos que a praticam.

⁸⁸ O IBGE no Censo 2006 divulgou um fascículo especial com informações sobre a agricultura familiar diferenciando-a da “não-familiar”, mas no recenseamento de 2017 o “Volume Especial da Agricultura Familiar” foi excluído (Mitidiero Junior, 2022).

⁸⁹ O Censo 1995/1996 é bienal pois a apuração considerou o ano agrícola e não o ano civil.

bruto da produção agropecuária nacional (Guanziroli et al., 2001, p. 78, apud Wanderley, 2017).

Ao observar estes indicadores para as duas últimas pesquisas censitárias, apresentados na Tabela 6⁹⁰, não há dúvidas sobre a magnitude da agricultura familiar na produção agrícola nacional, em números de estabelecimentos (apesar de não ultrapassar 25% de toda a área ocupada pela atividade agrícola no Brasil) e na geração de ocupações.

Tabela 6: Indicadores selecionados da agricultura familiar nos dois últimos Censos Agropecuários (Em % do total)

Indicadores	Censo 2006	Censo 2017
1. Estabelecimentos	84,4	76,8
2. Área utilizada	24,3	23,0
3. Valor bruto da produção	37,8	23,0
4. Pessoal ocupado	74,4	67,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 2006 e 2017.

Os registros também indicam um arrefecimento da participação setorial no período intercensitário apresentado pela redução dos pesos de todos os indicadores no total o que é certamente resultado de uma subestimação. Esta perda de participação da agricultura familiar entre os Censos 2006 e 2017, tem “[...] várias determinações (aumento da concentração fundiária e mecanização, por exemplo) [...]” (Mitidiero Junior, 2022, p. 178), mas a metodologia amparada na Lei da Agricultura Familiar e definida pelo Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017 sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária parece ter sido a grande responsável pelas significativas alterações dos indicadores mencionados. Por esta definição de estabelecimento familiar foram computados pela pesquisa somente aqueles que auferiram renda apenas no domicílio⁹¹.

Em outras palavras, a agricultura familiar não sofreu reduções significativas, mas sim, foi classificada de forma diferente, como não-familiar [...] Em 2017, dos 4,6 milhões de estabelecimentos de pequeno porte que poderiam ser classificados como de agricultura familiar, apenas 3,9 milhões atenderam a todos os critérios” (Mitidiero Junior, 2022, p. 178).

⁹⁰ Apesar das dificuldades em se fazer comparação com os dados dos dois últimos censos agropecuários em virtude das mudanças metodológicas entre eles, as tendências gerais apresentadas por eles podem ser retidas.

⁹¹ O trabalho externo e por consequência, a renda não derivada da atividade agrícola de membros da família não deveria desqualificar a condição de agricultor, nem tampouco de estabelecimento agrícola familiar, uma vez que muitos permanecem no campo sob essa condição.

Como o IBGE não se pronunciou quanto às causas das mudanças no perfil da agricultura familiar, há ainda outras possibilidades explicativas para as mudanças ocorridas no período intercensitário que são exploradas em Mitidiero Junior (2022).

Quanto ao número de estabelecimentos, estudo feito por Helfand et al. (2020), mostra que de 1970 até 2017, o número de estabelecimentos agropecuários apresenta relativa estabilidade, mantendo a média em torno de 5 milhões de unidades produtivas. E quando o recorte é feito por área, se conclui que as mudanças na fração que os pequenos e médios produtores ocupam ao longo do tempo são ínfimas. Ou seja, os dados censitários mostram, para decepção e lamento de alguns, que a agricultura familiar permanece resiliente e resistente ao se analisar um longo período de produção estatística.

Além disso, é importante destacar que, mesmo com as questões metodológicas que encolheram a agricultura familiar, os dados coletados pelo Censo Agropecuário 2017 permitem detectar a participação deste setor na provisão nacional da alimentação quando se utiliza uma alternativa metodológica mais próxima da realidade dos pequenos agricultores. O trabalho de Mitidiero Junior (2022) elucida esta questão ao comparar a participação produtiva do pequeno produtor (com uso de área até 200 ha), do médio (200 a 1.000 ha) e do grande (acima de 1.000 ha). Nos itens analisados, há importantes destaques para a pequena produção, seja nas lavouras permanentes⁹², nas lavouras temporárias⁹³ e na horticultura⁹⁴.

Em três variáveis que expressam grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, a distribuição acontece da seguinte forma: na lavoura permanente, 61,3% do valor de produção fica a cargo nos pequenos, 22,4% dos médios e 16,2% dos grandes; na lavoura temporária, 21,5% pelos pequenos, 20,3% pelos médios e 58,1% pelos grandes; na horticultura, 93,2% pelos pequenos, 5% pelos médios e 1,7% pelos grandes (Mitidiero Junior, 2022, p. 279).

Usando o mesmo corte metodológico para a ocupação da mão de obra, Mitidiero Junior (2022, p. 282) detecta que “[...] a ocupação laboral e a geração de empregos nas

⁹² Nas lavouras permanentes há dominância da pequena produção em termos do quantitativo produzido, a exemplo do “[...] café arábica (65,3%), café conilon (83,2%), banana (82,3%), limão (71,3%), tangerina (81,6%), acerola (95,7%), açaí (90%), guaraná (81,8%), maracujá (93,1%), goiaba (86,7%), cacau (80,9%), uva de mesa (75,6%) e a uva vinho (95%) (Mitidiero Junior, 2022, p. 245).

⁹³ Neste item os destaques da pequena produção vão para “[...] abacaxi (84,6%), abóbora (78,4%), cebola (75,2%), feijão preto (61%), feijão verde (67,5%), mandioca (83%) e milho forrageiro (76,1%) (Mitidiero Junior, 2022, p. 234).

⁹⁴ Na horticultura apenas o cultivo da cenoura não é dominado pela pequena produção. Em todas as outras culturas o domínio produtivo é absoluto neste estabelecimento (Mitidiero Junior, 2022).

áreas rurais estão concentradas nas pequenas áreas que são responsáveis por 85,8% dos postos de trabalho, enquanto os médios compreendem 7,3% e os grandes apenas 6,8%.”

Por fim, um alerta. Enquanto se prova estatisticamente a importância da agricultura familiar para a ocupação rural e a segurança alimentar nacional, as tentativas de invisibilização desta constatação continuam incansavelmente. Os argumentos continuam amparados na falta de modernização e no envelhecimento da mão de obra, elementos que levariam a agricultura familiar à ruína “inevitavelmente”.

A seguir, um exemplo deste tipo de argumentação. Ao analisar os últimos dados censitários, Guanzirolí et al. (2020) chegam à conclusão de que há uma “perda de fôlego” da agricultura familiar e que, portanto, o aumento da produtividade dos estabelecimentos não familiares seria inalcançável. Impossível não notar o teor especulativo e dissimulado do argumento usado tanto para justificar a “falta de dinamismo” da agricultura familiar. No entanto, os autores chamam a atenção para a necessidade de reforçar as políticas públicas de suporte a esse segmento produtivo aferido como AF, quanto para indagar se o governo destinará recursos públicos para alavancá-la.

Existem, entretanto, fatores estruturais que tiram dinamismo da AF, sendo um deles o envelhecimento da mão de obra. Por se tratar de um setor altamente intensivo em trabalho familiar e sendo que este fator começa a se esgotar por causa do envelhecimento, poder-se-ia prognosticar uma involução da AF no futuro próximo. Os agricultores patronais, pelo contrário, usam cada vez menor quantidade de mão de obra, e, eventualmente, podem contratar jovens para produzir.

São esses fatores estruturais, somados ao vertiginoso aumento de produtividade dos não familiares (forte mecanização e uso de sementes mais potentes), que parecem explicar o declínio dos AFs em termos de participação no VBP.

Trata-se de ver se, no futuro próximo, os governos conseguem valorizar a AF, destinando maiores recursos de crédito e assistência técnica ou se continuarão a reduzir o apoio a este setor. Serão as políticas públicas as que determinarão a evolução da AF nos próximos anos? (Guanzirolí et al., 2020, p. 202).

Já Helfand et al. (2020, p. 227) concluem que os “[...] dados quanto ao número de estabelecimentos ao longo do tempo mostraram que esses produtores não parecem estar desaparecendo”, mas que os pequenos e médios produtores “[...] têm reduzido sua importância em termos de valor da produção da agropecuária”. Conforme indicam Malagodi (2017) e Mitidiero Junior (2022) tais investidas visam minar o debate acerca da questão agrária no Brasil, visando desqualificá-la, e tornar irrelevante a luta pela reforma agrária.

A apresentação destes dados basta para que se perceba a grande relevância da agricultura familiar brasileira para o abastecimento interno e ocupação da força de trabalho rural. O Censo Agropecuário de 2006 já havia atestado a significância da agricultura familiar na produção agrícola nacional e em especial para a segurança alimentar no país detectando que a atividade era responsável por 70% dos alimentos consumidos no país (IBGE 2009a; Mitidiero Junior et al., 2017; Mitidiero Junior, 2022). Tais elementos conclusivos evidenciam que o setor é relevante não só para o dinamismo produtivo e abastecimento internos, bem como para a luta política dos movimentos populares no campo. Importa ressaltar que os dados do Censo Agropecuário de 2017 podem refletir as investidas realizadas pelo patronato agropecuarista (capitaneadas pela Confederação Nacional da Agricultura) no sentido de considerá-lo como parcela da agricultura familiar como agricultura não familiar (com reflexos na metodologia do censo de 2017), bem como as mudanças (destruição) nas políticas que foram implementadas pelos governos Lula/Dilma a exemplo do PAA e do PNAE (Correia, 2020), efetivadas após o golpe de 2016.

4.3 Agricultura familiar e economia solidária: aproximações, conexões e correlações

Depreende-se da discussão já realizada em tópicos anteriores que para compreender as múltiplas dimensões associadas à agricultura familiar é indispensável afastar-se do ideário da modernização tecnológica e aproximar-se, por outro lado, da importância da atividade para a segurança alimentar interna entendendo os indivíduos que dela participam como sujeitos de transformação social.

Na medida em que se envereda pela conceituação da economia solidária e da agricultura familiar identificam-se confluências que regem o funcionamento de ambas. Os trabalhadores, ao mesmo tempo em que labutam, são proprietários dos meios de produção e a solidariedade intrínseca aos empreendimentos da agricultura liderados pelos laços de parentesco entre os familiares convergem com os princípios básicos das iniciativas solidárias.

Essa racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apoia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida

pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família (Carvalho, 2004, p. 120).

Conforme se identificam os novos circuitos de produção e comercialização da agricultura familiar

[...] encontram-se alimentos associados a modos tradicionais de produção (coloniais, caipiras), sistemas étnicos-culturais (quilombola, pomerano, indígena), origem reconhecida (indicação geográfica), sistemas sustentáveis de manejo (ecológicos, orgânicos) e formas sociais de produção (produto da reforma agrária, produto da agricultura familiar). São novidades maleáveis a distintas conformações sociais, revelando seu forte componente de enraizamento territorial (Niederle, 2017, p. 171).

Os empreendimentos de agricultura familiar só são considerados de economia solidária se estiverem amparados pela organização coletiva como associações e cooperativas geridas por diferentes pessoas que mantenham grau de parentesco cujos objetivos estejam vinculados à solidariedade e à autogestão (Santos, 2019).

É essencial destacar aqui que as experiências cooperativadas vinculadas ao setor camponês ou da agricultura familiar, seja no fim do Século XIX como no início do Século XX, bem como a própria experiência das reduções jesuíticas, se constituíam em iniciativas marcadas por dois grandes suportes culturais, concomitantes ou um mais importante que outro, mas sempre presentes: a religião como elo forte de coesão e, muito frequente, a origem migratória europeia (Rech, 2021, p. 11).

A Cáritas Brasileira atuou fortemente nas vivências dos agricultores familiares através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), o que promoveu o estreitamento do vínculo entre a agricultura familiar e a economia solidária. Para os projetos desenvolvidos nesta área, a metodologia de trabalho utilizada junto aos agricultores ressaltava a importância do fortalecimento de suas atividades a partir da integração entre prática solidária, eficiência empreendedora e cooperação. Nessa perspectiva, a Cáritas denominou este conjunto de ideias de cooperativismo alternativo, resultado da cooperação nos termos solidários e que transmite uma visão integral da cooperação não capitalista, conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7: Cooperação não capitalista



Fonte: Bertucci e Silva (2003, p. 75).

No âmbito da agricultura familiar, ganha força o estímulo ao desenvolvimento local por meio da implementação de ações integradas que buscam fortalecer aquela atividade pré-existente, porém com incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável e solidário.

O fortalecimento do cooperativismo alternativo está baseado na perspectiva de somarem-se os esforços de lutas nos espaços locais com os mais amplos, propiciando ações diretas com as organizações locais e ações mais gerais de fortalecimento dos movimentos sociais e populares nos estados. Ambas são canalizadas para a construção e a implementação de propostas de organização da agricultura familiar (Bertucci e Silva, 2003, p. 75).

Logo, estas atividades usam estratégias que levam os seus participantes a se comprometerem coletivamente com o desenvolvimento da realidade local e se notabilizam por fugir à lógica da produção capitalista.

Não cabe dúvida de que, se hoje ainda predomina na maioria dos países a agricultura familiar, praticada em pequenas e médias propriedades, sobretudo pelos próprios proprietários e seus familiares, isso se deve aos efeitos do cooperativismo, que dão à agricultura familiar competitividade e, portanto, possibilidade de resistir e se reproduzir (Singer, 2002a, p. 87).

Essas se viabilizam por meio de organizações específicas que encontram suporte nas estruturas familiares e vicinais e, ao mesmo tempo, as induzem a uma transformação gradativa da lógica estritamente calcada no grupo familiar e no costume, a um processo de adesão premeditada, com inclinação preferencial ao estabelecimento de relações simétricas entre membros da organização (Gaiger e Kuyven, 2019, p. 821-822).

Entretanto, a adesão da agricultura familiar ao cooperativismo ganha relevância a partir dos anos 1990. Precisamente no “[...] final dos anos 1990 e meados dos anos 2000,

observa-se uma reorganização no campo da agricultura familiar para disputar a concepção cooperativista apropriada pelas grandes cooperativas do agronegócio [...]” e “[...]a vinculação à perspectiva da economia solidária se tornou estratégica [...]” (Cunha, 2012, p. 285). Daí resulta a separação entre duas formas de organização cooperativa: a empresarial e a popular. Esta última agrega os movimentos de resistência no campo, construídos a partir das lutas populares pela reforma agrária, espaço nas políticas públicas e participação política. As principais instituições representativas advêm do Movimento dos Trabalhadores sem Terra⁹⁵ e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Duarte; Wehrmann, 2006).

Assim, os movimentos de ambos os setores fundem suas pautas de resistência ao modo de produção capitalista, neste caso, opondo o cooperativismo solidário ao cooperativismo capitalista. O esforço em aproximar a agricultura familiar da economia solidária resulta, em 2004, em um encontro de cooperativas dos dois segmentos onde se articulou a criação da Unicafes, concretizada em 2005⁹⁶.

A proximidade das agendas da economia solidária e da agricultura familiar, pois,

[...] há no mundo das agriculturas camponesas e familiares uma miríade de combinações possíveis de práticas e atividades de solidariedade e organização coletiva, como beneficiamento da produção, crédito e finanças, compra de insumos, comercialização em mercados ou via programas governamentais, uso coletivo de infraestrutura, e mais uma variedade de possibilidades que inclusive não eram reconhecidas até pouco, por ex. os fundos de pasto ou os bancos de sementes “crioulas” de caráter comunitário, mas que têm a ver com dinâmicas envolvendo um mix de práticas entre trocas e reciprocidades, ajuda mútua e gestão comum de recursos (Cunha, 2012, p. 285).

Quase 50% dos EESs no Brasil pertencem à agricultura familiar. Segundo o Mapeamento 2009/2013, eles representam 46,2% do total e estão organizados em cooperativas e/ou associações. Se somados àqueles pertencentes aos assentamentos da reforma agrária, este percentual se eleva para 59,9% (Santos, 2019).

⁹⁵ No MST destacam-se as Cooperativas de Produção Agrícola, da Agroindústria e Cooperativas de prestação de serviços para comercialização dos produtos da agricultura familiar.

⁹⁶ Esta interface da economia solidária nem sempre é reconhecida como tal. Mas segundo Cunha (2012) esta resistência se dá mais entre os intelectuais do que entre os atores sociais envolvidos nas atividades. Ricardo Abramovay, por exemplo, tem se recusado a atestar em seus estudos, a agricultura familiar como um dos segmentos da economia solidária argumentado de que esta última é fruto de uma militância política. Cunha (2012, p. 286) bem observa que o “[...] interessante desta suposta objetividade é que a recusa em reconhecer estes dados também não deixa de ser ideológica.”

Conforme dados dos últimos Censos Agropecuários, entre 2006 e 2017, foi registrado aumento de 67,3% no número de estabelecimentos agropecuários associados e cooperativados no país. Do ponto de vista relativo, a parcela deste tipo de estabelecimento em relação ao total cresceu de 6,7% para 11,4% (IBGE, 2020, p. 166). E por fim, segundo o Censo Agropecuário 2017, 71,2% dos estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas pertenciam à agricultura familiar.

Por estarem organizados cooperativamente, os EESs guardam laços em que se pode “[...] observar resistências e dinâmicas num território em que não são observadas” (Medeiros et al., 2006, p. 17), ou seja, a prática solidária acaba por explicitar as resistências ao capitalismo que porventura estejam ocultas, incompreendidas ou não diagnosticadas. A interconexão entre os princípios da economia solidária e as características da agricultura familiar também se estreitam por meio da territorialidade e da valorização dos sujeitos que as constituem dado que ambas compartilham “[...] as dimensões da localidade, da artesanidade, da saudabilidade e da convivencialidade” (Niederle, 2017, p. 175).

Se o cooperativismo agrícola desempenhou e desempenha um papel de freio à centralização do capital ao menos num setor, ele não passa de um modo de produção intersticial nas formações capitalistas. Isso significa que o cooperativismo de compras e vendas se insere em interstícios da economia em que a tendência centralizadora do capital, entregue a seu curso natural, destruiria a pequena produção de mercadorias. No caso da agricultura, isto significaria a eliminação total do campesinato, de sua cultura e do seu modo de vida, pelo agrobusiness, a grande empresa agrícola capitalista e seus trabalhadores assalariados e fornecedores contratados etc. A força do cooperativismo impediu esta eliminação, preservando para o camponês uma parcela importante da atividade agrícola (Singer, 2002a, p. 88).

A relação entre economia solidária é tão premente que não por acaso as principais políticas públicas de economia solidária executadas pela SENAES e pelos governos estaduais estão interligadas ao próprio Pronaf, à Ater, ao PAA e ao PNAE. Quando da execução das políticas públicas que integram agricultura familiar e economia solidária, ao “[...] invés da criação de novas organizações solidárias, o foco desloca-se para a criação de circuitos ou de relações diferenciadas de mercado, envolvendo organizações solidárias existentes” (Cunha, 2012, p. 294).

Os princípios da economia solidária encontram-se bastante presentes na maioria das atividades vinculadas à agricultura familiar. Elementos como o trabalho cooperativo e solidário e a autogestão fogem ao padrão capitalista de acumulação. É por isso que

[...] parte significativa das políticas hoje voltadas à agricultura familiar acaba por beneficiar direta ou indiretamente espaços ou formas considerados da ótica da solidariedade econômica – mesmo quando os agricultores não se reconhecem como sujeitos da economia solidária (em suas expressões organizadas) (Cunha, 2012, p. 287).

Há ainda no âmbito da elaboração e execução das políticas públicas de economia solidária, incertezas quanto ao fortalecimento de sua autonomia. No entanto,

[...] é quando as políticas caminham justamente para esta diversificação de potencial emancipador – cujos exemplos mais conhecidos sejam talvez os instrumentos inovadores de compras públicas e a proposta de reconhecimento de modalidades participativas ou comunitárias de certificação (para além da certificação tradicional) – que os vínculos entre os atores se movimentando nesta rede parecem se apresentar em toda a força que também marca seu protagonismo perante os vínculos construídos em outras interfaces (Cunha, 2012, p. 294).

O estudo de Cunha (2012) mostra que há, ainda, falhas na execução e implementação das intervenções públicas de economia solidária. Mesmo assim, dentre seus segmentos, a agricultura familiar é o que tem recebido mais atenção por parte da gestão pública.

Ao mesmo tempo, se de um lado as políticas públicas têm desconsiderado muitas das formas não-institucionalizadas de lógica econômica associativa, de outro é inegável que vários arranjos de organização coletiva da agricultura familiar vêm sendo estimulados pelas próprias políticas, na medida em que estas reforçam determinados critérios no acesso às linhas de ação pública. É por conta deste quadro heterogêneo – em que espaços de solidariedade econômica aparecem com força, sejam expressamente considerados ou não – que não por acaso o MDA figura como um dos atores mais centrais (com maior número de vínculos) dentro da rede de políticas de economia solidária (Cunha, 2012, p. 287).

A relação de trabalho entre membros da família é o elemento basilar da agricultura familiar. A condução da atividade econômica, a partir do trabalho coletivo, em família, a aproxima da economia solidária.

Esses agricultores têm uma forma de produção que se coloca como alternativa à matriz produtiva industrial da empresa capitalista patronal no campo. Em trabalho distinto na unidade familiar, o camponês engendra seu próprio trabalho na gestão de plantas e animais, quase individualmente, afetivamente. Ele não mede seu tempo de trabalho e, sua dedicação à produção é ditado pela necessidade e premência da realização de cada atividade, o que o diferencia drasticamente do regime de salários da empresa capitalista. Daí deriva a autodisciplina do trabalhador e a transmissão de saberes articulado na comunidade local. Seu grande poder de ressignificação na produção de conhecimentos e processos de trabalho se coloca como alternativa à separação entre a concepção e a execução do ato de produzir e o trabalhador (Mazalla Neto e Bergamasco, 2017, p. 205-206).

Estando “[...] ligados ao modo capitalista, os agricultores familiares não se caracterizam como tais e sua articulação ao mercado se apresenta como forma de resistência e a não transformação do trabalhador em uma mercadoria alienada” (Marques et al., 2020, p. 132).

Além disso, a autogestão presente na agricultura familiar e a forma democrática como são administrados os excedentes da produção guardam semelhanças com a economia solidária já que se distanciam da gestão capitalista.

Essa valorização do trabalho realizado pela família agricultora diretamente envolvida no processo produtivo também afirma um modelo de organização da produção que difere visceralmente de outro modelo em que ocorre a separação de atividades de gestão do trabalho: o modelo patronal clássico (Picolotto e Medeiros, 2017, p. 361).

Com base nos princípios da solidariedade e cooperação a economia solidária se distancia da lógica de reprodução do capital. E a agricultura familiar mais uma vez se aproxima por meio dessa resistência.

Ao longo de composições e recomposições políticas, uma permanência é a referência ao universo do trabalho, da família, como componentes essenciais da reprodução social desses grupos em oposição a uma organização da produção baseada na exploração do trabalho assalariado (Picolotto e Medeiros, 2017, p. 363).

Nesta conexão entre agricultura familiar e economia solidária, aproximam-se também as pautas que são comuns a ambos os movimentos, que em geral visam propor um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Por isso,

[...] adentrar na interface com a agricultura familiar com os temas da autogestão, do controle dos meios de produção pelos próprios trabalhadores, torna impossível não falar de reforma agrária, entendida como condição estrutural para a sustentabilidade no longo prazo de muitas das iniciativas em curso (Cunha, 2012, p. 293).

Mesmo sendo o sustentáculo da produção de alimentos no país, a agricultura familiar ainda enfrenta grandes dificuldades em relação à comercialização dos seus produtos. Historicamente, a presença do atravessador acaba por encarecer os produtos da terra e gera uma relação disfuncional entre quem produz e quem revende. As redes de comércio justo e solidário criadas pelas iniciativas solidárias têm compartilhado seus espaços com os agricultores familiares.

Outras estratégias de resistência são usadas pelos camponeses. A cultura agroecológica figura atualmente como o melhor exemplo. Nos últimos anos, o tema ganhou bastante espaço nas discussões relativas ao novo paradigma de desenvolvimento baseado na sustentabilidade (Silva, 2019). Sendo uma pauta cada vez mais presente, o cultivo agroecológico se apresenta como um contraponto ao modelo produtivo adotado pelo agronegócio representando também uma forma de resistência ao domínio do capital no campo (Rosset e Altieri, 2018).

Integrada nos assentamentos do MST a partir da metade da década de 1980, a questão ecológica foi incorporada com a formação e introdução de práticas produtivas que priorizam a defesa da preservação ambiental, o uso sustentável dos recursos naturais, o combate aos transgênicos e o uso de agrotóxicos (Neto e Bergamasco, 2017). Desse modo, o processo de transição agroecológica⁹⁷ passou a figurar como uma opção de sustentabilidade econômica para a agricultura familiar aliada a conservação ambiental e a preservação dos territórios locais.

A importância econômica desta atividade é normalmente questionada também por não utilizar as conhecidas formas de exploração da economia moderna, mas tal posicionamento apenas ressalta a legitimação destes produtores como sujeito político ativo e atuante. O fato é que, ao fugir da “exploração moderna”, o cultivo agroecológico combate o uso de agrotóxicos e estimula o consumo vegetal saudável. O objetivo desta

⁹⁷ À medida em que as iniciativas agroecológicas se consolidam, se formata uma rede de informações com o objetivo de dar visibilidade a prática. A título de exemplo podemos citar o sítio eletrônico agroecologiaemrede.org.br, sistema de informações que visa fortalecer o movimento agroecológico a partir do mapeamento e sistematização das diversas experiências populares sejam elas individuais ou coletivas, acadêmicas ou de políticas públicas.

forma de produzir atende um novo perfil de consumidor, além de promover o engajamento político na busca por um novo modelo de desenvolvimento social.

Uma das pautas do movimento agroecológico é o combate ao uso de agrotóxicos que tem crescido no Brasil. Entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, houve um aumento de mais de 20% entre aqueles estabelecimentos agropecuários que declararam usar agrotóxicos em sua produção (IBGE, 2020). Entretanto, a informação mais relevante diz respeito ao quantitativo de defensivos consumidos no Brasil que representou à época 20% de tudo o que foi produzido em escala mundial (Mitidiero Junior, 2022).

Em contrapartida, a produção orgânica, livre de agrotóxicos, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, é realizada em apenas 1,3% dos estabelecimentos agropecuários do país. Destes, 36,7 mil praticavam agricultura orgânica, 17,6 mil, pecuária orgânica e 10,4 mil exerciam os dois tipos de produção orgânica (IBGE, 2020). Embora o número de estabelecimentos seja pequeno diante do universo pesquisado, tem crescido o esforço em busca dos certificados oficiais que validam tal produção e facilitam o acesso aos mercados. O volume de certificação aumentou em 822% no período intercensitário 2006-2017 (Mitidiero Junior, 2022).

Considerando os estabelecimentos agropecuários que praticam a produção orgânica na produção vegetal, segundo o Censo 2017, 77,65% correspondiam à agricultura familiar e o restante, 22,35%, a estabelecimentos não familiares (Mitidiero Junior, 2022). Predominam neste tipo de produção, a fruticultura e a horticultura. É por esta razão que a criação e institucionalização das feiras agroecológicas no Brasil no final dos anos 1990 (Araújo et al., 2015), que visam dar autonomia à comercialização dos produtores, é tão relevante⁹⁸.

Como o vínculo entre agricultura familiar e economia solidária tem se estreitado ao longo dos últimos anos, as práticas são vistas

[...] como alternativas realizáveis por parte dos sujeitos do campo e da cidade. Guardadas algumas diferenças em relação à dimensão organizativa desses sujeitos, ambos os movimentos se comunicam em boa parte das práticas, principalmente no que se refere aos processos de construção de mercados agroecológicos e solidários e às estratégias de garantir o Direito Humano à Alimentação de indivíduos e comunidades, tanto no campo como na cidade.

Ainda que ambos os conceitos se apresentem em realidade como multifacetados, o que pode levar a diferenças na interpretação

⁹⁸ O Planapo, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, criado em 2013, tem objetivos e diretrizes redefinidos a cada três anos e figura como principal política pública para a agroecologia.

epistemológica dos fenômenos, nossa premissa é que as variações possíveis se referem principalmente às matizes relacionadas à prática nos territórios, já que tanto a agroecologia como a economia solidária questionam profundamente a ordem capitalista vigente (Dubeux e Batista, 2017, p. 228).

É nas feiras fixas ou itinerantes, nas cooperativas de compra, nas trocas em forma de escambo, nos pontos de venda solidários, que se tenta praticar o comércio justo ou solidário. É comum àqueles que frequentam os locais com as características descritas acima, uma pronta identificação com os princípios solidários e de respeito ao meio ambiente. Desta forma, embora tal modo de viver não seja comum a toda a sociedade, há como experimentar esta vivência pela disponibilidade de pontos que atendam a estes anseios sociais.

O PPA 2024-2027 prevê incentivar este novo formato para a agricultura familiar brasileira. Neste documento é possível visualizar a estreita relação definida pela gestão pública entre agricultura familiar, agroecologia e economia solidária.

Para que a agropecuária brasileira seja desenvolvida de forma justa e sustentável, é necessário repensar o modelo de ocupação e uso da terra, além de oferecer apoio e assistência técnica para uma agricultura familiar mais sustentável e orientada para a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. É necessário ainda incentivar a criação de modelos de economia solidária e o envolvimento das comunidades locais e da pequena produção no aproveitamento dos recursos naturais (Brasil, 2023b, p. 104).

Logo, a economia solidária representa uma nova forma de reprodução social que se estende também aos camponeses ou agricultores familiares que ao longo do tempo produzem e sobrevivem em condições físicas adversas, conquistando espaços e contrariando as teses de que esta atividade “secundária” e “marginal” estaria fadada a desaparecer.

Por fim, é necessário frisar que os desafios da agricultura familiar são em geral conhecidos. Eles se estendem desde a necessidade de políticas públicas específicas para o setor até o combate à lógica produtivista da economia capitalista que privilegia a produção em massa e gera disputas destas castas pelo espaço no orçamento público. Logo, ao longo da sua história, a agricultura familiar, atividade essencial do setor agrícola, tem produzido transformações no rural brasileiro, construindo espaços de sobrevivência, luta e resistência e associada aos princípios solidários, esta atividade amplia seu poder de transformação e reconstrução das realidades locais.

5. A AGRICULTURA FAMILIAR COMO SEGMENTO HEGEMÔNICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA

5.1 Registros da agricultura familiar paraibana

Os vestígios da existência da agricultura de base familiar no Brasil datam do início da colonização portuguesa do território nacional. A ocupação das terras paraibanas pela atividade agrícola familiar, ao longo do tempo, se deu a partir de vários fatores, dentre os quais podem ser lembrados: posse das terras marginais aos engenhos; produção de subsistência nas missões indígenas, nas grandes propriedades e quilombos, na utilização dos brejos de altitude para produção de lavouras de subsistência; na transformação de escravos em posseiros ou moradores; e na atuação da política agrária por meio da criação de unidades produtivas familiares (Targino; Moreira, 2020).

A agricultura é um segmento essencial para a geração de riquezas e para o desenvolvimento social e humano. Em contrapartida, está sujeita a instabilidades, principalmente naturais, às quais os demais setores econômicos estão imunes, a exemplo das variações climáticas e das pragas agrícolas. Por estas razões, o comportamento do PIB agrícola é inconstante e na Paraíba somam-se agravantes como a seca⁹⁹ e as crises setoriais, como as do algodão¹⁰⁰ que contribuem para as dificuldades de manutenção das condições produtivas. A defasagem histórica de desenvolvimento atinge não só a agricultura, mas todos os setores econômicos paraibanos e tal discrepância pode ser minimizada a partir da implementação de políticas públicas orientadas.

O Estado apresenta pequena participação na economia nacional pois contribui com menos de 1% do PIB do país¹⁰¹ (Targino; Moreira, 2020). Entretanto, as estatísticas do setor primário paraibano são essenciais para que se entenda a dinâmica de produção e reprodução no campo. E para além das questões econômicas, os territórios rurais são espaços de luta, resistência, sobrevivência e saberes.

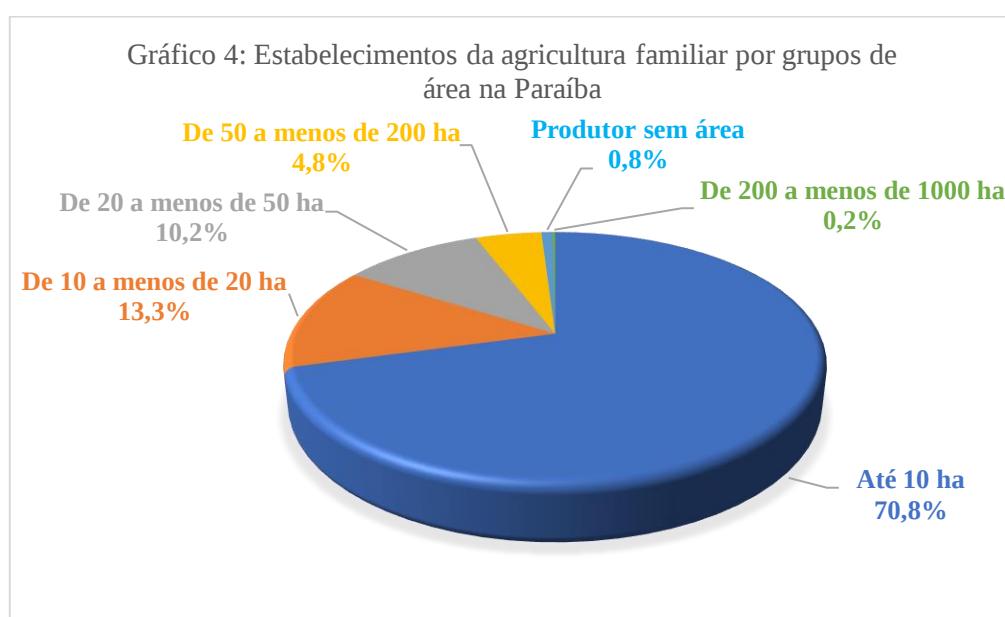
⁹⁹ A seca no Nordeste tem condicionado a política pública agrícola. No que se refere ao aporte de capital físico e tecnologias ofertados aos agricultores familiares, o fornecimento de cisternas e poços convencionais predomina sobre todos os outros itens, inclusive máquinas produtivas (Aquino et al., 2020). Para um panorama mais amplo das repercussões das secas na economia estadual veja Almeida (1994) e Targino e Moreira (2006).

¹⁰⁰ Sobre o impacto da praga do bicudo na agricultura paraibana, veja Moreira e Targino (1997).

¹⁰¹ O PIB paraibano foi de aproximadamente R\$ 68 bilhões, em 2019, o que representava à época 0,9% do PIB nacional e 6,5% do PIB do Nordeste (Dieese, 2022). Em 2021, última estatística anual disponível, o PIB paraibano perdeu em participação nacional já que representou apenas 0,77% do PIB do país (Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/11/17/pib-da-paraiba-cresce-10-porcento-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2023)

No contexto regional, os registros estatísticos mais recentes confirmam a sua relevância¹⁰². Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, no Nordeste, 79,2% de todos os estabelecimentos rurais pertencem à agricultura familiar e na Paraíba eles representam 76,9% do total, ou seja, um total de 125.489 estabelecimentos (Aquino et al., 2020; Targino; Moreira, 2020; Dieese, 2022). Com este total, em termos da distribuição regional, a Paraíba participa com 6,8% dos estabelecimentos do setor no Nordeste (Dieese, 2022).

Quanto à dimensão, os estabelecimentos da agricultura familiar na Paraíba são em sua grande maioria de pequeno porte, em especial, em lotes com áreas de até 10 hectares. O Gráfico 4 ilustra esta concentração. Os estabelecimentos com áreas maiores que 10 hectares correspondem a apenas 28,4%¹⁰³ de toda a área ocupada pela agricultura familiar.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Agropecuário 2017.

No que diz respeito ao perfil, o agricultor familiar médio no Estado é formado por indivíduos do sexo masculino (76%) com grau de escolaridade muito baixo e predominância na faixa etária acima de 55 anos. Em 87,9% dos casos prevalece algum

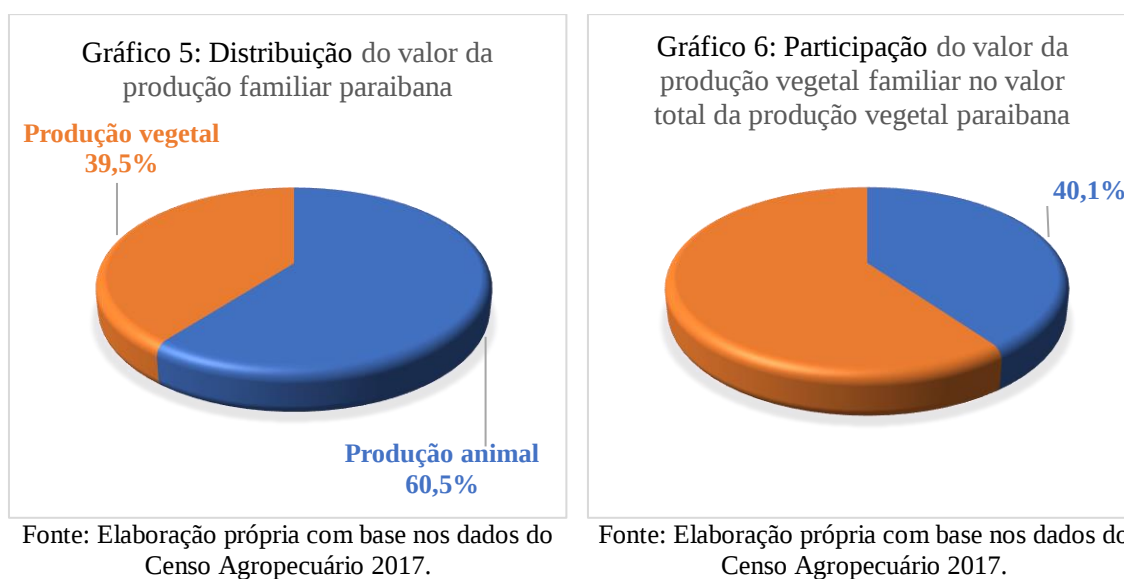
¹⁰² Uma grande seca atingiu a região entre os anos de 2012 e 2017. Mesmo assim a agricultura familiar resiste abrigoando 4,7 milhões de pessoas (Aquino et al., 2020).

¹⁰³ Não está incluído aqueles produtores sem declaração de área que correspondem a 0,8% do universo pesquisado.

grau de parentesco do responsável para com os demais trabalhadores do estabelecimento (Targino e Moreira, 2020).

Um importante destaque é que, respectivamente, a pecuária, as lavouras temporárias e permanentes, horticultura e fruticultura representam 96,8% da produção de todo o setor agropecuário paraibano (Targino et al., 2019).

Quanto ao valor da produção, a agricultura familiar gerou R\$ 1,076 bilhão o que corresponde a 48% de toda a produção agropecuária do Estado (DIEESE, 2022). O Gráfico 5 ilustra a distribuição do valor da produção familiar entre produção animal e vegetal, enquanto o Gráfico 6 apresenta a participação da agricultura familiar no total da produção vegetal paraibana.



A produção animal responde por 60,5% de todo o valor da produção familiar¹⁰⁴ e quando se considera o valor total da produção vegetal paraibana de R\$ 1,03 bilhão segundo o Censo Agropecuário de 2017, 40,1% deste total foi gerado pela agricultura familiar (Targino; Moreira, 2020).

Na Tabela 7 é apresentada a distribuição dos estabelecimentos entre produção animal e vegetal. Os dados mostram que a maioria dos estabelecimentos agropecuários destina sua produção animal à criação de aves (54,1%), animais de grande porte (38,6%) e médio porte (23,4%), enquanto que 78,8% dos estabelecimentos destinam sua produção vegetal às lavouras temporárias.

¹⁰⁴ Neste caso, o indicador-base é o valor da produção total da produção familiar. Há agricultores que destinam sua produção tanto para o cultivo vegetal quanto para o animal.

Tabela 7: Distribuição dos estabelecimentos entre produção animal e vegetal
(Em %)

Produção animal		Produção vegetal	
1. Criação de aves	54,1	1. Lavouras temporárias	78,8
2. Animais de grande porte (bovinos, bubalinos, equinos, asininos e muare)	38,6	2. Extração vegetal (plantas nativas)	14,9
3. Animais de médio porte (Suínos, caprinos e ovinos)	23,4	3. Lavouras permanentes	9,4
4. Animais de pequeno porte (da cunicultura, da apicultura, da sericicultura e da aquicultura)	0,5	4. Horticultura	8,8
		5. Silvicultura	0,8
		6. Floricultura	0,04

Fonte: Elaboração própria com base em dados apresentados em DIEESE (2022).

A agricultura familiar, como já mencionado, é setor relevante na geração de empregos. Conforme dados do último censo, o setor em nível nacional foi responsável por 74,4% dos empregos no campo, ocupando 12,3 milhões de trabalhadores (Mitidiero Junior et al., 2017). Na Paraíba, o cenário é semelhante: “[...] 73,4% das 424.056 pessoas ocupadas na agropecuária paraibana estavam absorvidas nos estabelecimentos familiares em 2017” (Targino; Moreira, 2020, p. 135). Do total de trabalhadores ocupados 88,4% guardam laços de parentesco com o responsável pelo estabelecimento.

Por fim, apresentam-se mais duas informações. Em termos da comercialização derivada da agroindústria familiar, os produtos mais vendidos foram os queijos e requeijão com 60,6% e as carnes de animais com 23,5% do total das receitas com vendas. E em relação aos agrotóxicos, 33,2%, dos agricultores familiares declararam utilizá-los, o que significa que quase 70% dos estabelecimentos não os usaram, justificando os baixos gastos com este item na planilha das despesas de apenas 1,7%.

É notória a relevância da agricultura familiar quanto ao emprego e à produção ofertada pelo setor. Mas, as estatísticas levantadas a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 revelam também as dificuldades e desafios impostos ao segmento. Os contratempos são de ordem natural (como o baixo índice de chuvas, a carência mineral do solo, inadequação do solo para determinadas culturas), de perfil da qualificação do produtor (maior parte dos agricultores tem baixo nível de escolaridade e são idosos), de dimensão da área dos estabelecimentos (tamanho reduzido que limita a produtividade), de comercialização (presença de intermediários entre a produção e a venda) e de falta de diversificação dos gêneros produzidos (Targino; Moreira, 2020). Além disso, apenas 16,8% dos agricultores familiares ouvidos no último Censo Agropecuário declararam

receber algum tipo de orientação técnica (DIEESE, 2022), o que expõe a deficiência desta ação pública que vem sendo executada há anos.

Recentemente, foi criado o projeto Observatório da Agricultura Familiar da Paraíba a partir de uma parceria entre o governo do Estado¹⁰⁵ e o DIEESE. O objetivo do convênio é “[...] organizar informações e produzir estudos e análises para o desenvolvimento da agricultura familiar paraibana.”¹⁰⁶ Estudo desenvolvido pelo projeto, buscou levantar as vulnerabilidades sociais dos territórios paraibanos¹⁰⁷ para então confrontá-los com as condições estruturais da agricultura familiar. Identificaram em primeiro lugar, os territórios que apresentam as maiores vulnerabilidades em termos dos indicadores de habitação, saúde, escolaridade, renda, previdência e assistência social.

As conclusões da investigação corroboram os resultados do Censo Agropecuário 2017, permitindo identificar os desafios da agricultura familiar paraibana. Entretanto, o cruzamento dos indicadores sociais com os parâmetros da agricultura familiar permitiu observar as vulnerabilidades territoriais específicas. O nível etário dos agricultores familiares é uma questão a ser observada quando se analisa o acesso à saúde na Região de Planejamento de João Pessoa, em especial nos municípios de Bayeux e Santa Rita que apresentam nesta porção do território analisado os piores indicadores.

Assim principalmente através de indicadores gerados pelo próprio Observatório da Agricultura Familiar, que indicam condições de inserção social, composição de renda e características da produção, que reproduzem condições diferenciadas de acessos a esta parcela da população que vive dela, pode ser decisivo na tomada de decisões e formulação de políticas públicas que ajudem a definir um modelo de desenvolvimento para a Agricultura Familiar, principalmente na saída desta crise que pode aprofundar estas condições de vulnerabilidades (DIEESE, 2023, p. 26).

A administração pública estadual tem uma secretaria específica para as ações destinadas à agricultura familiar: a SEAFDS. Segundo o secretário da pasta, diversos programas e ações estão sendo executados para fortalecer a agricultura familiar paraibana, considerando que a mesma é essencial para o desenvolvimento rural paraibano.

¹⁰⁵ Dois órgãos da administração estadual participam do convênio: a Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://agriculturafamiliarpb.dieese.org.br/>. Acesso em: 22 nov. 2023. O *print* do sítio eletrônico está listado nos elementos pós-textuais deste trabalho e listado como Anexo A.

¹⁰⁷ São 15 os territórios rurais e agrupam os municípios de acordo com a seguinte classificação: Mata Sul, Brejo, Borborema, Curimataú, Cariri, Médio Sertão, Vale do Piancó, Alto Sertão, Vale do Piranhas, Serra do Teixeira, Vale do Paraíba, Vale do Maringá, Mata Norte e Piemont da Borborema.

O Quadro 3 resume as ações e programas destinados a agricultura familiar que se encontram em execução na SEAFDS.

Quadro 3: SEAFDS – Ações e programas em execução e seus respectivos objetivos

Ação / Programa	Objetivos
Incluir Paraíba	• Favorecer a ascensão social e econômica de famílias agricultoras, por meio do acesso a fomento rural, voltado à implementação de projetos produtivos, com especial estímulo às atividades desenvolvidas por mulheres e jovens rurais; • Estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade, • Promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários; • Incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional; • Incentivar a organização associativa e cooperativa de seus beneficiários.
Banco de Sementes ¹⁰⁸	• Adquirir sementes para serem distribuídas nos Bancos de Sementes do Estado visando a autonomia das Famílias Agricultoras no momento do plantio e a ampliação de alimento saudável à população da Paraíba.
Garantia Safra	• Garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda severa de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico.
Recatingamento	• Proporcionar a intervenção no combate à desertificação que ocorre no semiárido paraibano, através do processo de produção, distribuição e plantio de mudas nativas da caatinga e mudas forrageiras para reflorestamento de áreas degradadas.
Programa Paraíba Produtiva (portfólio de ações integradas)	• Colaborar com a geração de renda para as Famílias Agricultoras no campo paraibano (produção de alimentos saudáveis e demais produtos acabados da Agricultura Familiar, por meio dos Arranjos Produtivos Locais – APLs).
Programa de Recuperação, Expansão e Fortalecimento da Cajucultura	• Distribuir mudas de caju específicas para cada território com o objetivo de fortalecer cada vez mais a agricultura familiar com geração de emprego, de renda e de qualidade de vida no campo, através da cajucultura.
Raças Nativas	• Estimular à criação animal em bases sustentáveis pela Agricultura Familiar, em especial às criações de pequenos animais, caprinos, ovinos, suínos, aves e abelhas, que constituem importante fonte de proteínas a alimentação.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos por Frei Anastácio, gestor da SEAFDS.

Para que políticas públicas dessa natureza possam ser implementadas, diversas

¹⁰⁸ “Atualmente 10 bancos de sementes estão em construção e 90 estão autorizados para serem construídos.” Pretende-se também, segundo o gestor, “ampliar os Bancos de Sementes Comunitários no Estado” amparados em bases agroecológicas (Frei Anastácio – SEAFDS, em entrevista).

parcerias são institucionalizadas, dependendo do tipo de política que se deseja executar. Se a finalidade do projeto é fornecer cursos técnicos teóricos, a exemplo do ParaíbaTec Agricultura Familiar a parceria é feita com a Secretaria de Educação. Casos os conteúdos sejam específicos, as ações são trabalhadas em colaboração com outros entes da administração: palestra sobre direito previdenciário, com o INSS e sobre violência doméstica com a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana; encontro de jovens da agricultura familiar com a Secretaria de Juventude, etc. Além disso, outras parcerias são firmadas no âmbito do fornecimento da assistência técnica, análises financeiras, mutirão de documentação, implantação de tecnologia, entre outros.

Quando falamos de agricultura familiar, é impossível não associarmos ela à garantia de emprego, renda e diminuição da pobreza, principalmente para a população de municípios menores, que não oferecem tanta oportunidade de trabalho. Sendo assim, a agricultura familiar garante não apenas a comida na mesa de quem planta, como também garante trabalho digno e renda para essas famílias (Frei Anastácio em entrevista).

As ações da secretaria são executadas por meio de dotação orçamentária. Inicialmente é feita “a distribuição destes valores em seus programas, projetos e ações para todo o ano. Caso a dotação seja insuficiente para a execução das ações daquele ano, temos a possibilidade de solicitar uma suplementação orçamentária...” (Frei Anastácio – SEAFDS, em entrevista).

Segundo avaliação da SEAFDS, nos últimos anos, vários avanços têm sido registrados na implementação e execução das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Entretanto, o gestor registra que a principal vitrine da Secretaria é o Programa Paraíba Produtiva.

Um programa que visa pesquisar os 12 principais arranjos produtivos locais (APL's) a fim de construir um diagnóstico desses APL's em todos os territórios do Estado. O diagnóstico servirá para entendermos as potencialidades e fraquezas de cada APL em cada território, as dificuldades enfrentadas pelos produtores e produtoras, para que a partir desse diagnóstico possamos construir políticas públicas mais direcionadas e eficazes. Os APL's pesquisados são o do Algodão, da Caprinocultura, da Cajucultura, da Mandiocultura, das Flores, da Cana-de-açúcar, da Avicultura, da Apicultura, do Arroz Vermelho, da Piscicultura, da Suinocultura e da Bovinocultura (leite e derivados).

A agenda técnica, primordial para o aprendizado camponês e para a promoção do

desenvolvimento de boas práticas produtivas é listada pelo secretário da SEAFDS como um aspecto que necessita ser aprimorado.

Acredito que precisamos evoluir muito quando se trata de oferecer assessoria técnica, temos poucos profissionais disponíveis para dar assistência aos agricultores e agricultoras familiares pelo Estado. Seja para que se inscrevam e participem de editais lançados pela SEAFDS, seja para que construam projetos. Além disso, outra dificuldade que enfrentamos é a burocratização para se tirar selos, licenças, declarações etc. Muitos produtores não são contemplados com projetos e programas por não terem algum tipo de documentação e a falta de assistência e assessoria técnica dificulta isso. Uma coisa influencia a outra (Frei Anastácio em entrevista).

Tendo como suporte essas informações, conclui-se que a atividade camponesa paraibana tem suportado as intempéries e, apesar dos desafios a reprodução social no campo paraibano vem sendo garantida e fortalecida pela resistência e luta dos agricultores e de suas entidades representativas e também pela implementação de políticas para o desenvolvimento rural.

5.2 Memórias das práticas solidárias na Paraíba

Assim que a SENAES foi constituída como entidade governamental representativa das demandas dos EESs e de toda a estrutura organizacional da economia solidária, ações foram implementadas para garantir o fomento e o fortalecimento da prática solidária em nível nacional. Conforme já ressaltado, os mapeamentos foram essenciais para o levantamento da realidade solidária no Brasil.

De acordo com o Mapeamento 2009-2013, o Nordeste concentra 41% de total de EESs no país e, no Estado da Paraíba, existe 416 EESs que absorvem 13.757 trabalhadores. Dos 9 estados da Região Nordeste, a Paraíba ocupa a 7ª posição em número de EES e o último lugar em termos de ocupação da mão de obra. Além disso, considerando a distribuição espacial, a economia solidária na Paraíba encontra-se presente em 97 dos 223 municípios que a compõe, ou seja 43,5%, menos da metade de todo o território. (Atlas Digital da Economia Solidária, 2013). Estas duas últimas constatações demonstram o grande potencial de crescimento da atividade no espaço paraibano.

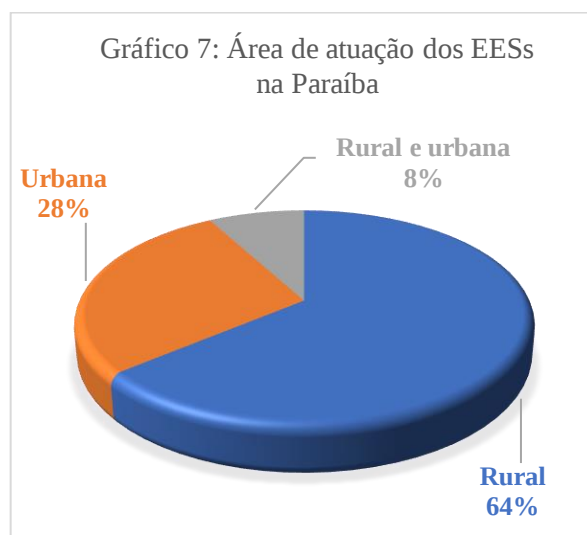
Os EESs da Paraíba, assim como no país, estão localizados predominantemente nas áreas rurais e contemplam 64% do total. O total restante está assim distribuído: 28%

dos EESs atuam na zona urbana e 8% operam simultaneamente nas duas áreas, conforme apresentado na Tabela 8 e Gráfico 7.

Tabela 8: Área de atuação dos EESs na Paraíba

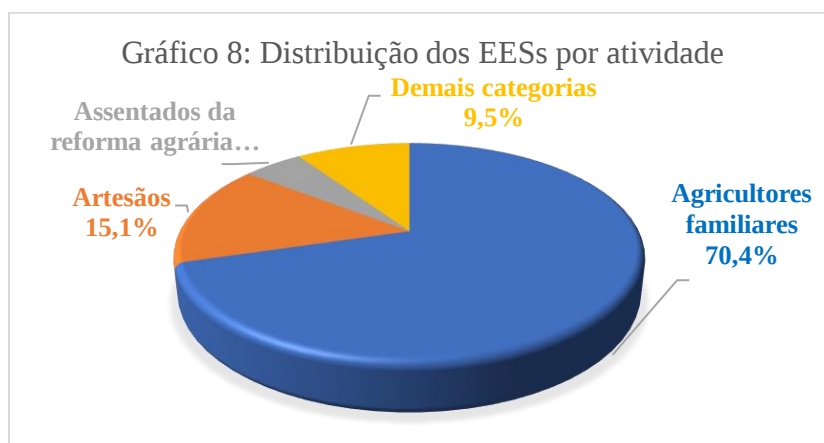
Área	Total
Rural	266
Urbana	115
Rural e urbana	35
Total de EESs	416

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013.

Com os EESs paraibanos concentrados na área rural, não surpreende que a atividade predominante seja a agricultura familiar que junto aos assentamentos de reforma agrária contabilizam 314 iniciativas das 416 existentes (Atlas Digital da Economia Solidária, 2013). E dentre os segmentos da economia solidária na Paraíba, conforme representado no Gráfico 8, a agricultura familiar representa 70,4% das iniciativas do universo solidário em território paraibano, seguida pelo artesanato que comporta 15,1% dos EESs¹⁰⁹.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013.

¹⁰⁹ No agrupamento “Demais categorias” estão os desempregados, trabalhadores autônomos e por conta própria, artistas, catadores de materiais recicláveis, iniciativas sem determinação e técnicos/profissionais.

A Lei 11.499/2019, que implementou a Política Estadual de Economia Solidária em seu artigo 4º, inciso 2º, além de definir as características gerais de um EES reverberou por meio deste aparato legal a produção agrícola familiar como segmento da economia solidária.

Inserem-se entre os empreendimentos econômicos solidários os produtores que trabalhem em regime de agricultura familiar e agricultura urbana de base agroecológica e pesca artesanal, os serviços de coleta, triagem e beneficiamento de materiais recicláveis e os serviços de finanças solidárias desde que contemplem as características do caput (Paraíba, 2019, p. 3).

As associações, grupos informais e cooperativas, são as formas principais de organização dos EESs na Paraíba, conforme dados apresentados em números absolutos nas tabelas e em números relativos a seguir (Plano Estadual de Economia Solidária, 2017; Atlas Digital da Economia Solidária, 2013). Comportando 49% dos EESs paraibanos, as associações também têm alta representatividade nas estatísticas de cunho nacional e regional. Elas são 60% do total nacional e 74,2% do total nordestino. E ainda: 69% estão sediadas na zona rural de todo o país.

As formas de organização dos EESs na Paraíba estão detalhadas nas informações apresentadas pela Tabela 9 e pelo Gráfico 9.

Tabela 9: Formas de organização dos ESSs na Paraíba

Área	Total
Associações	202
Grupos informais	191
Cooperativas	23
Total de EESs	416

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013.

Os grupos informais também são uma forma de representação relevante na Paraíba. Quase metade das organizações solidárias não tem expressão jurídica e funcionam informalmente a partir da reunião de trabalhadores sócios que estabelecem entre si vínculos que garantem o funcionamento de um EES.

Estas organizações, em suas diversas categorias, são alvo da política pública de economia solidária paraibana e segundo a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Solidária (2022):

[...] recebem apoio através de assessoria, formação, capacitação e entrega de equipamentos. São empreendimentos como: associações, cooperativas e grupos informais das mais diversas modalidades a exemplo da Agricultura Familiar, Artesanato, Produtos derivados de leite bovino e caprino, como também orgânicos, apoio aos grupos Quilombolas e Indígenas, Resíduos Sólidos e aos Bancos de Desenvolvimento Econômico e Solidário.

A Tabela 10 apresenta a distribuição dos EESs por atividade executada. Neste caso, 63% dos EESs tem como atividades predominantes a produção ou produção e comercialização ou apenas comercialização ou atividades vinculadas.

Tabela 10: Distribuição dos EESs por atividade(s) executada(s)

Atividades	Total de EESs
Produção ou produção e comercialização	195
Poupança, crédito, finanças solidárias	121
Comercialização ou atividades vinculadas	68
Consumo ou uso coletivo de bens e serviços	19
Total	416

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas Digital da Economia Solidária, 2013.

Há outro dado importante apresentado na Tabela 10: a relevância das finanças solidárias. À época do mapeamento, havia 121 EESs que atuavam nesta atividade, ou seja, 29% do total. Quando o foco é a Região Nordeste, a estatística é ainda mais expressiva: há 177 EESs dos quais 121 são paraibanos, ou seja, 68,3% do total regional.

O último mapeamento também apurou que, na Paraíba, os sócios dos EESs decidiram fundá-los porque, em primeiro lugar, viram a oportunidade de participar de uma atividade em que todos são donos; em segundo lugar, porque a economia solidária figura, segundo eles, como uma fonte “complementar” de renda; em terceiro, porque percebem na economia solidária a possibilidade do desenvolvimento comunitário de suas

capacidades e potencialidades e em quarto lugar, porque veem nos postos de trabalho oferecidos pelos EESs uma alternativa ao desemprego (Atlas Digital da Economia Solidária, 2013).

A apuração destas respostas entre os sócios dos EESs deixa claro que os mesmos percebem a relevância da economia solidária enquanto alternativa para o distanciamento dos padrões capitalistas, ao reconhecer a importância de ser proprietário dos meios de produção e da atividade que praticam como geradora de renda. Os trabalhadores paraibanos que integram os EESs também reconhecem na economia solidária, potencial para o desenvolvimento local e pessoal fora do capitalismo, bem como uma saída para o problema da desocupação da força de trabalho.

Ainda segundo o Atlas Digital da Economia Solidária (2013), os sócios paraibanos têm uma perspectiva bastante positiva sobre os resultados do trabalho nos EESs ao citarem a integração do grupo ou coletivo (373 respostas de 416) e a autogestão e o exercício da democracia (315 respostas de 416) como principais elementos de conquista quando do funcionamento das iniciativas.

5.3 Políticas públicas de economia solidária e respectivas estruturas de apoio

5.3.1 Concepção e avanços da política estadual de economia solidária

Numa sociedade desigual como a nossa, a ação do poder público é essencial para produzir soluções e estimular a participação da população na construção de instrumentos de política para a consecução das pautas de seu interesse. Figura como elemento de decisão para o universo de diferentes sujeitos sociais inseridos nas mais diversas realidades.

A noção moderna de políticas públicas tem origem no século XIX, a partir do surgimento das demandas sociais principalmente àquelas ligadas ao mundo do trabalho e ao crescimento urbano (Kapron; Fialho, 2003) As primeiras ações foram utilizadas no sentido de regular a relação capital-trabalho mas ao longo do tempo evoluem, pois a sociedade melhor organizada passa a reivindicar direitos em suas mais variadas formas que vão dos direitos básicos à vida, à prestação de serviços públicos, à proteção do meio ambiente e até mesmo o direito a um outro modo de viver, caso da economia solidária.

A definição de políticas públicas para populações e setores específicos é um exemplo de estratégia que Laville (2006) intitulou de ação pública baseada na

solidariedade democrática. A política pública, então “[...] é a própria iniciativa do governo (ou do Estado) que se organiza em planos, programas e ações” (Schiochet, 2009, p. 268).

As políticas públicas para a economia, por exemplo, estão divididas entre políticas econômicas e políticas sociais. E ao encontro destes dois tipos de ação é que se desponha a política pública de economia solidária (Kapron; Fialho, 2003). No entanto, é necessário considerar as observações a seguir acerca do ambiente institucional em que está inserida a elaboração e implementação das políticas públicas para a economia solidária.

Estas políticas públicas, propostas em sua grande maioria, por governos locais, não contam com instrumentos macroeconômicos, como uma política tributária diferenciada, e se estabelecem sobre marcos legais ainda muito fragilizados. [...] Elementos comuns entre estas iniciativas estão nos seus eixos de atuação – comercialização, formação, capacitação, tecnologias e financiamento – e no envolvimento de atores como organizações não-governamentais, centrais, igrejas e universidades na execução de ações articuladas com o setor público (Kapron; Fialho, 2003, p. 217-218).

A política pública de economia solidária em âmbito nacional foi definida pela SENAES. Entretanto, as iniciativas locais foram o pano de fundo para o amadurecimento dos instrumentos públicos de ação nos estados da Federação. Os entes federativos que reconheceram mérito para a intervenção foram construindo suas próprias estruturas institucionais e instrumentos de ação para a economia solidária.

A Rede de Gestores para as políticas públicas de economia solidária recomenda que, nos âmbitos estadual e municipal, as ações estejam direcionadas a fortalecer o território como referência (Medeiros, 2006). As intervenções locais trazem visibilidade e estimulam a atividade solidária e além disso...

[...] Reconhecem as formas de organização da economia solidária;
Criam programas e ações de apoio e fomento (incubadoras, qualificação, microcrédito, feiras, espaços de comercialização, acesso a compras públicas, incentivos fiscais, etc.);
Estabelecem espaços de participação (conselhos, fóruns, etc.);
Integram políticas setoriais (Rede de Gestores..., 2015, p. 62).

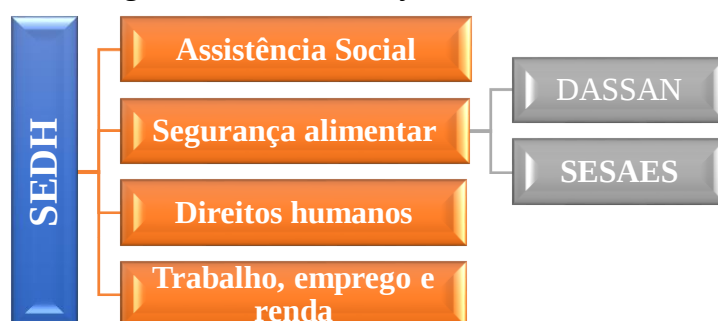
Na Paraíba, a concretude das iniciativas solidárias, assim como no Brasil, motivou pesquisas e discussões sobre seu funcionamento. No intuito de contribuir para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, pesquisadores da UFPB lançaram em 2001 a Incubes com o objetivo de estimular, orientar e acompanhar grupos

de economia solidária do Estado da Paraíba nas mais diversas áreas.¹¹⁰ Já em 2003, ano em que foi criada a SENAES, aconteceu o Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba, primeira iniciativa organizada do movimento de economia solidária em solo paraibano (Batista, 2022). Após os dados apurados pelo primeiro mapeamento da SENAES serem divulgados, a visibilidade da economia solidária aumentou também na Paraíba e o governo passou a atuar ativamente no apoio aos EESs.

Em 2010, a Secretaria de Desenvolvimento Humano participou ativamente na preparação e realização da II Conferência Estadual de Economia Solidária, fortalecendo a necessária participação governamental local nas discussões e pautas. No ano seguinte, foi vinculada àquela secretaria, a Diretoria de Economia Solidária, dando início à formação de uma estrutura institucional que passou a atender as demandas do Estado (Mélo, 2020; Batista, 2022).

Também em 2011, a SENAES lançou o edital do Projeto Ações Integradas em Economia Solidária – PAIES. O projeto aprovou uma proposta da Paraíba que passou a ser executada em 2014. O PAIES foi fundamental para o fomento e o incentivo às iniciativas solidárias paraibanas pois tinha como objetivo superar a extrema pobreza, estimulando o trabalho solidário e por consequência o desenvolvimento territorial e local. Em 2015, conforme mostra a Figura 8, a Secretaria de Desenvolvimento Humano passou a abrigar a SESAES¹¹¹, secretaria específica da área e conquista expressiva da economia solidária paraibana (Batista, 2022).

Figura 8: Áreas de atuação da SEDH – PB



Fonte: Elaboração própria.

¹¹⁰ A mediação da UFPB para com os EESs demonstra a importância da economia solidária na Paraíba, que mesmo antes de conquistar o aparato institucional a partir da criação da SENAES em 2003, já experimentava reconhecimento como atividade transformadora das realidades locais. Maiores informações sobre a INCUBES (que está ativa até hoje), seu funcionamento, projetos e grupos solidários atendidos podem ser obtidas no endereço eletrônico <https://www.incubesufpb.org/>.

¹¹¹ A Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária do Governo da Paraíba foi criada em 2015 através da Medida Provisória nº 230/2015.

Dentre os 4 eixos estratégicos da Secretaria de Desenvolvimento Humano, a economia solidária está inserida na segurança alimentar por meio da atuação da SESAES e de outro órgão, a DASSAN (Diretoria de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional).

Entre 2014 e 2017, o PAIES foi crucial para a implementação da política pública de economia solidária na Paraíba. Ações como a fundação do Centro Público Estadual de Economia Solidária, implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e apoio ao Plano Estadual de Economia Solidária, são frutos da parceria da gestão paraibana com a SENAES. Entre 2018 a 2019, um novo projeto ampliou e deu continuidade às ações. Intitulado Fortalecimento das Redes de Cooperação em Economia Solidária, o programa foi executado com recursos próprios e teve como objetivo apoiar os empreendimentos econômicos solidários em nível estadual (Batista, 2022).

Finalmente, em 2019, foi promulgada a Lei 11.499 que instituiu a Política Estadual de Economia Solidária. Os beneficiários da política devem atender os requisitos de constituição de um empreendimento solidário que atenda as seguintes características descritas no artigo 3º:

I - ser uma organização coletiva e democrática, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores (as) do meio urbano ou rural; II - exercer atividades de natureza econômica como razão primordial de sua existência. [...] III - ser uma organização autogestionária cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados através da administração transparente e democrática, soberana e singularidade de voto dos sócios, conforme dispuser o seu estatuto ou regimento interno; IV - realizar pelo menos uma reunião ou assembleia trimestral para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento; V - ter seus associados direta ou preponderantemente envolvidos na consecução de seu objetivo social; VI - distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus associados, considerando as operações econômicas realizadas pelo coletivo; VII - destinar parte do seu resultado operacional líquido para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação, no desenvolvimento comunitário e para a formação política, econômica e social dos seus integrantes; VIII - ser uma organização que respeite os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pessoas com deficiência; que abomine toda a forma de violência contra mulheres, crianças, índios, negros/a e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades; IX - ser uma organização que respeite o direito de trabalhadores (as) e não explorem o trabalho infantil; X - propiciar as condições de trabalhos saudáveis e seguras

para seus integrantes; XI - considerar em suas ações a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida; XII - realizar a prática de preços justos, sem maximização de lucros nem busca de acumulação de capital [...] (Paraíba, 2019, p. 2-3).

No seu artigo 5º, a legislação define, para o fomento interno das iniciativas solidárias, os eixos de atuação das políticas, planos, programas e ações, como sendo:

I - produção, comercialização e consumo; II - financiamento: crédito e finanças solidárias; III - acesso a conhecimentos: educação, formação e assessoramento; IV - ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas; V - constituição de redes de empreendimentos solidários para produção e comercialização (Paraíba, 2019, p. 3-4).

A lei também define os objetivos da política em seu artigo 6º, como os seguintes:

I - contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantam aos cidadãos o direito a uma vida digna; II - fortalecer e estimular a organização e participação social na política da economia solidária; III - fortalecer e estimular o associativismo e o cooperativismo que se caracteriza como empreendimento da economia solidária, atendendo ao disposto no art. 180, “d” e art. 189, § 1º da Constituição Estadual; IV - reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária; V - criar, fortalecer e estruturar as iniciativas de produção, comercialização e consumo solidários de forma articulada, autogestionária, sustentável e legalmente instituída; VI - contribuir para a geração de riqueza, melhoria da qualidade de vida e promoção da justiça social; VII - contribuir para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos; VIII - democratizar e promover o acesso da economia solidária aos fundos públicos, aos instrumentos de fomento, aos meios de produção, aos mercados e ao conhecimento e tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento; IX - organizar e fortalecer um programa estadual de finanças solidárias, garantindo recursos para financiamento e fomento as ações de finanças solidárias e aos empreendimentos econômicos solidários; X - promover a integração, interação e intersetorialidade das políticas públicas que possam fomentar a economia solidária; XI - promover a articulação com Municípios e a União, visando uniformizar e integrar a legislação referente à Economia Popular Solidária; XII - apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, impulsionando na sociedade reflexões e práticas relacionadas ao consumo consciente e ao comércio justo, inclusive através de campanhas educativas; XIII - contribuir para a redução das desigualdades regionais por meio de políticas de desenvolvimento territorial sustentável; XIV promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis; XV - contribuir para a promoção do trabalho decente junto aos empreendimentos econômicos solidários; XVI - fomentar a articulação em redes entre os grupos de economia solidária; XVII - elaborar instrumentos jurídicos e institucionais, observando as especificidades e diversidade dos

empreendimentos econômicos solidários, atingindo o adequado tratamento tributário, a inclusão no mercado das compras públicas dos seus produtos e serviços, o acesso às políticas de financiamento público, a integração de políticas públicas, a participação e o controle social; XVIII - fomentar a recuperação de empresas por meio de trabalhadores organizados em autogestão (Paraíba, 2019, p. 4-5).

No artigo 7º, a legislação descreve os instrumentos para o alcance dos objetivos, como por exemplo, o provimento de espaços públicos, assessorias, consultorias, cursos, oficinas, convênios públicos, suporte técnico e jurídico, apoio à produção, comercialização e escoamento, etc.

Atualmente, é possível encontrar informações sobre as políticas públicas de economia solidária na Paraíba no endereço eletrônico da SESAES. Referenciadas como Ações Integradas de Economia Solidária na Paraíba, a SESAES (2023) especifica que os objetivos das ações públicas direcionadas à economia solidária são “[...] o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias, a ampliação e a institucionalidade das Políticas Públicas de apoio e fomento ao trabalho associado, coletivo e autogestionário”. Além deste, comporta como finalidades, o

[...] fortalecimento das Redes de Cooperação Econômicas Solidárias, o apoio às iniciativas de Finanças solidárias, a expansão dos espaços de comercialização solidários, a realização de atividades sistemáticas de formação e qualificação social e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras que integram esse campo econômico, bem como a promoção de iniciativas de desenvolvimento sustentável solidário com inclusão social.

O alcance destes objetivos está assentado em ações específicas implementadas cotidianamente e amparadas pela estrutura institucional e física, garantidas através de recursos orçamentários direcionados à SESAES.

5.3.2 Os equipamentos públicos de economia solidária na Paraíba

Antes da consolidação das políticas públicas em nível local, a SENAES lançou uma ação de abrangência nacional por meio da implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária. A estratégia de incentivo às atividades solidárias foi planejada em parceria com governos municipais e estaduais. Estes espaços são a materialização de um projeto de desenvolvimento e “[...] vêm contribuindo significativamente para a

construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária no interior do movimento e para o conjunto da sociedade” (Praxedes, 2009, p. 59).

Os Centros Públicos de Economia Solidária e/ou Casas de Economia Solidária segundo a SESAES (2023, p. 1), são “[...] espaços públicos multifuncionais designados a articular oportunidades de geração de empregos, fortalecimento e promoção do trabalho coletivo seguindo os princípios da Economia Solidária” e figuram como “[...] instrumentos importantes para a consolidação de uma política transversal para a Economia Solidária no Estado da Paraíba”. Além disso, estas estruturas físicas foram concebidas e são mantidas a partir da colaboração entre o poder público e a sociedade civil organizada e dão aos EESs a oportunidade de comercializar em ambiente apropriado em termos da proximidade com o público e com garantia de estrutura física adequada.

As CASAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA PARAÍBA dos municípios de Araruna, Barra de Santa Rosa, Ingá, Pombal, Soledade, Sumé e a CENTRAL DE BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA - CBCAFES no município de Sapé são espaços multifuncionais destinadas à capacitação e comercialização justa e solidária, onde a troca de experiências que são vivenciadas por diferentes EES que fortalecem a rede de Economia Solidária, na perspectiva da integração de um comércio justo e de um consumo consciente e solidário (Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, 2023a, p. 1)

A utilização destas estruturas públicas pelos EESs não é feita de forma aleatória. Os EESs são selecionados por meio de editais de chamada pública que obedecem a determinada cronologia e aos seguintes objetivos específicos:

- a. Proporcionar aos participantes a divulgação e comercialização dos seus produtos;
- b. Proporcionar a formação e atualização dos participantes dos EES sobre temáticas relacionadas à Economia Solidária; comércio justo e solidário; desenvolvimento sustentável e solidário; finanças solidárias e rodadas de negócios;
- c. Fortalecer a cultura e estimular a comercialização de produtos artesanais e alimentícios de qualidade, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico e cultural desses empreendimentos;
- d. Fortalecer a política da economia solidária, promovendo o comércio justo dentro do Estado da Paraíba; (Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, 2023b, p. 2)

O edital seletivo dos EESs para Casa de Economia Solidária de Cabaceiras, ainda a ser inaugurada, por exemplo, comporta a escolha dos EESs que irão comercializar no

equipamento e a formação de um comitê gestor de comercialização, durante o período de um ano. Os EESs que se submetem à seleção devem observar os seguintes critérios, em geral exigidos para todos os equipamentos públicos que existem na Paraíba.

- a. Reconhecer-se como EES;
- b. Estar sediado no Estado da Paraíba;
- c. Integrar o Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (CADSOL), instituído pela Portaria MTE 1.780 de 19/11/2014, ou integrar o Fórum Estadual de Economia Solidária ou ter participado de projetos de incubação em instituições de ensino superior e/ou ter participado de ações das entidades de apoio vinculadas ao Fórum de Economia Solidária.
- d. Trabalhar atendendo aos princípios da Economia Solidária: autogestão, democracia, cooperação, valorização, emancipação, justiça social e preservação do meio ambiente.
- e. Atuar com respeito à prática de comércio justo e solidário;
- f. Atuar com respeito às boas práticas agroecológicas;
- g. Não se utilizar de mão-de-obra precoce ou em condições análogas à de escravo;
- h. Experiência em autogestão de espaços de comercialização compartilhados; [...] (Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, 2023b, p. 3-4)

Os requisitos listados são essenciais pois preservam os princípios básicos da economia solidária. Ademais, estes espaços facilitam a troca de conhecimento e a partilha de experiências entre aqueles que integram os EESs selecionados para utilizar o equipamento. Tais experiências são estimuladas pela formação do comitê gestor e pelo rodízio presencial recomendado para a comercialização. O total de equipamentos públicos de apoio à economia solidária na Paraíba está apresentado no Quadro 4.

Quadro 4: Equipamentos públicos de apoio à Economia Solidária na Paraíba

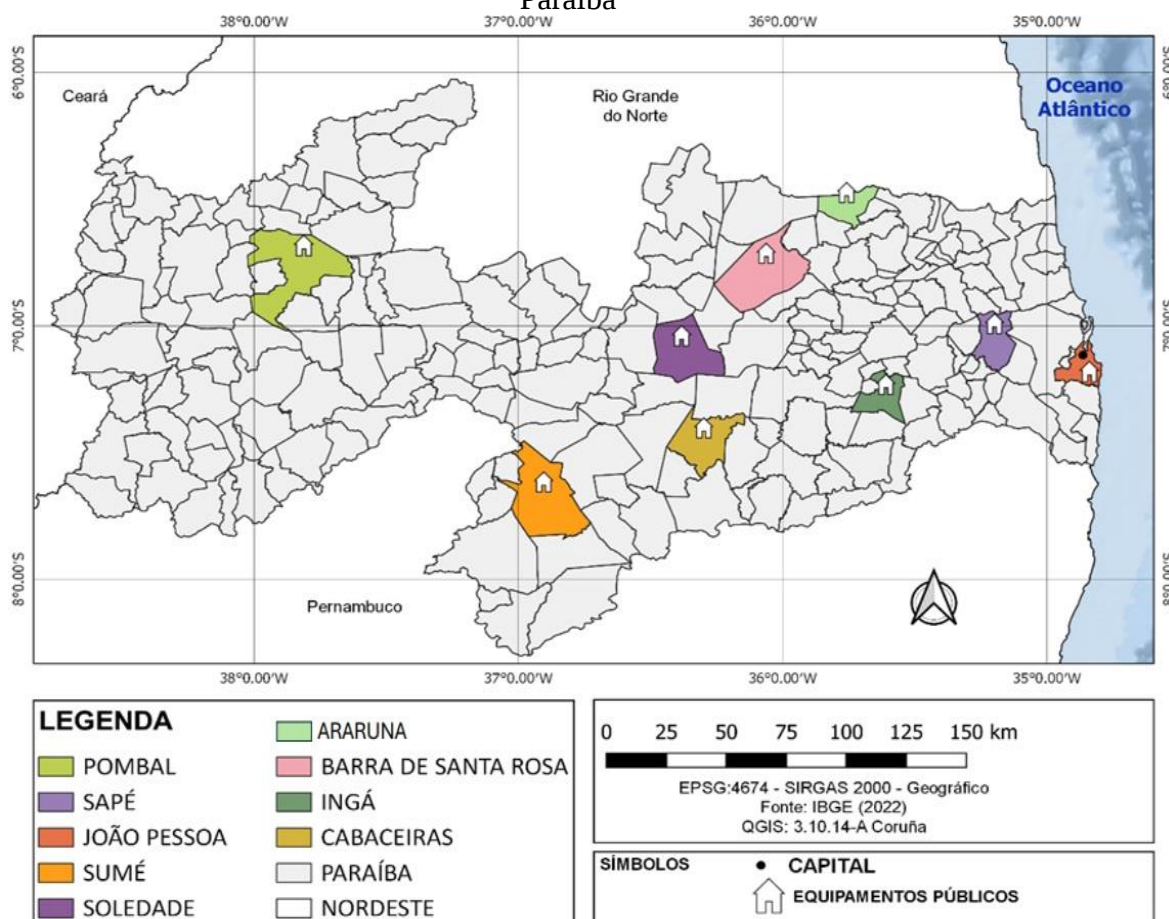
Localização	Fundação	Equipamento
Pombal	2014	Casa da Economia Solidária
Sapé	2016	Central de Beneficiamento e Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CBCAFES)
João Pessoa	2017	Centro Público Estadual de Economia Solidária – EcoParaíba
Sumé	2018	Unidade 1 – Casa de Economia Solidária
		Unidade 2 – Casa de Economia Solidária – Ecoarte
Soledade	2018	Casa da Economia Solidária / Bodega Agroecológica
Barra de Santa Rosa	2021	Casa da Economia Solidária de Barra de Santa Rosa
Araruna	2021	Casa da Economia Solidária de Araruna
Ingá	2023	Casa da Economia Solidária de Ingá
Cabaceiras	2024	Casa da Economia Solidária de Cabaceiras

Fonte: Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Solidária, 2023 e pesquisa de campo.

Nas informações descritas no Quadro 4 constam os nove 9 equipamentos paraibanos e a identificação por município-sede e ordem de fundação. A constituição das Casas de Economia Solidária na Paraíba remonta a julho de 2014 quando foi inaugurado o equipamento de Pombal, como espaço destinado a fornecer cursos de qualificação e facilitar a comercialização dos produtos de grupos de artesãos e agricultoras¹¹². A construção destes espaços vem se estendendo até os dias atuais. Segundo informação fornecida pela atual secretária executiva de economia solidária, Priscilla Aires Benjamin, a Casa de Economia Solidária de Cabaceiras já listada no Quadro 4 tem inauguração prevista para janeiro de 2024.

A Figura 9 fornece uma visão geral da espacialização destes equipamentos na Paraíba. Este panorama nos proporciona uma ideia da amplitude da ação da política pública paraibana de economia solidária.

Figura 9: Espacialização dos equipamentos públicos de economia solidária na Paraíba



Fonte: Pesquisa de campo e SESAES (2023b).

¹¹² Disponível em: <https://easycoop.com.br/noticias/View.aspx?id=26405>. Acesso em: 23 set. 2021.

Quadro 5: Cobertura territorial dos equipamentos públicos de economia solidária da Paraíba

Equipamento	Municípios atendidos	
Casa da Economia Solidária de Pombal	Pombal	Patos
	São Bentinho	Condado
	Cajazeiras	Aparecida
	Uiraúna	Souza
	São Domingos	
CBCAFES – Sapé	Sapé	Mari
	Riachão do Poço	São Miguel de Taipu
	Cruz do Espírito Santo	
EcoParaíba – João Pessoa	João Pessoa	Itabaiana
	Sapé	São João do Rio do Tigre
	Pombal	Cajazeiras
	Patos	Cabaceiras
	Santa Rita	Rio Tinto
	Nova Palmeira	Jacaraú
	Cabedelo	Mari
	Conde	Lagoa de Dentro
	Cruz do Espírito Santo	Pedras de Fogo
	Riacho dos Currais	Camalaú
	Sapé	Pitimbu
	Boqueirão	Poço José de Moura
	Sobrado	Alhandra
	Mamanguape	Caaporã
	Remígio	Barra de Santa Rosa
	Campina Grande	São Sebastião de Lagoa de Roça
	Bananeiras	Logradouro
Casa de Economia Solidária do Cariri – Sumé	Sumé	Zabelê
	Congo	São Sebastião do Umbuzeiro
	Monteiro	São João do Tigre
	São José dos Cordeiros	Camalaú
Casa da Economia Solidária de Soledade – Bodega Agroecológica	Soledade	Nova Palmeira
	Juazeirinho	Santo André
	Tenório	Gurjão
	Pedra Lavrada	São João do Cariri
	Pocinhos	Boa Vista
	Olivedos	Assunção
	Cubati	Seridó
Casa da Economia Solidária de Barra de Santa Rosa	Barra de Santa Rosa	Casserengue
Casa da Economia Solidária de Araruna	Araruna	Damião
	Dona Inês	Tacima
Casa da Economia Solidária de Ingá	Ingá	
Casa da Economia Solidária de Cabaceiras ¹¹³		-
		-

Fonte: Elaboração própria com base em dados levantados por Mélo, 2020.

¹¹³ As informações sobre os resultados da chamada pública da Casa de Economia Solidária de Cabaceiras ainda não haviam sido divulgadas, por esta razão os municípios de sua abrangência territorial não foram listados.

Ao se observar a disposição territorial dos equipamentos de economia solidária apresentada na Figura 9 e tomando como base as Regiões Intermediárias, percebe-se que do ponto de vista espacial, as Regiões Intermediárias de Patos e de Souza-Cajazeiras (com área que constitui quase metade de todo o território paraibano), são atendidas por apenas um equipamento público: a Casa de Economia Solidária de Pombal.

A amplitude da ação da política também pode ser observada a partir das seleções dos EESs realizadas a cada edital de chamada pública. O Quadro 5 nomeia os municípios alcançados¹¹⁴ pelos equipamentos públicos de economia solidária na Paraíba a partir da origem dos EESs selecionados via chamada pública.

Por fim, vale ressaltar que a implantação de novas Casas de Economia Solidária fornece às iniciativas solidárias existentes (e ainda não mapeadas em virtude da defasagem de informações sobre o montante de EESs em território paraibano), a chance de comercializar nestes espaços e ter acesso às informações e formações oferecidas nestes equipamentos.

5.4 Políticas públicas de economia solidária voltadas para a agricultura familiar na Paraíba

No que diz respeito à agricultura familiar, é fato que o segmento já tem lugar na implementação de políticas públicas nacionais a partir das ações do Pronaf. Mas, por sua importância regional, a agricultura familiar também é contemplada pelas políticas destinadas à economia solidária e à segurança alimentar e nutricional. Cumpre observar que algumas iniciativas da agricultura familiar desenvolvidas no território paraibano já são monitoradas pela SESAES principalmente por serem atividades coletivas, característica essencial da economia solidária.

O Quadro 6 lista as associações, cooperativas e grupos da agricultura familiar acompanhadas pela Secretaria.

¹¹⁴ Esta cobertura equivale aos municípios-alvo do PAIES e àqueles EESs selecionados nas chamadas públicas. Por isso, a área de abrangência pode mudar à medida que EESs das regiões afins concorrem para a comercialização atendendo os requisitos dos editais. Para as Casas de Economia Solidária de Santa Rosa, Araruna e Ingá, os municípios levantados foram aqueles que tiveram EESs selecionados no último edital da SESAES, disponibilizados em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/Resultado_preliminar_edital_n01_2022_assinado.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

Quadro 6: Associações, cooperativas e grupos da agricultura familiar atendidos pelas políticas da SESAES

Denominação	Município de origem
1. Grupo de Beneficiamento de Alimentos Assentamento Angélica	Aparecida
2. Grupo de Mulheres da Serra de Arara	Cajazeiras
3. Grupo de Mulheres Doce Vida	
4. Mulheres em Ação – Cooperativa de Produção de Alimentos Naturais Ltda.	Campina Grande
5. Associação dos Agricultores (as) da Várzea Paraibana	Cruz do Espírito Santo
6. Associação dos Agricultores Rurais do P.A. Dona Helena	
7. Feira da EcoVárzea	João Pessoa
8. Projeto Cozinha Verde	
9. Associação dos Pequenos Agricultores Tiradentes	Mari
10. Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares	
11. Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro	Monteiro
12. Grupo Doces e Bolos e Hortaliças das Oliveiras	Pombal
13. Grupo Fonte de Sabor	
14. Cooperativa de Produção Agropecuária Campo Verde	Riachão do Poço
15. Associação dos Agricultores do Assentamento João Pedro Teixeira	Sapé
16. Associação dos Trabalhadores do Assentamento Rainha dos Anjos	
17. Associação dos Trabalhadores Rurais Santa Helena II	
18. Associação Comunitária Rural de Riacho dos Currais	São Bentinho
19. Associação dos Trabalhadores do Assentamento Antonio Conselheiro	São Miguel de Taipu
20. Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Maravalha	
21. Associação dos Trabalhadores Rurais de Amarela	

Fonte: Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, s/d.

Nos dois últimos PPAs do governo da Paraíba (2016-2019 / 2020-2023), há metas estabelecidas para a agricultura familiar no âmbito da política pública para a economia solidária, resumidas no seguinte objetivo:

Fomentar a Economia Solidária a partir da realização de investimentos em ações para implementar e fortalecer as redes de empreendimentos econômicos solidários de catadores, artesãos e agricultores familiares na Paraíba (Paraíba, 2019, p. 15; Paraíba, 2023, p. 28).

Sendo estas ações previstas nos PPAs, a transversalidade entre as políticas para a agricultura familiar e as políticas de economia solidária se consolida a partir das medidas que visam garantir a segurança alimentar e nutricional da população paraibana. O resumo das atribuições da SESAES neste âmbito de atuação está contido no mais recente Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba, conforme texto abaixo.

A SESAES atua com os seguintes programas de SAN¹¹⁵: Compras Emergenciais, Compras Institucionais, PAA/CDS e Feiras Agroecológicas, inclusive com parcerias intersetoriais com Secretarias Estaduais para as compras institucionais, designando equipes técnicas para acompanhar os editais e articular os grupos da agricultura familiar (II PLASAN, 2023, p. 30).

Portanto, são quatro as vertentes de ação que interconectam agricultura familiar e economia solidária na Paraíba. Tratemos das mesmas a partir do tópico a seguir.

5.4.1 O PAA/CDS

Três das ações transversais citadas como de execução da SESAES, Compras Emergenciais, Compras Institucionais e o PAA/CDS, estão relacionadas entre si e encontram-se reguladas pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012 e suas respectivas alterações.¹¹⁶ Este decreto criou o PAA e indica quais as finalidades do programa que tem como beneficiários finais, os fornecedores (individuais e coletivos) e os consumidores carentes de segurança alimentar e nutricional. A seguir estão reproduzidos os objetivos do PAA.

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação

¹¹⁵ Segurança Alimentar e Nutricional.

¹¹⁶ As alterações constam dos seguintes decretos: Decreto nº 8.026, de 06 de junho de 2013; Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014; Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017; Decreto nº 10.150, de 02 de dezembro de 2019 e Decreto nº 10.518, de 14 de outubro de 2020.

escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; (Inciso com redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 29/11/2017)

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (Brasil, 2023, p. 1-2)

As modalidades do PAA que envolvem as políticas de economia solidária, estão descritas no artigo 17, itens I e V do Decreto nº 7.775 reproduzidos a seguir. A execução envolve instituições do setor público que realizam as compras dos produtos da agricultura familiar, entregando-as a uma unidade recebedora devidamente selecionada, tanto em relação às compras para doação simultânea quanto em relação às compras institucionais que supre as necessidades de órgãos públicos específicos, como escolas e hospitais.

Art. 17. O PAA será executado nas seguintes modalidades:

I - Compra com Doação Simultânea - compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades recebedoras e, nas hipóteses definidas pelo GGPA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional [...] (Inciso com redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 29/11/2017) [...]

V - Compra Institucional - compra da agricultura familiar, por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo GGPA, para doação aos beneficiários consumidores; e (Inciso com redação dada pelo Decreto nº 9.214, de 29/11/2017) (Brasil, 2023, p. 7)¹¹⁷.

No âmbito paraibano, a ação é encampada pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e executada pela SESAES. Segundo levantamento feito por Barbosa (2021), 184 municípios paraibanos foram contemplados com a modalidade PAA/CDS com a aquisição de frutas e hortaliças da agricultura familiar, enquanto 74 municípios foram selecionados para receber doação de peixes no ano de 2021. O volume de recursos

¹¹⁷ GGPA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

empregados naquele ano, foi de R\$ 9,1 milhões e transversaliza as políticas públicas de economia solidária, de agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional.

Entretanto, no processo deliberado de desmonte das políticas sociais efetuado pelo (des)governo Bolsonaro, o PAA sofreu cortes orçamentários: em 2012, ano de melhor orçamento para o programa foram destinados R\$ 923 milhões e em 2019, primeiro ano de gestão do governo Bolsonaro os recursos para o PAA, foram de R\$ 41,3 milhões, uma queda de 93%.¹¹⁸ Como se não bastasse, em 2021 o PAA foi revogado e substituído pelo Programa Alimenta Brasil através da Medida Provisória nº 1.061 de 09 de agosto¹¹⁹. Sob a falsa argumentação que o programa estava passando por uma “modernização”, o governo federal reduziu os recursos empenhados e extinguiu a modalidade Aquisição de Sementes. Os cortes orçamentários executados, além de prejudicar o público-alvo do PAA, beneficiários e fornecedores, comprometendo seus objetivos, enfraqueceu mais uma das esferas institucionais de diálogo da sociedade civil para com o governo.

Mesmo diante do cenário de escassos recursos, durante o ano de 2022, a SESAES continuou executando o PAA/CDS¹²⁰, mas o valor anual implementado foi de R\$ 5,3 milhões (R\$ 3,8 milhões a menos que o valor empregado no ano anterior) e o alcance do programa foi de apenas 112 municípios paraibanos (o que representa uma redução da cobertura em 72 municípios, considerada a aquisição agrícola de 2021).

O novo governo empossado em janeiro de 2023, editou a Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março do mesmo ano, recriando o PAA e empreendendo algumas inovações. Sua aprovação no Congresso Nacional aconteceu em julho de 2023. A repaginação do programa elenca a prioridade da compra de alimentos produzidos em primeiro lugar, por famílias inscritas no Cadastro Único e, logo depois, os povos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores, negros, mulheres,

¹¹⁸ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/29/com-queda-de-93-em-8-anos-aquisicao-de-alimentos-chega-a-menor-nivel-com-bolsonaro>. Acesso em: 25 nov. 2021. Os registros da irresponsabilidade foram denunciados por vários veículos de comunicação, afinal, a pandemia do coronavírus estava apenas começando e esta era uma política essencial de combate à fome e à insegurança alimentar.

¹¹⁹ A descrição do Programa Alimenta Brasil encontra-se no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/alimenta-brasil/programa-alimenta-brasil>. Acesso em: 25 nov. 2021.

¹²⁰ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-retoma-programa-de-compras-e-doacoes-de-produtos-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 05 abr. 2022.

juventude rural, idosos, pessoas com deficiência e famílias de pessoas com deficiência como dependentes.¹²¹

O restabelecimento do PAA, reconstituiu também seus objetivos e os recursos orçamentários. Entretanto, o PAA/CDS paraibano foi bastante prejudicado. Só em agosto de 2023 foram feitas as tratativas para a sua retomada, a partir de ajustamentos conjuntos entre o Governo do Estado e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.¹²² Na ocasião, destinou-se o montante de R\$ 4,9 milhões à gestão estadual¹²³ que alcançaram 658 agricultores em 14 municípios da Paraíba (Areial, Baía da Traição, Barra de Santa Rosa, Cabaceiras, Itabaiana, Mari, Pedras de Fogo, Pitimbu, Pocinhos, Pombal, São João do Rio do Peixe, São Sebastião de Lagoa de Roça, Sapé e Sossego). Apenas em dezembro as compras foram realizadas e entregues. Um pouco mais de 110 toneladas de alimentos chegaram às mãos das famílias beneficiárias, de entidades cadastradas, do Hospital da Fundação Assistencial da Paraíba e da ONG Nossa Ramadinha Melhor, ambos de Campina Grande.

5.4.2 Compras Institucionais e Emergenciais

Em relação às Compras Emergenciais, vale a pena destacar as ações da SESAES que foram realizadas durante a pandemia do coronavírus. Os recursos empregados no ano de 2020 alcançaram quase R\$ 4 milhões e financiaram a compra de frango, peixe e tubérculos destinadas à alimentação da população mais vulnerável aos efeitos da pandemia. Na modalidade Compras Institucionais, foram realizadas aquisições de alimentos para suprir as necessidades de unidades hospitalares (Barbosa, 2020).

Por fim, o que se pode depreender da execução das políticas públicas da SESAES no que se refere à agricultura familiar por meio do PAA, é que as mesmas se encontram limitadas ao PAA/CDS. Contudo, não se pode negligenciar a importância deste programa

¹²¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/novo-programa-de-aquisicao-de-alimentos-e-sancionado-pelo-presidente-lula>. Acesso em: 17 ago. 2023.

¹²² Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-da-paraiba-e-mds-alinham-execucao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-no-estado>. Acesso em: 18 dez. 2023.

¹²³ Mais R\$ 17,9 milhões foram pactuados diretamente pactuados com 87 municípios do Estado totalizando R\$ 22,8 milhões destinados ao PAA/CDS em 2023.

para o combate à fome e à insegurança alimentar nutricional bem como o estímulo à produção familiar e solidária¹²⁴.

5.4.3 As feiras agroecológicas

Ainda no contexto da segurança alimentar e nutricional, segundo a SESAES (2022), uma das vertentes de incentivo a agricultura familiar na Paraíba encontra-se na estruturação das feiras agroecológicas já que a secretaria “[...] realiza apoio aos empreendimentos no processo de comercialização justa e solidária nos equipamentos públicos de Economia Solidária.”

Portanto, além do suporte à comercialização nos Centros Públicos, as ações públicas em execução direcionadas à agricultura familiar se estendem às Feiras Agroecológicas com foco na comercialização dos produtos agrícolas *in natura*, de origem animal e produtos beneficiados como hortaliças, frutas, aves, peixes, ovos, tubérculos, polpa de frutas, doces, bolos, tapioca, queijos, requeijão, mel de abelha, temperos, plantas medicinais e outros produtos.

A Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro na década de 1990, contribuiu para o processo de criação e institucionalização das feiras agroecológicas. A Região Nordeste se destaca inaugurando, em 1997, a primeiro espaço de comercialização em Pernambuco na cidade do Recife. A partir daí o cenário vai se consolidando como alternativa de escoamento dos produtos da agricultura familiar em especial no interior dos estados nordestinos (Araújo et al., 2015).

Na Paraíba, as primeiras feiras agroecológicas foram apoiadas pela CPT, pelo Pólo da Borborema e pelos órgãos da Articulação Semiárido Brasileiro – Paraíba. Em termos da organização, consolidação e institucionalização das feiras, diferentes representações têm contribuído: instituições da Igreja Católica, ONGs, associações, sindicatos de trabalhadores, etc. As iniciativas foram fortalecidas pela Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal e estimuladas com a criação da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba (Araújo et al., 2015; Oliveira, 2021).

¹²⁴ Para uma análise do impacto do PAA sobre a agricultura familiar veja Sambuichi (2022). Sobre o papel desempenhado pelo PAA na sustentação da agricultura familiar paraibana veja Targino e Moreira (2008) e Correa (2020).

A produção agroecológica admitida pelos agricultores familiares é uma prática que reúne elementos inerentes à reprodução camponesa. O trabalho associativo e/ou em família, o zelo pelo meio ambiente e a comercialização em redes solidárias, reforçam o caráter de resistência presente nas relações estabelecidas no meio rural.

O capitalismo no campo monopoliza não só a terra, a água, e as sementes, como também as relações sociais e os regimes alimentares, portanto, o campesinato recriado a partir da Reforma Agrária, estabelece uma luta constante para manter a autonomia dos meios de produção e para construir uma comercialização alternativa, fundamentada nos circuitos curtos e na economia solidária (Oliveira, 2021, p 246).

As feiras para a venda dos produtos originados da agricultura familiar são importantes instrumentos de comercialização que não podem ser descontinuados, pois “[...] são principalmente as estratégias de comercialização e consumo os motores de articulação da agroecologia e da economia solidária na luta pela transformação dos territórios de convergência das práticas” (Dubeux; Batista, 2017, p. 239).

Segundo os dados do segundo mapeamento da economia solidária, 72,3% dos EESs tinham sua comercialização concentradas localmente e/ou em espaços comunitários. Assim sendo, a SESAES reconhece que as feiras agroecológicas além de ser uma das fontes de renda para os agricultores solidários organizados, elas representam um incentivo ao manejo sustentável da produção.

No sentido de escoar essa produção vinda do campo por meio desses grupos, surgem também as feiras itinerantes, que tem como objetivo abrir mais uma frente de comercialização para os agricultores familiares, levando assim, mais alimentação saudável e qualidade de vida para a população. As Feiras são atividades intersetoriais que envolvem diversas secretarias e órgãos do Estado (Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Solidária, 2022).

O Quadro 7 apresenta o levantamento das feiras agroecológicas com suas organizações de apoio e municípios onde as mesmas ocorrem. O levantamento de Araújo et al. (2015) identificou 13 feiras agroecológicas organizadas por 10 instituições diferentes entre cooperativas, associações e grupos informais. O Quadro 7 integra estas informações às coletadas por Oliveira (2021) que oferece um panorama atualizado das feiras agroecológicas espalhadas pelo território paraibano.

Quadro 7: Feiras agroecológicas da Paraíba – Instituições responsáveis e abrangência

Grupos responsáveis	Município	
Ecoborborema – Associação dos Agricultores Agroecológicos do Compartimento da Borborema	Alagoa Nova	Lagoa Seca
	Arara	Massaranduba
	Areial	Queimadas
	Campina Grande	Remígio
	Casserengue	Solânea
	Esperança	
Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Pitimbu; Associação dos Agricultores Orgânicos da Zona da Mata e Agreste Paraibano; Associação dos Agricultores e Agricultoras da Várzea Paraibana; Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano; Associação de Produtores Agroecológicos de João Pessoa; Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim; Acampamento Ponta de Gramame; Acampamento Marinas; Associação do Coletivo Cariri Oriental; Associação das Agricultoras e dos Agricultores Agroecológicos de Caaporã e Pitimbu ¹²⁵	João Pessoa	Caaporã
	Sapé	Pitimbu
Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé	Sumé	Serra Branca
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho do Algodão e Santa Rita	Congo	
Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro; Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Monteiro	Monteiro	
Associação dos Agricultores Orgânicos de Jacaraú e Pedro Régis	Jacaraú	
Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar	Tenório	Juazeirinho
	Soledade	Olivedos
	Cubati	São João do Cariri
Associação Conde Orgânico	Conde (Jacumã)	
Associação da Feira da Agricultura Familiar de Serraria	Serraria	
Associação dos Produtores Orgânicos do Alto Sertão Paraibano	Sousa	
Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano/Sertão Agroecológico	Cajazeiras	Aparecida
	Santa Helena.	

Fonte: Elaboração própria com base em Araújo et al. (2015, p. 53) e Oliveira (2021, p. 213).

¹²⁵ Algumas das associações citadas aqui atuam em mais de um município. É o caso da Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Pitimbu, da Associação dos Agricultores Orgânicos da Zona da Mata e Agreste Paraibano, da Associação dos Agricultores e Agricultoras da Várzea Paraibana e da Associação das Agricultoras e dos Agricultores Agroecológicos de Caaporã e Pitimbu.

Segundo esta última verificação, são 21 as instituições envolvidas na organização das feiras agroecológicas paraibanas com área de atuação em 32 municípios diferentes. As feiras, em sua maioria, têm periodicidade semanal e neste apanhado, se repetem 42 vezes no total, já que algumas delas acontecem na mesma semana em dias diferentes ou em lugares diferentes, como é o caso da feira da Associação dos Agricultores e Agricultoras da Várzea Paraibana que ocorre na UFPB, às sextas, no IFPB, às quartas e em Sapé, às sextas.

O Centro Público de Economia Solidária, a CBCAFES e as Casas da Economia Solidária da Paraíba oferecem espaço próprio para a comercialização dos produtos provenientes da produção agrícola familiar, por meio de chamadas públicas. Por esta razão, há uma rotatividade dos EESs que comercializam tanto nas feiras quanto nos espaços fixos. Os produtos frutos do beneficiamento, são comercializados tanto nos espaços fechados quanto nos espaços abertos. Porém, predomina, nas feiras, ou seja, nos espaços abertos, a comercialização dos produtos naturais como as frutas, hortaliças, legumes, verduras, raízes, que necessitam da estrutura apropriada e da proximidade para com o público consumidor.

No âmbito da política pública paraibana de economia solidária, todos os equipamentos públicos fornecem apoio à comercialização agroecológica, em sua maioria, de forma itinerante. Como itinerantes podemos classificar aquelas feiras que ocorrem em espaços livres com frequência definida e também as que se realizam por meio de convites, em eventos comemorativos ou de outra natureza¹²⁶. Apenas a Casa da Economia Solidária de Soledade – Bodega Agroecológica vinculada a oferece ponto fixo de comercialização no município de Soledade que acontece de segunda à sábado das 8 às 17h. Segundo levantamento feito por Oliveira (2021) cerca de 60 agricultores da região comercializam neste espaço.

Pode-se afirmar que na Paraíba há uma agenda pública da economia solidária voltada ao segmento da agricultura familiar que envolve ações de apoio e incentivo às práticas produtivas e de comercialização solidárias, presentes tanto nos Planos Plurianuais do Estado quanto na execução das ações específicas da SESAES aqui listadas. As vendas diretas (por meio das feiras fixas ou itinerantes) ou indiretas (a programas institucionais como o PAA), de um lado, garantem a reprodução dos camponeses e de

¹²⁶ No dia 15 de dezembro de 2023, por exemplo, ocorreu uma feira agroecológica em frente ao EcoParaíba, em virtude dos eventos comemorativos em alusão ao Dia Nacional da Economia Solidária (Gestor do Ecoparaíba, em entrevista concedida à autora deste trabalho em 28/12/2023).

outro, concorrem para fortalecer o movimento de resistência construído na luta diária destes sujeitos.

6. PERCEPÇÕES, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: DIALOGANDO COM GESTORES E AGRICULTORES

Este capítulo tem como objetivo apresentar os relatos de gestores e agricultores coletados durante o trabalho de campo, que teve como finalidade a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os gestores da SESAES, SEAFDS, do Centro Público Estadual de Economia Solidária e de uma das Casas de Economia Solidária. Já as entrevistas com os agricultores foram realizadas em pontos de comercialização ativos em João Pessoa que têm como base a oferta de produtos da agricultura familiar e, em especial, da agroecologia.

Priorizou-se a visita a Feira do Centro Administrativo Estadual apoiada pelo Centro Público Estadual e, portanto, alvo da política pública estadual de economia solidária. Também foram visitadas a Feira dos Aromas, a Feira da EcoVárzea na UFPB, a Feira do Restaurante Popular de Mangabeira e o Centro de Comercialização de Agricultura Familiar, todos em João Pessoa.

6.1 Apoiar a prática solidária: com a palavra, os gestores!

6.1.1 A importância da atuação da SESAES para a economia solidária paraibana

A SESAES é um órgão do Poder Executivo Estadual vinculado a SEDH. Suas dependências físicas funcionam em prédio desanexado da SEDH situado na Avenida Epitácio Pessoa, 2.558, no Bairro dos Estados, enquanto a SEDH situa-se na mesma avenida em lado oposto no número 2.501, no Bairro Pedro Gondim, ambas em João Pessoa. As imagens a seguir são das instalações da secretaria.

Figura 10: Fachada identificativa da SESAES



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 11: Prédio da SESAES



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

A SESAES define como missão:

Ampliar e fortalecer as iniciativas de Segurança Alimentar e Economia Solidária, assegurando o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, bem como assegurar as diretrizes da cooperação, autogestão e solidariedade, no Estado da Paraíba (SESAES, 2017, p. 3)

A secretaria possui uma página informativa sediada no endereço eletrônico da SEDH que por sua vez, está abrigada na página eletrônica do Governo do Estado. O conteúdo ali¹²⁷ disponibilizado encontra-se bastante desatualizado o que compromete a fidedignidade das informações. Sua última atualização/modificação foi realizada em 10/08/2022 às 10h47m.¹²⁸

A atual secretária executiva é Priscilla Aires Benjamin, formada em Direito, com alguma experiência no Poder Executivo, mas não em economia solidária. Anteriormente foi lotada na SEAFDS, onde ocupava o cargo de assistente da Assessoria Técnico-Normativa e Controle Interno. Sua nomeação aconteceu em 04 de dezembro de 2023 após

¹²⁷ <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/botoes-pagina-inicial-1/seguranca-alimentar-1/secretaria-executiva-de-seguranca-alimentar-e-economia-solidaria-sesaes>

¹²⁸ No Anexo B deste trabalho está apresentado um *print* da página informativa da SESAES.

a secretária que lhe precedeu, Valéria Silva Aragão, necessitar reassumir o mandato de vereadora da cidade de Campina Grande. O Quadro 8 apresenta um apanhado de todos os secretários que já assumiram a SESAES desde a sua criação e o período em que estiveram atuando. Chama a atenção os períodos de vacância acontecidos em 2018 e 2022, grifados em vermelho, em especial o de 2018, que totalizou 5 meses.

Quadro 8: Período de atuação e respectivos gestores da SESAES

Período	Gestor
Janeiro/2015 – Março/2018	Ana Paula de Souza Almeida
Abril/2018 – Setembro/2018	Cargo em vacância
Outubro/2018 – Maio/2022	Roseana Maria Barbosa Meira
Junho/2022	Cargo em vacância
Julho/2022 – Janeiro/2023	Cassiano Pascoal Medeiros Pereira
Janeiro/2023 – Dezembro/2023	Valéria Silva Aragão
Dezembro/2023 – Atual	Priscilla Aires Benjamin

Fonte: Elaboração própria, com base em informações coletadas no trabalho de campo e no Diário Oficial do Estado da Paraíba (várias edições).

Após os 5 meses de vacância, aconteceu o período administrativo mais longo da gestão da secretaria. A partir de então a periodicidade de permanência dos secretários reduziu-se significativamente. Assim como já demonstrado por Mélo (2020), a rotatividade de secretários e os períodos de vacância na gestão da secretaria representam um problema. Além de prejudicar a continuidade da gestão e das políticas executadas, estas mudanças comprometem o diálogo institucional construído há anos com o movimento da economia solidária.

Como a gestão atual foi nomeada em dezembro de 2023, a secretária informa que ainda está no processo de conhecimento de como funciona a SESAES e agendando visitas e reuniões que lhe permitam atuar devidamente.

Eu, eu, assumi aqui esse mês, né? Entrei agora... E, inclusive no Centro Público eu estive já 2 vezes lá. Mas nas Casas eu ainda não consegui ir. Vou começar a ir a partir de janeiro do ano que vem. Vou fazer uma visita em cada uma das Casas pra ver como tá o andamento, vamos ter reuniões com o pessoal lá do Centro Público também, com as entidades de apoio... Aí assim, né? Estamos nesse processo inicial. Eu aqui, né? Então eu estou me apegando muito nas informações de Rodrigo. Ele tá me passando todas as, todas as diretrizes, todo o caminho (Secretária Executiva – SESAES, em entrevista).

A gestora relata que dentro dessa tomada inicial de conhecimento sobre o funcionamento da SESAES, está tendo acesso às demandas dos EESs, dos equipamentos

de economia solidária e buscando retomar o diálogo com o movimento de economia solidária.¹²⁹ Quanto ao orçamento destinado a SESAES, a secretária faz a seguinte observação.

Houve uma pequena queda, não foi, no orçamento mas... atende [...] eu estou recebendo muitas demandas pelo menos assim... o contato que tive até agora foi com o Centro Público. [...] E temos lá algumas demandas que vai precisar de algum orçamento e a gente vai fazer o possível pra tentar atender... (Secretária Executiva – SESAES, em entrevista).

Ainda sobre o orçamento, o gestor do EcoParaíba informa que desde 2018, a SESAES apresenta problemas de execução. Relata que em 2022, por exemplo, houve uma devolução orçamentária de mais de R\$ 3.500.000,00, que estavam empenhados para o segmento de resíduos sólidos. Com isso, os EESs deixaram de receber os benefícios que poderiam ser fornecidos por meio da Secretaria. No ano de 2024, a perspectiva é que o orçamento da SESAES será reduzido a R\$ 1.600.000,00, mas, o gestor acredita que fazendo as parcerias certas com o movimento e as instituições que o compõe é possível atuar com eficiência.

A SESAES direciona sua atuação aos principais segmentos da economia solidária: agricultura familiar, artesanato, finanças solidárias, resíduos sólidos e comércio solidário. Entretanto, os segmentos do artesanato e da agricultura familiar são os mais assistidos no momento e seus produtos podem ser comercializados tanto nas feiras quanto no EcoParaíba. As feiras agroecológicas, por sua vez, amparam os princípios da comercialização solidária.

Em relação aos equipamentos públicos, a secretária informa que planeja inaugurar, em janeiro de 2024, a Casa de Economia Solidária de Cabaceiras. A instalação é fruto de uma parceria com a prefeitura do município que está tomando as últimas providências estruturais. E, para atender melhor os EESs paraibanos, a SESAES já planeja a fundação de dois novos equipamentos para aumentar cobertura territorial no Estado. “Inclusive a gente tá estudando a possibilidade de ter um em Campina Grande. No caso seria um Centro Público. E um em Patos...” (Secretária Executiva – SESAES, em entrevista).

¹²⁹ Na oportunidade, o gestor do EcoParaíba frisou que após todo o entusiasmo inicial, da visibilidade alcançada com a criação da secretaria e após as ações exitosas do PAIES, o diálogo da SESAES para com o movimento da economia solidária foi comprometido. O afastamento foi promovido pela própria gestão da secretaria a partir de 2018 e segundo ele, esta aproximação precisa urgentemente ser resgatada.

Em relação à existência de integração com outras secretarias, os gestores informam que não há políticas públicas executadas conjuntamente, mas que o contato é sempre mantido a partir de parcerias que vão sendo firmadas quando necessário. Via SESAES, as outras instâncias da administração pública abrem espaço para a participação da economia solidária principalmente em eventos. O gestor do EcoParaíba cita dois eventos específicos acontecidos em 2023: a Expofeira Paraíba Agronegócios 2023¹³⁰ em setembro e a II FENAFES, II Feira Nordestina da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, em novembro. Nestes, as parcerias aconteceram, respectivamente com a SEDAP¹³¹ e a com a SEAFDS. Na oportunidade, os EESs paraibanos tiveram a oportunidade de expor e comercializar seus produtos em espaços pré-definidos nos eventos.

Sobre o processo de divulgação das ações da SESAES, a secretária informa que esta é uma questão que considera prioritária em virtude das mudanças ocorridas na comunicação atual, mais voltada para as redes sociais. Entretanto, “[...] a gente tem todo um regramento a seguir [...] todas aquelas regras da administração pública” O gestor do EcoParaíba concorda: “A comunicação é um gargalo, a gente tem tentado diversas formas...” As divulgações oficiais ocorrem via Secretaria de Comunicação e as ações mais específicas de cada equipamento ou grupos de EESs precisam de uma estratégia diferente mais próxima do público consumidor. A gestora afirma que a comunicação “é uma política em andamento”. A equipe está avaliando “[...] o que a gente pode fazer com essas pautas que estão fragilizadas e que a gente precisa... a gente está aqui pra trabalhar e pra fazer alguma coisa e para desenvolver, né, essa é a nossa missão...” finaliza a secretária executiva em entrevista.

De acordo com os depoimentos colhidos a secretaria teria estrutura e capacidade orçamentária para executar as funções que lhe são incumbidas. No entanto, uma observação mais acurada dos relatos colhidos não permite comprovar essa assertiva. A dotação orçamentária é pequena e tem sido reduzida, além de em alguns anos não ter sido possível proceder a sua execução. Além disso, a rotatividade de secretários e o longo período pandêmico interferiram na continuidade das ações, fator que a nova secretária pretende resgatar.

¹³⁰ Maiores informações em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/expofeira-paraiba-agronegocios-2023-sera-aberta-ao-publico-a-partir-deste-domingo-17>.

¹³¹ Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba.

O bom funcionamento dos equipamentos públicos de economia solidária pode garantir a execução da política pública de economia solidária, mas mesmo assim é necessária a sua ampliação. A seguir são relatadas as experiências de dois equipamentos: A Casa de Economia Solidária de Sumé e o EcoParaíba.

6.1.2 A gestão compartilhada da Casa da Economia Solidária de Sumé

Dentre os equipamentos públicos de economia solidária existentes na Paraíba, a Casa de Economia Solidária de Sumé merece destaque pois assiste o público-alvo em duas unidades. A primeira, Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Cariri localizada Rua Francisco Badico Rafael, s/n, no Centro, é voltada para a comercialização da agricultura familiar, já a segunda unidade, a Loja Eco Arte Cariri, situada na Rua Alice Japiassú de Queiróz, 130 também no Centro, atende o segmento do artesanato. Por esta razão, a gestão da Casa de Economia Solidária de Sumé é dividida. O equipamento é administrado por duas mulheres: a gerente operacional da Unidade I é Elania da Silva Andrade Lopes e Jane Isa Soares da Silva Lima, é gerente operacional da Loja Eco Arte Cariri.

A seguir, imagens das duas unidades da Casa de Economia Solidária de Sumé.

Figura 12: Casa da Economia Solidária de Sumé – Unidade I



Fonte: Imagem de domínio público.

Figura 13: Casa da Economia Solidária de Sumé – Unidade II (Eco Arte Cariri)



Fonte: Imagem de domínio público.

Jane Isa Soares da Silva Lima, gerente operacional da Loja Eco Arte Cariri se disponibilizou em fornecer informações sobre a sua experiência como gestora e sobre a atuação da Casa de Economia Solidária em Sumé. Jane Isa tem participação ativa no movimento da economia porque iniciou sua trajetória como sócia de um EESs há 5 anos. Atuando como gestora há 3 anos, informa que a função básica da Casa de Economia Solidária é apoiar os ESSs na comercialização fornecendo estrutura e divulgação para os produtos dos grupos vinculados ao equipamento.

A Casa da Economia Solidária de Sumé, segundo a gestora abriga, atualmente 7 EESs, sendo a maior parte do segmento da agricultura familiar e produtos derivados do beneficiamento. Os EESs atendidos são estes: Associação Rural Beneficente Terra Vermelha, Associação das Rendeiras de Renda Renascença do Cariri Paraibano, Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé, Associação 5 Vacas de Sumé, Associação Comunitária dos Bairros Unidos Venceremos, Associação dos Apicultores e Meliponicultores de São José dos Cordeiros e o CONANDA (Conselho de Renda Renascença do Cariri Paraibano). Além destes EESs selecionados via edital, existe a Coopescaf – Cooperativa de Pescadores Aquicultores e Agricultores Familiares de Camalaú, que segundo a gestora, comercializa produtos derivados do beneficiamento do peixe.

Há, então, uma grande variedade de produtos disponíveis para comercialização nos dois equipamentos públicos de Sumé: hortaliças, polpa de frutas, mel, doces, derivados de peixe e produtos do artesanato. Além disso, percebe-se que o alcance das ações das Casas de Sumé é bastante significativo, pois além de se estender praticamente a todo os municípios do Cariri Paraibano conforme já apresentado no Quadro 5, envolve um grande número de associados.

Aí esses grupos, tem grupos das rendeiras que tem mais de 300 rendeiras. É... Da Associação do, de Terra Vermelha atualmente tem 5 pessoas participando da Casa, mas a associação tem mais de 500 pessoas. É... A Associação 5 vacas tem 20 e assim sucessivamente.... cada grupo tem, assim, tem um perfil diferente (Gestora da Loja Eco Arte de Sumé, em entrevista).

Em termos da comercialização móvel, acontece, em frente à Unidade I da Casa de Economia Solidária, a feira agroecológica todas as segundas-feiras, das 5 às 10 horas. Informa também que realizaram no início de 2023 a I Feira Regional organizada pela Casa de Economia Solidária. Além disso, os EESs também são convidados a participar

dos eventos estaduais onde se expõem e se comercializam produtos do artesanato e do beneficiamento agrícola como doces, o mel, produtos de peixe e produtos de couro.

As estratégias de divulgação local usadas pelo equipamento público vão desde o uso das redes sociais da Casa da Economia Solidária e dos próprios EESs, a realização de *lives* até o compartilhamento de informações com amigos e familiares. As vendas, resultado desses esforços conjuntos, “[...] estão muito boas” na avaliação da gerente operacional.

Numa realidade em que “[...] as pessoas estão desacreditadas do poder público” o apoio institucional à economia solidária apresenta-se como uma oportunidade principalmente para os artesãos e agricultores familiares. “Na medida do possível o que a gente quer, o que a gente idealiza, a gente coloca sempre em prática...”, conclui a gestora.

6.1.3 O EcoParaíba como principal disseminador da prática solidária na Paraíba: relatos da gestão

O Centro Público Estadual de Economia Solidária e seus objetivos estão apresentados numa publicação da SEDH.

O Centro Público Estadual de Economia Solidária é um espaço multifuncional que executa um conjunto de atividades, tais como: formação, assistência técnica, comercialização e articulação local com os Empreendimentos Econômicos Solidários, fortalecendo e fomentando a economia solidária no território, onde sua articulação em uma rede, constrói uma maior integração de políticas de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda através do fomento à organização do trabalho coletivo e autogestionário (Humaníssima, 2023, p. 49).

Fundado em 2017 e situado inicialmente na Rua Gama e Melo, 126, no bairro do Varadouro em João Pessoa, o EcoParaíba foi realocado em 2021 para a Praça Santo Antônio, 22, em Tambaú. Segundo o governo do Estado, a mudança foi necessária pois o novo local é estratégico do ponto de vista da circulação de pessoas e do escoamento da produção (<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-inaugura-novo-espaco-do-centro-de-economia-solidaria-e-destaca-fortalecimento-de-aco-es-inclusivas>).

O atual gerente operacional do Centro Público é Rodrigo Moreira Rodrigues. O gestor tem vasta experiência com a economia solidária¹³², é graduado em Administração de Empresas e membro da INCUBES. Ao ser indagado se existe diferença entre as funções exercidas pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária e as Casas de Economia Solidária, ele ressalta:

[...] de certa forma, elas são a mesma coisa, porque eles são equipamentos públicos de economia solidária, são espaços multifuncionais, né, onde vai ajudar a comercializar, como escoar a produção do artesanato, da agricultura, onde vai reunir as experiências, por exemplo, dos resíduos sólidos e as finanças solidárias ou outros segmentos que nós tenhamos, e aí você tem diversas atividades acontecendo, né, seja com outras atividades do governo estadual, municipal, federal, enfim, mas todos eles têm essa função de equipamento público. Alguns estados criaram uma dinâmica de chamar talvez onde fosse talvez uma vitrine maior, um espaço mais de vitrine né enfim, de Centro Público e onde fosse interior, enfim, chamar de Casa de economia solidária. Salvo engano, só a Paraíba e o Maranhão se eu não estou equivocado é que chama esses espaços menores de Casa de Economia Solidária (Gestor do EcoParaíba em entrevista).

Na prática, o EcoParaíba fornece estrutura, apoio logístico e acompanhamento aos grupos de economia solidária que desejam e se cadastram, via chamada pública para comercializar em seu ambiente interno e também nas feiras semanais ou organizadas em eventos. Publicação recente da SEDH atualiza informações sobre o EcoParaíba.

O espaço é composto por 34 Empreendimentos Econômicos Solidários (08 da agricultura familiar, 22 do artesanato, 02 de finanças solidárias, 02 de serviços) que em conjunto estão movimentando aproximadamente R\$ 12.000,00 por mês (Humaníssima, 2023, p. 49).

A seguir, imagens da divulgação do Centro Público Estadual de Economia Solidária e dos produtos lá expostos e comercializados.

¹³² Segundo o próprio gestor, há mais de 10 anos que trabalha com economia solidária.

Figura 14: Folder de divulgação do EcoParaíba



Fonte: Autoria própria, novembro de 2023.

Figura 15: Painel de identificação do EcoParaíba



Fonte: Autoria própria, novembro de 2023.

Figura 16: Fachada do EcoParaíba



Fonte: Autoria própria, novembro de 2023.

Figura 17: Estrutura frontal do EcoParaíba



Fonte: Autoria própria, novembro de 2023.

As imagens mostram que os produtos comercializados no EcoParaíba são predominantemente do segmento do artesanato. Os produtos da agricultura familiar têm sua comercialização centralizada exclusivamente nas feiras que são realizadas em espaços

abertos e em local de livre para passagem do público. Tal ambiente se configura adequado para este tipo de comercialização pois estes produtos em sua maioria, são perecíveis e oferecem pouca durabilidade.

Figura 18: Placa inaugurativa do EcoParaíba



Fonte: Autoria própria, novembro de 2023.

Figura 19: Artesã responsável pelas vendas



Fonte: Autoria própria, novembro de 2023.

O Centro Público Estadual já chegou a apoiar e acompanhar 8 feiras em João Pessoa, segundo informações apresentadas no endereço eletrônico da SESAES¹³³ e também nas informações fornecidas pelo gerente operacional. No Quadro 9 constam a denominação, locais e bairros onde são realizadas as feiras sob a coordenação do EcoParaíba.

As visitas aos locais supracitados e as informações fornecidas pelo gestor do EcoParaíba permitiram atualizar o quadro das feiras da agricultura familiar vinculadas ao Centro Público. Segundo o gestor do EcoParaíba a comercialização da agricultura familiar realizada em frente ao Centro Público, antes sediado no bairro do Varadouro, migrou para o novo endereço e atualmente foi integrada à feira do Centro Administrativo Estadual. De forma que, das 8 feiras catalogadas pela SESAES apenas três continuam a existir e apenas uma entre essas três mantém este vínculo.

¹³³ O endereço eletrônico é bastante desatualizado. Em relação as feiras e as Casas de Economia Solidária as informações ali contidas destoam enormemente da realidade.

Quadro 9: Denominação, locais, dias e horários das feiras agroecológicas sob a coordenação do EcoParaíba em João Pessoa – PB

Descrição	Local	Bairro	Dia (s)	Horário
Feira da Agricultura Familiar Agroecológica	Centro Público	Varadouro	Quartas e Sextas-feiras	06 às 14h
Feira Agroecológica	Secretaria da Saúde	Torre	Quartas e Sextas-feiras	06 às 15h
Feira Agroecológica	Centro Administrativo	Jaguaribe	Terças-feiras	06 às 15h
Feira Agroecológica	Detran	Mangabeira VII	Quintas-feiras	06 às 14h
Feira Agroecológica	Restaurante Popular	Mangabeira	Quintas-feiras	06 às 12h
Feira Agroecológica	PB PREV	Bairro dos Estados	Quartas-feiras	07 às 16h
Feira Agroecológica	Pista de bicicross	Mangabeira VII	Quintas-feiras	06 às 10h
Feira dos Aromas	Fundação Casa de José Américo	Cabo Branco	Sextas-feiras	08 às 14h

*Feiras desativadas; *Feiras desvinculadas do EcoParaíba; *Feira apoiada pelo EcoParaíba.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações fornecidas pelo EcoParaíba e por levantamento realizado *in loco*.

Conforme legenda exposta abaixo do Quadro 9, as feiras destacadas em vermelho (Centro Público, Secretaria de Saúde, PB PREV e Pista de bicicross) estão desativadas, as marcadas em azul estão em funcionamento, mas desvinculadas do EcoParaíba (Feira dos Aromas e Restaurante Popular de Mangabeira) e a marcada em preto, a do Centro Administrativo Estadual ocorre por meio do apoio do EcoParaíba.

O gerente operacional do EcoParaíba lamenta essa redução da ação pública no fomento e acompanhamento das feiras de economia solidária e informa que em virtude da falta de estrutura e de pessoal para acompanhar o desenvolvimento, optou-se por manter apenas uma em funcionamento.

Hoje, hoje mesmo só a do Centro Administrativo. Por que? Nós tínhamos outras feiras, mas nós não tínhamos estrutura pra poder acompanhar essas outras feiras, nem estrutura e inclusive estrutura de uma forma geral e nem é... pessoal também pra conseguir fazer isso, né, essa dinâmica... E aí nós optamos por reduzir... E aí ficamos com a feira do Centro Administrativo que parou, pronto, e depois a do Centro Público. Aí quando voltou a do Centro Administrativo ficou lá. (Gerente operacional do EcoParaíba, em entrevista).

No que diz respeito ao total de agricultores familiares atendidos na Feira do Centro Administrativo Estadual as informações repassadas foram as seguintes.

Nós tínhamos por volta de 8 agricultores... E aí nós tínhamos a estrutura de uma Kombi, nós tínhamos uma... além de ajudar nessa... nesse transporte deles, nós fazíamos também umas cestas, que na época até o

governador comprava essas cestas, que a gente chamava cestas agroecológicas. Então nós ajudamos a entregar, enfim, nós, esse veículo foi leiloadado... enfim... na época foi colocado pra leilão. E a gente ficou sem essa estrutura de como apoiá-los né? Então hoje nós não temos essa condição de trazer todos... (Gerente operacional do EcoParaíba, em entrevista)

É evidente nesta fala do gestor, que o segmento da agricultura familiar tem perdido espaço nas ações de estímulo à economia solidária na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, área de atuação do Centro Público Estadual. A intermitência na gestão da SESAES tem contribuído para estes recuos registrados ao longo dos últimos anos principalmente no período pós-pandemia. Vale ressaltar que este período também foi fértil no que diz respeito aos desmontes das políticas sociais em âmbito federal, fato que se soma aos problemas relativos à atuação da secretaria estadual.

Fazendo referência a duas outras feiras ativas, a Feira dos Aromas e a Feira Agroecológica do Restaurante Popular de Mangabeira, o gestor informa o seguinte: “[...] a dos Aromas ela iniciou sendo uma feira de economia solidária”, mas que infelizmente não pode, no momento, ser classificada assim “[...] porque são pessoas que estão individualmente e economia solidária não funciona individualmente.” Aquela feira “[...] não funciona de modo, de forma autogestionária [...] desse jeito não dá pra ser...” Situação semelhante é encontrada na feira do Restaurante Popular.

[...] é que nem um outro espaço que nós tínhamos uma feira que foi iniciada, lá na, no Restaurante Popular de Mangabeira, inclusive se você chega lá, tem a logomarca da gente nas barracas e tudo, mas que não dá pra, porque aquilo que eu disse, estão individualmente não é autogestionária e etc, etc, etc... (Gerente operacional do EcoParaíba, em entrevista).

O gestor reforça a intenção do Centro Público em manter as feiras como espaços de facilitação do escoamento da produção dos agricultores que produzem ancorados nos princípios solidários. Para isso, os EESs que negociam nas feiras devem garantir que os produtos obedecem ao cultivo agroecológico¹³⁴.

[...] então a ideia é explorar, fazer o máximo para nós termos ações onde aquelas, aqueles grupos consigam ter as vendas, né? Então, por exemplo, o Centro Público hoje, ele deixou de ter, que era um fator que aquilo termina impactando hoje na comercialização. É... as feiras

¹³⁴ O gestor chama a atenção de que não por acaso o Dia Nacional da Economia Solidária é uma homenagem ao ambientalista Chico Mendes.

agroecológicas, que inclusive outro ponto né, toda a nossa movimentação e articulação ela vem, da agricultura familiar de base agroecológica ou orgânica, nunca com agrotóxico, teve agrotóxico, não é economia solidária... (Gerente operacional do EcoParaíba, em entrevista).

Importante registrar também que as feiras agrícolas quando realizadas em frente ao Centro Público acabam atraindo as vendas para a parte interna. Elas representam um atrativo comercial também para os outros segmentos encampados na comercialização e aumentam as vendas entre 15 e 20%, segundo o gerente operacional do EcoParaíba.

6.1.4 A gestão da SEAFDS e sua interlocução com a economia solidária

Situada provisoriamente no Edifício Evolution Business Center – 16º andar da Avenida Rio Grande do Sul, 1345, no Bairro dos Estados em João Pessoa, enquanto a sede localizada na BR 230, Km 14, s/n, passa por uma reforma, a SEAFDS, tem como atual secretário, desde fevereiro de 2023, Antonio Ribeiro, conhecido popularmente como Frei Anastácio. A seguir, imagem de domínio público do edifício onde as instalações da SEAFDS está instalada.

Figura 20 : Edifício Evolution Business Center –
Sede provisória da SEAFDS



Fonte: Imagem de domínio público.

O gestor da SEAFDS é Frei Anastácio, frade franciscano com formação pelo Instituto de Teologia do Recife e Faculdade de Filosofia do Recife. Sua vida pública demonstra sua ampla experiência e vivência no que diz respeito à luta pela terra e conquistas da agricultura familiar. O secretário ressalta esta observação em entrevista.

A Agricultura Familiar sempre foi minha principal bandeira de luta, aliada à Reforma Agrária na Paraíba. Comecei minha luta em 1973, na Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde fui um dos fundadores. Fui eleito deputado estadual pela primeira vez em 1998. Em 2002, fui reeleito para o segundo mandato na Assembleia Legislativa da Paraíba. Já em 2007, assumi a superintendência do Incra/PB e retornei ao Poder Legislativo em 2010, sendo reeleito também em 2014. Em 2018, fui eleito deputado federal e hoje estou à frente da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido (Frei Anastácio – SEAFDS, em entrevista).

À frente da Secretaria, o secretário tem as seguintes atribuições.

Atuar em estreita articulação com o Gabinete do Secretário na administração geral da Secretaria e no controle da execução da política estadual específica do órgão; supervisionar e avaliar o desempenho das unidades que integram a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria; observar organização, normas e diretrizes técnicas dos Sistemas Estruturantes do Governo no âmbito da Secretaria; apoiar as atividades técnico-administrativas relativas aos meios necessários ao funcionamento da Secretaria; planejar e coordenar ações em que represente a Secretaria, observadas diretrizes e providências para otimização de resultados institucionais e promover o intercâmbio necessário na formulação de trabalhos e relatórios técnicos, que pela natureza, competem à Secretaria. (Frei Anastácio, em entrevista).

A entrevista com Frei Anastácio teve o objetivo de apurar quais os entendimentos que o mesmo tem sobre economia solidária e a relação com a agricultura familiar. Em primeiro lugar, o secretário apresenta seu entendimento sobre economia solidária.

Definiria a economia solidária como um modelo de negócio que não visa apenas o lucro e que não é centrada em um chefe ou patrão. É um modelo de negócio feito por um grupo, no qual todos do grupo têm igual importância, tanto nas tarefas exercidas, na divisão de lucro e na tomada de decisões. Além disso, acredito que a economia solidária incentiva muito o senso de comunidade e colaboração entre seus membros, o que resulta também em um modelo de negócio que pensa no outro, que se preocupa com o meio ambiente e que por isso, pensa sua produção de maneira sustentável (Frei Anastácio, em entrevista).

Como esta definição de economia solidária guarda estreita relação com a agricultura familiar, foi solicitado que o gestor opinasse sobre esta conexão entre ambas as atividades.

Acredito que a agricultura familiar e a economia solidária compartilham da mesma base quando pensamos em um modelo de comercialização onde não há exploração, quando pensamos na valorização da matéria-prima ou do alimento, quando pensamos na ideia do desenvolvimento sustentável e da diminuição de danos ao meio ambiente, e também quando pensamos no senso de comunidade e troca que há entre estes grupos (Frei Anastácio em entrevista).

Diante do reconhecimento dessa inter-relação, o secretário foi questionado sobre a existência de interação e ações conjuntas entre SEAFDS e SESAES. Ao responder negativamente, o gestor ressalta que os contatos entre as secretarias se resumem a parcerias pontuais. E apresenta uma colaboração que ocorreu recentemente.

Fizemos uma parceria para realizar a Feira Nordestina da Agricultura Familiar e Economia Solidária, que aconteceu em novembro de 2023, pois era o modelo de feira que já era executado pelo Consórcio Nordeste. Como estávamos sediando a Feira, fizemos essa parceria com a SESAES para incorporarmos a economia solidária no evento (Frei Anastácio, em entrevista).

Importante registrar a ocorrência deste evento. Entre os dias 16 e 19 de novembro de 2023 aconteceu em João Pessoa – PB, a II Feira Nordestina da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (FENAFES)¹³⁵. A ação, promovida pelo Governo do Estado da Paraíba por meio da SEAFDS e do Consórcio Nordeste, foi realizada na Fundação Espaço Cultural e teve como objetivos fortalecer e integrar as políticas públicas para a agricultura familiar, comercializar produtos advindos da agricultura familiar, bem como promover, palestras, oficinas e cursos sobre temas relacionados a agricultura familiar, agroecologia e cooperativismo solidário¹³⁶

A seguir algumas imagens de domínio público da II FENAFES.

¹³⁵ A I FENAFES aconteceu em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte de 15 a 19 de junho de 2022.

¹³⁶ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-agricultura-familiar-e-desenvolvimento-do-semiarido/noticias/paraiba-sediara-ii-feira-nordestina-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria-1>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Figura 21: Logotipo da II FENAFES



Fonte: Imagem de domínio público, disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/>

Figura 22: II FENAFES – Secretário da SEAFDS



Fonte: Imagem de domínio público, disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/>

Figura 23: II FENAFES – Imagem panorâmica



Fonte: Imagem de domínio público, disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/>

Figura 24: Exposição para comercialização



Fonte: Imagem de domínio público, disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/>

Na II FENAFES, os agricultores familiares e demais EESs foram convidados, por meio de chamada pública, a participarem da exposição e comercialização em 1 de três

espaços: Pavilhão do Estado da Paraíba (composto de estandes para receber os produtos da agricultura familiar do território paraibano), Vila Gastronômica “Praça Sabores da Terra” (quiosques que serviram como lanchonetes ao público) e Estande da Economia Solidária (para os EESs de quaisquer segmentos).

5. DAS INSCRIÇÕES

[...]

5.3. Para os empreendimentos da economia solidária que possuam interesse em participarem como expositores no Estande da Economia Solidária, devem apresentar, no ato do credenciamento, a seguinte documentação:

5.3.1. Para empreendimento formalizado: Cartão do CNPJ, cópia digital em formato PDF;

5.3.2. Para empreendimento informal: Declaração afirmando a atividade econômica e o que produz de acordo com princípios de organização coletiva e autogestionária assinada pelos membros componentes do grupo produtivo;

5.3.3. Alvará da vigilância sanitária para produtos manipulados comestíveis;

5.3.4. Registro de inspeção sanitária para produtos de origem animal;

5.3.5. Ficha de inscrição devidamente preenchida e com os documentos solicitados em anexo ao formulário [...]

5.3.6. Planilha de produtos ofertados devidamente preenchida, cópia digital em “Excel” [...] (Governo da Paraíba, 2023, p. 4-5)¹³⁷

Assim como a SESAES, a SEAFDS mantém diálogos com os movimentos sociais na intenção de que os mesmos participem da construção das políticas públicas. Os encontros com os representantes são territoriais e participam líderes comunitários, presidentes de sindicatos, figuras políticas, representantes de cooperativas e igrejas, de associações e da sociedade civil que apresentam e discutem as principais demandas do setor com o fim de serem apresentadas nas plenárias do Orçamento Democrático Estadual.

O gestor reforça a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento nacional ao afirmar que o setor é “a base da economia de 90% dos municípios de até 20 mil habitantes” com “70% dos alimentos consumidos no Brasil.”

¹³⁷ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Edital 0003/2023**: Edital de chamamento público para credenciamento e seleção de empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária que possuam interesse em participar da II Feira Nordestina da agricultura familiar e economia solidária – II FENAFES. 2023. pp. 1-19. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-agricultura-familiar-e-desenvolvimento-do-semiarido/edital/edital-de-credenciamento-e-selecao-ii-fenafes-paraiba.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2023.

Portanto, é inegável que as ações voltadas ao fortalecimento tanto da economia solidária quanto da agricultura familiar promovem o desenvolvimento dos territórios a que elas estão circunscritas. Sobre esta questão, o secretário da SEAFDS, pontua:

[...] assim como a agricultura familiar, a economia solidária contribui para o desenvolvimento social e econômico de grupos que geralmente são mais esquecidos pelo poder público. É a garantia de ocupação e renda para pessoas que às vezes não teriam outra oportunidade fora da economia solidária. Sendo assim, acredito que o modelo de negócio seguido pela economia solidária permite não apenas renda, mas qualidade de vida e valorização dos atores envolvidos de forma democrática (Frei Anastácio em entrevista).

A fala do gestor resume um pouco daquilo que é necessário para que a engrenagem solidária funcione. Embora haja pouca ou nenhuma vinculação das políticas públicas entre os órgãos da administração estadual, percebe-se nos posicionamentos dos gestores apresentados aqui, que estes atores sabem o que é e como funciona a economia solidária bem como atestam a sua importância para o desenvolvimento local e regional. Entretanto, em termos da ação pública ainda falta muito, se considera isolamento das políticas públicas e os efeitos provocados pela pandemia que ainda não foram totalmente superados.

6.2 Vivenciar a prática solidária: com a palavra, os agricultores!

Os diagnósticos nacionais e locais da economia solidária registram a manifestação concreta das iniciativas solidárias fornecendo uma ideia de sua dimensão, mas, por outro lado, impõem desafios à gestão pública. Para favorecer a permanência e a resistência dos trabalhadores solidários em seus territórios de ação, é necessário acompanhar o desenvolvimento dos EESs, e por vezes, fomentar a produção e a comercialização, no sentido de garantir a dinâmica das atividades e também impulsionar sua autonomia.

Os empreendimentos associativos apresentam condições sociais singulares da reprodução coletiva em espaços rurais e urbanos. Eles não levitam num espaço vazio, mas localizam-se em determinados territórios. Estes territórios, como palcos de determinadas relações sociais, restringem ou potencializam a escala e as condições necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos econômicos associativos (Kraychete, 2021, p. 167).

O desenvolvimento solidário idealizado por Singer (2004), pode ser estimulado a partir do fortalecimento das relações sociais amparadas nos princípios solidários. A agricultura familiar tem sido alvo de diversas ações que visam salvaguardá-la e proteger os sujeitos sociais que dela sobrevivem. As feiras agroecológicas figuram na atualidade como um dos braços de sustentação das políticas públicas para a agricultura familiar. Estas feiras disseminadas pela Paraíba são espaços, em sua maioria, organizados de forma associativa e que reúnem em um só lugar os produtos do trabalho também em sua maioria produzidos coletivamente.

Pretendeu-se, como um dos objetivos desta pesquisa, levantar as feiras solidárias ou agroecológicas acompanhadas pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária, para compreender suas dinâmicas de funcionamento e acompanhar a execução desta ação pública de economia solidária para o segmento da agricultura familiar. Conforme apresentado anteriormente, apenas uma feira agroecológica está sendo apoiada pelo EcoParaíba e a mesma está sediada no município de João Pessoa.

Entretanto, vale a pena ressaltar que em João Pessoa são realizadas várias feiras sejam elas fixas (organizadas em mercados públicos pré-estabelecidos e abastecidas por revendedores ou produtores individuais) ou itinerantes (feiras móveis que ocorrem em locais e horários pré-estabelecidos). Destas iniciativas, algumas feiras se destacam por comercializarem dentro da proposta agroecológica. Os registros indicativos de que a proposta agroecológica vem alcançando adeptos em praticamente todas as regiões da capital paraibana, estão em levantamento realizado e apresentado no Mapa das Feiras Orgânicas.¹³⁸ Esta ferramenta de busca, apresenta o mapeamento das feiras orgânicas ou agroecológicas existentes no Brasil e considera a existência de dezesseis destas iniciativas no município de João Pessoa, conforme informações do Quadro 10.

¹³⁸ Criado pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e construído de forma colaborativa, o “[...] Mapa de Feiras Orgânicas é uma ferramenta de busca, idealizada com o objetivo de estimular a alimentação saudável e sustentável em todo o Brasil e mostrar que os produtos orgânicos e agroecológicos podem ser mais acessíveis aos consumidores” (Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em: 22 dez. 2023). O print da página inicial do sítio eletrônico está apresentado no Anexo C.

Quadro 10: Feiras agroecológicas de João Pessoa – PB¹³⁹

Denominação	Bairro	Dia
1. Feira Agroecológica do Sítio Utopia no Oca Restaurante	Centro	Terça-feira
2. Feira Agroecológica EcoVárzea – UFPB	Cidade Universitária	Sexta-feira
3. Feira Orgânica da UFPB	Castelo Branco III	Sexta-feira
4. Feira Agroecológica EcoVárzea – IFPB	Jaguaribe	Terça-feira
5. Feira Orgânica do Projeto Cinturão Verde I	Valentina	Sábado/Domingo
6. Feira Orgânica / Projeto Cinturão Verde II	Bancários	Sexta-feira
7. Feira Orgânica / Projeto Cinturão Verde III	Intermares	Sexta-feira
8. Feira Orgânica / Projeto Cinturão Verde IV	Bessa	Quinta-feira
9. Feira Orgânica / Projeto Cinturão Verde V	Manaíra	Quarta-feira
10. Feira Orgânica / Projeto Cinturão Verde VI	Cabo Branco	Quinta-feira
11. Feira Orgânica / Projeto Cinturão Verde VII	Bairro dos Estados	Terça-feira
12. Feira Espaço Equilíbrio do Ser	Bancários	Quarta-feira
13. Feira Agroecológica do Bessa – ECOSUL	Jardim Oceania	Sábado
14. Feira/Quitanda Orgânica no Odematelha	Bessa	Quarta-feira
15. Feira Orgânica da Beira Rio	Torre	Quarta-feira
16. Terra Viva: Feira Orgânica ou Agroecológica	Manaíra	Quarta-feira

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis em: <https://feirasorganicas.org.br/>

Feita esta ressalva, foram realizadas visitas, seguidas de algumas entrevistas realizadas com agricultores nas Feiras do Centro Administrativo Estadual, Feira dos Aromas, Feira da EcoVárzea, Feira do Restaurante Popular de Mangabeira¹⁴⁰ e Feira do Cecaf, no intuito de verificar como os trabalhadores organizam sua produção e comercialização identificando as peculiaridades da organização coletiva e autogestionária que caracterizam os EESs e os diferenciam das iniciativas individuais capitalistas.

6.2.1 Feira agroecológica do Centro Administrativo Estadual da Paraíba

O primeiro espaço em que se objetivou escutar os agricultores foi a Feira do Centro Administrativo Estadual, situada na Avenida João da Mata, 200, no bairro de Jaguaribe, João Pessoa. Nesta feira, composta por apenas 4 barracas e com a presença de 7 comerciantes, encontravam-se à venda, hortaliças, produtos alimentícios como bolos e

¹³⁹ As feiras do Projeto Cinturão Verde, por exemplo, são estruturadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, para receber a produção de pequenos produtores advinda de assentamentos e de áreas rurais situados em João Pessoa e em seus arredores. Em processo anterior à comercialização, o Poder Municipal promove assistência técnica e financiamento aos produtores estimulando para que os mesmos produzam obedecendo os princípios da agroecologia.

¹⁴⁰ A Feira do Restaurante Popular de Mangabeira foi apenas visitada e suas imagens estão apresentadas no Apêndice G ao final deste trabalho.

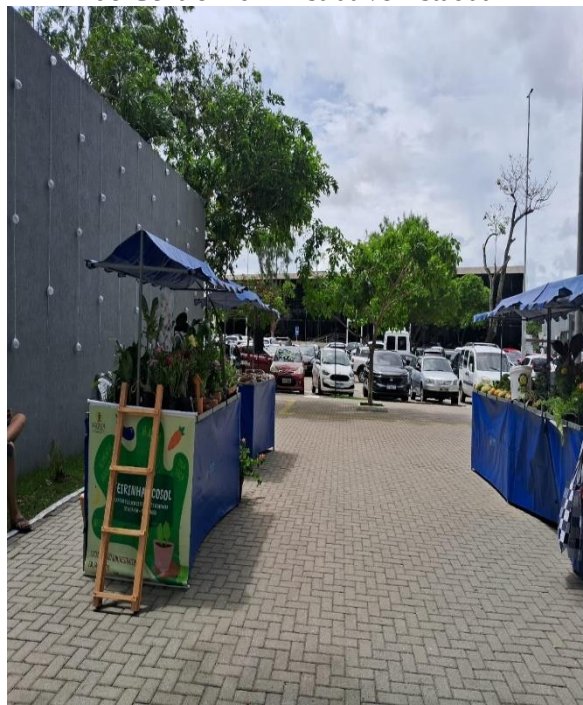
salgados e produtos derivados do beneficiamento da agricultura familiar, a exemplo de feijões, mel e castanhas. A seguir, apresenta-se os registros deste espaço de comercialização.

Figura 25: Imagem panorâmica da Feira do Centro Administrativo Estadual



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 26: Estrutura física de apoio para a Feira do Centro Administrativo Estadual



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 27: Produtos agrícolas comercializados na Feira do Centro Administrativo Estadual



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 28: Produtos beneficiados à venda na Feira do Centro Administrativo Estadual



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

A Entrevistada 01, jovem, agricultora, moradora do Assentamento Nova Vida, em Pitimbú, trabalha com a família, tem 2 filhos e é sócia da Coopervida – Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores Rurais da Assentamento Nova Vida de Pitimbú. Comercializa hortaliças e no dia da entrevista, disponibilizava também buchada de bode cuidadosamente refrigerada, já temperada e fracionada em porções prontas para a venda.

Segundo a Entrevistada 01, a feira acontecia em frente ao EcoParaíba, mas em virtude da falta de estrutura para a manutenção, precisou ser deslocada para um local mais apropriado. Afirma que é o Centro Público Estadual de Economia Solidária quem fornece a estrutura de apoio para que a feira aconteça no Centro Administrativo Estadual e que está satisfeita com o local e a qualidade das barracas fornecidas. Em suas palavras, o trabalho que exerce é solidário já que praticamente todos os membros da família sobrevivem da agricultura e se ajudam: “[...] todo mundo trabalha na agricultura [...] a família quase toda sobrevive da agricultura [...] um ajuda o outro [...] um sai ajudando o outro.” A ajuda mútua é uma característica presente no assentamento em que vive e se materializa nas relações entre os sujeitos organizados através da solidariedade e cooperação. Segundo ela, os produtos comercializados na feira “[...] quando não é do roçado de casa, é do roçado dos outros”, chamando a atenção para o funcionamento da cooperativa que disponibiliza os produtos dos cooperativados. É também perceptível os vínculos sólidos construídos com a terra: “[...] na rua mesmo só pra vim andar ou comprar alguma coisa.”

A Entrevistada 01 cita como dificuldade o deslocamento até a feira. Nem ela, nem sua mãe, que também é agricultora e que a acompanha semanalmente, recebem ajuda de custo para o transporte, por isto, não têm condições de ofertar seus produtos em outros espaços aqui em João Pessoa: “[...] por conta também da dificuldade de carro pra transportar a gente pra feira, como a gente mora longe, aí sai caro, aí não compensa a gente pagar caro [...]”

A Entrevistada 02, de meia idade, comercializa bolos e salgados e pertence a Unilins, Associação de Artesãs do bairro de Muçumagro em João Pessoa. A mesma considera a ação do EcoParaíba, vital para aquele espaço de comercialização.

[...] porque a gente está nessa feirinha aqui através do Centro Público Estadual de Economia Solidária que fica em Tambaú. É uma loja, um espaço do governo... [...] Essa feirinha aqui é, foi Rodrigo, foi através de Rodrigo que conseguiu esse espaço [...] Essas barraquinha são de lá, do Centro Público. [...] Aí cada um faz parte de uma associação, mas, dentro do Centro Público (Entrevistada 02).

A Entrevistada 02 conta que redirecionou sua produção para gêneros alimentícios, pois encontrou dificuldades em comercializar os produtos do artesanato. Mesmo assim, na Feira do Centro Administrativo, ela expõe algumas peças trabalhadas manualmente. Os produtos que a mesma negocia na feira, também são acondicionados de forma apropriada, expostos e comercializados no EcoParaíba.

O Entrevistado 03, idoso, agricultor da cidade de Jacaraú, sócio da Associação Rural Apícola do Jatobá, produz e negocia caju, mel, castanhas, feijão e fava

[...] Filho, nora, neto... Só não tá trabalhando bisneto porque tá pequenininho ainda [...] E a, e a, e a minha família, nós vive disso aqui, da agricultura, da agricultura da castanha. Todo mundo lá em casa, se você chega lá em casa, você vê todo mundo, é, é, participando: de 4 horas da manhã já tão todo mundo já com as sua produção, quebrando sua castanha...

Na agricultura direto, na agricultura direto, direto, direto... Criei meus filhos, criei 9 filhos, graças a Deus, dei alimento a 9 filho. Tudinho trabalhando só de cabo de enxada, foice, machado, cavando lerão, arrancando toco... [...] Tem a usina, trabalha seis meses na usina e trabalha é 6 meses, trabalha assando castanha [...] Então, nós vive, graças a Deus. [...] Das minhas nora, da minhas nora, tudinho quebra 5 sacos de castanha numa semana. [...] São 500 reais por semana. Então, ganha mais do que um funcionário... [...] Se for olhar, se for olhar no papel é melhor quebrar castanha que ser funcionário. Trabalha a hora que quer, pega a hora que quer, larga a hora que quer... (Entrevistado 03).

A estrutura segundo o Entrevistado 03, não é adequada pois, se chover, compromete todas as barracas. Além disso, os feirantes não têm acesso à banheiros, ficando a mercê da utilização dos banheiros do Centro Administrativo Estadual que ficam distantes do local onde a feira acontece.

Em relação aos produtos comercializados, o Entrevistado 03 apresenta uma dificuldade que se refere a certificação dos produtos beneficiados, em especial do mel de abelha. Embora todo o trâmite para a comercialização do mel passe pela Associação Rural Apícola do Jatobá, o que já denota a garante que a produção atende às boas práticas e que o produto é de boa qualidade, os apicultores associados temem a fiscalização, principalmente da Vigilância Sanitária, que deixaria de ser um problema caso fosse fornecida uma certificação em nível estadual¹⁴¹.

¹⁴¹ Este, segundo Frei Anastácio, secretário da SEAFDS, é um dos gargalos da política pública direcionada à agricultura familiar paraibana.

Na região do município de Jacaraú existe outra necessidade apontada pelo Entrevistado 3: a criação de uma Central de Beneficiamento para produção de polpa de frutas. Neste caso, o caju¹⁴² que é desperdiçado quando se beneficia a castanha seria uma outra fonte de renda para os agricultores locais.

Os agricultores presentes também mencionaram a importância dos eventos que visam promover a economia solidária e citaram a última solenidade patrocinada pelo Governo do Estado através da SEDH. Em uma semana foi realizada uma série de ações como aulas, debates, *podcast* e palestras sobre comercialização. O evento comemorativo, alusivo ao mês da economia solidária, foi encerrado em 15 de dezembro de 2023, Dia Nacional da Economia Solidária. Como incentivo à economia solidária foi promovida a Feira dos Empreendimentos Solidários em frente ao EcoParaíba. Na oportunidade os EESs que atuam sob o acompanhamento do EcoParaíba comercializaram seus produtos, conforme informa publicação do Governo do Estado da Paraíba.

Dezesseis empreendimentos de economia solidária acompanhados pelo Centro Público fizeram exposição e comercializaram produtos tais como: pano de prato, louças de argila, queijo vegano, terapias holísticas, produtos da agricultura familiar, demonstração de serviços e práticas sustentáveis¹⁴³.

A prática solidária, presente na feira do Centro Administrativo Estadual está apresentada pela organização coletiva daqueles que comercializam no local. Entretanto, a falta de acompanhamento da gestão do Ecoparaíba acaba permitindo o desvirtuamento das características daquela feira já que abre espaço para a entrada de pessoas que não atendem o regramento das convocações públicas, caso de uma comerciante de João Pessoa que ocupava uma banca da feira revendendo plantas ornamentais.

6.2.2 Sabores, cheiros, cores e sons: percepções absorvidas na Feira dos Aromas

A Feira dos Aromas acontece às sextas-feiras na Fundação Casa de José Américo, situada na Avenida Cabo Branco, 3336, no bairro do Cabo Branco em João Pessoa. O espaço de comercialização sugere oferecer num só lugar, sabores, cheiros, cores e

¹⁴² Além de outras frutas da região.

¹⁴³ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/feira-dos-empreendimentos-encerra-mes-da-economia-solidaria-com-exposicao-e-comercializacao-de-produtos>. Acesso em: 26 dez. 2023.

sons. As imagens abaixo reproduzem o ambiente, a estrutura física e os produtos ofertados na Feira dos Aromas.

Figura 29: Divulgação da Feira dos Aromas – Fundação Casa de José Américo



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 30: Feira dos Aromas – Fundação Casa de José Américo



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 31: Estrutura da Feira dos Aromas



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 32: Produtos à venda na Feira dos Aromas



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 33: Frutas comercializadas na Feira dos Aromas



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Figura 34: Plantas medicinais e ornamentais da Feira dos Aromas



Fonte: Autoria própria, dezembro de 2023.

Segundo informações coletadas no local, o espaço existe há três anos e a comercialização já foi feita exclusivamente por EESs. Entretanto, conforme esclarecimentos do gestor do EcoParaíba, esta feira atualmente não deve ser considerada solidária porque recebe empreendedores individuais e sem vínculo associativo. Outra característica é que nem todos os produtos agrícolas são cultivados por meio da prática agroecológica. Feita esta consideração, vale salientar que, ao visitar as instalações, a gravação das entrevistas foi acompanhada por agradáveis músicas de artistas paraibanos reproduzidas em som ambiente.

Com uma grande variedade de produtos, percebe-se de fato que a Feira dos Aromas não tem características de uma feira da economia solidária já que ali predomina a revenda de produtos em sua maioria, advindos do interior do Estado, como ovos, queijos, rapaduras, mel e outros itens. Há também outras duas revendedoras, uma de plantas medicinais e ornamentais e outra de ervas, condimentos e temperos em geral. Curioso também o fato da existência de um brechó que comercializa, predominantemente, peças do vestuário feminino.

Feitas estas ressalvas, na parte da comercialização de hortaliças, identificamos duas agricultoras que trabalham em conformidade com os princípios solidários. As Entrevistadas 04 e 05, mãe e filha, a primeira de meia idade e a segunda, jovem, são do

município de Conde, moradoras do Assentamento Dona Antonia, próximo a Comunidade de Gurugi. Ambas participam da Cooperativa Terra Forte – Cooperativa de Agricultores e Aquicultores da Paraíba, sediada no município de Pitimbú.

As Entrevistadas 04 e 05 referem-se ainda ao EcoParaíba como instituição responsável pela organização da Feira dos Aromas e elogiam os funcionários da Fundação Casa de José Américo como “anjos” que providenciam a estrutura necessária para que a comercialização ocorra ali. Elas narram as suas experiências de comercialização nas feiras a partir da montagem de um espaço para as vendas dos produtos agrícolas em frente ao EcoParaíba. Segundo a Entrevistada 04, o local de pouco movimento não oferecia condições para o comércio: “E você passa o tempo todinho, leva a mercadoria e não tem quem compre e aí?” Nas palavras da Entrevistada 05: “E também ali o movimento é muito pouco pra gente, entende? Demais! Oxe, eu passava o dia todinho pra arrumar 100 reais. A gente botava quase 150 de gasolina...”

As mesmas relatam que a solução encontrada pelo gestor do EcoParaíba foi fazer uma experiência aos sábados em frente a PBTUR que fica nas proximidades do Centro Público, mas que infelizmente também não deu certo em virtude de o espaço já encontrar-se ocupado por moradores de rua que se incomodaram com a presença dos agricultores e passaram a enfrentá-los. Negociaram ali apenas uma vez e, diante da situação, as mesmas resolveram abandonar aquelas experiências e se acomodaram na Feira dos Aromas.

Comercializando os produtos cultivados no Assentamento em que vivem, como hortaliças, frutas, massa de mandioca, entre outros, a Entrevistada 04 relata que toda a sua trajetória de trabalho foi vivenciada no roçado: “Sempre eu trabalhei na agricultura.” Já a Entrevistada 05 revela que já teve outro vínculo laboral, mas enfatiza só conseguiu realização quando optou por trabalhar

Eu trabalhei em escola, mas eu saí. [...] Escola é muito humilhação. [...] Isso aqui foi um presente pra mim. Que quando eu trabalhei na escola, sangue de Cristo! [...] Tem como você é obrigada a fazer o que você não quer mesmo, obrigada mesmo, senão você perde seu emprego? Era o que acontecia. Aqui não, aqui é da gente, a gente trabalha, se a gente adoecer não precisa dar atestado, tá entendendo? Tinha vez que a gente não podia nem chegar no médico aí, mas mesmo assim tinha que tá dando satisfação de tudo. Tinha coisas que não era pra gente fazer, a gente era obrigado a fazer, tu tá entendendo? (Entrevistada 05).

O depoimento da Entrevistada 05 é bastante significativo pois a mesma demonstra (re) conhecimento da sua função social através da atividade laboral que exerce, advindo

especialmente da falta de liberdade que experienciou desempenhando outro tipo de trabalho.

Em relação à vivência associativa, as duas entrevistadas relatam que, tanto Assentamento Dona Antonia quanto nos arredores locais, as mulheres assumiram o protagonismo na vida política e na organização das associações e cooperativas.¹⁴⁴ Entretanto, a Entrevistada 05 observa que “[...] agora tá virando uma bagunça, porque agora, agora o povo tem, os homens de lá, agora quer comandar tudo, sabe? [...] É os *bang-bang*, mas não resolvem nada!” (Entrevistada 05) Segundo a mesma, das experiências associativas da região, a do Assentamento Dona Antonia é a mais bem-sucedida¹⁴⁵, pois é melhor organizada, quando comparada a outras existentes, a exemplo de Gurugi e Barra de Gramame.

Duas outras mulheres comercializam individualmente. Idosas, as Entrevistadas 06 e 07, que vendem respectivamente, plantas ornamentais e medicinais e ervas, condimentos e temperos na Feira dos Aromas, não se furtaram em contar suas experiências. A Entrevistada 06, aposentada, moradora de João Pessoa, utiliza o espaço para vender plantas que cultiva em casa e também para revender. Os recursos servem para complementar a renda. Vestida com um colete da Cooperativa Terra Forte de Pitimbú a Entrevistada 06 relata que as plantas que comercializa, em parte deriva do cultivo daquela cooperativa. As vendas também são realizadas em outras feiras, em especial aquelas realizadas em João Pessoa e especializadas em plantas.

Já a Entrevistada 07, também aposentada, configura-se como revendedora já que lida com produtos comprados prontos, mas com os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, consegue falar com desenvoltura sobre os condimentos e temperos, dando dicas aos clientes de como combiná-los. É moradora de João Pessoa e usa os recursos auferidos na comercialização também para complementar a renda. Traz alguns produtos cultivados na cidade de Pilar, como chachambá, cidreira, colônia e capim santo, fazendo o processo de secagem em casa. Seus produtos são acondicionados adequadamente e divididos em pequenas porções para a venda.

Muitas são as facetas de uma feira: ela pode ser observada pela perspectiva da renda, pela eliminação da figura do atravessador, pela facilitação do escoamento da

¹⁴⁴ No Assentamento Dona Antonia, por exemplo, existe, segundo as Entrevistadas 04 e 05, uma grande líder, identificada como Rosilda que, além de ter exercido papel ativo na luta pela terra, permanece encaminhando as demandas da população local.

¹⁴⁵ Em termos do registro legal e de fundo de reserva para ser utilizado em momentos de emergência.

produção, por aproximar o produtor do consumidor... Porém, este pragmatismo fica em segundo plano quando os sujeitos que dela participam a veem como lugar de sentimento, de partilha. E a proposta da Feira dos Aromas como espaço que reúne sabores, cheiros, cores e sons, capta a essência e a riqueza das vivências ali experienciadas. As últimas entrevistadas chamam a atenção para a feira como espaço de convivência, de troca de experiências e como lugar para a construção de amizades. A Entrevistada 06 resume: “[...] é bom que a gente tá conversando com as amigas”. “Estou gostando porque fiz novas amizades [...] estou me agregando bem”, declara a Entrevistada 07.

6.2.3 A Feira agroecológica da EcoVárzea: exemplo de solidez

A Feira da EcoVárzea, Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana, experiência de comercialização agroecológica prestes a completar 23 anos de existência é bastante conhecida e consolidada na Paraíba. Diversos estudos contam a partir das mais variadas perspectivas, o processo de formação, institucionalização e consolidação deste espaço de comercialização.

Formada por agricultores e agricultoras de 07 assentamentos e 01 acampamento, tem grande abrangência territorial já que envolve 5 municípios: Sapé, Cruz do Espírito Santo, Conde, Pitimbu e João Pessoa¹⁴⁶. Amparada pelo apoio institucional da Cáritas Arquidiocesana/PB, da Comissão Pastoral da Terra e pelo mandato popular do Deputado Frei Anastácio, a EcoVárzea passou por algumas experimentações no bairro de Mangabeira no ano de 2001 para em 2002 instalar-se na UFPB (Oliveira, 2010; Santos, 2021). Atualmente a Ecovárzea é responsável por duas feiras que acontecem no IFPB às terças-feiras e na UFPB, todas as sextas-feiras.

No ponto de comercialização da UFPB, um primeiro contato foi realizado com o técnico agrícola Luiz Pereira de Sena, indicado pela Comissão Pastoral da Terra para fornecer assistência técnica aos sócios agricultores da EcoVárzea. O profissional relata que, passada a fase inicial de fundação, estruturação da associação e formação técnica, até hoje ainda frequenta a feira em virtude das relações de amizade que construiu com os agricultores e por reconhecer naquela iniciativa, um elemento importante de valorização e transformação social.

A seguir, imagens da Feira da EcoVárzea no Campus I da UFPB..

¹⁴⁶ Municípios pertencentes à Região Geográfica Intermediária de João Pessoa.

Figura 35: Imagem panorâmica da Feira da EcoVárzea



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.

Figura 36: Comercialização na Feira da EcoVárzea



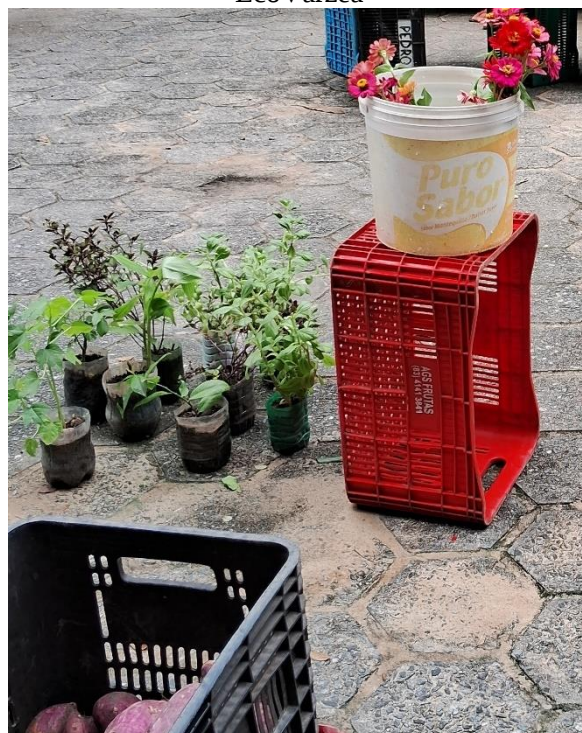
Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.

Figura 37: Produtos à venda na Feira da EcoVárzea



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.

Figura 38: Flores e plantas à venda na Feira da EcoVárzea



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.

A Entrevistada 08, idosa, associada da EcoVárzea há 5 anos, vende hortaliças, coco, feijão e frutas na Feira da EcoVárzea na UFPB e na IFPB e relata que sua rotina em

dia de feira começa às 3h30m e só finaliza às 13h. Moradora do Acampamento Dona Helena da cidade paraibana Cruz do Espírito Santo, declara que em sua produção, trabalham ela, o esposo, o enteado e mais duas pessoas remuneradas pela família, uma na produção e outra na casa com os trabalhos domésticos. Além disso, sua filha é agregada no processo, quando necessário, no trabalho da colheita. Sua história de trabalho antes de ingressar na agricultura foi dividida entre a ocupação numa usina da região e a ocupação que teve como doméstica em João Pessoa.

Eu trabalhei muito em usina sabe irmã? Cortava cana, carregava água pros peão, plantava também, eu fiz de tudo um pouco de usina, até carro de cana eu enchi. É... Outra coisa também, eu trabalhei de doméstica também aqui em João Pessoa. Só que eu agora me sinto mais realizada porque assim, é uma coisa minha e eu gosto de fazer isso aqui [...] Eu amo trabalhar com isso aqui, gosto muito (Entrevistada 08).

Já a Entrevistada 09 e o Entrevistado 10, são idosos, casados, e plantam, colhem e negociam juntos na Feira da EcoVárzea, na UFPB, às sextas e no IFPB, às terças. Vendem hortaliças e ovos caipiras e relatam que a sua história de trabalho na cidade de Cruz do Espírito Santo também está ligada às usinas da região, neste caso ao corte da cana-de-açúcar. Por ser uma atividade muito estafante do ponto de vista físico, os agricultores, por iniciativa da esposa, decidiram fazer uma horta no lote de terra que conquistaram no Acampamento Dona Helena. A Entrevistada 09 relata como foi tomada esta decisão.

Ele chegava em casa muito machucado né? As mãos dele... as unha dele parecia que tinha sido machucada chega, chegava como fosse sangue pisado nas unha. Aí ele dizia que era por causa do facão e a luva que fazia aquilo [...] E eu não sei como era que ele aguentava aquilo não. [...] Eu digo, rapaz tu ganhasse um motor aí, tem o açude da comunidade né? Vamo fazer outra estratégia, vamo sair disso aí, né? Então teve um menino lá que vendeu a ele, vendeu não, deu um motor né? E até hoje a gente luta com essas coisas porque eu disse, tu sai do corte de cana e a gente vai trabalhar com a agricultura, né, com hortaliça pra ver se dá certo, se der certo a gente fica né? E ele entrou numa reunião da comunidade e aí a gente... aí deu tudo certo e até hoje, em nome de Jesus estamos por aqui... (Entrevistada 09).

Após montarem a estrutura necessária para a produção, o que levou alguns anos, o Entrevistado 10 frequentou por 4 meses a reunião da Associação EcoVárzea no sentido de entender seu funcionamento até que se associou, permanecendo nesta condição há mais de 17 anos.

Ao falar da sua experiência na Associação, da qual é parte como membro da diretoria, o Entrevistado 10, admite que não aprecia reuniões, mas reconhece a importância da rotina associativa para o bom funcionamento das feiras. É lá que reivindica melhor estrutura para a feira da UFPB. Ele relata que as barracas fornecidas deixam a desejar, pois tanto os clientes quando os comerciantes em alguns momentos do dia, recebem diretamente a luz do sol por falta de proteção, e quando chove, ficam expostos também. Este cenário não se repete na feira do IFPB que apresenta, segundo sua opinião uma melhor estrutura relativa a qualidade das barracas.

O Entrevistado 10 conta que as vendas de sua produção são suficientes para o sustento da família, composta por ele, a esposa e dois filhos. Um dos filhos os ajuda na agricultura e o outro trabalha na Usina. O Entrevistado 10 relata, com emoção, a melhoria da condição de vida de sua família após ter conseguido sair do trabalho árduo do corte de cana. Além disso, ele reconhece a importância do lugar que ocupa na sociedade, ao mesmo tempo em que conta da sua realização pessoal quando da produção de hortaliças.

Melhorou... melhorou bastante viu? Porque, porque a gente trabalhando direitinho... Eu mesmo eu quero, eu quero tá aqui e não quero tá, cortando, no leito, cortando cana [...] Porque aqui você tá trabalhando pra você. Aliás, você tá trabalhando pra você e pro povo da cidade... Porque se num for a gente eles num come. Entendeu? É, é.. E por aí a vida, a vida continua, né? A vida, a vida nossa, continua. A do povo da cidade também. É! E a gente... e a gente trabalha, a gente trabalha, luta. Aí chega o dia, que nem tamo aqui hoje, de trazer os produto pra mesa dos consumidor. E eu acho muito bonito isso e tenho uma gratifica... uma gratificação, imensa através disso... Porque ali eu tô trabalhando, tô plantando, não tô pensando só em mim eu tô pensando nos meus cliente. É, é... Entendeu? (Entrevistado 10).

Os agricultores escutados declararam que os rendimentos obtidos com a produção agrícola são suficientes para manter suas sobrevivências, a exemplo da Entrevistada 09 e do Entrevistado 10. A Entrevistada 08 que é aposentada, usa o recurso obtido com a comercialização como complemento da renda familiar.

Meu marido também ele... a gente num... é... ele tem um benefíciozinho que ele recebe também mas... a gente não parou de trabalhar... [...] E nem quero parar. Só no dia que Deus quiser, que eu pare, aí eu paro. Mas enquanto eu tiver podendo eu quero trabalhar... É o que eu gosto de fazer, isso aqui, gosto de mexer na terra. [...] Pois é, à vista de quem morava num barraco de madeira, que num tinha barro nem nada nas parede, graças a Deus que eu vivo numa casa e tô aqui viva em nome de Jesus (Entrevistada 08).

O técnico Luiz Pereira de Sena, ressalta que os agricultores familiares que participam da EcoVárzea, além de terem recebido a assistência técnica produtiva agroecológica e consequente certificação, receberam formação sobre a economia solidária e executam todo o processo de comercialização coletivamente. Tal afirmação pôde ser constatada não só a partir das experiências relatadas pelos entrevistados como também pelo estatuto da Associação em seu segundo artigo: “[...] Artigo 2º - A EcoVárzea se constitui como uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia solidária” (EcoVárzea, 2014, p. 1).

6.2.4 Registros da Feira do Cecaf

Outro ponto de comercialização visitado foi o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar João Pedro Teixeira, situado na Avenida Hilton Souto Maior, 1112, no bairro José Américo em João Pessoa. Fundado em 2015, o equipamento público construído e mantido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, fornece espaço apropriado para a comercialização dos produtos da agricultura familiar em duas feiras fixas semanais, às quintas-feiras e aos sábados, das 04h às 12h.

As imagens a seguir reproduzem a estrutura externa e parte interna do Cecaf.

Figura 39: Fachada do Cecaf



Fonte: Imagem de domínio público.

Figura 40: Estrutura física do Cecaf



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.

Figura 41: Hortaliças do Cecaf



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.

Figura 42: Comercialização no Cecaf



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.

Na intenção de perceber a diferença entre a dinâmica presente nos espaços de comercialização amparados pelos princípios solidários e aquela em que predomina as iniciativas individuais, foram ouvidos dois agricultores que ofertam seus produtos no Cecaf¹⁴⁷.

O Entrevistado 11, de meia idade, itapororoquense, trabalha na agricultura há 10 anos e negocia no Cecaf há 8 anos, desde sua fundação. Comercializa nas feiras do Cecaf nas quintas-feiras e nos sábados e também nas feiras de Mamanguape aos domingos e Itapororoca às segundas-feiras. A renda familiar deriva da comercialização nas feiras e também do fornecimento de hortaliças para a merenda escolar em Itapororoca.

Ao ser perguntado se participa de alguma iniciativa coletiva informa que já recebeu convites, mas optou por não se associar em virtude da rotina exigida pelo trabalho: “Eu não participo porque não tenho tempo pra isso né? A gente sai daqui... Da

¹⁴⁷ A SESAES promoveu, em maio de 2021 em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a 1ª Feira Solidária do Cecaf. Na oportunidade, 31 empreendimentos de economia solidária acompanhados pela secretaria participaram do evento entre os dias 05 e 08 de maio de 2021. A realização do evento também teve caráter filantrópico, pois na intenção de ajudar instituições e pessoas vulneráveis na pandemia, foi coletada mais de 1 tonelada de alimentos para doações. Na feira foram comercializados produtos da gastronomia, da agricultura familiar e produtos do artesanato (Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/feira-solidaria-da-agricultura-familiar-do-cecaf-tambem-comercializa-artesanato-e-recebe-doacoes-de-generos-alimenticios>; <https://boomnamidia.com.br/1a-feira-solidaria-da-cecaf-encerra-atividades-com-arrecadacao-de-mais-de-uma-tonelada-de-alimentos/> Acesso em: 12 dez. 2023).

feira pro roçado, da feira pro roçado...” No roçado do Entrevistado 11, o trabalho é executado pela família (ele, a esposa e os filhos) e mais três trabalhadores contratados por ele (que trabalham às terças, quartas e quintas-feiras). Os trabalhadores extras são utilizados no processo da plantação, pois a colheita é realizada por todos os membros da família.

Por fim, o Entrevistado 11 ressalta sua satisfação em trabalhar de forma autônoma, independente do regramento alheio. “Ali eu tô trabalhando pra eu né? Ali... trabalho a hora que eu quero, quando num quero num trabalho, quando num quero... Tomo uma fuga mais à vontade... e pros outro tem que tá ali, todo dia e toda hora né?”

A Entrevistada 12, de meia idade, vem do município de Itapororoca e transporta seus produtos em carro próprio. Comercializa hortaliças apenas no Cecaf às quintas e sábados por escolha: “porque se eu deixar meu roçado pra ir pra outras feiras eu não vou plantar, eu não vou plantar... Como é que eu vou plantar, ter aquilo no roçado se eu tô na feira todo dia?”

Relata que não participa de atividades associativas. Desde os 7 anos trabalha. Começou trabalhando com o pai plantando abacaxis, trabalhou 10 anos como doméstica, voltou a trabalhar alugado limpando abacaxi e cana-de-açúcar. Quando seus 7 filhos iniciaram a vida adulta, conseguiu se estruturar em seu lote de terra. Trabalha atualmente em família e consegue remunerar três trabalhadores.

Os membros das famílias não são remunerados quando trabalham, mas retiram da plantação tudo o que necessitam: “eu tendo, os meus filhos não vai comprar...”, argumenta a Entrevistada 12. Líder da família, ela decide o que plantar, divide os trabalhos entre os familiares e daí retira o sustento familiar. A mesma considera uma conquista a sobrevivência pela agricultura.

Me sinto muito feliz no meu roçado, quando eu chego lá, meus carneiros, meus porco, minha horta uma maravilha de Deus. Eu me sinto feliz [...] E aquela liberdade que a gente temo e alegria também... [...] Olha só como é gostoso, lindo, maravilhoso¹⁴⁸! É abrobrinha, é pementão... É muita coisa fia... Eu sei... A gente num se sente feliz com um negócio desse? [...] É onde eu vivo e me sinto feliz... muito feliz, muito feliz... Me sinto muuuito feliz, num minto pra ninguém porque a gente se sente feliz só de tá ali dentro aplantando um pé de cebola, aplantando uma semente de quiabo, aplantando um lerão de couve, outro de alface [...] as toceiras muito maravilhosas, a gente cheia de alegria [...] o que eu tenho a dizer a você de roçado é isso: que eu me sinto muito feliz no meu roçado (Entrevistada 12).

¹⁴⁸ A agricultora argumenta mostrando imagens da sua horta em seu telefone celular.

Tanto a fala da Entrevistada 12 que finaliza este tópico, quanto as falas dos agricultores apresentadas anteriormente, são carregadas de elementos aparentemente contraditórios. De um lado, os relatos resgatam a labuta diária, dura e fatigante, vivenciada em longos dias de trabalho no campo e aliada ao cansaço dos deslocamentos para as feiras, realizados, sobretudo, na madrugada; de outro, as falas revelam a realização pessoal com este mesmo trabalho e a satisfação que se inicia no momento da colheita e se estende até o contato final com o consumidor dos produtos. Logo, a forma como os camponeses associam o trabalho ao sentimento de realização, indica que estes têm consciência da sua importância e do papel que exercem na sociedade.

6.3 Contemplar para enfim refletir: considerações sobre as vivências solidárias

Além das experiências das feiras agroecológicas relatadas neste trabalho, registram-se no território paraibano inúmeras iniciativas voltadas à agricultura familiar adotadas e fomentadas pela iniciativa pública ou não, de alcance estadual ou restrito a determinadas áreas geográficas e que produzem importantes transformações territoriais. Vale a pena ressaltar as ações da SEAFDS levantadas pelo atual secretário, em especial, o Banco de Sementes, o Recatingamento, o Programa de Recuperação, Expansão e Fortalecimento da Cajucultura e o Programa de Raças Nativas. Não há dúvida que estes planos valorizam o trabalho agrícola familiar por meio do respeito às vocações produtivas de cada local e do estímulo ao manejo produtivo que prioriza o desenvolvimento sustentável. Para mais, essas ações terminam por incentivar a permanência dos agricultores em seus territórios fortalecendo as relações produtivas preexistentes e alicerçando as relações solidárias de trabalho comuns na agricultura familiar.

No âmbito das iniciativas organizadas pela sociedade civil na Paraíba importante destacar as ações da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia.¹⁴⁹ Constituída como uma associação sem fins lucrativos, a instituição desenvolve atividades que visam fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, na região de abrangência do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar de Borborema.¹⁵⁰ A seguir a descrição da experiência da associação contida em

¹⁴⁹ Atuando desde 1983, a sede da AS-PTA na Paraíba está localizada no Centro Agroecológico São Miguel no município de Esperança. A associação também tem atuação no estado do Paraná.

¹⁵⁰ O Polo compreende a atuação de associações e sindicatos sediados nos seguintes municípios paraibanos: Solânea, Casserengue, Arara, Algodão de Jandaíra, Remígio, Esperança, Areial, Montadas, Lagoa de Roça, Alagoa Nova, Matinhas, São Sebastião de Lagoa de Roça e Queimadas.

seu sítio eletrônico, que além desta informação, reúne registros e bibliografias sobre atividades e suas áreas de atuação.

A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos da sociedade para influenciar elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas (AS-PTA, 2024).

Todas as ações da AS-PTA e do próprio Polo da Borborema visam contribuir para o desenvolvimento territorial feito no âmbito coletivo, valorizando o cultivo agroecológico e as ações coletivas desenvolvidas nas associações e sindicatos. O Programa Sementes da Paixão é uma ação consolidada e tem promovido o desenvolvimento territorial na Paraíba (Oliveira, 2021; ASPTA, 2024). As sementes locais são tratadas como patrimônio genético e cultural e dão sustentabilidade às práticas coletivas já que o Banco de Sementes é comunitário e abastecido pelos próprios agricultores (ASPTA, 2024).

Conforme apresentado em Silva (2019), mesmo sendo instituições independentes, a atuação da AS-PTA e do Polo da Borborema se complementam mutuamente já que têm objetivos similares. Assim, as transformações territoriais observadas na região-alvo dessas instituições não se restringem apenas à reprodução da sobrevivência, mas também se revelam por meio da formação de sujeitos políticos que valorizam suas vivências e experiências o que fortalece os movimentos de resistência no campo.

O desenvolvimento sustentável também é objetivo das ações do Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada (PATAC)¹⁵¹. Através de parceria firmada com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o Programa firma parcerias para fornecer tecnologias sociais que facilitam o desenvolvimento das atividades camponesas, destinadas ao “[...] manejo dos recursos hídricos, manejo dos sistemas de criação animal e da vegetação nativa, cidadania, políticas públicas e desenvolvimento local e desenvolvimento institucional” (PATAC, 2024). Deste modo, o PATAC estimula a

¹⁵¹ O PATAC está sediado em Campina Grande e foi fundado em 1970.

transformação territorial amparada na sustentabilidade socioambiental mediante estímulo às práticas agroecológicas e formação sociopolítica do público-alvo.

Por fim, o levantamento realizado ao longo deste trabalho demonstrou a importância da agricultura familiar e economia solidária para o desenvolvimento rural e por consequência para o desenvolvimento territorial. Lançando o olhar para as feiras da agricultura familiar (agroecológicas ou não), observadas neste trabalho percebe-se que elas têm muitas características em comum. Organizadas em sua maioria, por coletivos de agricultores unidos sob as formas de associações, cooperativas ou grupos informais, estes espaços de comercialização ofertam não só os produtos, mas as memórias e as lutas daqueles que sobrevivem da terra. Das quatro feiras visitadas, em três delas foram identificadas práticas produtivas e de comercialização, reproduzidas sob os princípios da solidariedade, cooperação e da autogestão. E mesmo nos espaços não solidários, ou seja, naqueles em que a prática solidária não é dominante, verificaram-se vivências embasadas pela solidariedade e ajuda mútua.

As práticas solidárias como visto, se estendem a outras dimensões e interfaces. O respeito à diversidade e ao meio ambiente é uma preocupação social cada vez mais premente. No campo, a dimensão ambiental toma corpo à medida que o consumo consciente ganha adeptos. A produção agroecológica tem suprido a necessidade de um público-consumidor cada vez mais exigente quanto à sustentabilidade ambiental.

De outro lado, a institucionalização recente dos espaços de comercialização agroecológicos tem como objetivo a autoproteção contra a figura do atravessador. Como já observado por Santos (2010, p. 194-195), surgem neste processo frações de território amparadas nestas novas relações camponesas, que lhe dão características próprias.

A desvinculação aos atravessadores e a consolidação de uma produção e comercialização assentadas na agroecologia, possibilitaram, além de uma melhoria na renda, o empreendimento de uma série de transformações nas relações sociais estabelecidas pelos camponeses, entre si (por meio de sua organização), e com a sociedade como um todo. Neste processo, foram sendo configuradas frações camponesas do território dotadas de um significado político próprio. Estas frações territoriais revelam a materialização de uma estratégia coletiva, de classe, orientada ao alcance da autonomia camponesa sobre o trabalho familiar e seus frutos (Santos, 2010, p. 194-195).

A proliferação dessas iniciativas promove mudanças significativas nos territórios camponeses, dotando-os de uma dinâmica própria que fortalece, inclusive, os laços solidários tão característicos das relações sociais ali estabelecidas. Os levantamentos

recentes destas iniciativas na Paraíba mostram a consolidação e proliferação de uma estratégia que não resta dúvida, se encaixa como ato de resistência. Afinal, somadas às lutas e conquistas passadas, os agricultores familiares resistem no presente e constroem o futuro. Resistem lutando pelo direito de trabalhar na terra; resistem quando encaram e eliminam a figura do atravessador; resistem “ousando” produzir fora dos moldes ditados pelo capitalismo; resistem estimulando as relações solidárias; resistem encarando o poder do agronegócio; e por fim, resistem ao utilizar formas não-predatórias ao meio ambiente, estimulando o consumo consciente.

O capitalismo no campo monopoliza não só a terra, a água, e as sementes, como também as relações sociais e os regimes alimentares, portanto, o campesinato recriado a partir da Reforma Agrária, estabelece uma luta constante para manter a autonomia dos meios de produção e para construir uma comercialização alternativa, fundamentada nos circuitos curtos e na economia solidária (Oliveira, 2021, p. 246).

Tornou-se uma prática principalmente daqueles produtores que concorrem com a agroecologia, associar os produtos daí derivados a preços mais altos. Entretanto, *in loco*, na Feira do Centro Administrativo Estadual e na Feira da EcoVárzea constatou-se que o preço médio de comercialização dos produtos das plantas, hortaliças, frutas, raízes e produtos beneficiados da agricultura familiar, não estavam acima do preço médio das demais feiras. Por exemplo, a batata doce que à época da pesquisa custava R\$ 3,00 o quilo e o molho de coentro que custava R\$ 2,50, acompanhavam o preço médio.

Chama a atenção o protagonismo das mulheres, tanto no que diz respeito à gestão (é de uma mulher a gestão da SESAES e são duas mulheres que administram a Casa de Economia Solidária de Sumé), quanto na produção e comercialização dos produtos oferecidos na feira (dos 12 entrevistados, 9 eram camponesas). As mulheres também foram lembradas como fortes lideranças comunitárias e exemplos de altivez na luta pela reforma agrária. E nos casos observados, foram as mulheres que tomaram a iniciativa de buscar a emancipação por meio do trabalho não assalariado.

Infelizmente, quando o olhar se volta para as ações públicas relativas à economia solidária na Paraíba, percebe-se que a falta de continuidade na gestão da SESAES tem prejudicado o planejamento das ações. Após a guinada inicial que institucionalizou a economia solidária no rol das políticas públicas e supriu determinadas regiões com equipamentos públicos, a SESAES tenta organizar as pautas do setor. Em relação ao

segmento do artesanato, o EcoParaíba tem suprido as necessidades, mas quando se observa as ações da pasta voltadas à agricultura familiar percebe-se que o campo de ação se encontra bastante restrito e a secretaria acaba perdendo espaço para outras instâncias do poder público. Tomemos como exemplo a administração municipal pessoense que consegue suprir o município com sete feiras agroecológicas só com o Projeto Cinturão Verde conforme já apresentado no Quadro 10.

Por fim, apesar de perceber que os agricultores que participaram da pesquisa detêm certa autonomia em suas atividades, muitos deles carecem de assistência técnica produtiva, dos selos de certificação para os produtos beneficiados, de auxílio no transporte das mercadorias para o local da comercialização e de melhor estruturação dos espaços de comercialização. À medida que estes sujeitos sociais externam seus desejos, anseios e demandas, percebe-se que apesar de terem suas ações restritas a determinados territórios, os mesmos detêm o conhecimento de que suas práticas possuem relevância na dinâmica social na qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária, objeto de pesquisa desta tese, tem sua gênese identificada a partir dos movimentos trabalhistas iniciados no século XIX. O recente crescimento das iniciativas solidárias fez proliferar também os estudos acerca do fenômeno. O conceito de economia solidária ainda está em construção, mas pode ser resumido como o rol de empreendimentos econômicos que produzem e se reproduzem ancorados nos princípios da cooperação, autogestão e solidariedade. Logo, os empreendimentos econômicos solidários correspondem a uma das formas de manifestação da economia solidária, constituindo-se numa das categorias que integram este universo. Junto a eles estão as entidades de apoio e fomento, a representação dos governos em todas as esferas, os movimentos sociais e demais organizações.

Abordada neste trabalho como uma prática anticapitalista em nível da resistência (Wright, 2019) a economia solidária é tema controverso no que diz respeito à sua gênese e às teses emancipatórias, revolucionárias e de confronto ao capital. Por vezes, associada simplesmente à economia dos mais vulneráveis ela é vista com desconfiança pelo aparato teórico da Economia Tradicional e também entre os marxistas. De fato, a economia solidária representa uma via de escape ao desemprego, mas não se pode resumi-la a isso. Ela é também expressão da vontade de um sujeito social, característico, que deve respaldado o direito de reproduzir sua sobrevivência fora dos princípios excludentes e competitivos impostos pelo capitalismo.

Há ainda um grande receio demonstrado pela maioria dos pesquisadores em economia solidária de que a discussão da temática fique ligada apenas aos aspectos econômicos, de maximização de resultados. Tal preocupação está presente nos constantes alertas para que as análises da economia solidária não se deixem “camuflar” ou “dominar” pelo economicismo¹⁵².

Neste sentido, a apropriação do conhecimento desta temática é uma forma eficiente de visibilizar uma atividade que embora pareça minúscula, irrelevante ou

¹⁵² A meu ver, estas preocupações geraram um efeito perverso: fizeram com que os estudiosos da economia solidária afastassem suas análises da dimensão econômica e da própria Ciência Econômica reforçando a tese de que para os economistas só existe uma economia, a capitalista. Entretanto, como ciência social, a Economia dispõe de áreas e instrumentos analíticos adequados à análise da economia solidária. Resta a esta, conduzir e integrar estudos multidimensionais e multidisciplinares que relacionem a importância da Outra Economia.

utópica, representa a escolha de muitos trabalhadores, que, organizados, passaram a reivindicá-la como um direito.

O desenvolvimento solidário preconizado por Singer (2004) ambienta uma nova forma de reprodução social antagônica ao desenvolvimento capitalista. Assim, a economia solidária por meio da atuação dos EESs estimula o desenvolvimento territorial amparado em estratégias de resistência que se manifestam pela gestão coletiva da produção e da comercialização, pela proteção ao meio ambiente, à cultura, aos povos e comunidades tradicionais e pelo respeito à diversidade.

Os Mapeamentos realizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária lançaram luz sobre a importância das iniciativas solidárias principalmente para o desenvolvimento territorial. De outro lado, estes registros da prática solidária ao longo do tempo no Brasil, a visibilizou, fortalecendo as pautas dos sujeitos que dela participam. Além disso, neste percurso, o Movimento Nacional de Economia Solidária foi amadurecendo e fortalecendo os vínculos com o setor público, que passou a definir nacionalmente e em nível estadual e municipal, políticas públicas específicas para a economia solidária.

Entretanto, as políticas públicas de economia solidária sofrem revezes dependendo do espectro político da gestão em âmbito federal e estadual. O período compreendido entre 2016 e 2022 figura como exemplo de retrocesso promovido pela administração federal no rol das políticas voltadas às camadas populares. A ojeriza aos movimentos de iniciativa popular foi materializada através dos desmontes de todas as políticas sociais, inclusive as de economia solidária.

A atuação do setor público no apoio, divulgação e fornecimento de crédito aos empreendimentos solidários, figura como alternativa de política pública no rol daquelas ações tradicionais voltadas ao mercado de força de trabalho formal. O estudo de Kuyven (2016) corroborou que, tomando como base a renda, o rendimento médio do trabalhador sócio de EES se equipara ao do trabalhador ocupado no mercado formal e que os grupos menos favorecidos são os que mais se beneficiam do trabalho solidário.

Na ambiência da pandemia do coronavírus, por exemplo, o impacto negativo sobre o emprego foi amortizado em virtude das inúmeras estratégias que as iniciativas solidárias desenvolveram para proteger a renda e a ocupação dos trabalhadores associados. Com o isolamento social estabelecido, as primeiras providências destinadas a evitar o contágio e a proliferação do vírus foram a provisão alimentar dos sócios dos EESs e a distribuição de máscaras de proteção, ações que uniram o movimento da

economia solidária e parceiros. Em um segundo momento, a estratégia se voltou para manter a renda que foi comprometida em virtude do isolamento social a partir da criação de novas estratégias de comercialização e redirecionamentos da produção. Por fim, à medida que a pandemia arrefecia, os estudos indicavam a importância da economia solidária não só para experiências localizadas de sustentação econômica, mas para a demonstração de que um projeto de desenvolvimento que prioriza a ética, o respeito interpessoal e ao meio ambiente é viável e possível.

Quando se volta o olhar para a perspectiva regional, percebe-se que, tanto no Nordeste quanto na Paraíba, a maioria dos EESs está sediada no meio rural. E na Paraíba, há predominância das práticas solidárias no segmento da agricultura familiar. Solidária por natureza, a agricultura familiar se destaca por garantir o abastecimento alimentar interno e à medida que o setor passa a aderir à prática agroecológica, o setor passa a operar sob os princípios solidários.

A construção de uma nova cultura econômica passa pelo resgate das vivências de reciprocidade outrora utilizadas e destruídas pelo capitalismo. Para tanto, precisamos alterar a centralidade da atividade econômica, deslocando o seu foco do único objetivo de geração de lucro para a busca do bem viver dos seres humanos nela implicados. E, para tanto, rediscutir a noção de mercado, considerando-o como lugar de troca de excedentes e rearticulando-o com a reciprocidade ainda fortemente presente na lógica camponesa [...] (Dubeux; Batista, 2017, p. 239).

Articuladas à lógica camponesa, as experiências solidárias vivenciadas no rural paraibano, são integradas aos elementos de resistência já intrínsecos àquele ambiente. A produção agroecológica e a comercialização fixa e itinerante que eliminaram a figura do atravessador, são exemplos práticos da resistência camponesa e transformam os territórios nos quais estão inseridas em ambientes reprodutores de uma lógica anticapitalista. Ou seja, “[...] a territorialidade camponesa estabelece relações de trabalho emancipadoras, e o modo de vida camponês (cooperação, solidariedade, preservação da natureza) se torna um instrumento de resistência” (Oliveira, 2021, p. 247).

A economia solidária necessita de políticas públicas bem definidas que, principalmente garantam o direito de a prática continuar existindo. Tais ações, observadas aqui apenas para um segmento, possuem ampla margem de atuação em virtude da existência de outros segmentos e interfaces incorporados pela economia solidária.

Neste trabalho se realizou um apanhado das políticas públicas em âmbito estadual que dão suporte às práticas solidárias no segmento da agricultura familiar. Afinal, são “[...] as ações do Estado quem produzem a hierarquia dos lugares contidos no seu território através da implantação de infraestruturas que definem as suas capacidades técnica e humana de desenvolvimento” (Godoy, 2008, p. 12).

Concluiu-se que na Paraíba, tanto a SESAES quanto a SEAFDS possuem aparato institucional de suporte às iniciativas solidárias. A SESAES fomenta e apoia a realização de feiras agroecológicas para atender os EESs da agricultura familiar a partir de seleção realizada pelo EcoParaíba e pelas Casas de Economia Solidária. Outra ação voltada ao segmento é a execução de ações voltadas à compra da produção agrícola familiar. Através do PAA-CDS, a secretaria realiza a compra de produtos do EESs de agricultores familiares para doação simultânea à população que sofre com a insegurança alimentar. Também são executadas pela SESAES as Compras Emergenciais e Institucionais, utilizadas para suprir também com doações as necessidades de instituições públicas ou filantrópicas, a exemplo de hospitais.

A SEAFDS por sua vez, possui uma estrutura de funcionamento totalmente voltada ao atendimento ao segmento da agricultura familiar e tem em execução uma série de ações que se estendem a pecuária e a agricultura e aos mais diversos aspectos da reprodução camponesa. As ações vão desde a educação camponesa (encontros, palestras, cursos técnicos, debates) até o estímulo de práticas produtivas como o banco de sementes e a criação animal de raças nativas.

Entretanto, falta integração entre a SESAES e a SEAFDS, principalmente no que diz respeito às possíveis parcerias entre as mesmas que poderiam dar maior visibilidade e estímulo às práticas solidárias no âmbito da agricultura familiar. A divulgação dos princípios do associativismo e da agroecologia, por exemplo, poderia ser uma forma de democratizar a informação aos agricultores, oferecendo-lhes alternativas de resistência à acumulação capitalista. No entanto, a execução das ações acontece quase que isoladamente embora o segmento atendido seja o mesmo, e a integração passa a ser de ocorrência esporádica a exemplo da FENAFES.

Nas falas dos sujeitos da pesquisa percebe-se que eles reconhecem não só a relevância da atividade que executam, mas também o lugar que ocupam na sociedade. Seus posicionamentos críticos e obstinados, refletem a resiliência e a resistência de quem vive e sobrevive na labuta diária do processo de reprodução camponesa.

Por fim, as experiências solidárias observadas no segmento da agricultura familiar paraibana encerram várias formas de resistência que não se limitam às formas cotidianas apresentadas em Scott (2002). As estratégias de resistência são evidenciadas a partir do esforço contínuo dos sujeitos sociais que aderiram à prática solidária. A resistência se verifica através da consolidação do movimento social da economia solidária, da conquista e implementação de políticas públicas voltadas ao setor, da formação política fornecida pelos equipamentos públicos de economia solidária, do direito de vivenciar outra economia, das práticas solitárias de solidariedade, da busca pelo bem viver coletivamente, enfim... Todas essas manifestações são resistências que contribuem para as estratégias anticapitalistas no século XXI, conforme os apontamentos de Wright (2019).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Editora Hucitec; ANPOCS; Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: IPEA, Texto para discussão n. 0641, abril de 1999.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Editora do Senado, 1994.

ALMEIDA JÚNIOR, A. C. **O Materialismo Dialético Aplicado à Transição Entre Capitalismo e Comunismo**: um resgate da teoria dos modos de produção. In: XVII Encontro Nacional de Economia Política. Desenvolvimento e Meio Ambiente: a crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: SEP, 2012.

ALVES, Juliano Nunes; FLAVIANO, Viviane; KLEIN, Leander Luiz; LÖBLER, Mauri Leodir; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, Paper 1, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016. pp. 243-257.

AMORIM, Andressa Nunes. **Economia Solidária – princípios e contradições**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício; LIMA, Roberto Alves; MACAMBIRA, Júnior. **Feiras agroecológicas**: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

AQUINO, Joacir Rufino; ALVES, Maria Odete; VIDAL, Maria de Fátima. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, número especial, Fortaleza, 2020.

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luis Inácio. A Economia Solidária diante das desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, 2007. pp. 499-533.

AS-PTA. Aspta. 2024. Quem somos. Disponível em: <https://aspta.org.br/quem-somos/> Acesso em: 27 jan. 2024.

ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2013. Disponível em: <http://atlas.sies.org.br/> Acesso em: 21 out. 2021.

ÁVILA, Carla Silva de. Gênero, raça e classe: um debate necessário junto aos empreendimentos de Economia Solidária no sul do Rio Grande do Sul. In: VECHIA,

Renato da Silva Della.; SANTOS, Aline Mendonça dos.; NUNES, Tiago de Garcia. (Orgs.) **Autogestão e extensão universitária: 20 anos de história**. São Paulo: Lutas Anticapital, 2019.

BARBOSA, Sérgio Araújo. **Políticas e ações em economia solidária da Secretaria do Desenvolvimento Humano no Estado da Paraíba. 2011-2019**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. Rio de Janeiro: **Cadernos EBAPE**, v. 7, n. 2, Artigo 2, junho de 2009. pp. 200-213.

BATISTA, José Claudiano de Brito. **Políticas públicas de economia solidária na Paraíba: desafios e esperanças**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022.

BENZAQUEN, Júlia Figueredo; CARNEIRO, Vanderson; SARDÁ, Maurício. As incubadoras universitárias de economia solidária durante a pandemia: relato de ações da Incubes/UFPB e da Incubacoop/UFRPE. **IPEA – Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 69. Jul. 2020. pp. 139-148.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da Silva. (Orgs.) **20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Cáritas Brasileira: Brasília, maio de 2003.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. A nova centralidade do trabalho e o precariado: a economia solidária frente ao processo de crise e reestruturação do capitalismo. Cap. 1. In: MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela; SCHIOCHET, Valmor. (Orgs) **Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006. pp. 14-48.

BRASIL. **Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7775-4-julho-2012-613520-norma-pe.html>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.358 de 17 de novembro de 2010**. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares

Rurais. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 09 fev. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.606/2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Brasília: Câmara Federal, 2019a. 13p.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2019**. Acrescenta o inciso X ao art. 170 da Constituição Federal para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica. Brasília: Senado Federal, 2019b. 7p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023a.

BRASIL. **Plano plurianual 2024-2027**: mensagem presidencial. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023b.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da.; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII, n. 2, abr./maio/ jun. 2013.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) **A aventura antropológica. Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves; FARIA, M. S. **Economia solidária e sociedade**. UFPB: Coleção NUPLAR, 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba, Brasília: Via Campesina, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS DE ASSESSORIA (CEA). **Planos territoriais de economia solidária no Brasil**. Brasília: CEA; FBES, 2017.

COELHO, Lina. Economia da família. Verbete. In: HESPANHA, Pedro; GAIGER, L; CATTANI, D; LAVILLE, J. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coleção Políticas Sociais, n 1, Coimbra, Portugal: Almedina, 2009. pp. 114-119.

CORAGGIO, José Luis. ¿Qué es lo económico y que es otra política? In: LIANZA, S; CHEDID, F. (Orgs.). **A economia solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: SOLTEC/Pró-reitoria de extensão, UFRJ, 2012.

CORREA, Ana Paula Lopes de Souza. **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos na organização e sustentação da pequena produção familiar no Agreste Paraibano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

COSTA, Bianca A. Lima; JESUS, Paulo de. A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**. São Paulo, v. 2.2, 2017. pp. 241-264.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil: Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias: Contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DAL RI, Neusa Maria. (Org.) **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

DIEESE. **Referencial brasileiro para análise de empreendimentos de economia solidária (EES)**. São Paulo: DIEESE, 2014.

DIEESE. **Perfil da agricultura familiar na Paraíba**. Observatório da agricultura familiar da Paraíba (OAF – PB). São Paulo: DIEESE, 2022.

DOURADO, Ivan Penteado. **Economia solidária e antropologia econômica: etnografias da solidariedade brasileira**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

DUARTE, Laura Maria Goulart; WEHRMANN, Magda Eva S. de F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6, n. 23, 2006. pp. 14-28.

DUBEUX, Ana; BATISTA, Marcela Peixoto Batista. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017. pp. 227-249.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 16. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ECONOMIA solidária na Paraíba. O comércio justo acontece aqui. Governo do Estado da Paraíba. SESAES, s/d.

ECOVÁRZEA. Estatuto da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea Paraibana. Sapé. Set. 2004. pp. 1-6.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Ridendo Castigat Mores, 1876. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** São Paulo: Global, 1985.

FBES. **Documento orientador da VI Plenária Nacional de Economia Solidária.** Comissão Organizadora Nacional. Economia Solidária: autogestão como estratégia de resistência e alternativa à crise do capitalismo, na luta pela radicalização da democracia. 2019. Disponível em: <https://fbes.org.br/df/rumo-a-6a-plenaria/>.

FBES. UNICOPAS. **Transição do governo Lula 2023. Documento básico da economia solidária e cooperativismo solidário.** 2022. Disponível em: <https://fbes.org.br/download/1-transicao-do-governo-lula-2023-documento-basico-da-economia-solidaria-e-do-cooperativismo-solidario/>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2005.

FERRARINI, Adriane Vieira; GAIGER, Luiz Inácio; SCHIOCHET, Valmor. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, 2018. pp. 157-180.

FRANÇA, Bárbara Heliadora; BARBOSA, Érica; CASTRO, Rafaelle; SANTOS, Rodrigo. **Guia da Economia Solidária – ou porque não organizar cooperativas para populações carentes.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Economia solidária e movimentos sociais. Cap. 2. In: MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela; SCHIOCHET, Valmor. (Orgs.). **Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2006. pp. 49-92.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. In: ECOSOL. **Economia Solidária.** v. 1. UFF: Rio de Janeiro, s/d.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David. **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, dez. 2007. pp. 55-77.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento econômico solidário. Verbete. In HESPANHA, Pedro; & GAIGER, L; CATTANI, D; LAVILLE, J. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coleção Políticas Sociais, n. 1, Coimbra, Portugal: Almedina, 2009a.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, mar, 2009b. pp. 81-99.

GAIGER, Luiz Inácio. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. São Paulo. **Lua Nova**, 2011. pp. 79-109.

GAIGER, Luiz Inácio. Práticas Sociais e Conhecimento Acadêmico no Campo da Economia Solidária. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, n. 73, 1º semestre. 2012a. pp. 5-20.

GAIGER, Luiz Inácio. Por um Olhar Inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: UnB, v. 27. n. 02. Maio / Ago, 2012b. pp. 313-335.

GAIGER, Luiz Inácio. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da ABET**, v. 12, n. 1, jan/jun. 2013. pp. 1-24.

GAIGER, Luiz Inácio. Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária. **Otra Economía**, 8(14). enero-junio, 2014. pp. 99-111.

GAIGER, Luiz Inácio. From Informality to Popular Economy: distinguishing realities and connecting approaches¹. **Revista Ciências Sociais Unisinos**. janeiro/abril, 2019.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. v. 34, n. 3, set-dez, 2019. pp. 811-834.

GAIGER, Luiz Inácio. Da informalidade à economia solidária. Seminário Economia Solidária, Economia Popular e Informalidade. 30 ago. 2022.

GERMER, C. M. A ‘**economia solidária**’: uma crítica com base em Marx. São Paulo: Unicamp, IV Cemarx, 1999.

GERMER, C. M. A ‘**economia solidária**’: uma crítica marxista. **Revista Outubro**, São Paulo: Alameda, n. 14, 2006. pp. 193-214

GODOY, Tatiane Maria Pinto de. **O espaço da economia solidária**: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

GONZÁLEZ, H. P. **Economia política do capitalismo**. Lisboa: Seara Nova, 1977. v. I, II.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO, Alberto; BUAINAIN, Antônio Márcio Capítulo 13: Evolução da agricultura familiar no Brasil (1996-2017). In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; Gasques, José Garcia. (Orgs.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil**: cem anos de Censo Agropecuário. Brasília: Ipea, 2020. pp. 191-204.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HELFAND, Steven M.; COSTA, Lorena Vieira; SOARES, Wagner Lopes Soares. Pequenos e medios produtores no Brasil: uma análise relativa ao tamanho e à escala de produção. In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; Gasques, José Garcia. (Orgs.).

Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos de Censo Agropecuário. Brasília: Ipea, 2020. pp. 219-228.

HUMANÍSSIMA. **Revista SEDH.** Paraíba: Secretaria de Desenvolvimento Humano, Governo da Paraíba, jan. 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009a.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro: MPOG, 2009b.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia, 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia, 2020.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Movimento Social. Verbete. In HESPANHA, Pedro; & GAIGER, L; CATTANI, D; LAVILLE, J. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coleção Políticas Sociais, n. 1. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. Verbete. In HESPANHA, Pedro; & GAIGER, L; CATTANI, D; LAVILLE, J. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coleção Políticas Sociais, n. 1. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. Verbete. In HESPANHA, Pedro; & GAIGER, L; CATTANI, D; LAVILLE, J. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coleção Políticas Sociais, n. 1. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

KAPRON, Sérgio; FIALHO, Ana Lúcia. Políticas públicas para a economia solidária. In: In: CATTANI, Antonio David. **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. pp. 215-219.

KRAYCHETE, Gabriel. Escala e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: uma ambiência necessária. **Caderno do CEAS**, n. 235, Salvador. 2015. pp. 186-206.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares:** o trabalho para além da norma salarial. (E-book) São Leopoldo: Oikos, 2021.

KREIN, José Dari; VÉRAS, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor. **Reforma trabalhista no Brasil:** promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. v. 1. 222p.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto. **Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unisinos: São Leopoldo: RS, 2016.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** São Paulo: Sabotagem Contra Cultura, 1988.

LANGE, Oskar. **Moderna Economia Política.** São Paulo: Vértice, 1986.

LAVILLE, Jean-Louis. Ação Pública e Economia: um quadro de análise. In: FILHO, Geneauto et al. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

LAVILLE J. Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, mar. 2009a. p. 7-47.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. Verbete. In HESPANHA, Pedro; & GAIGER, L; CATTANI, D; LAVILLE, J. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coleção Políticas Sociais, n. 1. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009b.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia solidária. Verbete. In HESPANHA, Pedro; & GAIGER, L; CATTANI, D; LAVILLE, J. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coleção Políticas Sociais, n. 1. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 1-47.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Editions Anthropos, 1981.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, Arildo Mota. **Os efeitos da crise mundial sobre os empreendimentos autogestionários da economia solidária filiados à Unisol Brasil, e o papel anticíclico das políticas públicas.** IPEA, Mercado de Trabalho, n. 41, nov. 2009. pp. 21-23.

MALAGODI, Edgard. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. (Orgs.) **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MARQUES, Maria Amália da Silva; MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; CARDOSO, Patrícia Novais Calheiros. Economia Solidária como enfrentamento e articulação do modo de produção capitalista: há contradição? In: ROSSINI, Rosa Ester; MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. (Orgs.). **Terra e trabalho: usos e abusos do espaço agrário brasileiro.** v. I. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

MARX, K. **O Capital: o processo de produção do capital,** Livro I. v. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAZALLA NETO, Wilon; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. (Orgs.) **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MAZARO, Lisabelle Manente; MATSUKURA, Thelma Simões; LUSI, Isabela Aparecida de O. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. n. 28. v. 1. 2020. pp. 127-146. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1880>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MDA. **Marco referencial para apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, n. 02. Brasília: MDA/SDT, 2005a.

MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Documentos Institucionais, n. 01. Brasília: MDA/SDT, 2005b.

MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela; SCHIOCHET, Valmor. (Orgs) **Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

MEJÍA, Claudia Cristina Amariles. Apuntes para hablar de solidaridad: una pregunta íntima, una acción pública. **Otra Economía**, vol. 9, n. 17, julio-diciembre, 2015.

MÉLO, Heverton Felinto Pedrosa de. **Capacidade Estatal: diagnóstico da implementação da política pública de economia solidária no Estado da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**. Vol. 18. n. 3. Setembro-Dezembro/2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Censo agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?** São Paulo: Lutas Anticapital, 2022.

MYNT, H. **A economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

MOLINA, Wagner de Souza Leite; SANTOS, Aline Mendonça dos.; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de.; ALMEIDA, Neli Maria Castro de.; SCHIOCHET, Valmor. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. **Otra Economía**, v. 13, n. 24. jul-dic, 2020. pp. 170-189.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**. Edições AGB Niterói, 2004.

MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: DGEOC/UFPB, s/d.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1997.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NAGEM, Fernanda Abreu; JESUS, Sebastiana Almire de. **V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da Economia Solidária no Brasil**. Mercado de Trabalho. Economia Solidária e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, fev. 2013.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo – história e horizontes**. Universidade de Coimbra: Portugal, Oficina do CES. jun, 2007.

OLIVEIRA, Fernanda Antunes de. **Entendendo a Economia Solidária seus limites e possibilidades a partir de uma leitura marxista**. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, Mariana Borba de. **Paraíba agroecológica: elementos de autonomia e reprodução camponesa**. João Pessoa: Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa. O desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma análise a partir do debate paradigmático. **Ateliê geográfico**. Goiânia. v. 14. Ago. 2020. pp. 189-207.

ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

PANTA, Romulo Luiz Silva. **O processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato assentado em Sapé-PB**. João Pessoa: Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

PARAÍBA. **Lei 10.632 de 18 de janeiro de 2016**. Plano Plurianual do Estado da Paraíba. Exercício financeiro 2016-2019. Institui o Plano Plurianual do Estado da Paraíba para o período 2020-2023. Disponível em: <https://transparencia.pb.gov.br/orcamento/normas-orcamentarias/2016/ppa-2016-2019.pdf> Acesso em: 15 nov. 2019.

PARAÍBA. **Lei 11.499 de 08 de novembro de 2019**. Institui a Política Estadual de Economia Solidária no Estado da Paraíba. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2019/novembro/diario-oficial-09-11-2019.pdf/view>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PARAÍBA. **Lei 11.626 de 14 de janeiro de 2020**. Plano Plurianual do Estado da Paraíba. Exercício financeiro 2020-2023. Institui o Plano Plurianual do Estado da Paraíba para o período 2020-2023. Disponível em: http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2020/08/LEI-11.626_2020-PPA_2020_2023.pdf Acesso em: 10 jan. 2023.

PATAC. Patac Paraíba. 2024. Página inicial. Disponível em: <https://patacparaiba.blogspot.com/p/patac.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século 21**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHO, Leonardo; SILVA, Jorge Henrique Moraes da.; SENA, Anne. (Orgs.) **Respostas das cooperativas e da economia solidária frente à crise social, econômica e sanitária da COVID-19 no Brasil**. Santo André: Coopacesso, 2020.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia Solidária: uma revisão teórica a partir dos seus múltiplos conceitos. **Revista NAU Social**, Bahia: UFBA, v. 3, n. 5, nov. 2012 / abr. 2013. pp. 87-105.

PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável**. Disponível em: http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2017/08/plano_economia_solidaria_2017.pdf Acesso em: 21 jul. 2019.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Plano de reconstrução e transformação do Brasil. outro mundo é preciso, outro Brasil é necessário**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/09/Plano-Brasil-web9B2.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

PONTES, Daniele Regina. **Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro**. Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania. n. 1. Paraná: UFPR, 2007. p. 89-112.

PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias**. Brasília: IPEA, Mercado de Trabalho, n. 39, maio. 2009. pp. 57-62.

RECH, Daniel. **A história do cooperativismo solidário no mundo e no Brasil, com reflexão sobre a cooperação nas comunidades quilombolas e povos indígenas**. Unicopas: Brasília, 2021.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Concepção e diretrizes de políticas públicas de economia solidária**. Coletânea Economia Solidária, 2015.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Diretrizes para as políticas públicas de economia solidária: a contribuição da rede de gestores**. Disponível em: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2021/08/R2-DIRETRIZES-2.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

REINERT, Erik. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E Por Que os Países Pobres Continuam Pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2016.

RIBEIRO, Nelson Rosas. (org.). **Dinheiro, mais-valia e acumulação capitalista**. 4. ed. Texto Didático. n. 18. João Pessoa: Departamento de Economia/PPGE – Curso de Mestrado em Economia, 2010.

- ROBINSON, Joan. **Filosofia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. **Agroecología: ciencia y políticas**. La Paz: Socla, 2018.
- SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**. Brasília: UnB, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.
- SAMBUICHI, Regina H. Rosa; PAULA, Silvio da Rosa; PERIN Gabriela; ALMEIDA, Ana Flávia C. S. de; GUALDANI, Carla; MARQUES, Felipe J. **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção dos agricultores familiares**. Brasília: IPEA. Texto para Discussão n. 2820. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11615/1/TD_2820_Web.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.
- SANTANA, José da Conceição. **A economia solidária e sua impossibilidade como movimento transformador no capitalismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 72-110.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: Da Crítica à Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, Aline Mendonça dos.; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. **O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade**. E-cadernos CES. fev. 2008. Disponível em: <http://eces.revues.org/1260>.
- SANTOS, Thiago Araújo. **Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- SANTOS, Vinícius Gonçalves dos; MATOS FILHO, João; ARAÚJO, Marília Medeiros de; FERNANDES, Vinícius Rodrigues Vieira. A economia solidária na encruzilhada: eficácia ou eficiência econômica? **Revista Conjuntura e Planejamento**, n. 180, jul-set, pp. 24-31. Salvador, 2013.
- SANTOS, Aline Mendonça dos. **Sob o fio da navalha: relações estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- SARDÁ, Maurício. **Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes): significados e perspectivas**. Brasília: IPEA, Mercado de Trabalho, n. 48, ago. 2011. pp. 57-70.
- SAUTU, Ruth. **Todo es teoría: objetivos y métodos de investigación**. Buenos Aires: Lumière, 2005. p. 13-51.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios**. Brasília: IPEA, Mercado de Trabalho, n. 40, ago. 2009. pp. 55-59.

SCHIOCHET, Valmor. **A construção de uma economia solidária para superar a crise**. FES BRIEFING: Julho de 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16369.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1965.

SCHUMPETER, Joseph, A. **Historia del análisis económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 01, pp. 10-31, jan./jun. 2002.

SECRETARIA DE TRABALHO. **Economia Solidária**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/trabalhador/economia-solidaria>. Acesso em: 02 maio 2021.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Governo da Paraíba. 2017. [**Sem título**]. Slides em formato PDF. pp. 1-25.

SECRETARIA EXECUTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SESOL. Governo da Paraíba. 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/programas/secretaria-executiva-de-economia-solidaria-sesol>

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – SESAES. Site do governo da Paraíba, 2022. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/botoes-pagina-inicial-1/seguranca-alimentar-1/secretaria-executiva-de-seguranca-alimentar-e-economia-solidaria-sesaes>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – SESAES. Secretaria De Estado Do Desenvolvimento Humano – SEDH. Edital de chamada pública 001/2023/SESAES/SEDH – Seleção de empreendimentos econômicos solidários para os equipamentos públicos de Economia Solidária da Paraíba. 2023a.

SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – SESAES. Edital de chamada pública 002/2023/SESAES/SEDH – Seleção de empreendimentos econômicos solidários para a Casa de Economia Solidária de Cabaceiras / Paraíba. 2023b.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: TEM, 2006.

SEVERINO, Maico Roris; BARBOSA, Janete Costa Ribeiro; RIBEIRO, Marina Pires. Análise do tema Economia Solidária nas produções dos Programas de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: **Revista Pegada**, vol. 16, n. 1, julho/2015. pp. 159-179.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. **A economia solidária como base do desenvolvimento local**. E-cadernos CES [Online], Coimbra, 02 / 2008. Disponível em: <http://eces.revues.org/1451>.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de pesquisa. IPEA: Brasília, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. **Laços na diversidade**: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Rio de Janeiro, Texto para discussão 2367. fev. 2018a. pp. 7-50.

SILVA, Sandro Pereira. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018)**: inserção, expansão e crise de paradigma. Rio de Janeiro, Texto para discussão 2434. nov. 2018b. pp. 1-48.

SILVA, Pablo Melquisedeque Sousa e. **Campesinato e agroecologia em rede**: a dinâmica do movimento agroecológico no Brasil e sua manifestação no Nordeste e no Agreste Paraibano. João Pessoa: Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, 2019.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de trabalho – conjuntura e análise**, n. 57, IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57_econ02 Acesso: 08 fev. de 2019.

SILVA, Sandro Pereira. A política nacional de economia solidária no ciclo de planejamento orçamentário (2004-2009): da inserção na agenda à crise de paradigma. In: SILVA, Sandro Pereira. (Org). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020a.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória sócio-organizativa do movimento de economia solidária no Brasil. In: SILVA, Sandro Pereira. (Org). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020b.

SILVA, Sandro Pereira. O campo de pesquisa em economia solidária no Brasil: histórico, abordagens metodológicas e dimensões analíticas. In: SILVA, Sandro Pereira. (Org). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020c.

SILVA, Sandro Pereira; VAILANT, Clovis; SAMPAIO NETO, Oscar Zala; CUNHA, Bruna Nunes da; TRICAUD, Solène; PEREIRA, Frederico Campos; AZEVEDO, Lucyana Xavier; MACÊDO NETO, Manoel Pereira de; COSTA, Lício Romero; SILVA, Adriana Rodrigues da; MORAIS, Leandro Pereira; FONSECA, Sérgio Azevedo Fonseca; CHIARELLO, Caio Luís. Extensão Universitária, economia solidária e geração de oportunidades no contexto da Covid-19: uma visão a partir de três experiências concretas no território brasileiro. **Mercado de trabalho** : conjuntura e análise. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, Ano 26. n. 69. 2020.

SILVA, Regilane Fernandes da.; CARVALHO FILHO, Manoel Vital de. **Território e economia solidária**: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. IPEA, Mercado de trabalho, n. 64, abr. 2018.

SILVA, Elton Oliveira da.; MOREIRA, Ivan Targino. **Regionalização do Estado da Paraíba**: histórico e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, XV., 2023. Universidade Federal do Tocantins: Palmas, 2023. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/94240>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SINGER, Paul. Economia solidária contra o desemprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 76, n. 24.571. Opinião. 11 jul. 1996.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. Economia solidária *versus* Economia capitalista. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, dez. 2001. pp.100-112.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista Estudos Avançados**, n. 18, São Paulo: 2004. pp. 7-22.

SINGER, Paul. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Economia Solidária e Políticas Públicas. **IPEA – Mercado de Trabalho**, n. 39. Maio 2009.

SOUZA, Armando Lirio de. **Política pública de Economia Solidária e desenvolvimento territorial**. IPEA. Mercado de Trabalho. Economia Solidária e Políticas Públicas. Brasília. Agosto de 2012.

STIGLITZ, Joseph. **Globalização**: como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STIGLITZ, Joseph. **O grande abismo**. Rio de Janeiro: Alpha Books, 2016.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia. Estado e secas no Nordeste. In: Emilia de Rodat F. Moreira. (Org.). **Agricultura familiar e desertificação**. v. 1. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. pp. 91-130.

TARGINO, Ivan. MOREIRA, Emilia. **Política pública e organização agrária no Cariri Paraibano**. Geonordeste (UFS), v. XIX, p. 107-127, 2008.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; ARAÚJO, Natália Maritan Ugulino de. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 2000. **Revista Okara: Geografia em debate**. v. 8. n. 2, 2014. pp. 271-293.

TARGINO, Ivan; CARVALHO, Rejane Gomes; FARIAS, Wanderleya dos Santos. Desempenho da economia paraibana no início do século XXI. Banco do Nordeste do Brasil: **Conjuntura Econômica**. Edição especial 2019. pp. 19-27.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. Agricultura familiar na Paraíba: perfil com base no Censo Agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, n. especial, Fortaleza, 2020.

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antônio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais**. v. 14, n. 2, nov. 2012.

VALCÁRCEL, José Ortega. Capítulo 24: Los horizontes de la Geografía. In: _____. **Los horizontes de la Geografía. Teoría de la Geografía**. Barcelona: Ariel Geografía, 2000. p. 499-552.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. (Orgs.) **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WELLEN, H. A. R., Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. **Revista Katal**, Florianópolis. n. 1, v. 11, jan/jun, 2008. pp. 105-115.

WELLEN, H. A. R., **Para a crítica ‘da economia solidária’**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Tese doutoral.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. v. 12. n. 1, 2018. pp. 11–73. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 22 out. 2021.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser anti-capitalista no século XXI?** São Paulo: Boitempo, 2019.

XAVIER, Eudes. **Economia Solidária**: um novo modo de viver. Ipea, Mercado de Trabalho, n. 40, ago. 2009, p. 69-73.

1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 2015-2019. Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Conaes: Brasília, 2015.

II PLASAN – PB. Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba. SEDH – PB. Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba. CAISAN – PB. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/institucional/diretorias-2/IPLANSANPB20202023.pdf/view>. Acesso em: 08 nov. 2023.

<http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2017/09/PB-2.pdf>

APÊNDICES

Apêndice A: Termo de consentimento livre e esclarecido para conhecimento dos participantes da entrevista semiestruturada



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO E CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a colaborar voluntariamente com uma pesquisa sobre a economia solidária e agricultura familiar na Paraíba que está sendo desenvolvida pela doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rosângela Palhano Ramalho, sob a supervisão do Prof. Dr. Ivan Targino Moreira.

Sua participação acontecerá a partir da sua disponibilidade em responder perguntas de forma oral elaboradas através de um questionário. Algumas informações lhe serão fornecidas para esclarecer o teor da pesquisa. Após esses esclarecimentos, se estiver de acordo em responder o questionário, iniciaremos a entrevista. Ao final, se mantiver a concordância, três vias deste documento serão assinadas. A primeira, ficará com você, a segunda, com a pesquisadora e a terceira será enviada ao orientador do estudo. A seguir as principais informações:

1. Esta pesquisa tem como objetivo investigar como a agricultura familiar solidária contribui para a transformação do espaço a partir do desenvolvimento territorial local e se a mesma representa uma estratégia social de resistência;
2. A finalidade do questionário é a de levantar informações sobre a dinâmica de convivência, de produção e comercialização dos produtos agrícolas da economia solidária e sobre o desenvolvimento das políticas públicas direcionadas às atividades;
3. Sendo sua participação voluntária, você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar, se quiser desistir durante a entrevista ou depois (basta entrar em contato com o pesquisador que seu questionário será excluído);
4. Será garantida a confidencialidade de seus dados que serão trabalhados apenas pelo pesquisador e orientador, não sendo permitido o acesso e manuseio a outras pessoas.

Perante estes esclarecimentos, concordo em participar desta pesquisa, respondendo o questionário a mim apresentado. Fui devidamente informado (a) sobre o estudo, seus procedimentos e condições de minha participação. A mim foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Por fim, estou ciente que receberei uma cópia desse documento assinado por mim e pelo pesquisador.

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

Participante

Rosângela Palhano Ramalho

Rosângela Palhano Ramalho (Pesquisadora)

Telefone: (83) 99139-9371 E-mail: rospalhano@yahoo.com.br

Ivan Targino Moreira

Dr. Ivan Targino Moreira (Orientador)

Apêndice B: Roteiro da entrevista – Trabalhadores da agricultura familiar

1. Há quanto tempo você trabalha na agricultura familiar?
2. Está vinculado a algum grupo, associação, cooperativa? Desde quando? Sabe quando o grupo teve início?
3. Quais foram os motivos que o levaram a participar desse grupo? Como ele funciona?
4. Em relação a seu trabalho, quantas pessoas trabalham com você e qual o grau de parentesco entre os que trabalham?
5. Antes de ingressar nesta atividade você já teve outras ocupações? Se sim, quais? Dentre todas as ocupações que teve, qual (is) a (s) que mais lhe agradou?
6. No momento que atividades executa? Se sente feliz com o trabalho que desenvolve?
7. Sobre economia solidária, o que sabe a respeito?
8. Conhece alguma atividade de economia solidária? Se sim, quais?
9. Você considera o seu trabalho ou o seu grupo como da economia solidária? Se sim, por que?
10. Como as atividades são divididas entre os que trabalham?
11. Quem decide a maneira como os trabalhos devem ser executados e quem vai realizar?
12. Como você participa das decisões no trabalho?
13. Há conflitos entre os que trabalham? Se sim, como estes costumam ser resolvidos?
14. A ocupação que exerce é a sua principal fonte de renda?
15. Quanto recebe em média por mês?
16. Em que locais e onde é realizada a comercialização dos seus produtos?
17. Considera o sistema de remuneração do grupo justo e igualitário?
18. Já recebeu algum tipo de formação/qualificação do setor público? Se sim, quais?
19. Você percebe diferenças entre o trabalho que executa e o trabalho desenvolvido nas empresas privadas? Quais?
20. Você prefere trabalhar neste grupo ou em um emprego formal em uma empresa privada? Por que?
21. Em sua opinião, o trabalho neste grupo contribui para a melhoria da condição de vida da sua família? Se sim, como?
22. Em sua opinião, a interação que ocorre entre quem trabalha no grupo contribui para a luta por modo de vida mais justo e prazeroso? Se sim, como?

Apêndice C: Roteiro da entrevista – Gestor público (SESAES – PB)

1. Qual sua formação e tempo de trabalho à frente desta secretaria?
2. Antes de assumir esta função já exerceu alguma (s) outra (s) nesta área de atuação?
Qual (is)?
3. Neste cargo, quais as suas atribuições?
4. Como o (a) senhor (a) define a Economia Solidária?
5. Como se caracteriza um empreendimento econômico solidário?
6. Em sua opinião, como a economia solidária contribui para o desenvolvimento econômico e social?
7. Como se dá a execução do orçamento da secretaria?
8. Há capacitação para os profissionais que atuam na Secretaria?
9. No momento há algum Plano Estadual de Economia Solidária sendo executado?
Se sim, qual?
10. Quais as atuais ações públicas voltadas para a economia solidária na Paraíba?
11. Quais os instrumentos utilizados para execução da política pública de economia solidária na Paraíba?
12. Há interação com outras secretarias, programas ou entidades, no que diz respeito a execução de ações para a economia solidária? Se sim, quais?
13. Existem políticas direcionadas a agricultura familiar por parte desta secretaria? Se sim, quais?
14. Há contato da gestão com o movimento da economia solidária? Se sim, suas demandas em consideração na formulação de suas ações? De que forma?
15. Há algum instrumento de controle e avaliação das políticas públicas de economia solidária? Se sim, quais?
16. Quais as principais dificuldades encontradas pela secretaria na implementação das ações voltadas à economia solidária na Paraíba? E quais os principais avanços em seu tempo de atuação à frente da secretaria?

Apêndice D: Roteiro da entrevista – Gestor público (Casas de Economia Solidária)

1. Qual sua formação e há quanto tempo administra este equipamento?
2. Em qual (is) dia (s) da semana e qual (is) o (s) horário (s) de funcionamento do equipamento?
3. Nesta função, quais as suas atribuições?
4. Em sua opinião, o equipamento atende bem as demandas do público-alvo?
5. Como o (a) senhor (a) define a Economia Solidária?
6. Como se caracteriza um empreendimento econômico solidário?
7. Quantos EES ou grupos de economia solidária comercializam no equipamento?
8. Quais setores comercializam no equipamento e que tipo de produtos são comercializados?
9. Quantos EES ou grupos da agricultura familiar são atendidos pelo equipamento?
10. Do ponto de vista regional, quantos municípios são atendidos pelo equipamento?
11. Há comercialização de produtos agroecológicos? Se sim, quais?
12. Há algum tipo de comercialização móvel ou a comercialização se dá apenas no equipamento?
13. Em sua opinião, a economia solidária tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social da região atendida? Como?
14. Na sua opinião, são necessárias mudanças organizacionais ou administrativas para melhor do atendimento do público-alvo e também da população local?
15. O equipamento fornece algum tipo de divulgação para a que a população local seja estimulada a comprar os produtos ofertados no equipamento?

Apêndice E: Roteiro da entrevista – Gestor público (SEAFDS - PB)

1. Qual sua formação e tempo de trabalho à frente desta secretaria?
2. Antes de assumir esta função já exerceu alguma (s) outra (s) nesta área de atuação? Qual (is)?
3. Nesta função quais as suas atribuições?
4. Como se dá a execução do orçamento da secretaria?
5. Há capacitação/formação para os servidores que atuam atendendo as demandas da Secretaria? Se sim, quais?
6. No momento quais as ações direcionadas à agricultura familiar? Quais os instrumentos utilizados para execução da política pública de agricultura familiar na Paraíba?
7. Há algum tipo de participação popular na definição das ações da secretaria? Se sim, quais?
8. Como o (a) senhor (a) define a Economia Solidária?
9. Qual a relação que há, em sua concepção, entre a agricultura familiar e a economia solidária?
10. Existe interação e ações conjuntas da SEAFDS e a SESAES? Se sim, qual (is)?
11. Há interação com outras secretarias, programas ou entidades, no que diz respeito a execução de ações para a agricultura familiar? Se sim, quais?
12. Em sua opinião, como a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico e social?
13. Em sua opinião, como a economia solidária contribui para o desenvolvimento econômico e social?
14. Há contato da gestão da SEAFDS com o movimento da economia solidária? Se sim, suas demandas em consideração na formulação de suas ações desta secretaria? De que forma?
15. Há algum instrumento de controle e avaliação das políticas públicas desenvolvidas pela secretaria? Se sim, quais?
16. Quais as principais dificuldades encontradas pela secretaria na implementação das ações voltadas à agricultura familiar na Paraíba? E quais os principais avanços em seu tempo de atuação à frente da secretaria?

Apêndice F: Encaminhamentos da pesquisa de campo

Data	Atividades
14/07/2023	Visita à Feira da EcoVárzea na UFPB
30/11/2023	Visita ao Centro Público Estadual de Economia Solidária – EcoParaíba
20/12/2023	Visita à SEAFDS
22/12/2023	Visita à SESAES – Contato com a Assessoria de Comunicação
12/01/2024	Visita à Feira da EcoVárzea na UFPB.
18/01/2024	Visita ao Cecaf.

Data	Entrevista com os gestores
20/12/2023	Entrevista 01: Jane Isa Soares da Silva Lima – Gerente operacional da Casa de Economia Solidária – Loja Ecoarte Cariri localizada no Shopping Sumé Duração: 00h19m46s.
28/12/2023	Entrevista 02: Rodrigo Moreira Rodrigues – Gerente operacional do Centro Público Estadual de Economia Solidária; Entrevista 03: Priscilla Aires Benjamin – Secretária Executiva de Economia Solidária e Segurança Alimentar Duração: 00h50m23s
12/01/2024	Entrevista 04: Antonio Ribeiro (Frei Anastácio) – Secretário da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido do Estado da Paraíba Entrevista respondida por escrito, em documento digital no formato PDF constando 7 páginas.

Data	Entrevista com os agricultores
19/12/2023	Entrevista 01 – Agricultora da Feira Agroecológica do Centro Administrativo Estadual. Sócia da Coopervida. Pitimbu – PB; Entrevista 02 – Produtora de bolos e salgados e artesã. Sócia da Unilins. Bairro de Muçumagro em João Pessoa. Duração: 00h09m57s.
19/12/2023	Entrevista 03 – Agricultor da Feira Agroecológica do Centro Administrativo Estadual. Sócio da Associação Rural Apícola do Jatobá. Jacaraú – PB; Duração: 00h23m09s.
22/12/2023	Entrevista 04 – Agricultora da Feira dos Aromas. Associada da Cooperativa Terra Forte – Cooperativa de Agricultores e Aquicultores da Paraíba. Entrevista 05 – Agricultora da Feira dos Aromas. Associada da Cooperativa Terra Forte – Cooperativa de Agricultores e Aquicultores da Paraíba. Duração: 00h11m07s.
22/12/2023	Entrevista 06 – Agricultora/Comerciante da Feira dos Aromas; Entrevista 07 – Comerciante da Feira dos Aromas. Duração: 00h13m10s.
12/01/2024	Entrevista 08 – Agricultora da Feira da EcoVárzea. Associada da EcoVárzea.

	Duração: 00h10m06s.
	Entrevista 09 – Agricultora da Feira da EcoVárzea. Associada da EcoVárzea.
	Entrevista 10 – Agricultor da Feira da EcoVárzea. Associada da EcoVárzea. Duração: 00h19m19s.
18/01/2024	Entrevista 11 – Agricultor do Cecaf. Duração: 00h08m42s.
	Entrevista 12 – Agricultora do Cecaf. Duração: 00h17m03s.

Apêndice G: Imagens da Feira do Restaurante Popular de Mangabeira



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.



Fonte: Autoria própria, janeiro de 2024.

ANEXOS

ANEXO A: Print da página inicial do sítio eletrônico: <https://agriculturafamiliarpb.dieese.org.br/>


Observatório da Agricultura Familiar

[Observatório](#)
[Mapa Interativo](#)
[Indicadores](#)
[Perfis dos Territórios](#)
[Estudos e Análises](#)







DESTAQUES

- Características Gerais da Agricultura Familiar Paranaense e do Setor Leiteiro
- Características das Principais Cadeias de Agricultura Familiar Paranaense
- Diagnóstico de Vulnerabilidades Sociais em Aglomerados Territoriais na Parana e Indicadores Selecionados de Presença da Agricultura Familiar

Paranaense, Ração em quantidade produzida por fêmeas leiteiras para Paranaense, Agricultura Familiar

APRESENTAÇÃO

O Observatório da Agricultura Familiar do Paraná (OAF-PB) é um projeto iniciado em 2003, a que está sendo desenvolvido por pelo Departamento Interministerial de Territórios e Políticas Socioeconômicas (DITPSE) em parceria com o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná – FDE, Conselho FDE nº 003/2003 e da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Setor Leiteiro.

O OAF-PB tem a finalidade de agregar informações e produzir estudos e análises para o desenvolvimento da agricultura familiar paranaense. Seus objetivos são: a) identificar os problemas existentes na agricultura familiar paranaense; b) avaliar as condições de vida dos agricultores familiares; c) identificar as oportunidades de desenvolvimento da agricultura familiar paranaense; d) identificar as necessidades de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar paranaense.

Com a implantação do OAF-PB busca-se dar visibilidade à agricultura familiar sob diversas perspectivas, por meio da produção de informações que possam ser utilizadas em várias frentes de atuação: na produção de políticas públicas, na identificação de pontos fortes e fracos da agricultura familiar, na identificação das demandas da agricultura familiar, na identificação das oportunidades de desenvolvimento da agricultura familiar, na identificação das necessidades de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar paranaense.



Os dados do Observatório também são produzidos através de pesquisas de campo, realizadas em parceria com os municípios, visando a identificação das demandas da agricultura familiar e a produção de dados e a coleta de informações de interesse da agricultura familiar, além de ser utilizadas para a produção de indicadores, visando a identificação das necessidades da agricultura familiar.

O DIEESE

O DIEESE - Departamento Interministerial de Territórios e Políticas Socioeconômicas, é uma criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1985, pelo movimento sindical, que fundou o movimento sindical brasileiro. Ao longo de 30 anos de história, a instituição conquistou reconhecimento, respeito e reconhecimento.

NOSSOS ESTUDOS

Os estudos do Observatório da Agricultura Familiar têm como objetivo o acompanhamento da agricultura familiar no Estado do Paraná, através de indicadores que permitam a identificação das condições de vida dos agricultores familiares, a identificação das demandas da agricultura familiar, a identificação das oportunidades de desenvolvimento da agricultura familiar, a identificação das necessidades de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar paranaense.

MAPA INTERATIVO

O mapa interativo permite a visualização das informações dos dados coletados no âmbito do Observatório da Agricultura Familiar.

Secretaria do Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Setor Leiteiro

DIEESE

ANEXO B: *Print* da página da SESAES. Sítio eletrônico:
<https://agriculturafamiliarpb.dieese.org.br/>

[BEM VINDO DESEMPENHAMENTO E VOLUNTARISMO](#)
[ACCESSES A INFORMAÇÃO](#)
[SOLICITAÇÃO](#)
[TRANSMISSÃO PÚBLICA](#)
[CONTATO SERVIÇOS](#)
[CADERNO OFICIAL](#)
[CONVITE](#)

[ALTO CONTINENTE](#)
[TUBERIA](#)

GOVERNO DA PARAÍBA

[Acesso à Informação](#)
[Serviços](#)
[Contatos](#)

<#> > [Diretas](#) > [Secretaria de Desenvolvimento Humano](#) > [Boas páginas Iniciais](#) > [SEGURANÇA ALIMENTAR](#) > [Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária \(SESAES\)](#)

Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES)

Criada em 2015 por meio da Medida Provisória nº 230/2015 sancionada em 02 de Janeiro, a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária tem por missão, fomentar as políticas públicas de Segurança Alimentar e Economia Solidária no estado da Paraíba, assegurando a toda a população o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade bem como, garantir as diretrizes de cooperação, da democracia, da autogestão, do desenvolvimento sustentável, da solidariedade, do comércio justo e do consumo solidário no estado de Paraíba.

São aproximadamente 600 empreendimentos de Economia Solidária mapeados no Estado da Paraíba, sendo que 81 recebem apoio através de assistência, formação, capacitação e entrega de equipamentos. São empreendimentos como: associações, cooperativas e grupos informais das mais diversas modalidades o exemplo da Agricultura Familiar, Artesanato, Produtos derivados de leite bovino e caprino, como também orgânicos, apoia aos grupos Quilombolas e Indígenas, Resíduos Sólidos e aos Bancos de Desenvolvimento Econômico e Solidário. Atualmente a SESOL realiza o fortalecimento e ampliação da Economia Solidária no Estado da Paraíba. A meta para os próximos anos é incluir e acompanhar todos os municípios do Estado através da Política de Economia Solidária, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das famílias envolvidas nos Empreendimentos Econômicos e Solidários no Estado.

Secretário Executivo de Economia Solidária: Cassiano Pascoal Medeiros Pereira

Ox Equipamentos Públicos de Economia Solidária

São espaços públicos multifuncionais designados a articular oportunidades de geração de empregos, fortalecimento e promoção do trabalho coletivo seguindo os princípios de Economia Solidária. São instrumentos importantes para a consolidação de uma política transversal para a Economia Solidária no Estado da Paraíba agrupando ações de formação e capacitação, assistência técnica, divulgação, comercialização e articulação social e política do movimento de economia solidária. Constatam em estruturas criadas e mantidas pelo governo entre o poder público e a sociedade civil organizada.

Endereços dos equipamentos de Economia Solidária na Paraíba:

Ações em Execução:

- Ampliação e doação de máquinas e equipamentos;
- Realização das Feiras Agroecológicas de Economia Solidária
- Feira Terceirizada de Artesanato e Economia Solidária - Local: Centro Turístico Tambá, João Pessoa - Período: mensal.
- Eventos de abrangência Estadual: Feira Brasil Mostra Brasil e Feira Brasil Sabão.

Projetos em Execução:

- Ações Integradas de Economia Solidária na Paraíba – Busca o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias, a ampliação e a institucionalidade das Políticas Públicas de apoio e fomento ao trabalho associado, coletivo e autogerenciado. Suas ações envolvem o fortalecimento das Redes de Cooperação Econômica Solidária, o apoio às Iniciativas de Finanças Solidárias, a expansão dos espaços de comercialização solidária, a realização de atividades sistemáticas de formação e qualificação social e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras que integram esse campo econômico, bem como a promoção de iniciativas de desenvolvimento sustentável solidário com inclusão social.
- Gerente Executiva de Economia Solidária: Jamila Kelly Pereira Pinto e Silva - Contato: (83) 2119-4779.

A vibrant, abstract collage of various fruits and vegetables. The composition is divided into several sections with bold, contrasting colors. In the top left, a wire shopping basket filled with produce sits on a blue background. To its right, a large green leaf is set against an orange background. Below the leaf, a slice of orange is shown on a dark brown background. In the top right, a tomato slice is on a blue background. Below it, a bunch of green herbs is on a red background. On the far right, a banana is on a red background, and a white, textured object (possibly a head of cauliflower) is on a green and white striped background. A sign with the word 'ABACIA' is visible in the middle right section. The overall style is graphic and colorful, with a focus on fresh produce.